

Relações Internacionais Contemporâneas



ORGANIZADORES

DANIEL LENA MARCHIORI NETO
FELIPE KERN MOREIRA
FERNANDO COMIRAN
WAGNER FELONIUK

Relações Internacionais Contemporâneas



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE FURG

Reitor

DANILO GIROLDO

Vice-Reitor

RENATO DURO DIAS

Chefe de Gabinete do Reitor

JACIRA CRISTIANE PRADO DA SILVA

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

DANIEL PORCIUNCULA PRADO

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

DIEGO D'ÁVILA DA ROSA

Pró-Reitor de Infraestrutura

RAFAEL GONZALES ROCHA

Pró-Reitora de Graduação

SIBELE DA ROCHA MARTINS

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

DAIANE TEIXEIRA GAUTÉRIO

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

LÚCIA DE FÁTIMA SOCOOWSKI DE ANELLO

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

EDUARDO RESENDE SECCHI

Pró-Reitora de Inovação e Tecnologia da Informação

DANÚBIA BUENO ESPÍNDOLA

EDITORA DA FURG

Coordenadora

CLEUSA MARIA LUCAS DE OLIVEIRA

COMITÊ EDITORIAL

Presidente

DANIEL PORCIUNCULA PRADO

Titulares

ANDERSON ORESTES CAVALCANTE LOBATO

ANDRE ANDRADE LONGARAY

ANGELICA CONCEIÇÃO DIAS MIRANDA

CARLA AMORIM NEVES GONÇALVES

CLEUSA MARIA LUCAS DE OLIVEIRA

EDUARDO RESENDE SECCHI

ELIANA BADIÁLE FURLONG

GIONARA TAUCHEN

LUIZ EDUARDO MAIA NERY

MARCELO GONÇALVES MONTES D'OCA

MARCIA CARVALHO RODRIGUES

RAÚL ANDRÉS MENDOZA SASSI

Editora da FURG

Câmpus Carreiros

CEP 96203 900 – Rio Grande – RS – Brasil editora@furg.br

Integrante do PIDL

Editora Associada à



Daniel Lena Marchiori Neto
Felipe Kern Moreira
Fernando Comiran
Wagner Feloniuk
Organizadores

Relações Internacionais Contemporâneas



Rio Grande
2021

Comissões

Organização do II Encontro de Pesquisas em Relações Internacionais

Comissão de Organizadores do II EPRI

Daniel Lena Marchiori Neto (UFPEL)
Fabiane Simioni (FURG)
Felipe Kern Moreira (FURG)
Fernando Comiran (FURG)
Gabriela de Moraes Kyrillos (FURG)
Wagner Silveira Feloniuk (FURG)

Comitê Científico do II EPRI

Camila Feix Vidal (UFSC)
Charles Pennaforte (UFPEL)
Daniel Lena Marchiori Neto (UFPEL)
Fabiane Simioni (FURG)
Felipe Kern Moreira (FURG)
Fernando Comiran (FURG)
Flávio Augusto Lira Nascimeto (Unipampa)
Gabriela de Moraes Kyrillos (FURG)
Giuliana Redin (UFSM)
Gustavo Castagna Machado (UFPEL)
Hemerson Luiz Pase (FURG)
José Carlos da Silva Cardozo (FURG)
Joséli Fiorin Gomes (UFSM)
Luciano Vaz Ferreira (FURG)
Renato José da Costa (Unipampa)
Wagner Silveira Feloniuk (FURG)

Conselho Editorial das Publicações do II EPRI

Amanda Muniz Oliveira (Unipampa)
Camila Feix Vidal (UFSC)
Camilo M. López Burian (Universidad de la República, Uruguai)
Charles Pennaforte (UFPEL)
Daniel Lena Marchiori Neto (UFPEL)
Felipe Franz Wienke (FURG)
Felipe Kern Moreira (FURG)
Fernando Comiran (FURG)
Joséli Fiorin Gomes (UFSM)
Luiza Machado da Silva (FURG)
Melise de Lima Pereira (UFPR)
Renato José da Costa (Unipampa)
Wagner Silveira Feloniuk (FURG)

Comissões de Discentes do II EPRI

Comissão discente de Staff

Ana Flávia Ramos de Almeida
Ana Lívia Tarcília Silva Godinho
Ariele Nunes Avila
Beatriz Silva Alves
Brenda Mena Barreto Leal
Bruna Pereira de Pereira
Caroline Matos
Isabela Nunes Maroto
Josiele San Martins Corrêa
Kevin Nepomuceno Montemor
Leda Mena Barreto Neta
Sara Santos Ribeiro
Thobias de Souza Ferreira Estanislau
Zuri Damasceno

Comissão discente de Acolhimento

Carlos Otaviano Passos
João Heitor Pereira
Josi Santini
Rebeca Alves V. de Macêdo

Comissão discente de Patrocínio

Ahmad Hussein Musa
Rodrigo Rosales Tapia
Sara Nunes M. Alves
Stéphani Rodrigues

Comissão discente de Mídia

Diuli Oliveira
Rafael Cavalcanti da Costa

Demais Membros da Organização

Eliezer Montes Rodrigues (Cerimonialista)
Luísa Teixeira Catarino (Fotógrafa)
Carolyne de Castro Carvalho Silva (Mestre de Cerimônia)
Sérgio Henrique Morais Clemente (Mestre de Cerimônia)

© Daniel Lena Marchiori Neto; Felipe Kern Moreira; Fernando Comiran; Wagner Feloniuk

2021

Arte da capa: Wagner Feloniuk

Diagramação da capa: Anael Macedo

Formatação e diagramação:

João Balansin

Gilmar Torchelsen

Cinthia Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária

Marcia Carvalho Rodrigues, CRB 10/1411.

R382 Relações internacionais contemporâneas [recurso eletrônico] / Daniel Lena Marchiori Neto ...[et al.] Organizadores. – Dados eletrônicos. – Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2021.

Modo de acesso: <<http://repositorio.furg.br>>.

Título extraído da folha de rosto.

ISBN 978-65-5754-060-2 (eletrônico)

1. Relações econômicas internacionais. I. Marchiori Neto, Daniel Lena.

CDU, 2ª ed.:327

Índice para o catálogo sistemático:

1. Relações econômicas internacionais

327

A revisão e todas as opiniões e informações expressas em cada um dos artigos são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores.

Sumário

Apresentação.....	7
Discurso de abertura do II Encontro de Pesquisa em Relações Internacionais.....	18
Exame das missões de manutenção da paz pela Arquitetura de Paz e Segurança Africana - APSA..... <i>Lorena Salgado Pedrosa</i>	21
Reunificação alemã: causas e desafios antes e após a queda do Muro de Berlim..... <i>Bruna da Silva Mandu, Yasmin Rodrigues Vares</i>	45
Os interesses do Irã e da Arábia Saudita na Síria à Primavera Árabe... <i>Siham Mohamad Baja</i>	65
As guerras no Iraque e seus desdobramentos na contemporaneidade.. <i>Eduarda Fuck Seidel, Maria Luiza Kellermann Marcellino</i>	93
A construção do processo de integração europeia após a Segunda Guerra Mundial..... <i>Geovana Gabriela Bardesio, Lucas Bonatto Diaz, Patricia Fabiana Ramos dos Santos</i>	109
Os somalis e a guerra: da tradição de resistência à oposição armada... <i>Fernanda da Silva</i>	131
Deterioração do regime democrático na Venezuela: estudo de caso do governo venezuelano (1960-2012)..... <i>Fernanda Lahm Martins, Thaís de Campos Moreira</i>	152
A paz é o que fazemos dela: Acordo de Paz Colombiano a partir das abordagens teóricas do liberalismo e construtivismo social..... <i>Luciano Alexandrino dos Santos Junior</i>	167
Resumos expandidos.....	192

Apresentação

O livro *Relações Internacionais Contemporâneas* é composto por trabalhos de alunos de graduação que apresentaram suas pesquisas no II Encontro de Pesquisas em Relações Internacionais, realizado no início de novembro de 2019. Duas modalidades foram criadas no edital, artigos completos e resumos expandidos e, conseqüentemente, o livro é composto pelos dois tipos de trabalhos. Inicialmente, são expostos os oito artigos recebidos na área e, após, os treze resumos.

A maior parte dos trabalhos é formada pelas submissões ao *Grupo de Política Externa e História das Relações Internacionais*, o mais numeroso do evento em apresentações. Além disso, pela pertinência temática, foram trazidos a ele também trabalhos dos grupos de fronteiras e de perspectivas das margens, conforme predominavam assuntos relacionados a relações internacionais. São realizados estudos sobre países de todos os continentes a partir de diversas perspectivas, desde buscas de influência política pelo uso de forças armadas até a internacionalização de discursos por meio dos esportes. De temas tradicionais como a reconstrução europeia pós-guerra, até temas recentes, como Rota da Seda da China ou questões de segurança virtual.

O livro, assim, é um retrato das pesquisas dos alunos, dos assuntos que chamam mais a sua atenção neste momento. Nem todas as pesquisas estão em estágio avançado, mas algumas são frutos de esforços de anos, fazem parte das pesquisas do trabalho de conclusão de curso ou participações longas em projetos e grupos de pesquisa.

A expectativa com o livro é mostrar as pesquisas realizadas e servir como um veículo para as primeiras publicações de diversos estudantes. Foi uma iniciativa sem custos aos autores e criada a partir da consciência de que são rarefeitas as possibilidades de publicação em condições como essa, a partir de diálogo em grupos,

possibilidade de nova submissão de artigos após o evento - e tudo feito de maneira transparente, por edital público, utilizando métodos reconhecidos de seleção de trabalhos, com gratuidade na participação no evento e na publicação para alunos das Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande de Santa Vitória do Palmar e todos os outros cursos que se fizeram presentes - de instituições do Rio Grande do Sul e diversas outras partes do Brasil.

Sobre o II Encontro de Pesquisas em Relações Internacionais

O II EPRI ocorreu nos dias 07 e 08 de novembro de 2019, no Campus de Santa Vitória do Palmar. Nele, palestraram professores da Unipampa, UFPEL, UFSM, UFSC e de dois *campi* da Universidade Federal do Rio Grande, sede do evento. Compareceram participantes e apresentadores dessas instituições e diversas outras, não apenas do estado, mas espalhadas por todo o Brasil. Ao todo, os vinte e nove palestrantes e membros de banca convidados a comparecer presencialmente fizeram um conjunto de palestras e, junto delas, foram organizados Grupos de Trabalhos para os pesquisadores em nível de graduação e pós-graduação apresentarem seus trabalhos. A ideia do encontro surgiu alguns anos antes como um acontecimento bianual para reunir os alunos do curso e outras instituições e fora realizado com sucesso naquela oportunidade, em 2017.

O evento contou com quase 300 participantes. 101 trabalhos escritos, com até três autores, foram submetidos e 82 foram aprovados, chegaram efetivamente ao evento naqueles dias e serão publicados. Essa dimensão foi algo inédito para o *campus* de Santa Vitória do Palmar, não apenas para o curso de Relações Internacionais, é o maior evento organizado até aqui e um sinal positivo para a consolidação do curso como um dos locais de ensino e pesquisa em Relações Internacionais no Rio Grande do Sul.

Para a organização de um evento assim, foi especialmente importante o apoio recebido por muitas vias diferentes. A estrutura presente permitiu, nos seus limites, realizar o evento, mas o esforço de muitas pessoas foi necessário para permitir que ele fosse feito nos moldes alcançados. Os destaques são muitos e podem ser divididos entre alunos, professores e servidores técnicos.

Os alunos formaram, autonomamente, quatro Comissões Discentes - Staff, Acolhimento, Patrocínio e Mídia, e ingressaram nelas de acordo com seus objetivos de contribuição. Foram um total de vinte alunos, ou seja, um quinto de todo o curso, participando do evento como organizadores. E sua importância foi grande, não haveria um evento semelhante sem eles, com apoios longos, comprometidos, que contribuíram com ideias na estruturação, esforços (longos) de preparação do campus, criação de material de mídia, divulgação em redes sociais, preparação de alimentos aos participantes, organização da hospedagem solidária - além da maciça tarefa de estar presente no *campus* nos dias do evento e nos que o seguiram, desde muito antes de iniciar e depois de acabar os horários habituais.

Cada uma dessas atividades de organização pode ser citada em duas ou três palavras em uma apresentação escrita, mas não raro envolveram muitas horas ou até dias inteiros dedicados inteiramente aos assuntos, com idas e voltas do *campus*, trabalhos e mensagens durando boa parte da madrugada. Então, um agradecimento a todos os organizadores discentes. A todos que se destacaram em algumas dessas atividades em particular, um agradecimento especial, que foi lembrado enquanto a apresentação era escrita, pois em muitas dessas ações, mais do que atividades em si, a citação traz à lembrança de rostos e esforços notáveis de vários alunos do curso.

Nestas considerações, um apoio foi particularmente importante e merece ser destacado. Perto de uma centena de artigos e resumos, quase mil páginas de ABNT, foram formatados e corrigidos para o livro também pelo esforço de alunos voluntários. Cada formatação exigiu atenção a uma lista de verificações e correções, que nem sempre são curtas, e foi individualmente discutida com o grupo todo ao longo de muitas sessões virtuais de correção. Não é possível precisar quantas horas foram dispendidas nesse processo, que teve resultados excelentes. Um trabalho que adiantou em muitos meses a publicação das obras, melhorou a qualidade do material que fica após o evento e o consolida no tempo. Desde o primeiro momento, fazer as correções foi apresentado como um desprendimento pessoal, ao qual não haveria uma retribuição palpável além de saber que era uma contribuição importante para o evento e, em alguma medida, o curso. Neste trabalho contribuíram: Brenda Mena Barreto Leal, Carlos Otaviano Passos, João Heitor Pereira, Pamela Monteiro Siqueira e Rodrigo Rosales Tapia.

Obrigado por terem aceitado fazer isso - e citando vocês, obrigado aos outros esforços que eventualmente não foram sequer conhecidos em sua plenitude pelos professores, mas ajudaram a fazer o evento.

Os professores, por sua vez, apoiaram de diversas outras formas, igualmente imprescindíveis. Da Direção da Faculdade de Direito, veio um apoio institucional constante, cuidadoso, que ofereceu diálogo e apoiou o evento de muitas maneiras materiais e imateriais, e também fez o evento possível como ele se desenrolou, com participação externa e diversas características difíceis de alcançar em tempos de crise. Da mesma forma, muitos professores se deslocaram de outros locais, alguns de fora do estado, para fazerem palestras e parte dos Grupos de Trabalho. Os professores do próprio curso apoiaram com muitas ideias, estruturas, disposição em viajar longamente para trazer um palestrante, permanência no *campus* para muito além de suas obrigações profissionais habituais ou agendas. Novamente, assim como com os alunos, houve muita vontade de fazer o evento acontecer e parte dos acontecimentos foi moldada para melhor por essa disposição.

Por fim, os Servidores Técnico-Administrativos em Educação contribuíram também em diversos momentos. Em especial, a disposição com a organização dos equipamentos para o auditório e as salas, um comprometimento que todos do *campus* se acostumaram a ter na organização dos eventos, mas que merece ser lembrado e agradecido a cada vez.

Assim, o evento teve 300 pessoas. Não é muito, a depender das considerações. Há mais eventos científicos com 300, e com 3.000 também, sendo feitos com frequência e formados por decisões profissionais objetivas e acertadas. Nesse caso, no entanto, a distância e as condições, assim como a vontade de fazer dar certo, fizeram do II EPRI um acontecimento cheio de intenções, contribuições e suor, especialmente por parte dos alunos. Se fazer um evento com 300 pessoas pode não ser difícil ou especial no geral, neste caso, foi, e temos certeza que muitos alunos entendem porque a lembrança dele traz à mente antes de tudo a passagem de Saint-Exupéry: "*L'essentiel est invisible pour les yeux*".

Dados do II Encontro de Pesquisas em Relações Internacionais

Palestras

O II EPRI contou com as seguintes palestras, em uma troca de experiências entre professores e incentivando o contato com os alunos presentes. A estrutura proposta é que as falas durassem cerca de quarenta minutos e permitissem perguntas ao final. Elas foram sequenciais, na mesma sala, todos os presentes puderam acompanhar elas.

As palestras eram o primeiro de dois eixos do evento. Ao lado dos Grupos de Trabalho, e elas foram o principal acontecimento, à semelhança do que ocorrem em diversos eventos consolidados brasileiros, no qual professores e pesquisadores são convidados a palestras e alunos, da graduação ao final do doutorado, contribuem em momentos de maior diálogo sobre o assunto de seus interesses nos grupos.

Palestras I - 1º dia noite - 07/11/2019

Presidência: Fabiane Simioni.

a) *A análise dos Sistema-Mundo e as Relações Internacionais: a contribuição de Immanuel Wallerstein* por Charles Pennaforte (UFPEL).

b) *Política externa energética das grandes potências* por Flávio Augusto Lira Nascimento (Unipampa).

c) *Institutos liberais no Brasil: novas formas de atuação estadunidense?* por Camila Feix Vidal (UFSC).

d) *Xenofobia estrutural no Estado brasileiro* por Giuliana Redin (UFSM), à distância.

Palestras II - 2º dia manhã - 08/11/2019

Presidência: Wagner Silveira Feloniuk.

a) *Desafios para a transição agroecológica: uma análise comparada Brasil e União Europeia* por Felipe Franz Wienke (FURG).

b) *A ascensão do conservadorismo global e seus reflexos no Brasil* por Daniel Marchiori Neto (UFPEL).

Palestras III - 2º dia noite - 08/11/2019

Presidência: José Carlos da Silva Cardozo.

a) *Quarenta anos de embates: o papel da República Islâmica do Irã no Oriente Médio e no sistema internacional* por Renato José da Costa (Unipampa).

b) *Das traduções culturais e dos transplantes jurídicos* por Gustavo Castagna Machado (UFPEL).

c) *Há uma agenda internacional sobre consumo sustentável?* por Joséli Fiorin Gomes (UFSM).

d) *RI e Rock: System of a Down e a luta pelo reconhecimento do Genocídio Armênio* por Amanda Muniz Oliveira (Unipampa).

Grupos de Trabalho

Os Grupos de Trabalho foram estruturados de maneira tradicional, como são em tantos eventos, mas foi tomado o cuidado de conceber eles da maneira que se promovesse ao máximo as qualidades potenciais do modelo. Assim, para cada apresentação foi entregue um total de 15 minutos e não havia limite estabelecido para o diálogo com os membros das bancas após a apresentação. Além disso, estabeleceu-se um limite de 10 apresentações por banca, viabilizando que um tempo tão grande fosse efetivamente cumprido e os apresentadores fossem efetivamente ouvidos e pudessem receber contribuições às suas pesquisas. Eles foram apresentados ao longo das tardes dos dois dias de evento - e muitas salas ficaram cheias de ouvintes, apresentadores e alunos do curso. Também houve o cuidado de não deixar um apresentador em dois grupos na mesma tarde, permitindo a submissão e publicação de até dois trabalhos por pessoa, mas não juntos, contribuindo para a não interrupção das discussões por movimentações nas salas.

Os trabalhos foram recebidos por meio de submissão virtual que se propôs a publicar todos os trabalhos efetivamente apresentados. Isso foi organizado por um edital público, inteiramente gratuito e aberto a todos, sem importar curso ou universidade, contanto que houvesse o liame com os temas dos grupos. Como inovação, foi aceito, exclusivamente na modalidade resumo expandido, a apresentação digital, por meio do envio de vídeos. Assim, ao fim, haviam passado pelo *double-blind peer review*

method, segundo critérios típicos de revistas científicas, um total de 83 trabalhos, de aproximadamente 100 submissões iniciais.

Os autores tiveram voz na escolha do grupo em que apresentariam, permitindo que eles se inserissem e conhecessem pesquisadores, tanto quanto possível, dentro de seus interesses. Enfim, foi empreendido um esforço de organização delicado para permitir que as pessoas estivessem a vontade e no melhor ambiente de aprendizado e diálogo possível.

A respeito dos trabalhos, cumprindo as propostas, houve a divisão interna dentre os seis assuntos inicialmente propostos pelos professores do curso de Relações Internacionais, esses grupos foram subdivididos tantas vezes quanto necessário. Foi especialmente impactante a quantidade de trabalhos a respeito do meio ambiente, firmando uma tendência que pode não ser comentada com frequência no Brasil, mas que parece a par da Europa e Estados Unidos, de ascensão do assunto na política, Direito e economia. Além dos temas efetivamente contemplados - que podem ser lidos nos temas e descrições abaixo - teria sido possível fazer ao menos uma seção inteiramente dedicada ao tema.

Grupos de Política Externa e História das Relações Internacionais

Descrição: este Grupo de Trabalho está apto a receber trabalhos nas áreas da História das Relações Internacionais e da Política Internacional. Serão aceitos trabalhos que versem sobre Teoria das Relações Internacionais, História das Relações Internacionais, Política Externa Brasileira, Política Externa e Comparada, Diplomacia e Segurança Internacional.

a) *GT 1 - I: Política Externa e história das Relações Internacionais* - 1º dia tarde - 07/11/2019 - Banca: Wagner Silveira Feloniuk (FURG), Fernando Comiran (FURG).

b) *GT 1 - II: Política Externa e história das Relações Internacionais* - 1º dia tarde - 07/11/2019 - Banca: Charles Pennaforte (UFPEL), Renatho José da Costa (Unipampa).

c) *GT 1 - III: Política Externa e história das Relações Internacionais* - 1º dia tarde - 07/11/2019 - Banca: Flávio Augusto Lira Nascimento (Unipampa), José Carlos da Silva Cardozo (FURG).

Grupo de Direito Internacional e Comparado

Descrição: este Grupo de Trabalho está apto a receber trabalhos relacionadas à dimensão jurídica das relações internacionais. Serão aceitos trabalhos sobre Organizações Internacionais, Regimes Internacionais, Direito Internacional (Público e Privado), Direito da Integração e demais áreas relacionadas ao plano jurídico global, internacional, regional e transnacional.

GT 2: Direito Internacional e Comparado - 1º dia tarde - 07/11/2019 - Banca: Daniel Lena Marchiori Neto (UFSM), Felipe Kern Moreira (FURG), Carolina Belasquem de Oliveira Gomes (FURG).

Grupos Economia e Comércio Internacional

Descrição: este Grupo do Trabalho está apto a receber trabalhos na área da Economia e do Comércio Internacional. Serão aceitos trabalhos nas áreas da Economia, nas mais diversas interfaces com o plano internacional (bilateral, multilateral, global, regional, transnacional), Comércio Exterior e internacionalização de empresas.

a) *GT 3 - I: Economia e comércio internacional* - 1º dia tarde - 07/11/2019 - Banca: Jonatas de Oliveira (FURG), Michelle Macia Viana Martins (FURG), Ricardo Saraiva Frio (FURG).

b) *GT 3 - II: Economia e comércio internacional* - 1º dia tarde - 07/11/2019 - Banca: Alécio Romero Gonçalves (FURG), Ricardo Aguirre Leal (FURG).

Grupo de Estudos de Fronteiras

Descrição: este Grupo de Trabalho está apto a receber trabalhos relacionados a pesquisas sobre aspectos sociais, econômicas e culturais de fronteiras tanto em sua dimensão político-física quanto simbólica. Serão aceitos trabalhos de diversas áreas do conhecimento relacionadas à temática de fronteiras, incluindo pesquisas multidisciplinares, integração regional, geografia, migrações, turismo e hospitalidade.

GT 4: Estudos de Fronteiras - 2º dia tarde - 08/11/2019 - Banca: Melise de Lima Pereira (FURG), Luiza Machado da Silva (FURG), Amanda Muniz Oliveira (Unipampa).

Grupos de Direitos Humanos e Relações Internacionais a partir de Perspectivas das Margens

Descrição: este Grupo de Trabalho está apto a receber trabalhos na área de Direitos Humanos e Teorias das Relações Internacionais enfatizando perspectivas críticas e/ou periféricas no estudo do internacional, dos Direitos Humanos e de áreas afins. Serão aceitos trabalhos a partir de abordagens neomarxistas como Teoria Crítica, Teoria da Dependência e Sistema Mundo; Feministas e Pós-Coloniais.

a) *GT 5 - I: Direitos Humanos e Relações Internacionais a partir de perspectivas das margens* - 08/11/2019 - Banca: Camila Feix Vidal (UFSC), Fabiane Simioni (FURG), Raphael de Boer (FURG).

b) *GT 5 - II: Direitos Humanos e Relações Internacionais a partir de perspectivas das margens* - 08/11/2019 - Banca: Kaciano Barbosa Gadelha (FURG), Gabriela de Moraes Kyrillos (FURG).

Grupo de Políticas Públicas Comparadas

Descrição: este Grupo de Trabalho está apto a receber trabalhos na área da análise de políticas públicas, preferencialmente a partir de uma abordagem metodológica comparada, ou seja, inserindo a possibilidade de cotejar experiências de dois países ou mais. Receberemos trabalhos que aprofundem o debate teórico e metodológico sobre as políticas públicas. Além disso, serão avaliados esboços que abordem setorialmente as políticas públicas, considerando por exemplo temas como saúde, meio ambiente, direitos humanos, energia, previdência e assistência social, judicialização, etc.

GT 6: Políticas públicas comparadas - 08/11/2019 - Banca: Joséli Fiorin Gomes (UFSC), Hemerson Luiz Pase (FURG), Wagner Silveira Feloniuk (FURG).

Publicações

A publicação dos trabalhos do II EPRI foi planejada com flexibilidade. Seriam livros virtuais a serem organizados de acordo com os acontecimentos do evento e a adesão do público-alvo. Como houve o envio de um grande número de trabalhos, houve a decisão

pela formação de quatro volumes. É um empreendimento levado a frente pelo esforço de organizadores, alunos e professores, com expressivo apoio da Direção da Faculdade de Direito.

O resultado final foi a divisão da seguinte maneira:

a) *Reflexões sobre o sistema internacional a partir dos Campos Neutrais*: composto pelos trabalhos de mestrados e doutorandos apresentadores em Grupos de Trabalho, professores palestrantes e pesquisadores da área e professores que participaram dos Grupos de Trabalho. Esta é uma obra formada por pesquisas em nível de pós-graduação, no qual há uma grande diversidade de assuntos que foram concatenados tematicamente e buscam representar o melhor da pesquisa da área nesta região. Nele, há exclusivamente artigos, em um total de quatorze.

b) *Relações Internacionais contemporâneas*: composto por pesquisas de alunos da graduação, na forma de artigos e resumos expandidos e com temas de política externa e relações internacionais. A maior parte dos trabalhos neste livro vieram do primeiro Grupo de Trabalho, de Política externa e história das Relações Internacionais, mas podem ser encontrados alguns trabalhos apresentados inicialmente outros grupos que foram depois enquadrados melhor nesta temática. Um total de vinte e um trabalhos compõe esse livro, sendo oito, artigos.

c) *Política Externa e Relações Econômicas Internacionais*: composto exclusivamente por trabalhos de alunos da graduação apresentados no II EPRI, evento do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande. Ele trata de temas relacionados à economia e política externa, e teve vinte e dois trabalhos. Nele é visível a profunda interligação do tema econômico com o meio ambiente atualmente, além da amplitude dos países estudados em continentes e momentos históricos escolhidos, alguns em suas relações com o Brasil e outros com foco exclusivo nos países objetos da pesquisa.

d) *Normas, instituições e poder a partir de perspectivas das margens*: o último livro composto por pesquisas dos alunos trata de temas de Direito Internacional, Direitos Humanos e reconhecimento de minorias. É um livro no qual os trabalhos envolvendo perspectivas das margens, vindas de demandas socialmente importantes, são apresentadas. É um campo no qual o *campus* tem

grande destaque e deu resultado ao livro com mais obras, um total de vinte e cinco, com nove artigos.

Estes livros são, até certa medida, a continuidade de três anteriores, lançados em função da organização do I EPRI, lançados em 2018. Eles ajudam a formar um corpo de trabalhos dos alunos do curso de Santa Vitória do Palmar e todos os estudantes de outras instituições que se deslocam até a cidade para participar do evento.

Santa Vitória do Palmar, junho de 2020.

Prof. Dr. Daniel Lena Marchiori Neto

Prof. Dr. Felipe Kern Moreira

Prof. Dr. Fernando Comiran

Prof. Dr. Wagner Feloniuk

Organizadores

Discurso de abertura do II Encontro de Pesquisa em Relações Internacionais

Primeiramente gostaria de saudar meus colegas e amigos queridos de mesa de abertura, Prof^ª. Bitiza Mascarenhas, vice-diretora do Campus, prof^ª. Gabriela Kyrillos e Prof. Wagner Feloniuk, Coordenadores docentes deste II EPRI. Saúdo especialmente, as discentes Carolina Mattos, Isabela Maroto e o Tobias Estanislau.

Saúdo também a todos os pesquisadores aqui presentes os quais nos dão o privilégio da presença em nosso campus FURG de Santa Vitória do Palmar. Alguns já eram colaboradores. No caso de algumas – Camila, Joséli e Luiza –, a insuportável saudade de alunos e professores fez retornar a esta casa para mais uma vez nos abraçar intelectualmente e lecionar. Alguns são novos amigos que conosco constroem pontes colaborativas inéditas.

Ao preparar estas palavras iniciais do evento fui assolado por diferentes sentimentos, ideias e palavras. Fiquei indeciso sobre o que diria nesta importante abertura. Diante de tal bloqueio saí hoje pela manhã para caminhar pelas ruas da acolhedora cidade de Santa Vitória do Palmar, aproveitando este belíssimo dia primaveril. Percorri a Barão e – a fim de buscar inspiração – fui tomar um sorvete no Konitos – o qual fortemente recomendo aos nossos visitantes. Escolhi – é claro – um sorvete de doce-de-leite o qual fui tomar sentado num banco da praça General Andrea. Ali, sentado, naquele banco, tomando aquele sorvete, embaixo do sol, fui impactado por um processo quase metafísico de intensificação de minhas sinapses criativas.

Eram as catorritas berrando lá no cimo nas palmeiras reais, o sorvete de doce-de-leite do Konitos, um banco de praça, embaixo do sol, em Santa Vitória. Uma epifania. Que momento! De tão animado

resolvi dar uma banda na praça, passei pela frente do Teatro Independência, um tanto preocupado: Minha vó já falava que homem de meia idade andando na praça – tipo numa quinta-feira de manhã – va-ga-bun-do (!) – só poderia ser confundido com um tarado. Sentei-me novamente no banco, olhei para frente e mirei - num frontispício em estilo neocolonial de uma casa – a data de 1861. Retornei de meus devaneios metafísicos. Esta antiga cidade, o Brasil e a Universidade. Estava em Santa Vitória para o II Encontro de Pesquisa em Relações Internacionais.

Então eu me fiz a mesma pergunta que Darcy Ribeiro se fez quando percorreu esses campos neutrais em fuga para o exílio em Montevideo naquele fatídico primeiro semestre de 1964. Pergunta que inúmeras vezes – retoricamente – ele formulou. Onde, quando, nós erramos? Sim temos errado feio e repetidas vezes. Por que continuamos relegados a este pesadelo de um quase, da condição periférica do sistema internacional? Nestes dias, o Die Zeit divulgou uma classificação dos regimes políticos de países latino-americanos: o Brasil é o único na extrema direita. Contudo, hoje, aqui na Universidade, não teremos este Muro de lamentações, na Universidade não queremos muros, tampouco lamentações.

Mais do que nunca a Universidade brasileira é chamada a pensar os problemas do Brasil e do mundo, com ousadia, com criatividade, com o coração e com as vísceras, com cordialidade. Na universidade pública brasileira treinamos nossas melhores mentes, nesta sala, neste evento, podemos até não nos reconhecer, mas somos o que de melhor o país tem. Esta é uma tremenda responsabilidade para nós professores que treinamos e formamos estes jovens pesquisadores que aqui estão.

Devemos resgatar as Utopias. Utopias que levaram o tenaz professor Daniel Lena Marchiori Neto, prof. Luciano Vaz Ferreira e este animal professor que vos fala, a sonharem com um evento científico criativo, ousado, festivo, altivo, aqui nos pacíficos Campos Neutrais, de onde construímos uma nova e revolucionária história. Eu não estou exagerando, temos mais de duas centenas de participantes (230 inscritos), e quase uma centena de trabalhos científicos (96 trabalhos) no campus FURG de Santa Vitória do Palmar. Este sonho lúcido contagiou outros tantos, outras tantas. Temos tudo de que precisamos, temos o mais importante, temos

nossas humanidades, temos uns aos outros, temos nossos sonhos, temos nossos afetos e uma vontade férrea de pensarmos e transformarmos o Brasil e o mundo. Aqui no Campus FURG Santa Vitória do Palmar, nós, funcionários e funcionárias, alunos e alunas, professores e professoras damos nosso sangue e nossa alma por uma educação pública, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada e comprometida.

Ao final, gostaria de expressar o mais profundo agradecimento – da parte da Faculdade de Direito – aos Coordenadores-Gerais docentes deste evento, prof. Wagner Feloniuk e prof^ª. Gabriela Kyrillos, que conseguiram ir além das utopias e realizar, com ajuda de uma equipe competentíssima, este segundo EPRI que está somente começando.

Muito obrigado!

Santa Vitória do Palmar, 07 de novembro de 2019.

Prof. Dr. Felipe Kern Moreira

EXAME DAS MISSÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ PELA ARQUITETURA DE PAZ E SEGURANÇA AFRICANA-APSA*

Lorena Salgado Pedrosa**

Introdução

Durante mais de três décadas, a Organização da Unidade Africana atuou no continente africano; no entanto, novas demandas começaram a surgir durante a década de 1990. Diversos conflitos eclodiram na África durante esse período, o que fez com que a organização não atendesse o caráter securitário que o continente necessitava. Com isso, a organização foi substituída pela União Africana, que assumiu um papel de maior preocupação com a defesa e segurança do território, criando assim, capacidades para definir, através do Conselho de Segurança da Organização, uma Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA), que ainda está em constante evolução e focada no crescimento e efetividade de seus pilares para realizar a manutenção da paz e segurança na África. A Arquitetura de Paz e Segurança foi consolidada como uma resposta dos Estados africanos, sob a capacidade da UA, como oportunidade de limitar as disputas que assolam o continente. Visando compreender todos os processos de um provável conflito, ou seja, executando ações de peacemaking e peacebuilding. (SANTOS, 2011, p. 13).

A União Africana apresenta um histórico de realizações no campo da paz e segurança bem diferente da Organização da Unidade Africana. As instituições que compõem a APSA têm como objetivo atuar nas missões de paz dos Estados-membros da UA quando for

* Trabalho realizado sob orientação do docente Felipe Kern Moreira.

** Graduanda do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

necessário. O presente capítulo visa discorrer sobre as missões da União Africana, intercaladas na escala de tempo desde 2003 até 2015. Dentro disso, primeiramente será analisado como a ONU lida com os conflitos africanos, e, posteriormente, as missões que já foram concluídas, e as missões que ainda estão em curso, buscando analisar se as intervenções cumpriram seus objetivos e por quais motivos algumas continuam ativas.

1 Antecedentes da APSA

Em 2002, na África do Sul, ocorreu a Primeira Sessão Ordinária da Assembleia de Chefes de Estado e de Governo da União Africana, onde se adotou o Protocolo sobre o Estabelecimento do Conselho de Paz e Segurança da UA, que apesar de entrar em vigor em dezembro de 2003, depois de ter sido ratificado por 27 dos 53 Estados membros, só começou a atuar em maio de 2004. Neste Protocolo foi considerado o Ato constitutivo da UA e o Tratado que cria a Comunidade Econômica Africana, assim como a Carta das Nações Unidas. O Conselho é considerado o principal órgão decisório da organização africana ao que diz respeito à segurança, isso é retratado já no prólogo do protocolo, que ressalta a preocupação com o declive socioeconômico causado pelos conflitos armados no continente e a busca por soluções.

O objetivo do Protocolo foi de criar uma estrutura operacional para a implementação efetiva das decisões tomadas na área de prevenção de conflitos, manutenção da paz, de operações e intervenção de apoio à paz, bem como de edificação da paz e de reconstrução pós-conflito. Desta forma, o Artigo 2 (1), pelos termos do Artigo 5 (2) do Ato Constitutivo da UA cria um Conselho de Paz e Segurança (PSC) como um órgão decisório permanente para a prevenção, gestão e resolução de conflitos (AU, 2002a). O Conselho de Paz e Segurança foi pensado para ser uma estrutura de segurança coletiva para gerar uma resposta eficaz quanto os conflitos e crises no continente (AKOKPARI, 2016, p. 35).

Pode-se dizer que o Conselho de Paz e Segurança da UA é o órgão de tomada de decisão para gestão e resolução de conflitos na África, que tem como objetivo dar respostas rápidas a qualquer situação conflituosa no continente, dessa forma, conclui-se que o

PSC é o pilar principal da APSA. Dentro disso, o próprio Protocolo sobre o Estabelecimento do PSC, como já citado, apresenta as estruturas de apoio que auxiliam na manutenção de paz, que também são conhecidas como os pilares da Arquitetura de Paz e Segurança Africana: Painel dos Sábios, Sistema Continental de Alerta Antecipado, Força de Reserva Africana, Fundo da Paz e as Comunidades Econômicas Regionais (CER'S).

2 A atuação da ONU na manutenção de paz no continente africano

A Organização das Nações Unidas (ONU) possui 193 Estados-membros e a Carta da ONU entrou em vigor em outubro de 1945. Este instrumento foi crucial no cenário mundial e nas relações interestatais, pois essa preza por manter a paz e segurança dos países através da cooperação internacional, gerando assim uma ideia de segurança coletiva. O capítulo VII da Carta apresenta situações de ações relativas à ameaça à paz, ruptura da paz e atos de agressão, e considera questões de como agir nestes casos, para o restabelecimento da paz, questões estas divididas em duas principais ações: isolamento ou intervenção (PATRIOTA, 2010, p. 24). O Conselho de Segurança da ONU tem a responsabilidade de autorizar a intervenção militar e não militar sob o direito individual ou coletivo da legítima defesa citado no Artigo 51. Por mais que a Carta não faça referência explícita às operações de paz, outros mecanismos¹ foram essenciais para estabelecer essas ações, gerando conceitos como o de diplomacia preventiva, promoção da paz, manutenção da paz, imposição da paz e consolidação da paz, que são fases que guiam o processo em uma missão (BIGATÃO, 2009, p. 42).

Existem três fases de evolução da ONU quanto à manutenção da paz dentro do continente africano. A primeira delas foi no período da Guerra Fria, marcado principalmente pela Missão das Nações Unidas no Congo (ONUC), que teve a duração de quatro anos, mas contou com diversas controvérsias, ocasionando no distanciamento

¹ “Uma Agenda para a Paz”, apresentado pelo Secretário-Geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, em 17 de Junho de 1992; e “Suplemento de Uma Agenda para a Paz”, de 3 de Janeiro de 1995 (BIGATÃO, 2009, 2). Os documentos estão disponíveis em <<https://www.un.org/en/sections/general/documents/>> Acesso em 2 de Outubro de 2019.

do Conselho de Segurança da ONU nas missões de grande escala por cerca de duas décadas. A segunda fase foi no período pós-Guerra Fria, que se estendeu durante a década de 1990. As intervenções realizadas em Namíbia e Moçambique tiveram bons resultados, diferente das Missões das Nações Unidas em Angola e no Saara Ocidental, que não foram eficazes o suficiente para o retorno da paz. Os conflitos na Somália (1993) e em Ruanda (1994) obtiveram uma indiferença por parte da ONU, ocasionando situações desastrosas que impactaram a revisão dos ideais dos Estados africanos quanto à paz e segurança. A terceira fase marcada pelas organizações como a CEDEAO e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), que tentaram ocupar o espaço que a ONU abandonou por uns anos, até 1999, onde as grandes operações de manutenção voltaram a ser autorizadas pelo CSNU (BIGATÃO, 2009, p. 89).

Grande parte das operações já realizadas pela ONU foram voltadas para conflitos na África. Este cenário continua até os dias atuais, sendo possível analisar que das 14 operações de paz² da Organização em 2019, sete destas se concentram no continente africano. Essas questões ressaltam a importância no capítulo VIII da Carta da ONU, que indica a cooperação com organismos regionais para aprimorar os mecanismos de manutenção da paz. Apesar da ONU ter uma atuação expressiva no continente, não é em todos os conflitos que esta vai realizar uma operação de paz, fazendo com que a União Africana utilize seus instrumentos da APSA. Por mais que a UA demonstre bastante empenho na manutenção da paz e segurança, não possui tanta capacidade e recursos quanto a ONU, sendo extremamente válida a cooperação (PATERSON, 2012, p. 8).

Torna-se comum para o povo africano afirmar que o CSNU precisa de mais capacidade e vontade para resolver os problemas de uma forma mais eficaz. Além disso, existem alguns fatores que influenciam esse pensamento, como a diferença de recursos enviados para a África em relação a outras regiões, tendendo para a maior cooperação e generosidade com o ocidente, bem como quanto à seletividade de certos membros permanentes do CSNU, que se mostram mais determinados a apoiar operações de paz em suas ex-

² Para analisar as operações de paz da ONU de Julho de 2019 ir para o Anexo 1.

colônias ou em Estados situados em regiões sobre o qual o membro tem grande influência cultural, econômica, militar ou política (ESCOSTEGUY, 2011, 34, apud OTHIENO e SAMSUWO, 2007, p. 34). Isso impulsionou os africanos a pensar em resolver os próprios problemas na tentativa de neutralizar os conflitos.

3.1 Missões já concluídas pela União Africana

Durante as quase duas décadas da UA, nota-se o ativismo³ desta em missões de apoio em diversas regiões do continente, algumas já concluídas e outras que permanecem até os dias atuais. Como afirma Santos (2011), a União Africana tem tomado iniciativas diante da abstenção das Nações Unidas, isso reflete no Ato Constitutivo da UA, que permite a intervenção da Organização em situações não contempladas na Carta da organização mundial (2011, p. 81).

Ao todo, são quatro missões já concluídas pela União Africana dentro do continente, a Missão da União Africana no Burundi, instituída para alcançar a estabilidade política na região; a missão da União Africana no Sudão, para o *peacebuilding* da Guerra Civil e tentativa de evitar ataques de grupos rebeldes contra o governo; a Missão da União Africana em Comores, instaurada para a volta da democracia na ilha; e a Missão da União Africana na República Centro-Africana contra golpes de grupos rebeldes e restauração da paz.

3.1.2 Missão da União Africana no Burundi

Em 2003, a União Africana autorizou a primeira missão de paz sob seu mandato, a Missão da União Africana no Burundi (AMIB), que iniciou antes mesmo do Conselho de Paz e Segurança ser inaugurado. A missão refletiu o desejo da nova organização africana de intervir em conflitos do continente (SERPA, 2017, p. 59). Para entender o motivo da intervenção, cabe analisar o contexto político em meados de 1990, no que diz respeito à divisão étnica entre dois povos: 14% da população tutsi e 85% hutu (idem, p. 59). Apesar da maioria hutu, desde antes da independência, todo o poder estatal e privilégios socioeconômicos pertenciam aos tutsis, levando em conta

³ Para mais informações sobre as missões de paz da União Africana ir para o Anexo 2.

que os colonizadores apoiavam essa divisão étnica. No entanto, com o fim da colonização, as etnias foram se dividindo em grupos rivais que disputavam o controle do poder estatal. Embora a região contasse com muitos partidos políticos, existia a ampla polarização entre os dois grupos (MITI, 2012, p. 27).

O ano de 1993 foi marcado por uma iniciativa de negociação entre ambas as partes, que resultou na primeira eleição livre no Burundi. O presidente eleito foi Melchior Ndadaye, que pela primeira vez representava um hutu no poder. No entanto, no mesmo ano da eleição, Ndadaye foi assassinado, refletindo na volta da violência no Estado, a qual foi marcada principalmente pela guerra civil que matou aproximadamente 35 mil pessoas. (ESCOSTEGUY, 2011, p. 122; SERPA, 2017, p. 60; MITI, 2012, p. 28) Nos anos seguintes, foi desenvolvido um processo negociador, que resultou no Acordo de Paz e Reconciliação para Burundi, que foi assinado em Arusha, em 2000. O Acordo recomendou um breve processo para a solução do conflito no Burundi, que resultaria em eleições gerais em 2005, através do Governo de Transição (TGoB, do inglês Transitional Government of Burundi), que seria um processo de distribuição de poder (power-sharing), para que os tutsi e hutus representassem o próprio povo em diferentes mandatos. Porém, o acordo não foi aceito por todas as delegações. (OTAVIO, CARDOSO, 2015, p. 104; SERPA, 2017, p. 61; ESCOSTEGUY, 2011, p. 129).

Como resultado, a violência não diminuiu e a ONU optou por não fazer uma missão no Burundi enquanto um acordo não fosse estabelecido entre as delegações e solicitou uma atuação da força africana no combate. Nesse contexto, a União Africana ainda estava se consolidando e a África do Sul atuou enviando cerca de 700 soldados ao local conflituoso, com o objetivo de acelerar o processo de cessar-fogo. Esses acontecimentos foram as bases para a execução da missão de paz em 2003 (SERPA, 2017, p. 61).

Em 2003, em Adis Abeba, na 91ª Cúpula Ordinária do Mecanismo para a Prevenção, Gerenciamento e Resolução de Conflitos da UA foi desdobrada a Missão da União Africana no Burundi (African Union Mission in Burundi - AMIB) a qual inicialmente tinha a previsão de operar por um ano, sendo possível a renovação de seis em seis meses. Os líderes africanos de países como

a África do Sul, Etiópia e Moçambique mandaram apoio militar e viram esse acontecimento como uma maneira de se distanciarem do legado da antiga Organização, mostrando a vontade de assumir um papel de manutenção da paz na região (SANTOS, 2011, p. 82). A missão contou com o total de 3.335 soldados, além de membros civis e 43 observadores militares vindo de Burkina Faso, Tunísia, Mali, Gabão e Togo, além destes Estados, a África do Sul comprometeu-se com a maior parte do pessoal, tanto no campo quanto na sede (PEEN RODT, 2011, p. 17). Essa ajuda iria colaborar com a estabilidade política e econômica do Burundi, a partir da efetivação de um acordo de cessar-fogo, do apoio a iniciativas de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR), e, entre outros, assegurar condições favoráveis para uma missão de manutenção de paz da ONU direcionada ao Estado (MURITHI, 2008, p. 75; OTAVIO, CARDOSO, 2015, p. 104).

A missão do Burundi apresentou fortes atuações na área de *peacebuilding*, voltando sua atuação para a proteção dos civis. A AMIB se empenhou em reconstruir a paz no país, prevenindo grandes conflitos, bem como criando bases para reconstruir todo o território, tornando-se uma missão com múltiplas dimensões (ESCOSTEGUY, 2011, p. 83; SERPA, 2017, p. 62). A missão enfrentou problemas como a escassez de recursos financeiros as quais era essencial para concluir o seu mandato com eficiência. No início da missão, o orçamento era de 110 milhões de dólares por ano; no entanto, no fim da missão, todo o orçamento ficou em 134 milhões de dólares (SVENSSON, 2008, p. 13). Como a União Africana ainda estava se solidificando, os números indicavam que seria necessário o apoio de doações externas para arcar com a missão. Desta forma, os principais financiadores internacionais foram os Estados Unidos e a União Européia. Vale salientar, que a ONU se mostrou indiferente quanto à ajuda financeira, aconselhando a AMIB a diminuir os custos. Contudo, dentre os países africanos, a África do Sul financiou 70 milhões de dólares, sendo esta a maior doação, fazendo com que a missão acontecesse com sucesso (AGOAGYE, 2004, p. 13, SANTOS, 2011, p. 84).

Dessa forma, conclui-se que a AMIB agiu de forma rápida no Burundi, cumprindo com os objetivos do mandato, deixando grande parte da região segura, através da suspensão do conflito. Com isso, a

ONU implementou em 2004, a Operação de Paz das Nações Unidas no Burundi (ONUB), para auxiliar as tropas da AMIB. Nesse contexto, em 2006, a operação da ONU foi trocada por um escritório integrado da ONU no Burundi (BINUB), encerrando o processo de *peacebuilding* no país (SVENSSON, 2008, p. 14, PEEN RODT, 2011, p. 12; MURITHI, 2008, p. 76; AGOAGYE, 2004, p. 15).

3.1.3 Missão da União Africana no Sudão

A segunda atuação foi a Missão da União Africana no Sudão, em Darfur. Esta contou com duas tentativas, a AMIS I e II de 2004 a 2007, no entanto, como será analisada, a missão teve que ser substituída pela missão híbrida com a ONU (UNAMID). O Sudão, especialmente a região de Darfur, é marcado por um cenário de crise instável com um conflito que se estende há muitos anos. Em 1956, deu-se a independência do Sudão, e logo em seguida o Estado entrava numa guerra civil, isso porque o Sul tinha privilégios frente às outras regiões e povos, e isto gerava o afastamento político, social e econômico das áreas que não eram centrais. A Primeira Guerra civil se estendeu até 1972, quando foi estabelecido o Acordo de Paz de Addis Ababa. No entanto, a disparidade entre os povos era voluptuosa, ocasionando a segunda guerra civil, que perdurou até 2005, com a assinatura do Comprehensive Peace Agreement (CPA). No processo de efetivação do CPA, um novo conflito se instaurou na região, com dois grupos rebeldes que se opunham ao governo de Cartum e à maneira com o qual este não dava atenção às áreas periféricas, bem como, ao povo árabe. Dentro disso, o governo de Cartum respondeu a esses ataques armando milícias árabes e incentivando conflitos étnicos. O conjunto desses fatos foi o estopim para o conflito se alastrar em 2003 (SCHNEIDER, 2008, p. 46, BADMUS, 2008, p. 316).

Em abril de 2004, foi estipulado um Acordo de Cessar-Fogo Humanitário (HCFA), firmado entre os grupos rebeldes e o governo do Sudão. O acordo garantia o compromisso de ambos os lados para a ajuda com o acesso do apoio humanitário na região. Em 2004, a UA começou uma missão em Darfur, a African Union Mission in Sudan (AMIS), através da assinatura do “Agreement on the Modalities for the Establishment of the Ceasefire Commission and

the Deployment of Observers in Darfur”. O primeiro mandato da missão (AMIS I) se limitava ao controle da efetividade do HCFA e ao envio de 60 observadores militares e 300 militares para protegê-los. No entanto, as partes não estavam cumprindo com o acordo, fazendo com que o PSC da UA, aumentasse o contingente da missão, acrescentando tropas de policiais civis (CIVPOL em inglês). Dessa forma, a missão foi substituída pela AMIS II, contando com um contingente militar e civil de mais de 2000 indivíduos. A segunda missão tinha uma postura mais pró-ativa, como ajudar na manutenção da paz e segurança e facilitar as rotas dos deslocados internos, bem como a ajuda humanitária (BARBOSA, 2009, p. 128; AGUILAR; MARQUEZI, 2017, p. 9).

Nesse sentido, a AMIS não atingiu todos os objetivos previstos para a região, mas foi eficaz quanto à prestação de ajuda a agentes civis, quanto à securitização dos lugares que continham refugiados, bem como as entidades de ajuda humanitária. A missão permaneceu em Darfur por três anos (2004-2007), atuando como instrumento pacificador com apoio do Conselho de Segurança, mas, esta não conseguiu acabar com os conflitos, isso por conta da deficiência operacional e da falta de recursos da UA, bem como a falta de logística e situação financeira (SAKA, OMEDE, 2012, p. 65). Por esses motivos, com o agravamento da crise humanitária, deu-se a substituição da AMIS pela UNAMID (BELLAMY; WILLIAMS, 2010, p. 66).

A UNAMID foi criada pela Resolução 1769 em 2007, aprovada pelo Conselho de Segurança, e seus principais objetivos giravam em torno de defender a população civil, e outros deveres multidimensionais, como dar assistência humanitária, prestar auxílio quanto à democracia do país, conferir a implementação dos acordos de paz, entre outros. A missão foi constituída como missão híbrida da ONU e União Africana, para estabelecerem a paz em Darfur. A diferença dessa operação foi a permissão do uso da força. No entanto, a data prevista para o começo da atuação atrasou por vários meses, por que a oposição do governo do Sudão bloqueou a ideia da intervenção pela ONU, com a justificativa de que esta seria um dispositivo das grandes potências que queriam recolonizar o Sudão, e expropriar os seus bens, principalmente, o petróleo (CARNEIRO, 2013, p. 51 apud PRUNIER, 2007).

Com isso, a missão híbrida surgiu como uma solução para conciliar a oposição do governo do Sudão a uma missão da ONU e a indispensabilidade de uma missão para a manutenção da paz na região. A missão ainda se encontra ativa, Sendo que em julho de 2019, a operação se encontra no ranking de 6ª maior missão da ONU⁴. Durante os anos de operação, alguns empecilhos ainda atrapalham o andamento e efetividade desta, como a pouca ajuda do governo sudanês, o longo tempo de espera por parte dos países apoiadores, pouca segurança e falta de logística no país, que tem uma área territorial bem extensa, semidesértica e com baixa infraestrutura. Por fim, a UNAMID mantém o caráter fortemente africano, mas com uma maior capacidade de cumprir o mandato, com a ajuda da ONU. Com os relatórios da ONU é notável que a violência em Darfur tenha diminuído. Por isso, em 2017, o Conselho de Segurança da ONU aprovou uma redução do efetivo da missão (AU, 2017a; AGUILAR; MARQUEZI, 2017, p. 13).

3.1.4 Missão da União Africana em Comores

No ano de 2008 viu-se o resultado da terceira missão da União Africana que aconteceu em Comores, a qual acompanhou todo o processo eleitoral da região e foi pautada na defesa da democracia. A ilha de Comores tem três ilhas principais: Grande Comore, Anjouan e Mohéli. Desde a independência do arquipélago diversos conflitos políticos internos foram desencadeados; prova disso é que, durante o período de atuação da OUA, foram autorizadas três missões desta para as ilhas Comores (OMIC I, II, III) (ROSSI, 2016, p. 66). Depois da substituição da Organização, a União Africana seguiu acompanhando a situação do local, com a Missão de Observação nas Ilhas Comores (MIOC) realizada em 2004. Em 2006, a UA iniciou a Missão de apoio às Eleições nas Ilhas Comores (AMISEC), com o objetivo de fortalecer a segurança, bem como prestar apoio técnico, financeiro e logístico para as eleições presidenciais daquele ano (WILLIAMS, 2010, p. 4).

Em 2007, estavam previstas as eleições em cada uma das ilhas; logo, a União Africana mandou uma missão de assistência

⁴ Para analisar os recursos das missões da ONU ir para o Anexo 3.

eleitoral e de segurança para a ilha para acompanhar o processo eleitoral. A AU Electoral and Security Assistance Mission to the Comoros (MAES), que tinha como função assegurar que as eleições iriam funcionar de forma democrática. Com o fim da missão, a organização concluiu que houve irregularidades durante as eleições (fraudes e intimidações), como resultado, o processo democrático foi adiado, fazendo eclodir diversos conflitos em Comores. Dentro desse contexto, um dos candidatos da ilha de Anjouan, Coronel Mohamed Bacar se declarou vitorioso, desconsiderando a ordem da UA, fazendo com que a organização não considerasse este cargo legítimo (SANTOS, 2011, p. 93; WILLIAMS, 2010, p. 5).

No mesmo ano, a UA aplicou sanções contra Bacar e exigiu a realização de novas eleições. Além disso, a organização contou com a ajuda de certos Estados Membros: Tanzânia, Líbia, Senegal e Sudão, bem como com o apoio internacional. Em 2008, foi realizada uma intervenção militar da União Africana para acabar com a ordem inconstitucional. Em menos de 24 horas, as forças retomaram o controle da ilha, e quanto a Mohamed Bacar, este fugiu para a ilha de Mayotte (província francesa) com pedido de asilo político que o foi negado posteriormente. Em junho de 2008, aconteceu a nova eleição na ilha de maneira pacífica. Conclui-se que a missão em Comores foi completada com êxito, porque ajudou na volta da democracia no país (APPIAH, 2018, p. 63).

3.1.5 Missão da União Africana em Mali

Em 2012, foi instaurada a Missão Internacional de Suporte ao Mali, liderada pela União Africana (AFISMA). Mali foi colonizada pela França, e adquiriu sua independência na década de 1960. Este é considerado um dos Estados mais pobres do mundo, apresentando uma baixa taxa de IDH. A missão de apoio realizada pela organização africana está relacionada com o contexto histórico de diversas rebeliões e conflitos durante todo o período de pós independência, ligado ao povo tuaregue e o desejo destes de se tornarem um Estado autônomo, cujo nome seria Azawad. Por essa razão, durante várias décadas este povo afirmava um isolamento, discriminação e marginalização por parte do governo para com eles. Sendo assim, em 2012, o Movimento Nacional pela Libertação de

Azawad (MNLA), começou a quarta rebelião tuaregue, atacando a região norte do país, causando uma escalada de conflitos entre os tuaregues e as forças do governo nos primeiros meses do mesmo ano, alcançando o controle da área desejada do Estado e se aliando a grupos radicais islâmicos para garantir a independência de Azawad (ALBRECHT et al., 2017, p. 21).

O ano de 2012 foi marcado por um cenário violento e a comunidade internacional condenou o país, por conta da declaração de independência do MNLA. A União Africana e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) agiram contra o golpe e suspenderam o Mali das organizações, além de imporem sanções ao país. O Conselho de Segurança da ONU autorizou, mediante a Resolução 2085, o envio de uma força internacional com a liderança de tropas da África, para recuperar a região norte de Mali e ajudar na grave instabilidade. Essa implantação de força ficou conhecida como Missão Internacional de Suporte ao Mali liderada pela África (AFISMA), prevista para começar em setembro de 2013, com o objetivo de retornar a ordem constitucional no país (ROBERTO et al., 2013, p. 78).

No entanto, o grupo rebelde invadiu outra cidade de Mali, em janeiro de 2013, fazendo com que o governo de Mali solicitasse assistência internacional para a ONU. A França agiu de forma imediata e interveio na região, mesmo assim, as hostilidades seguiram com graves violações de direitos humanos, fazendo com que as tropas da AFISMA atuassem prontamente, essa reação ocasionou a retomada de importantes regiões do Estado. No entanto, a crise do Mali não foi totalmente solucionada, por parte da UA e CEDEAO, principalmente por conta de financiamento, apoio político e capacidade. Em compensação, estas cumpriram com a volta do controle das regiões para o governo do país. Em julho de 2013, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Missão Multidimensional de Estabilização Integrada no Mali (MINUSMA), que sucedeu a AFISMA, com a função de apoiar o governo de transição, ajudar na estabilização do Estado e garantir a não retomada do conflito. Quanto ao governo de Mali e os tuaregueses, estes assinaram um acordo de paz no mesmo ano para restabelecer a paz e realizar novas eleições. Embora toda essa situação seja a favor da manutenção da segurança e paz, atualmente a violência ainda persiste em algumas

áreas no norte do Estado e a ONU continua com a operação nessa região (DUARTE, 2013, p. 7).

3.1.6 Missão da União Africana na República Centro-Africana

Assim como aconteceu em Mali, quando se tornou independente da França, na década de 1960, o cenário interno da República Centro-Africana (RCA) não se deu de forma positiva, pois este foi visto como um país falido. Desde então, diversos golpes e contragolpes impactaram a política e a fragilidade econômica do Estado, os conflitos entre as comunidades giraram em torno da garantia ao acesso a recursos, o desejo de comandar o comércio e de pertencerem à determinada cultura. A Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), já tomou iniciativas para assumir um papel de intermediador de conflitos dentro do país, porém as desavenças regionais debilitaram tais ações. Em 2013, houve uma grave crise no país, que se agravou ainda mais com um golpe feito por grupos rebeldes muçulmanos, que representavam a minoria da população na região e disputavam por território e poder. No entanto, exércitos cristãos agiram contra essa ação, fazendo com que o panorama do país se tornasse um caos humanitário que continua até os dias atuais, com diversas regiões atingidas e milhares de refugiados, devido à grande violência (SILVA, 2018a, p. 11).

Essa situação, fez com que, em 2014, fosse efetuada a Missão da República Centro-Africana Liderado por africanos com suporte internacional (MISCA), que foi uma atuação temporária liderada pela UA, com o apoio de tropas francesas. A missão foi autorizada pelo Conselho de Segurança da ONU, prevista com a duração de um ano, sendo que, esta tinha como objetivo dar proteção aos civis e promover a restauração da ordem bem como da paz e segurança no território. A MISCA contou com dois mil soldados da França e mil militares das Forças da UA, fazendo com que a missão desse suporte para certo grupo de civis, mas ao mesmo tempo, devido à intensidade do conflito, não foi possível extinguir as desavenças entre as etnias (SILVA, 2018a, p. 14).

Sendo assim, a grave situação na RCA fez com que, em 2014, a ONU substituísse a MISCA para a MINUSCA (operação de paz multidimensional da ONU), e alcançasse mais apoio na comunidade

internacional, fazendo com que esta se tornasse uma das maiores missões de manutenção da paz dirigidas pela organização. Como principal função, a MINUSCA preza por garantir a proteção dos civis e a segurança de lugares seguros para a instalação de mais missões em outros locais do país. De todo modo, o conflito não acabou e a missão segue até hoje sob a responsabilidade da ONU e das tropas dos Estados Membros, no entanto, vale ressaltar que tanto a atuação dos mecanismos internacionais quanto dos Estados africanos é essencial para a manutenção da paz no RCA (SILVA, 2018a, p. 19).

3.2 Missões que permanecem ativas na África pela União Africana e sua APSA

Até o momento, foram vistas intervenções realizadas pela União Africana que foram concluídas pelo avanço na restauração da paz, ou aquelas que por outro lado, tiveram que ser substituídas por operações de paz da ONU. Nesta sessão serão descritas as missões que continuam até hoje no continente pela liderança da organização africana. A Missão da União Africana na Somália, voltada à diminuir a violência no território geradas por facções; e a resposta da União Africana contra os grupos rebeldes transnacionais, o boko haram e Exército de Resistência do Senhor.

3.2.1 Missão da União Africana na Somália

O conflito na Somália é muito complexo, por ser caracterizado em centralista e interno regionalista, ou seja, de um lado existem grupos lutando para alcançar o controle estatal e assumir o governo, e, de outro, existem regiões reivindicando autonomia (SERPA, 2017, 69 apud ZARTMAN, 2015). Para compreender como se deu o estopim do cenário caótico que o país vem passando durante mais de duas décadas é preciso discorrer sobre o momento pós Guerra Fria, onde diversos países africanos passavam por grandes instabilidades políticas, o que pra Somália, não foi diferente. Em 1991, acabou o regime militar em que o país se encontrava desde 1969, isso porque o então presidente, Mohammed Siad Barre, foi deposto. Como resultado, a Somália viveu num sistema anárquico que fragmentou o território em diversas sub-regiões (controladas pelos warlords)

tentando alcançar o poder, e duas regiões proclamaram a sua independência, a Somalilândia e Puntlândia, que não foram reconhecidas pela comunidade internacional (SANTOS, 2011, p. 80).

Esse cenário desencadeou uma longa guerra civil, que está longe de se tornar extinta. Cada sub-região é comandada por diferentes facções, isso despertou o olhar internacional, fazendo com que a ONU instaurasse operações de paz para o local, bem como aprovasse missões. Começou em 1992, pela Operação das Nações Unidas na Somália I (UNOSOM I), seguida da Força Tarefa Unificada (UNITAF-United Task Force on Somalia) organizada pelos Estados Unidos, e substituída pela Operação das Nações Unidas na Somália II (UNOSOM II). No entanto, todas tiveram problemas em se manter no local devido aos casos de terrorismo e atentados por parte dos grupos rebeldes (PATRIOTA, 2010, 67; PEDRA, 2013, p. 24).

A ONU então, se retirou em 1995, dessa forma, até 2007, a Somália não contou com nenhuma missão de paz, mesmo com a guerra civil ainda ativa, refletindo certa indiferença por parte dos países não africanos. Já o IGAD (Intergovernmental Authority on Development, em inglês), um dos grupos das RECs, realizou tentativas de estabilização no país, através da mediação com as partes em conflito, com um acordo de paz em 2004, que foi marcado pela criação de um Governo Federal de Transição (TFG, em inglês) com o objetivo de restabelecer as entidades nacionais. Essa iniciativa foi reconhecida pelo sistema internacional, mas esses avanços não trouxeram resultados de longo prazo para a região, pois não conseguiram estabilizar o território (HUSSEIN, 2012, p. 10)

Foi neste cenário que a União Africana, com a autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas, implantou a Missão da União Africana na Somália AMISOM (African Union Mission in Somalia, em inglês), com a função de auxiliar o governo de transição para a estabilidade da região bem como criar condições para a ajuda humanitária. A missão continua até hoje, e é composta por militares, policiais e civis, a qual começou com o contingente de 2.000 soldados e atualmente já somam mais de 22.000 (PEDRA, 2013, p. 25)

Com o passar dos anos, os grupos rebeldes adaptaram novas táticas de ação, diminuindo o confronto direto com as forças da UA, mas alcançando maiores proporções, fazendo com que a tentativa de

manutenção da paz por parte do organismo africano se dificulte mais. Existem até hoje problemas logísticos, operacionais para deslocar as tropas, e falta de recursos. Apesar dos problemas da missão, a ONU não tem se mostrado indiferente, prova disto é que o Conselho de Segurança já renovou o mandato da AMISOM seis vezes: anualmente de 2011 a 2017. Ao mesmo tempo, essas renovações demonstram que o futuro do país e da missão ainda é muito incerto. Mesmo com os desafios da operação, vale destacar o mérito da organização africana em atuar na região da Somália, da qual a ONU, apesar de ajudar, optou por não intervir (FREEAR; CONING, 2013, p. 7).

A operação precisa de muitos recursos que nem sempre estão disponíveis dentro do continente africano, fazendo com que a União Africana recorra a atores externos, como os Estados Unidos e a OTAN que já contribuíram com os Estados que enviaram tropas, através de suprimentos, treinamento e suporte logístico. A ONU auxilia com equipamentos, abastecimento de serviços básicos (combustível e água). E existem outros países e organizações que apoiam a missão financeiramente (SERPA, 2017, p. 72; OTAVIO; CARDOSO, 2014, p. 60).

Atualmente a atuação da AMISOM ultrapassa o ponto securitário, pois incluem as questões humanitárias, políticas, civis, de gênero e de desenvolvimento (AU, 2017; OTAVIO; CARDOSO, 2014, p. 59). Com isso, a missão mostra o engajamento da União Africana com a manutenção da paz na África através da Arquitetura de Paz e Segurança. Apesar de perdurar por anos, a operação apresentou avanços quanto à diminuição da violência nas regiões que vão sendo liberadas, cooperando com a estabilidade. Em 2017 foram realizadas eleições gerais, da qual não houve atos violentos, dessa forma, observa-se o progresso da missão na consolidação da paz, apesar da região ainda apresentar incertezas e instabilidade. No mesmo ano, foi estipulado um prazo para a missão acabar, em 2020 (AU, 2017; SERPA, 2017, p. 74).

3.2.2 Missão da União Africana contra os grupos rebeldes transnacionais

As duas últimas recentes missões da África ainda ativas refletem em duas grandes ameaças à segurança, que embora sejam

bem diferentes na organização e ideologia, mudaram os padrões de conflitos na África, com isso será vista a resposta da APSA da União Africana para neutralizar os grupos rebeldes transnacionais. O Boko Haram e o Exército de Resistência do Senhor trouxeram ainda mais insegurança regional e necessidade de ajuda humanitária no continente, por que causaram crises em muitos países, além disso, a natureza transfronteiriça faz com que seja difícil lidar com eles (SAGE, 2011, p. 5; ABUGBILLA, 2017, p. 234).

Em 1987, em Uganda, originou-se um grupo violento militar cristão, o LRA- Lord's Resistance Army (Exército de Resistência do Senhor), liderado por Joseph Kony, que se revoltou contra o governo. O principal objetivo deste é instituir um país teocrático pautado nos dez mandamentos da Bíblia. Este exército foi acusado de diversas violações de direitos humanos, como assassinatos, raptos, mutilação, escravidão sexual de mulheres e crianças, bem como o recrutamento de meninos à força para batalhar, o que causa a proliferação de armas. Por mais que os rebeldes que entram em conflito direto não sejam muitos, cada espaço ocupado pelo grupo possui escravos que são obrigados a trabalhar em função do LRA, seja como carregadores, cozinheiros ou escravos sexuais. Essa crueldade já causou o aumento de refugiados e deslocados internos na região, além de atrapalhar o acesso a serviços básicos e arruinarem não só o sistema democrático de determinadas regiões, como também o desenvolvimento dos locais invadidos (SAGE, 2011, p. 2).

Em 2008 foi lançado o primeiro registro de atuação do grupo, eles atuam em diversos grupos espalhados principalmente na República Democrática do Congo, no Sudão do Sul e na República Centro Africana. A fim de solucionar essa situação, em 2012, a União Africana instituiu a Iniciativa Regional para a Eliminação da LRA, autorizada pelo PSC da UA e pelo CSNU, estes declararam o grupo uma organização terrorista. O RCI-LRA é composto por três instrumentos, o Mecanismo Conjunto de Coordenação (JCM-Joint Coordination Mechanism), a Força-Tarefa Regional (RTF-Regional Task Force) e a sede da RTF. O JCM é uma estrutura que coordena as ações da UA e dos países afetados estrategicamente. A RTF atua como instrumento militar da missão, distribuindo tropas pela região dos Estados afetados (PIGOZZO; HÖRING, 2015, p. 230).

Durante os anos, aconteceram alguns avanços, como a

destruição de acampamentos dos rebeldes e até mesmo prisão de comandantes do exército. De fato, certa parte da ameaça do grupo foi reduzida, por conta da aplicação de medidas internas e ajudas de outros países e instituições (SILVA, 2018b, p. 36). No entanto, ainda são necessárias atuações ativas para acabar com o extremismo. Até os dias atuais o grupo terrorista continua agindo, então é importante a atuação em conjunto da UA e dos mecanismos regionais. Existe também o Escritório Regional da ONU na África Central (UNOCA-United Nations Regional Office For Central Africa), que foi criado em 2011, com o objetivo de prestar apoio aos locais de prevenção de conflito e manutenção da paz nesta região, este apoia a iniciativa de apoio regional contra o LRA (SILVA, 2018b, p. 40).

Desde o começo da missão, os ataques e sequestros do LRA diminuíram, e conseqüentemente houve uma maior segurança da população e melhora da crise humanitária. De qualquer forma, a União Africana não mede esforços para arrecadar ainda mais apoio internacional, bem como aumentar a cooperação regional e melhorar a coordenação das fronteiras para eliminar a atuação do grupo terrorista (AU, 2013).

Em 2002, na Nigéria, foi criado o grupo Boko Haram, no começo o objetivo deste era barrar o ensino dos ideais ocidentais na região. No entanto, em 2009, o mesmo iniciou operações militares para incentivar a criação de um país guiado pelo islamismo se transformando em uma organização militar extremista. Nos últimos anos, o grupo terrorista tem feito atrocidades no continente africano: atentados, ataque a milhares de civis e cidades, bem como o sequestro de pessoas a fim de controlar vilarejos. Nos 10 anos de atuação do Boko Haram, suas ações e pequenos grupos tem se espalhado pelas fronteiras e afetando outros Estados (Nigéria, Chade, Níger e Camarões) (ABUGBILLA, 2017, p. 233).

No começo da atuação do grupo rebelde, os Estados africanos enfrentaram dificuldades para resolver a desordem deixada pelo grupo. Em 2015, visando eliminar a presença e propagação do grupo, a União Africana formou uma Força-Tarefa Conjunta Multinacional (MNJTF), desde então os países da África tem trabalhado em cooperação para combater as ameaças marcada pela atuação do grupo, através de acordos multilaterais e bilaterais de segurança; com isso, o mandato da missão se estende até os dias atuais

(BRUBACHER; DAMMAN; DAY, 2017, p. 27).

Em reunião realizada pelo Conselho de Paz e Segurança da União Africana no fim de 2018, foram salientados os esforços para o desarmamento, desmobilização, reabilitação, reinserção e reintegração das pessoas envolvidas com o Boko Haram, bem como ajuda humanitária. Os progressos atingidos contra o grupo terrorista pelo MNJTF também foram enfatizados, pelo fato da capacidade destes terem sido enfraquecidas, bem como a retirada deles nos locais que antes comandavam. Apesar dos esforços, o PSC afirmou que o grupo terrorista continua sendo perigoso para os Estados, nesse sentido, as forças vão continuar até a derrota completa do grupo (PSC, 2018).

A partir da análise dessas missões é possível observar que os obstáculos para a Organização africana e sua Arquitetura de Paz e Segurança são as atuações de grupos extremistas, terroristas e/ou separatistas, que são as principais causas de desordem dentro do continente e geram caos entre a população nas regiões. Nota-se que a intervenção da União Africana junto com seus mecanismos de securitização são essenciais para neutralizar o espaço de conflito. A expressividade da atuação da ONU no continente também é de se destacar, torna-se perceptível que a UA atua inicialmente nos conflitos, sempre disposta a restaurar a paz, e quando mesmo assim o conflito se estende, ou a mesma persiste em acabar com o tal, ou acontece a intervenção por parte da ONU. A UA permite um local propício para a atuação da ONU, logo, as duas Organizações são de extrema importância para atingir efetividade e paz na África.

Considerações Finais

Existiram missões que começaram pela União Africana e, apesar de terem sido estabilizadas em algumas regiões alcançado alguns objetivos, não foram capazes de por fim à desordem dos territórios, sendo substituídas por missões da ONU. A título de exemplo, a Missão Internacional de Suporte ao Mali (AFISMA), substituída pela Missão Multidimensional de Estabilização Integrada no Mali (MINUSMA), que continua ativa, ou a MISCA que foi a Missão da República Centro-Africana, liderada por africanos, com suporte internacional, substituída pela MINUSCA (operação de paz

multidimensional da ONU), e, por fim, a AMIS I e II, sucedidas pela Missão híbrida da UA com a ONU (UNAMID).

Os principais problemas que impedem a atuação mais eficiente por parte da União Africana é a questão logística dos territórios africanos; mas, principalmente, a falta de recursos financeiros. Por essa razão, muitas vezes, a Organização encontra limites para uma atuação de longo prazo ou até mesmo uma mais eficaz, como resultado, a ajuda da ONU e de atores externos proporciona uma maior capacidade na resolução dos conflitos.

A UA colabora com a manutenção da paz através da APSA, atuando nos diversos conflitos do continente. A Organização continua em constante desenvolvimento de seus mecanismos e, apesar de ter apresentando dificuldades ao decorrer dos anos de atuação, a mesma se esforça em encontrar maneiras de melhorar a instituição e progredir nas missões de paz com a colaboração dos Estados Membros e mecanismos regionais, sendo bem vindo o apoio da ONU e da comunidade internacional. Com isso, o avanço desse trabalho pode se dar com pesquisas voltadas ao andamento das missões de paz e análises da Arquitetura de Paz e Segurança Africana, no sentido de acompanhar a evolução desse instrumento em prol da manutenção da paz e segurança.

Referências

ABUGBILLA, Francis Mbawini. Boko Haram and the African Union's Response. *International Relations And Diplomacy*, [s.l.], v. 5, n. 4, p. 233-239, 28 abr. 2017.

AGOAGYE, Festus. The African Mission in Burundi: Lessons learned from the first African Union peacekeeping operation Pretoria: Institute for Security Studies, p. 9-15, 2004. Disponível em: <<https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/A9855753EAA17D80C1256F120041EE3F-iss-bur-26aug.pdf>>. Acesso em: 09 out 2019.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz; MARQUEZI, Marina Biagioni. As missões de paz híbridas: a Unamid em Darfur. *Revista Relações Internacionais no Mundo Atual*, São Paulo, v. 1, n. 22, p. 1-21, 2017.

AKOKPARI, John. África do Sul e a Arquitetura de Paz e Segurança da União Africana: velhas responsabilidades e novos desafios. *Revista*

Brasileira de Estudos Africanos, Porto Alegre, v. 1 n. 2, p. 30-50, jul./dez. 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/view/65626>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

ALBRECHT, Peter et al. African Peacekeepers in Mali. Copenhagen: Defence And Security Studies, 2017. Disponível em: <http://pure.diis.dk/ws/files/762381/DIIS_RP_2017_2_WEB.pdf>. Acesso em: 12 out. 2019.

APPIAH, Juliana Abena. Avaliando a Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA) a partir de uma abordagem institucionalista e pela diferença que fez na África desde 2002. Revista Brasileira de Estudos Africanos, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 49-66, Jan./Jun. 2018.

BADMUS, Isiaka. “Nosso Darfur, Darfur Deles”: A Política Desviante do Sudão e a Nascente “Limpeza Étnica” em uma Emergente Anarquia Africana. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p.309-360, maio/agosto 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292008000200003>. Acesso em: 12 set. 2019.

BARBOSA, Giuliana Biaggini Diniz. Tendências e problemas atuais das missões de peacekeeping: os casos da AMIS e da UNAMID. Cadernos de Relações Internacionais, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p.125-167, 2009. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12864/12864.PDFXXvmi=>>>. Acesso em: 11 out. 2019.

BELLAMY, Alex J.; WILLIAMS, Paul. Understanding peacekeeping. 2. ed. Polity Press, 2010.

BIGATÃO, Juliana de Paula. Manutenção da paz e resolução de conflitos: respostas das Nações Unidas aos conflitos armados intraestatais na década de 1990. 2009. 194 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Unesp/ Unicamp/ Puc-sp, São Paulo, 2009.

BRUBACHER, Matthew; DAMMAN, Erin Kimball; DAY, Christopher. The AU Task Forces: an African response to transnational armed groups. The Journal Of Modern African Studies, [s.l.], v. 55, n. 2, p. 275-299, 8 maio 2017.

CARNEIRO, Wellington Pereira. Darfur: as Várias Missões de um Conflito Complexo. Universitas: Relações Internacionais, Brasília, v. 11, n. 1, p. 39-56, jan./jun, 2013.

DUARTE, Geraldine Rosas. Crise no Mali: as origens do conflito e os entraves para a resolução. Conjuntura Internacional, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 7-14, 1º sem. 2013.

ESCOSTEGUY, Pedro. A Nova Arquitetura Africana de Paz e Segurança: Implicações para o multilateralismo e para as relações do Brasil com a África. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/index.php?route=product/product&path=71&product_id=221>. Acesso em: 10 jul. 2019.

FREEAR, Matt; CONING, Cedric de. Lessons from the African Union Mission for Somalia (AMISOM) for Peace Operations in Mali. Stability: International Journal Of Security & Development. p. 1-11. 2013.

HUSSEIN, Mahmud A. From AMIB to AMISOM: the need for institutional and mandate clarity in APSA. Setembro, 2012, nº 239. South Africa, ISS - Institute for Security Studies.

MITI, Katabaro. South Africa and Conflict Resolution in Africa: From Mandela to Zuma. Southern African Peace and Security Studies, África do Sul, v. 1, n. 1, p.26-42, 2012. Disponível em: <[http://www.saccps.org/pdf/1-1/SAPSS%201\(1\)%20Miti.pdf](http://www.saccps.org/pdf/1-1/SAPSS%201(1)%20Miti.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2019.

MURITHI. T. The African Union's evolving role in peace operations: the African Union Mission in Burundi, the African Union Mission in Sudan and the African Union Mission in Somalia. African Security Review, v. 17, n. 1, p. 70-82, 2008.

OTAVIO, Anselmo; CARDOSO, Nilton César Fernandes. Reflexões acerca da primeira década da União Africana: da transformação à atuação no Burundi, no Sudão e na Somália. Conjuntura Austral, v. 5, n. 26, p. 45-66, 2014

ROBERTO, Willian Moraes et al. The situation in Mali. UFRGS Model United Nations Journal. Porto Alegre, p. 71-97. 2013.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: A Articulação de um novo Paradigma de Segurança Coletiva. 2. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. 232 p.

PATERSON, Mark. The African Union at then: problems, progress, and prospects. Berlin: International Colloquium Report, 2012. 46 p. Disponível em: <<https://www.africportal.org/publications/african-union-ten-problems-progress-and-prospects/>>. Acesso em: 03 out. 2019.

PEEN RODT, A. The African Mission in Burundi: the successful management of violent ethno-political conflict? London: Exeter Centre for Ethno-Political Studies, May 2011. n. 10. Disponível em: <https://centres.exeter.ac.uk/exceps/downloads/Ethnopolitics%20papers_No10_peen%20rodt%20-%20african%20union.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

PEDRA, Gabriel Macário. A União Africana no séc. XXI: sua Arquitetura

de Paz e Segurança e a AMISOM. 2013. 29 f. Monografia (Especialização) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PIGOZZO, Henrique; HÖRING, Jéssica da Silva. Atores militares não estatais no Saara-Sahel. UFRGS Model United Nations, Porto Alegre, v. 3, p. 199-237, 2015.

SAKA, Luqman; OMEDE, A. J. From AMIS to UNAMID: The African Union, the United Nations and the Challenges of Sustainable Peace in Darfur, Sudan. Canadian Social Science, v. 8, n. 1, 2012, p. 60-69. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/2319-2958-2-PB.pdf>. Acesso em: 14 out. 2019.

SANTOS, Luís Ivaldo V. G. A arquitetura de paz e segurança africana. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/index.php?route=product/product&product_id=145>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. SC/12893. Security Council Renews Mandate of African Union-United Nations Hybrid Operation in Darfur, Unanimously Adopting Resolution 2363. New York, 29 June 2017a. Disponível em: <https://www.un.org/press/en/2017/sc12893.doc.htm>. Acesso em: 12 out. 2019.

SCHNEIDER, Luíza Galiazzi. As causas políticas do conflito no Sudão: determinantes estruturais e estratégicos. 2008. 74 f. Monografia (Especialização) - Curso de Relações Internacionais, Departamento de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16012/000685618.pdf?sequen>. Acesso em: 10 out. 2019.

SERPA, Rafaela Pinto. A união africana e o gerenciamento de conflitos no continente: a Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA). 2017. 87 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/187593>. Acesso em: 18 set. 2019.

SILVA, Marcos Batista da. MINUSCA: Oportunidade de Desenvolvimento da Logística Militar Estratégica. 2018a. 61 f. TCC (Graduação) - Curso de Política, Estratégia e Alta Administração Militar, Escola de Comando e Estado-maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Josias Marcos de Resende. Estratégia alternativa para a crise na República Centro-Africana: o estabelecimento de uma força africana

permanente de paz. Revista Brasileira de Estudos Africanos, Porto Alegre, v. 3, n. 6, p.9-22, Jul./Dez, 2018b.

SVENSSON, E. The African Mission in Burundi: lessons learned from the African Union's first peace operation. Stockholm: FOI Swedish Defence Research Agency, 2008. Disponível em: <<https://www.foi.se/rapportsammanfattning?reportNo=FOI-R--2561--SE>>. Acesso em: 10 out. 2019.

WILLIAMS, Paul. Lições aprendidas com as operações de paz em África. Centro de Estudos Estratégicos de África, v. 3, p. 1-9, abr. 2010.

REUNIFICAÇÃO ALEMÃ: CAUSAS E DESAFIOS ANTES E APÓS A QUEDA DO MURO DE BERLIM

Bruna da Silva Mandu*
Yasmin Rodrigues Vares**

Introdução

A Guerra Fria foi um fator de suma importância para a reunificação alemã, visto que foi um período de extremas alterações na Ordem Mundial da época, sobrecarregada de oscilações nos fatores social e econômico dentro e fora da Europa.

Além disso, o ano de 1989, foi para a história mundial e principalmente para a história alemã extremamente relevante pois, além de encontrar-se em meio à Guerra Fria travada entre dois blocos econômicos e ideológicos totalmente opostos, que ditavam as normas e regiam as relações internacionais, bem como a repartição Oriental e Ocidental do território alemão, este período ainda foi o marcado justamente pelo fim de tal polarização, representado em grande parte pela queda do Muro de Berlim, que de acordo com Ávila (2010, p. 93) representava “O máximo símbolo da divisão da cidade de Berlim, da Alemanha, do continente europeu e, em certo sentido, do conflito da Guerra Fria.”. Ao longo deste ano, uma série de acontecimentos desencadearam o que viria a ser o fim do sistema internacional bipolar, composto pelo enfraquecimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e posteriormente, sua queda.

Dito isto, sob o questionamento acerca dos motivos internos e externos que levaram à reunificação da Alemanha e quais os desafios encontrados ao decorrer desse processo, o presente artigo possui o

* Graduanda no curso de Relações Internacionais na Universidade Federal do Pampa e atua como pesquisadora no GEsEu - Grupo de Estudos da Eurásia.

** Graduanda no curso de Relações Internacionais na Universidade Federal do Pampa.

intuito de analisar o contexto histórico da Guerra Fria e compreender os motivos externos que levaram à reunificação alemã, bem como investigar sob quais aspectos internos encontrava-se a República Democrática da Alemanha no período anterior ao processo de reunificação e buscar descrever os principais motivos da reunificação do território alemão e os desafios encontrados para tal, sob a hipótese de que a queda do muro foi uma consequência direta das reformas promovidas por Gorbachev na URSS, especialmente a Perestroika, tendo como justificativa principalmente na relevância histórica da queda do Muro de Berlim, que mais do que a reunificação do Estado alemão, representou também o fim da URSS e do período bipolar do Sistema Internacional.

1 Guerra Fria

A Guerra Fria recebe esse nome devido ao estabelecimento de uma nova Ordem Mundial repleta de disputas estratégicas e designada por conflitos indiretos, caracterizada pelo arrefecimento dos confrontos. Em consonância, a Guerra Fria fez emergir uma política diplomática tendenciosa entre Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Em detrimento a um discurso proferido por Churchill, alegando uma ruptura com seu antigo aliado - União Soviética, acometeu esta aferindo sua ingerência no Leste Europeu. Ademais, nesse mesmo período ocorreu a ascensão da ideologia propagada pelos Estados Unidos denominando a União Soviética como o “perigo vermelho”, utilizando-se da simbologia empregada na bandeira soviética: a foice e também o martelo, para propagandear prenúncio à Paz Mundial (VIEIRA, 2008).

Outrossim, como fato de suma importância pode-se citar o discurso do ex chanceler britânico Winston Churchill, acompanhado do presidente dos Estados Unidos, Harry Truman. Durante esse discurso, houve uma nova acusação à União Soviética de ser “nação expansionista” e os Estados Unidos demandados a defender a democracia. Em consonância, o discurso propagado por Churchill, configurou uma política de confronto entre o Ocidente e a União Soviética - e principalmente, considerou a União Soviética como nação ditatorial que pretendia pressionar a doutrina comunista aos

seus vizinhos por meio de imposição (BIAGI, 2001).

A partir disso, surgiu a famigerada expressão “cortina de ferro”, proferida na alocução de Churchill acima citada. Ademais, a citação diz respeito à “cortina” que encobria a Europa Oriental e supostamente era composta por “ferro”, passando-se, assim, a visão de que essa parcela do território europeu estava adstrita pelo comunismo imposto pelos soviéticos. O termo supracitado ganhou renome no âmbito político e reforçava que havia uma crise política mundial transcorrendo, utilizando-se do imaginário popular para tecer uma oposição ao comunismo (BIAGI, 2001).

Conjuntamente, vale ressaltar que os Estados Unidos foram os únicos a ficarem com mais poderio econômico no pós-guerra, pois foi dirigente de boa parte da produção dos armamentos e era um dos maiores exportadores de mercadorias com a cessação da guerra:

Dada a posição econômica e estratégica extremamente favorável dos Estados Unidos, sua projeção externa depois de 1945 não poderia surpreender aos que estão familiarizados com a história da política internacional. Com o desaparecimento das grandes potências tradicionais, eles ocuparam aos poucos o vazio assim criado. Transformados em número um, já não podiam conter-se dentro de suas fronteiras, e nem mesmo de seu hemisfério” (KENNEDY, 1986, p. 344).

Na mesma linha de pensamento, pode-se citar o fato de que os Estados Unidos não obteve muita perda humana e nem material, resultando em uma maior facilidade para ser a potência que reergueu-se com mais facilidade no pós-guerra. (JUNIOR e BELLINTANE, 2014).

Segundo Kennedy em *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, a Guerra Fria pode ser separada por quatro grandes características. A primeira característica diz respeito à intensificação da divisão de dois blocos na Europa; a segunda é referente à constante escalada lateral de tensões entre as duas zonas de influência; a terceira é pertinente à corrida armamentista, caracterizada pela crescente demanda por armamentos e ascensão da indústria bélica e por último, a competição para conquistar novos aliados com o intuito de fortalecer sua zona de influência através de alianças, diminuindo a possibilidade de países de Terceiro Mundo de

reunirem-se ao lado inimigo. (KENNEDY, 1986)

Numa análise do contexto da época, percebe-se que os Estados Unidos se afligia com a zona Ocidental que estava ruindo em um esgotamento financeiro, enquanto avistava um avanço das forças de esquerda no centro de suas nações. Em prosseguimento, é importante frisar que o “esgotamento financeiro” Ocidental beneficiou os movimentos independentistas e nacionalistas no âmbito dos impérios da Europa. (JUNIOR e BELLINTANE, 2014).

Segundo (JUNIOR e BELLINTANE, 2004), os Estados Unidos com o intuito de reerguer países aliados da Europa, lançaram um programa no ano de 1947, o Plano Marshall, onde concediam empréstimos com baixa taxa de juros aos países europeus. Os Estados que desejassem adquirir empréstimos, deveriam obter produtos dos estadunidenses e consentir o recebimento de investimentos norte-americanos em sua economia:

Os Estados Unidos não só deram bilhões de dólares da ajuda do Plano Marshall - “uma injeção no braço num momento crítico”, como foi bem descrito - como também proporcionaram um esquema de defesa sob o qual todos os estados europeus se podiam abrigar (KENNEDY, 1986, p. 402).

2 União Soviética e *Perestroika*

De acordo com Plate *et al.* (2009, p.10), a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas eram, nominalmente, uma federação de Estados independentes que possuíam em comum a política externa e a segurança, entretanto, sob o ponto de vista fático, a URSS era um Estado unitário, de governo centralista, localizado em Moscou e que comandava de modo ditatorial por meio do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Essa unidade política teve seu apogeu durante a II Guerra Mundial, sendo considerada uma superpotência, uma vez desenvolvido seu arsenal armamentista próprio e, por consequência, passou a ser considerada antagonista dos Estados Unidos, tanto sob o ponto de vista militar quanto político, pois a URSS consolidou-se sob o viés socialista enquanto os Estados Unidos havia se solidificado como uma potência capitalista.

Entre 1968 e 1982, a União das Repúblicas Socialistas

Soviéticas era liderada por Brejnev, cujo governo foi caracterizado tanto pela distensão para com Ocidente quanto por uma política mais rigorosa em relação às Repúblicas Soviéticas, assumindo o pressuposto de que “a Soberania de cada um dos países do Pacto de Varsóvia encontra seu limite nos interesses da comunidade socialista” (PLATE *et al.*, 2009, p. 11). Como efeito desse pressuposto, pode-se citar a Primavera de Praga, ocasionada pelos interesses dos reformistas Tchechoslovacos em 1968 e fortemente reprimida pelas forças soviéticas. Outra característica da Era Brejnev era a faixa etária da elite política: em 1980, grande parte dos políticos tinha idade acima dos 70 anos, fato este que só mudou após a eleição de Mikhail Gorbachev como chefe do Partido Comunista em 1985.

Para além do aspecto político, a economia soviética durante o período encontrava-se desmantelada e já não era capaz de suportar os dispêndios frequentes em ações militares, tampouco sustentar a corrida armamentista contra os Estados Unidos. Nesse sentido, pode-se destacar a ausência de planos viáveis para saúde, educação e assistência social, como também para ampliação tecnológica do setor industrial, uma vez este sendo pouco competitivo e incompatíveis com as exigências de uma economia moderna, conforme afirma Plate *et al* (2009, p. 11).

Diante disso, uma das primeiras ações de Gorbachev como novo líder foi “renovar” a elite política com idade avançada, ocasionando a perda de poder, influência e importância do comitê para as tomadas de decisão. Em seguida, o novo líder iniciou a política de reformas para reestruturar a URSS, segundo os princípios da *glasnost* e *perestroika*, ou seja, medidas com o intuito de garantir maior democratização e o sustento da URSS.

Para tal, foram adotadas medidas que, em certa escala, garantiram maior grau de liberdade de expressão, opinião e imprensa para a população, com a intenção de provocar e intensificar um debate público e crítico acerca da crise econômica soviética para garantir maior aceitação das políticas reformistas. “Caberia à perestroika emprestar ao socialismo, sobretudo, feições democráticas mediante eleições livres, reformas calcadas na economia de mercado, separação dos poderes e a construção de um Estado de direito” (PLATE *et al.*, 2009, p. 12).

Ademais, objetivando-se maior bem-estar para os cidadãos da URSS a longo prazo, reduziu-se de modo drástico o apoio militar a movimentos rebeldes comunistas em países da África e da América Latina. Além disso, houve o abandono completo por parte de Gorbachev da Doutrina Brejnev, “indicando que a URSS não mais se dispunha a intervir nos outros Estados do bloco” (BANDEIRA, 2001, p. 136), permitindo aos demais países sua reformulação tanto política quanto econômica. A maior abertura de liberdades de imprensa, de expressão e de informação que no início das reformas foi considerada importante para garantir a aprovação popular, passaram a ter o efeito inverso à expectativa: Crescia a insatisfação pública, devido ao acesso às informações, em relação aos rumos que vinham sendo tomados pela economia soviética.

Com isso, “O império soviético, que fora erguido na Europa Oriental em consequência da Segunda Guerra Mundial e, a partir de então, mantido com repressão político-ideológica e violência militar estava em franca decadência” (PLATE et al., 2009, p. 13) pois, seis anos após implementada a *Perestroika*, passava por um desmoronamento interno, devido à ocorrência de um colapso no abastecimento de bens essenciais de consumo, greves no setor da produção e a paralisação do poder público. Esses fatores, juntos, levaram a uma série de revoltas contra a URSS partindo dos diversos países que compunham o bloco, exigindo sua autonomia e independência, levando à renúncia de Gorbachev em 25 de dezembro de 1991 e a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas no dia 31 de dezembro do mesmo ano.

3 Divisão da Alemanha

Após sua derrota na Segunda Guerra Mundial, a Alemanha foi dividida em quatro zonas de ocupação, repartida entre as quatro potências. Berlim foi ocupada em conjuntamente pelas quatro potências. A Alemanha não foi desmembrada e o país deveria ser administrado de maneira uniforme pelas quatro potências. Em 1949 ocorre a criação da República Democrática da Alemanha (RDA), filiada ao Pacto de Varsóvia, de caráter político comunista, e República Federal da Alemanha (RFA) aliada aos Estados Unidos e preocupada em se reerguer tanto sob o aspecto estrutural quanto o

econômico, impulsionada especialmente pelo apoio recebido do Plano Marshall (DEUTSCHE WELLE).

Nos anos de 1960, foi iniciada a construção do Muro de Berlim. Os motivos para a construção do Muro era que Berlim Ocidental constituía uma base avançada do Ocidente capitalista, a partir da qual se difundiu não só a propaganda anticomunista como, também, comportava-se a via para a provocação militar e para a difamação e sabotagem, espionagem, e corrupção, contra o sistema social e econômico que ali se estruturava.

Um decreto do Conselho de Ministros da RDA foi publicado na construção do Muro, conforme aponta Visentini (2009, p. 22):

Para colocar um fim à atividade hostil das forças revanchistas e militares da Alemanha Ocidental e de Berlim Oeste, será colocado nas fronteiras da RDA, inclusive com os setores ocidentais da Grande Berlim, um controle semelhante aquele utilizado nas fronteiras de todo o Estado soberano. Ele propõe-se a garantir nas fronteiras de Berlim Oeste uma vigilância segura e um controle eficaz.

Uma segunda declaração foi transmitida por radiodifusão, dos Estados membros do Pacto de Varsóvia:

Os governos dos Estados do Pacto de Varsóvia sugerem à Câmara do Povo e ao governo da RDA, e a todos os trabalhadores da RDA, instaurar na fronteira com Berlim Oeste um tipo de operação para impedir eficazmente a entrada da subversão contra os países do campo socialista (VISENTINI, 2009, p. 22).

Em 1961, as autoridades da Alemanha Oriental ordenaram o fechamento da linha divisória de 45 quilômetros, que passava pelo Portão de Brandenburg, impondo restrições a seus cidadãos. A partir de então, diversos fatores que fizeram Berlim Ocidental tornar-se um pesadelo constante no campo socialista, devido à “inevitável comparação, aos olhos de seus próprios cidadãos, entre os níveis de vida das duas Alemanhas” (ARANTES JR, 2015, p. 314). Aos olhos do mundo, a República Democrática da Alemanha era vista como “um dos mais bem-sucedidos exemplos de socialismo realmente existente no Leste Europeu” (ÁVILA, 2010, p. 94), enquanto a

aproximação da República Federal da Alemanha à Europa Ocidental e a cooperação com os seus aliados ocidentais no âmbito da OTAN permitiram a sua progressiva integração no Sistema Internacional após a Segunda Guerra Mundial.

3.1 República Federal da Alemanha

A República Federal da Alemanha tinha por objetivo, após a divisão do território alemão, reerguer-se econômica e estruturalmente e, para isso, Konrad Adenauer, presidente do país de 1949 a 1963, adotou medidas que foram conhecidas como “milagre econômico”, entretanto só foram possíveis devido ao apoio do Plano Marshall. A estratégia adotada foi, primordialmente, a aproximação da República Federal da Alemanha dos Estados Unidos, e o entendimento do país com a França, cujo o histórico de inimizade existia desde o fim do século XIX, com a Guerra Franco-Prussiana. Além disso, Adenauer tinha por objetivo intensificar as relações com os Estados da Europa Ocidental e garantir a integração do país à OTAN, o que de fato conseguiu em 1955, quando “a RFA deixou de ser considerada um território ocupado e [...] Neste mesmo dia, entrou para a OTAN, o que possibilitou o rearmamento da Alemanha para cumprir suas funções” (DEUTSCHE WELLE).

3.2 República Democrática da Alemanha

Após a construção do Muro de Berlim em agosto de 1961, tido de acordo com Ávila (2010, p.93) como:

O máximo símbolo da divisão da cidade de Berlim, da Alemanha, do continente europeu e, em certo sentido, do conflito da Guerra Fria era justificado pelos dirigentes comunistas germano-orientais sob o argumento de proteger a economia da República Democrática da Alemanha (RDA) do saqueio, do contrabando e da especulação - além de controlar a população e evitar a fuga em massa de trabalhadores qualificados para o setor oeste da cidade, território da República Federal da Alemanha (RFA).

A República Democrática da Alemanha passou a representar o que tinha de melhor no regime socialista, com avanços significativos

em diversas áreas, tais como aspectos sociais e culturais, científico-tecnológicos e, inclusive, esportivos. Como efeitos econômicos, a República Democrática da Alemanha possuía aproximadamente US\$ 8.000 de produto per capita, e embora este valor fosse inferior aos da República Federal da Alemanha, ainda assim se consolidava como o mais alto entre os países socialistas e equiparado a países como Grécia, Portugal e Espanha no mesmo período (ÁVILA, 2010).

Uma das principais estratégias de Erich Honecker, chefe de Estado da República Democrática da Alemanha até 1989, estava pautada no desenvolvimento econômico-social, sustentado por subsídios estatais. Os dirigentes tinham a firme crença na possibilidade de manutenção da expansão do consumo, bem como da produtividade durante o período, entretanto, a partir de 1987, tornava-se cada vez mais difícil atingir tais metas e ainda assim evitar colapsos macroeconômicos, como dívidas externas e déficit comercial e, ainda assim, a República Democrática da Alemanha negou-se a adotar as reformas de Gorbachev - a *perestroika*, mantendo a ortodoxia socialista (ÁVILA, 2010).

O fato é que, embora o produto interno estivesse estabilizado, ou seja, sem as expansões almeçadas, ainda assim a República Democrática da Alemanha no início de 1989 não demonstrava sinais de colapso. Era esperado que, em 1989, houvesse a troca do chefe de Estado da República Democrática da Alemanha, entretanto um conjunto de acontecimentos internos e externos levaram à renúncia de Honecker, a queda do Muro de Berlim e a reunificação da nação alemã (ÁVILA, 2010).

4 1989: a Reviravolta

Ávila (2010) aponta que, em maio, o governo da Hungria, partindo de um ideário reformista baseado na *perestroika*, decidiu dismantelar suas estruturas militares e abrir sua fronteira com a Áustria. Essa notícia ecoou pelos países socialistas, fazendo com que aumentasse as tentativas de migração da República Democrática da Alemanha para a República Federal da Alemanha. Embora sob protestos da RDA, ainda assim a Hungria adotou um enfoque humanitário em relação ao fluxo de refugiados provenientes da Alemanha Oriental, e algo semelhante foi realizado nas semanas

seguintes pelas embaixadas da RFA em Praga e em Varsóvia.

E em poucos dias o êxodo dos alemães tornou-se massivo e dramático para um país de 16 milhões de habitantes. Observe-se que até dezembro de 1989 aproximadamente 350 000 germano-orientais, principalmente jovens em idade produtiva, abandonaram seus lares e trabalhos provocando graves conseqüências econômicas, políticas, sociais, ideológicas e principalmente familiares (ÁVILA, 2010, p. 95).

Além disso, estruturava-se dentro da República Democrática da Alemanha um grupo de oposição ao partido, chamado *Neues Forum* (GUSMÃO; PREVIDELLI, 2017), composto por aproximadamente uma centena de intelectuais e profissionais das mais diversas áreas. O único partido existente na RDA até então temia que esse grupo encontrasse meios de se articular ao ponto de formar um partido de oposição. Ademais, em setembro do mesmo ano, irromperam manifestações e protestos urbanos, em especial nas cidades de Dresden e Leipzig, de acordo com Ávila (2010).

Segundo Flach (2009, p.43 *apud* GUSMÃO; PREVIDELLI, 2017, p. 8):

(...) o que liga as lideranças dos grupos de oposição - e os movimentos de massa desencadeados por meio deles - à unificação alemã é o fato de terem ocasionado a instabilidade política e a queda dos dirigentes do seu Estado, com o apoio tácito ou ativo de Moscou, e sob o aplauso ruidoso da mídia ocidental. Porém isso não esconde o fato de que, na prática, o seu movimento tenha sido politicamente usado pelos seus próprios adversários no processo político-eleitoral que se seguiu. Efetivamente, com o colapso político do regime, em outubro-novembro de 1989, abriu-se o caminho para a reconquista da RDA oportunamente percorrido pelas forças econômicas e ideológicas, assim como pelas estruturas do Estado da RFA.

Os praticamente simultâneos eventos que ocorreram na República Democrática da Alemanha em 1989 colocaram o chefe de Estado e todo o regime que ele representava em uma espécie de encruzilhada. Ávila (2010, p. 96) aponta que existiam dois ou três possíveis maneiras de a RDA sair dessa delicada situação, sendo a primeira a negociação com a oposição, buscando formas de resolver

o impasse de modo democrático, a segunda forma seria por meio da repressão dos opositores e a terceira seria a derrubada de Honecker com o intuito de impor um acelerado programa de reformas de acordo com o modelo de Gorbachev. Dentre estas opções, Honecker acabou por decidir pela segunda, ou seja, a repressão da população revoltosa.

Nesse contexto, em 26 de setembro, Honecker assinou ordens diretas e secretas para reprimir os manifestantes, ocasionando a prisão de cerca de mil pessoas no dia 07 de outubro em Dresden e rumores de uma contensão ainda maior em Leipzig no dia 09 do mesmo mês. As forças locais de Leipzig tinham sido instruídas a utilizar de quaisquer meios para coibir os manifestantes, entretanto “Um apelo, *in extremis*, das autoridades soviéticas, junto com o chamado à prudência da igreja luterana local, terminou impedindo o massacre dos manifestantes em Leipzig” (AVILA, 2010, p. 97).

Enquanto a RDA entrava em decadência, os membros do único partido ainda assim aproveitavam para festejar conquistas, sendo elas reais ou fictícias. Na ocasião de uma dessas comemorações, o chefe de Estado pronunciou-se alegando que a República Democrática da Alemanha tinha “pavimentado o seu caminho com realizações que serviram para fortalecer o povo no conhecimento do seu poder e do valor de todos os esforços para estabelecer uma nova e completa vida” (GUSMÃO; PREVIDELLI, 2017, p. 6), entretanto em 17 de Outubro de 1989, Honecker renunciou ao cargo de chefe de Estado, por motivos de saúde e por certa incompatibilidade com a realidade política, econômica e social da República Democrática da Alemanha, sendo substituído por Egon Krenz (ÁVILA, 2010) e, no dia 20 do mesmo mês, conforme aponta Bandeira (2001), houve manifestações populares em Dresden e em demais cidades, reivindicando reformas democráticas no país, que foram aderidos também em Berlim e em outras cidades nos dias 22 e 23 de Outubro.

Coube então a Krenz, em novembro de 1989, decretar a livre mobilidade dos germano-orientais e a abertura das fronteiras inter-alemãs, que por consequência, levava à aceitação da queda do muro de Berlim. Seu breve período como líder do país foi marcado por uma ausência de argumentos políticos e econômicos para garantir o apoio da população: Ao mesmo tempo em que recusava-se a aceitar

as sugestões da OTAN para abolir o socialismo na RDA por meio de reformas, ainda assim reconhecia que era preciso investir em políticas públicas, como a liberdade de imprensa, eleições livres e respeito aos direitos humanos, para evitar o tamanho êxodo de germano-orientais para a RFA, embora fosse contrário às reformas de Gorbachev tal como Honecker antes dele (ÁVILA, 2010).

Dito isto, Krenz não podia contar com o apoio financeiro de Moscou, em decorrência da crise que a própria URSS enfrentava e tampouco tinha poder para reprimir a população. Lidando com a pressão doméstica, vinda dos apoiadores da *perestroika* de Gorbachev e externa, em especial da República Federal da Alemanha e seus aliados, principalmente os membros da OTAN, Krenz possuía a tarefa de, de alguma forma, convencer a cética população da RDA sobre a importância de se manter a confiança no projeto do socialismo renovado, entretanto essa ação não foi bem sucedida pois, o que Ávila (2010, p.99) chama de “verdadeiro tsunami oposicionista”, ocorreu no dia 04 de novembro de 1989, com uma manifestação até então tida como inédita que reuniu aproximadamente 500.000 pessoas expressando seu repúdio em relação ao regime comunista até então instaurado. Dentre os manifestantes, encontravam-se eram homens e mulheres do povo, assim como intelectuais e membros favoráveis à *perestroika* do próprio governo.

4.1 A Queda do Muro

Em decorrência da manifestação contrária a Krenz, no dia 09 de Novembro de 1989 o mesmo aprovou a lei que viria a possibilitar a livre circulação de germano-orientais para a RFA, com a intenção de que a mesma estaria em vigor apenas depois de aprovada no parlamento, entretanto, no momento em que a lei foi anunciada, o porta-voz do parlamento informou que a mesma entraria imediatamente em vigor, ou seja, a partir daquele mesmo dia seria possível transitar livremente da República Democrática da Alemanha para a República Federal da Alemanha em toda e qualquer fronteira entre os países, inclusive nas fronteiras do Muro de Berlim. Como efeito, aglomeraram-se cerca de cem mil berlinenses orientais em frente ao histórico muro, coagindo Krenz a endossar o anúncio e,

aceitar conseqüentemente, a queda do Muro de Berlim.

A partir de então, de acordo com Ávila (2010), o maior desafio encontrado pela República Democrática da Alemanha no âmbito interno era garantir sua governabilidade, bem como a expansão da cidadania geral e das reformas econômicas ao passo que, no âmbito externo, os desafios estavam pautados na negociação com os aliados socialistas bem como com a República Federal da Alemanha e os Dez Pontos apresentados pelo então presidente Helmut Kohl, e os demais Estados com vínculo nas questões alemãs bem como europeias e globais.

Alguns dias após a queda do muro de Berlim, houve a substituição do chefe de Estado da República Democrática da Alemanha, onde quem subiu ao poder foi Hans Modrow, devido às pressões de Gorbachev. Em seu discurso de posse, Modrow anunciou reformas em áreas específicas, com o intuito de reerguer a RDA, sendo eles a política, economia, educação, meio ambiente, e administração pública, de acordo com Ávila (2010, p. 100), que complementa:

Modrow anunciou [...] boas intenções no que diz respeito à gestão das empresas estatais, à reestruturação das forças armadas e das agências de segurança do Estado, à constituição de comissões de inquérito para examinar acusações de abuso de poder, enriquecimento ilícito, corrupção e desmandos na era Honecker, às reformas constitucionais, à integração de uma mesa redonda com setores da oposição - em que se acordou a realização de eleições livres, diretas, pluralistas e secretas no mês de março de 1990 -, dentre outras questões urgentes.

Enquanto isso, na República Federal da Alemanha, o então chanceler Kohl comemorava o enfraquecimento da RDA, apresentando em 28 de novembro de 1989 um plano de 10 pontos para dar o pontapé inicial na unificação do território alemão. Sendo eles:

“(1) Auxílio médico do governo para os refugiados e turistas; (2) O governo federal vai continuar, agora como antes, a cooperar com a RDA em todas as áreas que beneficiem diretamente as pessoas de ambos os lados; (3) Apoio será dado desde que a oposição aceite as

condições para um novo governo e uma nova constituição; (4) Cooperação entre os Estados “ocidentais e orientais” para o bem Alemão; (5) Governo democraticamente legitimado na RDA. (6) O desenvolvimento das relações inter-alemãs permanece incorporado no processo pan-europeu, ou seja, no âmbito das relações Leste-Oeste; (7) A atração e a apelação da Comunidade Europeia são, e permanecerão, uma constante decisiva do desenvolvimento pan-europeu; (8) Progresso de uma instituição comum para a coordenação da cooperação econômica Oeste-Leste; (9) Superar a divisão da Europa e a divisão da Alemanha requer o desarmamento e controle de armas; (10) Reunificação - ou seja, recuperar a unidade do Estado da Alemanha - continua a ser o objetivo político do governo federal (KOHL, 1989, p.101 *apud* GUSMÃO; PREVIDELLI, 2017, p. 18).”

De acordo com Gusmão e Previdelli (2017), o programa assumiu papel direcionador para todos os acontecimentos desencadeados a seguir em todo o território alemão, sendo que, no mesmo mês, em Leipzig ocorreram manifestações aos gritos de “*Wir sind ein Volk*” [nós somos um povo], reivindicando a unificação de todo o território alemão. Começava a se tornar evidente, portanto, que mais do que reformas no sistema socialista, a população germano-oriental tinha interesse em anexar-se irreversivelmente ao território vizinho.

5 Reunificação Alemã

O processo já previsto de reunificação do território alemão teve seu verdadeiro pontapé inicial a partir das eleições convocadas em março de 1990. Na ocasião, os grandes partidos da RFA apoiaram intensamente sua contraparte germano oriental (ÁVILA, 2010), de modo que, evidentemente este apoio culminou no favorecimento dos candidatos de certo modo “queridos” pela RFA. Dessa forma, o partido “Aliança pela Alemanha” venceu com 48% dos votos e 193 dos assentos no Parlamento. O primeiro ministro foi escolhido por meio de acordos juntamente a outras organizações políticas que tinham também o objetivo de realizar uma reunificação rápida do território alemão, sendo nomeado Lothar de Maizière para o cargo num período de poucos meses até a incorporação da RDA à

República Federal da Alemanha, em 3 de outubro de 1990.

Ávila (2010) também afirma que a partir desse momento, a República Democrática da Alemanha passou a ser sujeito de negociações entre grandes potências, entretanto é importante citar os tratados de unificação firmados nessa época, sendo eles de caráter econômico, monetário e social, assinados em maio de 1990 e político-administrativos, firmados em agosto do mesmo ano.

Além destes, é importante citar, também, o tratado “2+4”, assinado em setembro de 1990 cujo objetivo eram as quatro potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial - Estados Unidos, França, Reino Unido e URSS, reconhecerem a reunificação do país, sendo que nessa ocasião, a URSS aceitou apenas mediante a um programa de assistência econômica por parte da RFA, direcionando para os cofres soviéticos valores entre 15 e 20 bilhões de DM [deutsch mark ou marcos alemães] (GUSMÃO; PREVIDELLI, 2017) e o acordo sobre o fim da ocupação do território germano-oriental. Ademais, foi firmado também em setembro o tratado de manutenção da Alemanha unificada no âmbito da OTAN. Em 02 de Dezembro de 1990, por meio da primeira eleição pã-germânica, Helmut Kohl foi reconhecido como chanceler, permanecendo no cargo até 1998.

5.1 Reações Externas

No ocidente, conforme cita Judt (2008, p. 633), França e Inglaterra “não tinham pressa de ver a Alemanha reunificada” tampouco forte e reestruturada no aspecto econômico, devido a fatores históricos de tentativas hegemônicas no continente, tal qual ocorreram na Primeira e Segunda Guerras Mundiais. A posição inglesa temia que o processo de reunificação gerasse mais conflitos dentro da Europa, que estava se restabelecendo após a Segunda Guerra Mundial, e “temia também que a unificação alemã desestabilizasse Mikhail Gorbachev e talvez até provocasse a queda do líder russo” (JUDT, 2008, p. 633). Entretanto, Judt (2008) segue apontando que a Inglaterra não tinha outras alternativas a oferecer diante dos rumos que os eventos estavam tomando no território alemão.

A opinião francesa, como citado, não tinha interesse na reunificação imediata do território historicamente inimigo, portanto

seguia praticamente a mesma linha do raciocínio inglês, como aponta Previdelli (2014, p. 67 *apud* GUSMÃO; PREVIDELLI, 2017 p. 16-17):

O Presidente François Mitterrand não escondeu sua aversão à ideia de uma Alemanha unificada e do papel político relevante que tal país assumiria no espaço Euro-atlântico, já que isso seria sempre feito à custa do poder da França. No entanto, a maioria dos autores considera que a França somente aceitou a unificação alemã quando o governo de Kohl concordou com a União Econômica e Monetária. Desse modo, uma Alemanha forte era desejável desde que dentro da integração europeia.

Além disso, os Estados Unidos, outro vencedor da II Guerra Mundial, apoiava a reunificação do território alemão apenas se a mesma permanecesse no âmbito da OTAN e renunciasse a posição de neutralidade cogitada anteriormente. Essa ação visava os interesses estratégicos estadunidenses no bloco, uma vez que a participação da Alemanha representava redução de gastos militares norte-americanos na Europa (GUSMÃO e PREVIDELLI, 2017).

Por outro lado, no Leste Europeu, os demais países até então socialistas apoiavam a reunificação alemã, uma vez que os mesmos estavam envolvidos em seus próprios processos de emancipação do regime socialista, como aponta (PLATE et al., 2009), a Lituânia declarou sua independência em 11 de março de 1990.

5.2 Consequências Internas

O sistema administrativo dos cinco novos estados da República Federal da Alemanha foi reformado com o intuito de se adequar à economia de mercado, como afirma Gusmão e Previdelli (2017), sendo a antiga administração da RDA completamente desmembrada e inserida nos âmbitos municipais, estaduais e federal. Para que a antiga República Democrática da Alemanha fosse integrada ao sistema capitalista, adotando o princípio da propriedade privada, houve a restituição das propriedades aos seus respectivos donos ou, em alguns casos, a compensação por deterioração ou outros fatores.

Em relação às antigas propriedades estatais, estes foram destinados a órgãos públicos da RFA, ao passo que as os serviços

postais e de telecomunicações foram aglutinados aos serviços ocidentais, enquanto os bens imobiliários do Estado foram transferidos para governos locais e os demais bens públicos tais como praças e parques passaram a ser propriedade do governo federal.

Um dos maiores impasses durante o processo de reunificação estava relacionado às conversões monetárias, uma vez que a primeira proposta levantada foi da conversão 1:1 de mark para deutsch mark devido ao fato de que antes do processo de unificação, a conversão era de 10 mark para 1 deutsch mark e se fosse modificada para a proporção 1:1, resultaria em prejuízo para os empresários. Portanto, na prática, as conversões permaneceram 1:1 em relação a salários, aluguéis e pensões, 2:1 nos casos reivindicados por empresários e os pagamentos correntes foram convertidos na proporção de 1,8:1. Em seguida, as poupanças alemãs orientais que, até o momento, somavam cerca de 175 bilhões de marcos orientais foram convertidas sob a razão de 2:1 ocasionando a criação de aproximadamente 120 bilhões de deutsch marks da noite para o dia (GUSMÃO e PREVIDELLI, 2017).

Além disso, conforme aponta Gusmão e Previdelli (2017, p. 26):

O programa de pensões foi fundido em 1991, assim como os seguros de saúde e contra acidentes, com taxas de serviços mais baixas que as praticadas nos antigos estados da RDA. Disposições especiais foram feitas para parciais demissões e aposentadoria antecipada. Desse modo, até o final de 1991, as empresas poderiam demitir trabalhadores que, em seguida, receberiam seguro desemprego.

Entretanto, nos primeiros anos da década de 90, os primeiros resultados não tinham correspondido às expectativas dos alemães orientais, ocasionando o ressurgimento de ideais extremistas e xenófobos por toda a Alemanha unificada. Além disso, como afirma Gusmão e Previdelli (2017, p. 12), “o muro físico foi derrubado, porém o muro no psicológico dos alemães estava cada vez mais fortalecido” em especial no que diz respeito à estereótipos e pré-concepções:

A população alemã ocidental tinha uma visão deturpada e simplista de que os alemães orientais não eram nada mais que adoradores de Marx, atrasados cultural e tecnologicamente. Enquanto os alemães da RDA nutriam curiosidade acerca da vida na RFA, da cultura, da tecnologia, da economia. (GUSMÃO e PREVIDELLI, 2017, p. 12).

Considerações Finais

Conforme cita Plate *et al.* (2009, p. 135), “a queda do muro de Berlim [...] Significou o fim de uma Era, o fim de um ciclo que marcou mais de meio século no sistema internacional”. Entretanto, é importante também compreender de que maneira o cenário internacional influenciou nas ações tomadas em 1989, que culminaram no fim da República Democrática da Alemanha e, conseqüentemente, na reunificação alemã.

A *perestroika* implementada por Gorbachev a partir de 1987, embora não tivesse sido adotada por Honecker na RDA, ainda assim foi o pontapé inicial para todas as reviravoltas políticas e sociais ocorridas em 1989. Isso deve-se, em especial, ao encerramento do Pacto de Varsóvia e a maior liberdade para que os demais Estados socialistas pudessem tomar suas decisões sem interferência da URSS, ocasionando a abertura da fronteira comum entre Hungria e Áustria e, o conseqüente fluxo migratório intenso de germano-orientais para a República Federal da Alemanha.

Também é válido citar que, partir do crescimento da insatisfação popular, houve a articulação de um grupo em oposição ao único partido existente na RDA, fazendo com que estes temessem a organização de um partido opositor. Dito isso, à medida que os meses iam avançando, crescia-se também o clima de instabilidade dentro da República Democrática da Alemanha e, embora as revoltas populares fossem aumentando, ainda assim os dirigentes optaram pela repressão popular ao invés de um diálogo com as bases opositoristas, em especial o *Neues Forum*.

As possibilidades de uma reunificação do território alemão tornaram-se ainda mais evidentes a partir da ascensão de Egon Krenz como novo chefe de Estado, uma vez que a URSS nesse mesmo período enfrentava sua própria crise interna, esta não podia apoiar financeiramente medidas de contenção dos constantes e cada vez

maiores protestos que ocorriam por toda a RDA, em especial nas cidades de Dresden e Leipzig. Por isso, em novembro de 1989, Krenz anuncia a Lei da Livre Mobilidade dos germano-orientais e a abertura das fronteiras inter-alemãs, ocasionando a queda do muro de Berlim.

O maior desafio da República Democrática da Alemanha a essa altura dos acontecimentos se encontrava, no âmbito interno, em garantir sua governabilidade e autonomia ao passo que, no âmbito externo, os desafios estavam pautados na negociação com os aliados socialistas bem como com a República Federal da Alemanha. Alguns dias após a queda do muro de Berlim, houve a substituição do chefe de Estado da RDA, sendo o cargo passado para Hans Modrow sob pressões do líder soviético Mikhail Gorbachev.

Desse modo, foram sugeridas uma série de reformas nos campos político, social e econômico para a reestruturação do país, ao passo que, na República Federal da Alemanha, Kohl anunciava um plano com Dez Pontos que viriam a guiar os acontecimentos futuros rumo à unificação das duas Alemanhas. Como por exemplo as reivindicações ocorridas em Leipzig aos gritos de *“Wir sind ein Volk”* [nós somos um povo] tornando evidente, portanto, que mais do que reformas no sistema socialista, a população germano-oriental tinha interesse em anexar-se irreversivelmente ao território vizinho.

A partir de Março de 1990, a RDA é considerada passiva nas negociações internacionais, uma vez que as eleições convocadas foram vencidas pela “Aliança pela Alemanha” e iniciado o processo de unificação, dividindo opiniões no âmbito internacional, pois França e Inglaterra temiam que uma Alemanha unificada tivesse pretensões hegemônicas tal como ocorrido na I e na II Guerras Mundiais. Enquanto isso, os Estados Unidos viam com bons olhos a reunificação sob o aspecto estratégico, e os países do Leste Europeu, diferentemente disso, apoiavam a reunificação do Estado alemão, pois eles também tinham por objetivo emancipar-se do poder soviético.

Dessa forma, analisando o contexto em que se deu a reunificação alemã, pode-se observar que o fator “opinião pública” foi de suma importância para o desencadeamento das ações quando associado aos fatores políticos e econômicos internos, como a estagnação do crescimento do produto nacional e a crise política em que se encontravam, e externos, como a política adotada por Gorbachev e seus efeitos nos Estados-satélites da URSS.

Referências

- ARANTES JR, A. A Passagem do Neoestalinismo ao Capitalismo Liberal na União Soviética e na Europa Oriental. Brasília: FUNAG, 2015.
- AVILA, C. F. D. A queda do Muro de Berlim: Um Estudo com Fontes Brasileiras. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n37/07.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2019.
- BANDEIRA, L. A. M. A Reunificação da Alemanha: Do Ideal Socialista ao Nacionalismo Real. Brasília: Editora UnB, 2001.
- BELLINTANE, A. I.; JÚNIOR A. A. L. Segunda guerra e guerra fria: reflexões para a América Latina. Catalão: OPSIS, v. 14, n. Especial, p. 225-242, 2014.
- BIAGI, Orivaldo Leme. O imaginário da guerra fria. Verão: Revista de História Regional, p. 61-111, 2011.
- DEUTSCHE WELLE, A Divisão da Alemanha - de 1945 a 1989. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/a-divis%C3%A3o-da-alemanha-de-1945-a-1989/a-958753>>. Acesso em: 24 out. 2019.
- GUSMÃO, T. R. B.; PREVIDELLI, M. F. S. C. A Reunificação das Alemanhas e o Final da Guerra Fria (1989- 1991). Disponível em: <<http://www.abphe.org.br/congresso/xii-congresso-niteroi/resultados>> Acesso em. 24 out. 2019.
- JUDT, T. Pós Guerra: Uma História da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- KENNEDY, Paul. Ascensão e Queda das Grandes Potências. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989.
- PLATE, K. C. et al. O Mundo 20 Anos Após a Queda do Muro. Cadernos Adenauer X nº 2. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, outubro 2009.
- SUNY, R. G. Ascensão e Queda da União Soviética: O Império das Nações. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n75/05.pdf>> Acesso em: 25 out. 2019.
- VISENTINI, P. A. 20 Anos da Queda do Muro de Berlim. Ciência e Letras nº 46. Porto Alegre: Mara Ferreira Jardim, 2009.
- VIEIRA, Neide de Paiva. Guerra Fria: Desafios, confrontos e historiografia. Maringá, 2008.

OS INTERESSES DO IRÃ E DA ARÁBIA SAUDITA NA SÍRIA À PRIMAVERA ÁRABE

Siham Mohamad Baja*

Introdução

A chamada Guerra Fria do Mundo Árabe entre o Irã e a Arábia Saudita no Oriente Médio ocorre desde 1979, quando se deu a Revolução Islâmica do Irã. A partir desse momento, as relações entre esses dois países foram conflituosas, uma vez que tinham interesses bastantes distintos para com a projeção de seu Estado como potência regional no Sistema Internacional.

Uma das grandes revoltas que ocorreram no Oriente Médio em anos recentes foi a Primavera Árabe, quando grandes levantes tomam as ruas das cidades clamando por mudanças em seus regimes do Mundo Árabe. A chamada Primavera Árabe foi um período em que ocorreram inúmeros protestos, revoltas, deposições e inclusive Guerras Civis no Oriente Médio e na África Muçulmana. A nomenclatura provém da mídia, que caracterizou o momento histórico como o florescer da liberdade e democracia (SANT'ANA, 2018).

O início da primavera dos povos árabes não tem uma data exata, mas houve um acontecimento em especial que pode ser apontado como aquele que desencadeou as ondas de protesto. Em Sidi, uma vila tunisiana perto de Túnis, capital da Tunísia, Mohamed Bouazizi vendia verduras na rua para levar dinheiro para sustentar sua família. Os policiais de Sidi, no entanto, o humilharam e o proibiram de continuar tal comércio. Isso retratou a dura repressão que os cidadãos estavam sofrendo no país, a mando do então

* Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento.

presidente Ben Ali, cujo quinto mandato iniciou em 2009. O vendedor, em desespero pelo caos político de sua terra, ateou fogo em seu corpo em uma forma de protesto no dia 17 de dezembro de 2010, falecendo no dia 4 de janeiro do ano seguinte.

No funeral de Bouazizi, milhares de pessoas solidarizaram-se e compareceram, abrindo um ciclo de protestos que entoava o grito “*dégage*”, palavra coloquial francesa que significa “cai fora” direcionado ao então presidente tunisiano Zine El-Abidine Ben Ali, que governou o país por 23 anos. Tamañha foi a revolta no país que 10 dias após a morte de Bouazizi, ele se tornou um mártir e Ben Ali precisou fugir com sua família. Assim, a Revolução Jasmim triunfa e segue consolidando-se com a instauração de reformas (VISENTINI, 2016).

O objetivo desta pesquisa é o de identificar de que maneira se deu a ingerência do Irã e da Arábia Saudita na Primavera Árabe da Síria, bem como quais eram os seus interesses por trás dela. Para isso, discutiremos em um primeiro momento as relações de ambos países com a Síria no período prévio a dezembro de 2010. Em seguida, será analisada a ingerência de cada país em solo sírio.

1 A Síria como palco da Primavera Árabe na disputa Saudita-Iraniana

A Primavera Árabe na Síria teve uma das consequências mais marcantes entre todos os outros países: o desencadeamento de uma Guerra Civil que ainda não teve fim. Desde sua independência (1946), a população do país é subdividida em vários grupos étnicos e religiosos, sendo os muçulmanos o maior. Essa pulverização do território em diferentes coletivos, abre espaço para uma enorme disputa entre eles para tomarem controle do poderio central (RICCI, 2016). É dessa forma que, com um golpe de Estado em 1963, sobe ao poder o representante do partido Baath, Hafez al-Assad, da subdivisão *alauíta*¹, e perdeu nele até sua morte. A permanência de

¹ Grupo étnico-religioso, presente sobretudo na Síria, que tem como elemento central a crença em um Deus único e Maomé o seu último profeta. Seguem a lei islâmica da charia e, além dos cinco pilares do islã, eles lhe agregam um: o jihad, que é o dever religioso dos muçulmanos dessa vertente de defender o Islã através de luta.

al-Assad no poder pode ser justificada pelo seu discurso de defesa das tantas minorias sírias. Até 2000, governa Hafez Al-Assad e a economia era totalmente controlada pelo estado (VISENTINI, 2016). Com o óbito de Hafez, assume seguindo a linha hereditária o seu filho, Bashar al-Assad.

A ascensão de Bashar al-Assad como governante da Síria, segundo Ricci (2016), previa uma certa continuidade política dentro do partido. No entanto, inúmeras mudanças no cenário internacional levaram al-Assad a tomar caminhos diferentes do seu pai. A Síria precisou redirecionar sua política externa devido à fatores exógenos. Segundo Mohammed (2016):

Frente à Intifada palestina; a queda de Saddam Hussein, do partido Baath iraquiano; e a doutrina da Guerra Global Contra o Terrorismo, lançada pelo Presidente George W. Bush, que instaurou um cenário completamente distinto do que se via até então em termos de intervenção externa no Oriente Médio, o governo de Bashar al-Assad percebeu a necessidade de envolver-se de maneira mais enfática no cenário internacional ao lado dos países árabes. (MOHAMMED, 2016 apud RICCI, 2016)

Isso levou o governo a procurar novos aliados, notoriamente o Irã, cuja vertente xiita se aproximava da alauita e da Palestina. Ainda, segundo Ricci (2016), a postura interna de Bashar al-Assad também precisou sofrer alterações. Com a tentativa de promover o desenvolvimento do país, adotaram-se medidas liberalizantes, o que libertou presos políticos, legalizou partidos políticos, autorizou bancos privados e retirou tropas Sírias do Líbano em 2005 (PEREIRA, 2014).

Durante a década de 2000, a retirada das tropas sírias do Líbano em 2005 à mando da ONU e o restabelecimento de relações entre esses dois países marcaram o período. Além disso, os Estados Unidos passam a acusar a Síria de vínculos com organizações terroristas, uma vez que o país tem aliança com o Hezbollah, com o Irã e com organizações extremistas palestinas. Assim, os Estados Unidos conseguem uma justificativa para sancionar a Síria, mas os problemas reais começam a surgir em meio à Primavera Árabe.

Apesar dessa mudança de contexto político internacional que sofreu Bashar al-Assad, não se pode eximir a família e o partido da

culpa de corrupção e as restrições de liberdade que foram impostas aos cidadãos sírios. Portanto, de forma evidente, em janeiro de 2011, a Síria também presencia protestos e greves populares inicialmente pacíficas, que depois cresceram e formaram a Guerra Civil que ainda transcorre no país.

Quando se desencadeou a Guerra Civil durante os levantes árabes em 2011, o elemento sectário da nova Guerra Fria do Oriente Médio, entre o polo iraniano e o polo Saudita, se intensificou (GAUSE III, 2014). A repressão violenta de Bashar al-Assad aos protestos foi o que levou o país à Guerra Civil (GAUSE III, 2014). Com a intensificação do conflito e o colapso de autoridade em várias partes do país, o regime passou a cada vez mais depender da minoria alauíta síria e de outras minorias religiosas que temiam a mudança.

A primeira cidade em que se manifesta os protestos da Primavera na Síria é D'ara, se alastrando pelo resto do país. Com a resposta de repressão por parte do governo, formou-se uma oposição ao regime que passou a armar-se, legitimando as agressões governamentais. Evidentemente, depois de um tempo sem mudanças, as multidões passaram a clamar pela deposição de Bashar al Assad. Nessa situação, foi enviado um representante da ONU que desenvolveu o Plano de Paz de Seis Pontos (2012), que propunha um cessar-fogo de ambas as partes, que estavam de acordo. É notório que nenhuma das partes conseguiu cumprir com o prometido.

Segundo Visentini (2016), com o passar do tempo e a falta de resolução das manifestações, os protestos agravaram-se e passaram a ser uma grande Guerra Civil que envolve muitos mais atores que apenas o governo e os grupos de oposição. É de conhecimento comum que esta guerra passou a ser financiada por países ocidentais e orientais, principalmente as monarquias do Oriente Médio, que apoiam e divulgam abertamente seu apoio aos manifestantes (VISENTINI, 2016).

De acordo com a análise de Pereira (2014), seguindo a lógica hobbesiana do Estado Sírio, que tem no governo o partido Baath com Hafez e Bashar al-Assad como representantes, estes resultam do contrato cívico entre as Forças Armadas do país, as minorias étnico-religiosas e as elites moderadas sunitas nos grandes centros urbanos (PEREIRA, 2014). O Estado Sírio é, portanto, bem estruturado sob a força militar, detendo controle sobre o aparelho repressivo do Estado

e não se acanha em utilizá-lo sob a oposição (RICCI, 2016).

A oposição do governo de al-Assad não é sólida e coesa. Segundo Pereira (2014) eles estão:

[a]lguns sob a égide liberal-democrática; outros sob uma linhagem ultraconservadora, fundamentalista e extremista de matriz sunita com vertentes safistas e wahabbitas, que compreende desde a Irmandade Muçulmana até os grupos extremistas atuantes no país. (PEREIRA, 2014, P. 53).

Essa divisão legítima ainda mais o discurso de direito à resistência, uma vez que os vários grupos de minorias representam a maioria da população. No entanto, esses grupos são treinados, armados e acompanhados por entidades externas, como exemplo as monarquias do Golfo Pérsico, atores regionais e países ocidentais liberais-democráticos. Pereira (2014) questiona-se: será que a potencialização desses grupos por parte do governo não os torna catalizadores de interesses de países estrangeiros, tornando-os um movimento ilegítimo e endógeno?

No contexto exposto, em que a Síria e sua Guerra Civil ultrapassam as fronteiras físicas do Estado e passam a ser relevantes no contexto político internacional, o conflito vai englobando outros poderosos atores exógenos e consolidando ainda mais a situação (RICCI, 2016). Visentini (2016) destaca que talvez as Revoluções coloridas tenham sido um meio de atingir objetivos para alguém externo, através do pacifismo e doçura das revoltas na Primavera Árabe. Estas conseguiam desestabilizar, de forma menos caótica, regimes antes odiosos.

É evidente que o Irã e a Arábia Saudita, tendo se tornado as duas maiores potências regionais do Oriente Médio, não poderiam manter posições neutras nesse acontecimento.

A posição dos países mencionados acima variou de acordo com seus interesses em cada Estado afetado pelas manifestações. No caso específico da Síria, houve primeiramente um embate doméstico onde forças do governo atuavam tentando conter os manifestantes, ao passo que grande parte da população queria melhorias na forma de governo da família al-Assad.

A posição do Irã enquanto teocracia xiita e líder regional era a

de apoio ao governo de al-Assad, visto que a deposição do líder alauíta acarretaria com a provável tomada de poder por algum representante da vertente sunita do islã, bloqueando em grande medida todos os privilégios que o Estado iraniano obtinha da Síria. Essa formou uma aliança com o Irã desde a Revolução Islâmica de 1979, quando se identificaram similaridades nos seus interesses e em seus inimigos. Assim, a Síria passa a ser a primeira aliada do Irã em solo árabe e, portanto, um parceiro essencial que o Irã não poderia dar-se ao luxo de perder. Mais adiante serão analisadas as relações históricas entre ambos os países antes da eclosão da Primavera Árabe na Síria.

Já no caso da Arábia Saudita, esta podia gozar dos privilégios de proteção das monarquias no Golfo por meio da manutenção do status quo quando se alterasse o cenário em tempos de Primavera Árabe. De acordo com Akgul (2016), a posição saudita balanceou entre contrarrevolucionária e pró-revolução. Na Síria, o vínculo histórico era comparativamente menor, uma vez que o Reino Saudita não se alinhava tanto com as prioridades do governo de Bashar al-Assad. Veremos ao longo do capítulo o motivo pelo qual não se fortaleceu essa aliança. O distanciamento se agravou com o surgimento da República Teocrática do Irã, uma potência média de poderio parecido ao da Arábia Saudita, cujas ambições políticas, porém, se aproximam aos interesses sírios.

1.1 Relações Irã-Síria no pré-Primavera Árabe

Com a Revolução de 1979 no Irã, o líder supremo Pahlavi é removido do trono, o que acarreta a formação natural de uma nova estrutura com a qual o país definiria com quem manter alianças e quem considerar inimigo. De forma repentina, o novo governo liderado por Khomeini finalizou uma aliança antes duradoura entre o Irã, os Estados Unidos e Israel. De maneira previsível, também sofreram as relações do Irã com os estados de ideologia pró-ocidente (GOODARZI, 2006).

A ideologia revolucionária que se instala no Irã no momento posterior à sua revolução apresentou ao Estado desafios e oportunidades para os seus vizinhos, em especial à Síria e ao Iraque. Os eventos que ocorreram na época da revolução iraniana

movimentaram o Mundo Árabe e influenciaram fortemente o Iraque de Saddam Hussein, que declarou guerra ao Irã no ano de 1980. No entanto, como aponta Goodarzi (2006), o esperado não aconteceu. A vitória do Iraque tornou-se o mais longo conflito sangrento da região até então. Além disso, o conflito entre Irã e Iraque fortaleceu e firmou oficialmente a aliança entre a Síria e o Irã.

A expulsão do Egito da agenda do Mundo Árabe por ter se aliado aos Estados ocidentais e a nova política iraniana levaram os oficiais sírios a afirmar que a aliança com o Irã começou a estabelecer-se para compensar a perda de um Estado amigo, o Egito. Na visão dos sírios, o incentivo à formação de uma ponte entre o Irã e o Mundo Árabe fortaleceria a região principalmente para combater Israel sem a potência egípcia (GOODARZI, 2006).

Alguns estados árabes, em sua maioria aqueles de ideologia pró-ocidente, sentiam-se ameaçados com a nova postura iraniana e por isso não compartilhavam com a Síria a emoção da revolução iraniana (GOODARZI, 2006). “They did not see the revolution as an opportunity to end the Arab-Iranian rift, but rather as an event that could spark domestic unrest in neighboring states and threaten regional stability”²(GOODARZI, 2006, pp.22).

Damasco protagonizava um importante papel de intermediação no ressurgimento militar do Irã no pós-guerra contra o Iraque. Apesar disso, Goodarzi (2006) afirma que Teerã considerava vital cultivar essa amizade próxima com a República Síria para prevenir a possível formação de uma união dos Estados árabes que fosse hostil para si. Os governantes iranianos temiam um possível isolamento regional do país e que manter a boa relação com a Síria poderia ajudar o Irã a protagonizar um papel mais ativo nas relações internas entre os árabes.

Segundo Goodarzi (2006), ambos os países estavam se impondo para conseguir estabilizar e selar a aliança emergente entre o Irã e a Síria. Isto se concretizou com a visita de 48 homens de alto patamar da Síria ao Irã em 1982. Os dois países assinaram uma grande quantidade de tratados e acordos, inclusive sobre petróleo. De

² “Eles não viam a revolução como uma oportunidade para acabar com o conflito saudita-iraniano, mas como um evento que poderia espalhar desequilíbrio doméstico nos Estados vizinhos e ameaçar sua estabilidade regional” (tradução nossa).

acordo com este, o Irã ficaria responsável por exportar nove milhões de toneladas anuais de petróleo para a Síria. Em troca, a Síria proveria ao Irã entre 300.000 e 400.000 toneladas de fosfatos, elemento essencial para a indústria petroquímica iraniana (GOODARZI, 2006).

A aliança entre o Irã e a Síria sofreu um período de turbulência entre 1985 e 1988. Alguns interesses divergentes fizeram com que ambos países entrassem em conflito em áreas onde previamente conseguiam conciliar opiniões. O conflito entre Irã e Iraque na região e a internacionalização deste colocava a Síria em um limbo constante. O governante da Síria, Hafez al-Assad, precisava justificar por que a Síria ainda mantinha uma aliança e apoio à um Estado não árabe que até então ocupava uma grande área do território árabe.

Ainda nesse espaço de tempo, os Estados Árabes e a URSS tentavam simultaneamente incentivar al-Assad a abandonar sua amizade com o Irã, pois segundo Goodarzi (2006), o líder sírio tinha boas razões para abortar sua relação com a República Islâmica. A razão pelo qual ele não abandonava o Irã para juntar-se à tradicional política árabe de tentar diminuir o risco de conflito regional com Israel intriga ainda alguns observadores. Em larga escala, a União Soviética, a Arábia Saudita e a Jordânia pressionavam a Síria para abandonar o Irã e juntar-se ao Iraque, uma vez que isso teria facilitado o dilema securitário com Israel, melhorando sua posição nacional e internacional e ainda mantendo equilibrado o fluxo de auxílio financeiro e econômico para reparar sua situação econômica doméstica.

Goodarzi (2006) examina as relações bilaterais entre a Síria e o Irã, percebendo as falhas de conclusões daqueles que argumentavam que a aliança entre ambos países era apenas conveniência, como se fosse um *link* tático com mesmas ideologias e objetivos. Na verdade, ambos países viam um no outro uma oportunidade única para si na região e a utilidade que haveria preservando a aliança para conseguir uma política externa independente e moldar a seu favor as políticas do Oriente Médio.

Terrill (2011) apresenta alguns motivos pela qual a relação entre a Síria e o Irã durou para além dos dias do conflito Irã-Iraque. Primeiro, pelo desejo iraniano de apoiar Damasco em um possível futuro conflito com Israel, um grande inimigo do Irã. Em segundo

lugar, ambos países não têm confiança alguma para com os Estados Unidos. Inclusive, foi pelo presidente George W. Bush que ambos Estados foram compilados no mesmo patamar aos olhos dos norte-americanos. Apesar de até então só o Irã fazer parte do “Eixo da Resistência”, a Síria preocupava-se que o movimento posterior à invasão norte-americana ao Iraque fosse o de ataque ao seu território, caso este fosse pacificado e convertido rapidamente em um Estado pró-ocidente.

Além desses dois Estados, Bush incluiu ao denominado eixo da resistência um importante ator não-estatal, o Hezbollah libanês. Para isso, faz-se necessário compreendermos o que se entende por ator não-governamental e qual sua importância nos dias de hoje.

No Sistema Internacional do pós-Guerra Fria, evidencia-se a ascensão de atores não-estatais que passam a ter significativa relevância no campo das Relações Internacionais. Entende-se que, uma vez que o mundo globalizado consegue disseminar informações de forma instantânea, a segurança internacional precisará abranger mais que a antiga comunidade de Estados (OLSSON; WILDNER, 2018). O conceito de atores não-estatais tem variado durante as últimas décadas. Há controvérsias em relação à denominação destes. Segundo Melos e Roberto:

[i]f they pose a threat to its own existence or its allies, normally they will be defined as terrorists or insurgents; on the other hand, if they serve to delegitimize or weaken adversaries in the international arena, these groups might be named as liberation movements and freedom fighters. (MELOS; ROBERTO, 2014, p. 248)³

Ainda, Melos e Roberto (2014) argumentam que a maioria dos atores militares não-estatais se originam dentro de um determinado Estado, agindo dentro de seus limites territoriais, podendo ter projetos de internacionalização da sua agenda. Os atores não-estatais têm perspectivas de internacionalização para ter representação em

³ “Se eles se apresentam como uma ameaça a sua existência ou à dos seus aliados, normalmente eles serão definidos como terroristas ou insurgentes; no entanto, se eles servirem para deslegitimar ou enfraquecer seus adversários na arena internacional, esses grupos poderão ser nomeados como movimentos de libertação ou militantes pela liberdade” (tradução nossa).

outros países e precisam recursos através do apoio de cidadãos locais, patrocinadores externos e/ou roubos. Ademais, esses atores tem a capacidade de formular uma identidade própria que será disseminada para atrair voluntários semelhantes de todos os cantos do globo. Skezely (2012) afirma que existe uma maneira mais fácil e eficaz de atrair membros: através do marketing da missão do tal grupo, legitimando sua causa.

Esse é o caso do Hezbollah, grupo que anteriormente era um aparato fundado pela Guarda Revolucionária do Irã e hoje é considerado um dos mais poderosos atores não-estatais dentro do Líbano (MIKAELIAN; SALLOUKH, 2016). O que antes era uma frente de resistência que visava a liberalização do território libanês da ocupação israelense, hoje é um poderoso ator doméstico que assume um grande papel na estratégia regional do Irã. A criação do Hezbollah está diretamente ligada com o pensamento iraniano, que surgiu em 1979 com sua revolução, de unificar todos os povos islâmicos em um grande Estado Islâmico, a *umma* - Nação Muçulmana - (MELOS; ROBERTO; 2014).

De acordo com Costa (2004), na década de 1980 houve a intensificação do conflito israelo-palestino, o que impactou diretamente no Líbano, sede da Organização pela Libertação da Palestina (OLP) e de seu líder, Yasser Arafat. A criação do Hezbollah advém da Operação Paz para a Galiléia de 1982 - a segunda invasão israelense ao Líbano. Nesta, o exército de Israel conseguiu expulsar Arafat e a OLP de Beirute. Os Estados telespectadores da comunidade internacional não viram a ação israelense com bons olhos, fazendo com que Israel retirasse suas tropas da capital libanesa, marchando para o Sul e formando a zona de segurança em 10% do território do Líbano. “A presença israelense no Líbano durante o período da guerra civil serviu para realçar as diferenças entre os grupos em conflito e reforçar os questionamentos acerca da existência de uma nação libanesa” (COSTA, 2004, pp. 132).

A crença de que se necessitava apaziguar o Líbano acarretou na criação da força de paz chamada United Nations Interim Force in Lebanon (UNIFIL). Esse agrupamento era oficialmente internacional, mas era basicamente composto por norte-americanos (COSTA, 2004). Essa organização acabou perdendo legitimidade frente ao povo quando foi imparcial na guerra civil libanesa, ficando

ao lado dos cristãos em vários momentos do conflito. Isso acabou intensificando o repúdio dos muçulmanos para com o ocidente.

O primeiro atentado da história de homem-bomba foi o marco que exaltou esse ódio dos muçulmanos. Um grupo extremista planejou o ataque ao quartel dos Marines em 1983 e essa ação mostrou-se vitoriosa, pois as tropas norte-americanas deixaram o Líbano. Dois anos mais tarde, uma ramificação do *Afwaj al-Muqawat al-Lubnaniyya* (AMAL) tornou-se independente e assumiu características mais extremistas, fundando o Hezbollah.

Segundo Costa (2004),

[...] a organização passou a lutar pela retomada da soberania do Líbano, cujo principal empecilho era a presença israelense. No Sul do país, onde havia o domínio da OLP, o Hezbolah montou suas bases e campos de treinamento. Em pouco tempo se transformou no principal grupo armado em ação no Líbano (COSTA, 2004, pp. 134).

Esse movimento ganhou força rapidamente com o auxílio logístico, financeiro e militar da Síria e do Irã. Além da presença no Líbano, o centro de inteligência norte-americano afirma que o grupo possui células na Europa, África, América do Norte e Sul.

O assassinato do ex-Primeiro-Ministro libanês, Rafik Harari foi primeiramente atribuído ao Hezbollah. Mesmo que não se obteve uma certeza nessa acusação, a Síria passou a especular sobre a morte de Harari, o que disseminou um sentimento de repúdio à Síria entre os libaneses. Por isso, a Síria retirou todas suas tropas do território vizinho, alternado drasticamente a balança de poder no Líbano (BLOOM, 2008). Isso possibilitou que o Hezbollah se tornasse a força militar mais poderosa no Líbano, se auto definindo como uma força de resistência libanesa e regional (BLOOM, 2008).

A grande discussão é se o Hezbollah é ou não uma parte do Líbano, ou seja, se ele age em nome do governo libanês ou por si só. Para Bloom (2008), o argumento mais forte de que o grupo não age em nome do Líbano é de que o Irã e a Síria são os responsáveis por assistir o Hezbollah com ajuda financeira e militar. Assim, a questão poderia ser respondida evidenciando que o grupo não é um agente patrocinado pelo governo, mas sim um governo politicamente organizado que está meramente ocupando o território libanês e se

sustentando com ajuda de outros Estados (BLOOM, 2008).

Com o fim da Guerra do Líbano, os maronitas - que tinham o cargo de presidência na divisão de poderes doméstica do país - aumentaram a participação dos muçulmanos na política libanesa e permitiram que o Hezbollah participasse das eleições, passando a atuar na estrutura interna do Líbano, não mais somente no caso de Israel (COSTA, 2004).

Do ponto de vista de Goodarzi (2006), para restaurar a unidade dos xiitas como no grupo Hezbollah do Líbano, seria preciso uma forte coalizão com a Síria. Em 1988, a aliança sírio-iraniana consolidou-se. Já havia sobrevivido a inúmeras tensões internas e severas disputas. O desejo constante de manter essa parceria era identificada inclusive na sua habilidade comum de um consultar o outro, particularmente quando havia divergência de interesses, para que pudessem chegar a um acordo de mútua satisfação.

Na década de 1990, o posicionamento dos Estados Unidos pró-Israel nas negociações entre este e os países árabes, seu apoio à insurgência de uma aliança turco-israelita para isolar o Irã e a Síria, seu desejo de explorar as diferenças entre o Irã e o Golfo para justificar a presença de seu exército e de vendas de armas justificam também a insistência do Irã e em manterem cada vez mais forte seus laços com a Síria no período posterior à Guerra Fria.

Constatam Roberto e Visentini (2018) que o Irã transpassa sua estratégia de defesa para formar a estratégia de defesa do Eixo da Resistência. Para o Irã, sua postura deveria ser de apoiar sua aliada Síria que estava sendo cercada, revidando contra as guerras proxy com os Estados sunitas, mantendo uma presença estratégica no Levante para uma boa política regional.

1.2 Relações Arábia Saudita-Síria no pré-Primavera Árabe

Com a ascensão de Bashar al-Assad ao poder (2000), as relações entre Damasco e Riad melhoraram significativamente (BLANGA, 2017). Os sauditas queriam consolidar o status do novo presidente, enquanto Bashar queria coordenar sua posição e cooperar com a Arábia Saudita para ter respaldo em um possível conflito entre ele e o governo de Saddam Hussein no Iraque. Além disso, queriam obter apoio na possível pressão que os Estados Unidos exerceriam na

Síria após os ataques do 11 de setembro.

No entanto, a relação entre os vizinhos começou a deteriorar-se no início do ano de 2002. Em uma cúpula da Liga Árabe nesse ano, a Arábia Saudita declarou seu desejo de que o conflito Israel-Palestino cessasse e os demais países pareceram concordar. No entanto, no discurso proferido por Bashar al-Assad, este afirmou que estava de acordo, porém com algumas ressalvas. Ele desejava que os membros da Liga rompessem relações com Israel e apoiassem os levantes palestinos (BLANGA, 2017). Além disso, no final de 2003, as relações estremeceram ainda mais quando a Síria se recusou a apoiar a coalizão liderada pelos Estados Unidos para invadir o Iraque. O pedido era de que al-Assad abrisse suas fronteiras que levavam ao Iraque. Isso fez com que inclusive os Estados Unidos isolassem a Síria no cenário regional e na arena global (BLANGA, 2017).

O estopim para a quebra de relação entre a Síria e a Arábia Saudita foi o assassinato do Primeiro-Ministro libanês Rafiq al-Harari, político muito próximo ao governo saudita. Esse caso, como já visto, havia também estremecido a relação sírio-libanesa. O Reino saudita acusou Bashar al-Assad de coordenar sua morte e assim deu-se o fim das relações entre ambos países, inclusive de forma pública nos meios de comunicação. A Arábia Saudita, que antes poderia prover apoio aos sírios, passa a fortalecer sua aliança com os Estados Unidos para punir a Síria.

Apesar dos fatos apresentados, Blanga (2017) enfatiza ações que demonstram a tentativa de ambos países, a Síria e a Arábia Saudita, de não romper totalmente sua ligação. Algumas ajudas do Reino Saudita possibilitaram que Damasco não fosse desestabilizada de forma generalizada.

Por dois motivos justificam-se a diplomacia pendular saudita à época. Em primeiro lugar, pois o Reino focava em manter a estabilidade na Síria, uma vez que caso essa se desestabilizasse, poderia alterar o status quo de toda a região. O segundo motivo é que a Arábia Saudita tinha a pretensão de enfraquecer o elo entre Damasco e Teerã, com crença de que quanto mais isolada estivesse a Síria, mais próxima do Irã era se posicionaria.

No entanto, a balança de relações entre Síria e Arábia Saudita estremece na guerra do Hezbollah contra o Estado de Israel. O amplo

apoio sírio ao ator não-estatal libanês causou muita pressão em Damasco por parte dos outros Estados Árabes, pois não faria sentido o Estado sírio apoiar uma organização xiita que estaria ajudando a desestabilizar a região. A última ligação entre os dois Estados foi a Guerra do Líbano (2006).

Em 2009, houve outra oportunidade de aproximação motivada pela própria Arábia Saudita. A autora Blanga (2017) aponta quatro justificativas as quais teriam respaldado essa atitude saudita: a primeira, que a presença iraniana ainda era de se temer; a segunda, que era fundamental resolver o conflito libanês que respingava em alguns países da região; terceiro, que a mediação do Rei Abdullah em um acordo firmado entre Israel e Palestina teria comprovado a hegemonia saudita ainda presente na região e seria de interesse sírio a reconciliação das facções israelo-palestinas; e quarta, que a nova administração norte-americana de Barack Obama forçou a Arábia Saudita a adotar a mesma linha política leve para com a Síria.

2 Ingerências do Irã e Arábia Saudita na Síria durante a Primavera Árabe

A relação sírio-saudita e sírio-iraniana no período prévio a Primavera Árabe pode justificar a atuação de ambos países no cenário da Síria a partir de 2011. Como já foi abordado, a proximidade do Irã com a Síria antes dos levantes mostra que, em período de manifestações, ainda manteriam laços mais fortes do que com a Arábia Saudita. Isso pode se dar pelo fato de que a oposição - tanto de Estados como de atores não-estatais - ao governo de Bashar al-Assad é similar ao do governo da República Islâmica.

Para que se possa compreender como ocorreu a ingerência saudita e iraniana no território sírio, será exposta ao longo desta subseção a composição da oposição de al-Assad. Em seguida, compreenderemos o que se entende pelo termo ingerência para que possamos abordar com mais clareza dados de intervenção da Arábia Saudita e do Irã na Síria na Primavera Árabe.

A oposição síria no exterior - principalmente exilados políticos e a Irmandade muçulmana - formou em 2006 a Frente Nacional para Libertação da Síria (FNLS), com a presença do vice-presidente rechaçado pelo governo al-Assad, Abdel-Halim Khaddam. Essa

coalizão foi inaugurada assim que o governo de Bashar al-Assad começa a sofrer pressões internacionais pela sua atuação no Líbano, acusado de estar atuando como um ator proxy dos Estados Unidos e Arábia Saudita (HOKAYEM, 2013).

Diferentemente de uma oposição comum, na Síria estava crescendo uma sociedade civil desinteressada pela sua política. Para Hokayem (2013), isso torna-se irônico uma vez que o governo estava projetando alguns esforços para reluzir uma imagem de progresso com de uma juventude mobilizada para tentar romper com a percepção de uma Síria de capacidade diminuída.

A juventude militante na Síria tinha as mesmas motivações que as de outros Estados Árabes engajados na Primavera Árabe: clamor econômico, político e social. Através de manifestações nas maiores cidades do país, jovens ativistas foram responsáveis por organizar o movimento sírio (HOKAYEM, 2013). No mês de abril de 2011, essa juventude organizada já possuía Comitês de Coordenação Local (CCL) em diversas áreas do país, canais por onde eram coordenados protestos pacíficos todas as sextas-feiras com manifestações coerentes e progressistas. Esse movimento adotou uma bandeira da Síria pré-Baathista como o símbolo de sua revolução.

Com o passar do tempo, movimentos similares foram surgindo, incluindo a chamada Comissão de Revolução Geral da Síria e o Alto Conselho da Revolução Síria (HOKAYEM, 2013). Com essa expansão, as manifestações passaram a englobar profissionais de classe média e trabalhadores rurais. Em algumas cidades específicas onde havia mais simpatia à oposição, como Hama e Homs, as manifestações ocorriam em praças centrais. Nos outros lugares, os manifestantes agrupavam-se em mesquitas e vizinhanças locais.

Apesar disso, a dificuldade encontrada para obter melhorias do governo foi o que motivou a mudança de posição dos ativistas pacíficos, que passam a formar estruturas mais radicais de manifestação. A oposição síria, de acordo com Hokayem (2013), cresceu complexa e menos organizada quando comparada à Líbia, por exemplo. Era possível ver, através de sua formação, a diversidade e divisão de grupos étnicos já existentes na sociedade. Além disso, logo ficou evidente que as figuras oposicionistas

internas e externas estavam desconectadas dos novos ativistas que então comandavam os protestos e depois armaram os grupos rebeldes.

Governos ocidentais, Estados do Golfo e a Turquia atuaram inicialmente de forma separada, por vezes até conflitando nos esforços para “cultivar” a oposição síria (HOKAYEM, 2013). Após anos ignorando o papel de ativistas sírios, os Estados Unidos e a União Europeia sofreram para tentar identificar e ajudar a organizar a oposição interna e do exterior. O pensamento ocidental era de que unificando e dando poder à oposição síria, conseguiriam representar uma grande parte da população síria ao passo que também legitimam a diplomacia do movimento.

Não obstante, a tentativa de formar uma oposição autoritária e inclusiva rapidamente se demonstrou frustrante. Os esforços aplicados para identificar atores chave no interior da Síria foram dificultados pela natureza fragmentada do levante sírio iniciado em 2011. De acordo com Soares (2018), além da oposição leal, a saber: o Movimento Socialista Árabe de Ali Haidar e o Partido da Vontade Popular, o Comitê de Coordenação Nacional (NCC), uma organização de grupos esquerdistas, nacionalistas e facções curdas fundadas em junho de 2011 lutavam por uma oposição pacífica ao regime. Outro grupo, formado por civis e militares desertores, é o Exército Livre da Síria, que luta por uma transição de governo pacífico e é fundamental para a luta contra o Estado Islâmico.

Além desses, há o Conselho de Comando revolucionários, formado por mais de 100 mil combatentes, possivelmente vinculados à Al-Qaeda (SOARES, 2018). De acordo com Soares (2018), a Frente al-Nusra, grupo jihadista e salafista, também tem o objetivo de estabelecer um estado islâmico no país.

No exterior, novas frentes argumentando que representavam a nova oposição organizaram alguns encontros na Turquia e Qatar. A oficialização desse processo deu-se com a formação do Conselho Nacional Sírio (SNC). Esse conselho demandava a deposição de Bashar incondicionalmente, apoiado por figuras de plano de fundo liberal, esquerdista, nacionalista, não-filiados e inclusive da Irmandade Muçulmana (HOKAYEM, 2013). Esse conselho logo passou a obter apoio financeiro e político da Turquia, Qatar e, em menor medida, da Arábia Saudita.

Segundo Hokayem (2013), a oposição síria dividia-se em questões importantes como: a militarização dos levantes, a internacionalização da crise, os recursos para intervenção externa, e os méritos e maneiras de diálogo com o regime al-Assad. De maneira menos significativa, existia uma competição interna entre os grupos opositoristas para uma legitimidade interna e patrocínio externo.

Para o SNC era vital atrair fundos para financiar operações de rebeldes e liberação humanitária para criar credibilidade e autoridade no âmbito externo sírio (HOKAYEM, 2013). Os montantes arrecadados eram, no entanto, incomensuráveis, além de alguns contribuintes individuais optarem por burlar o Conselho e fundar grupos específicos dentro da Síria.

O pouco dinheiro que provinha de governos externos não era muito menos problemático, uma vez que os governos ocidentais eram sempre relutantes em participar com patrocínio para assistências letais, dirigindo seu dinheiro geralmente para causas humanitárias e apoiar ativistas, enquanto os Estados do Golfo cediam capital para formação direta de determinados grupos de seu interesse.

O SNC deveria ser o representante da oposição síria na arena internacional. Isso dependia diretamente da habilidade de suas lideranças de encontrar um consenso interno para com estratégias de diplomacia, militarização e intervenção: itens que necessitavam de uma mínima capacidade de liderança, o que o SNC carecia.

Em outubro de 2012, Riad Seif, um ativista da oposição responsável pela fundação do SNC lançou um esforço político para criar outra coalizão opositorista. A Iniciativa Nacional Síria (SNI) tinha objetivos de representatividade mais ampla, unificando os rebeldes abaixo de seu poderio. Além disso, segundo o Carnegie Middle East Center, a SNI seria responsável por formar um governo transitório para administrar as áreas liberadas e governar o país após a desejada queda de Bashar al-Assad.

Uma vez que identificamos a estrutura de oposição síria ao governo de Bashar al-Assad, abordaremos agora o termo ingerência, considerado *conditio sine qua non* para que sejam discutidos os interesses por trás da ingerência da Arábia Saudita e Irã em território sírio no período da Primavera Árabe. A soberania dos países é muitas vezes posta à prova quando um deles encontra-se com problemas internos. Até quando outros Estados devem deixar a resolução de

problemas nas mãos do governo nacional?

O autor Ricardo Seitenfus traz a definição de que a ingerência ocorre quando “um país impõe ao outro determinada conduta ou situação que ele não desejaria por si” (SEITENFUS, 2002, p. 14). Nisto, o primeiro país estaria expressando um grau de desrespeito à soberania do outro. Delimita que, quando a ingerência for um feito coletivo, estruturada através de alianças ou organizações internacionais, não constará como uma ingerência de fato, apenas um acontecimento comum no Sistema Internacional. De mesmo modo, a aplicação de sanções não militares também se enquadra como mais um ocorrido na vida internacional.

Seitenfus argumenta que à ingerência não se pode atribuir apenas intervenções militares, mas um outro grande leque de ações (SEITENFUS, 2002). Para categorizar as tipificações, o autor divide a ingerência nos seguintes níveis: pressões em sentido lato; rompimento de relações diplomáticas e comerciais; embargo e outras sanções internacionais; intervenção consentida; e intervenção armada.

A interferência de um país em outro pode ser justificada pelo anseio de poder. A ingerência, por exemplo, pode ocorrer por desejos geopolíticos. Supondo que um país não tenha acesso ao mar, entende-se que a invasão ao seu vizinho signifique a necessidade de ter uma rota oceânica. Também pode ocorrer a ingerência econômica, sancionando um país inimigo ou privilegiando um Estado aliado para obter os melhores cenários na sua própria economia. Além disso, muitos países utilizam-se da ingerência indireta, através de terceiros ou de estratégias com lobbys internos nos países para que o país “invadido” aja como o “invasor” deseja.

Além disso, para Hugo Fernandes (2016), a partir da Guerra Fria, as duas maiores potências do globo utilizavam-se das “*proxy wars*” para interferir em outros Estados, com o objetivo de alcançar seus objetivos estratégicos através de terceiros:

O conceito de proxy forces, designadas por forças de “substituição” ou “procuração” diz respeito ao empenhamento indireto de um Estado, através da utilização de um terceiro elemento/ator sobre outro Estado, para conduzir operações subversivas em seu proveito. (FERNANDES, 2016, p. 23)

Os proxies, portanto, são atores substitutos que atuam a mando e a benefício de um ator principal que não lutará diretamente com seu inimigo. De acordo com Silva (2016), na *Guerra Proxy*, o ator principal trata de evitar a participação direta e a responsabilidade pela guerra.

O conflito armado proxy funciona como uma opção racional de reduzir os custos militares, econômicos e políticos da guerra interestatal (gastos e perdas nas Forças Armadas, possibilidade de comprometimento da infraestrutura estatal, ameaças a população civil e ao território nacional e pressões da opinião pública internacional). Há ainda o desenvolvimento e a difusão tecnológica de armamentos militares que dissuadem intenções de conflito direto (SILVA, 2016, p. 7).

Isso faz com que as guerras entre os Estados sejam praticamente extintas, exceto em casos de países mais poderosos contra outros mais fracos (SILVA, 2016). Além disso, os governos que se utilizam dos *proxies* evitam o constrangimento de uma guerra interestatal, principalmente Estados cujos governos sejam autocráticos (SILVA, 2016).

A autora Mariela Cuadro (2016) discute a aplicação do conceito de *guerras proxy* no advento da Primavera Árabe, uma vez que sua hipótese é de que os conflitos que a "formaram" foram resultado do intervencionismo cruzado dos países do Golfo, que se utilizaram dessa guerra para dirigir os acontecimentos da região, tanto com objetivo de manter o status quo como o de tornar os levantamentos favoráveis para si.

Com a redefinição do conceito de soberania, sabe-se que os Estados não têm mais plena autonomia no seu território, devendo ajustar-se às normas internacionais. Portanto, as intervenções que não tem uma finalidade legítima, tendem a ser feitas de forma indireta, sem colocar em risco a vida dos próprios cidadãos e evitando críticas por parte da comunidade internacional. No caso em análise, o conflito direto era praticamente impensado.

Com a instalação da Primavera Árabe e a aparente neutralidade dos Estados Unidos frente a caída dos seus aliados na região, como Hosni Mubarak, os Estados do Golfo foram levados a retornar à prática da diplomacia e a participar de forma direta da política regional, esforçando-se para completar o vácuo de poder

deixado pela decadência dos grandes líderes árabes (CUADRO, 2016). No caso do Irã e da Arábia Saudita, esses países atuaram de distintas formas, levando-os a enfrentar-se através das Guerras Proxy.

No que diz respeito à ingerência do Irã na Primavera Árabe síria, faz-se necessário, para compreender sua atuação, analisar as forças internas do Irã. Com efeito, a força militar nacional que protege o Irã, a Islamic Revolutionary Guard Corps (IRGC), criada na Revolução Islâmica de 1979 e ainda faz parte da estrutura militar iraniana. Atualmente, a IRGC é a maior força de segurança interna e externa do país e opera com cerca de 150.000 soldados (RYDELL, 2017). Um galho da IRGC foi criado para defender também os grupos xiitas e aliados em perigo em outros Estados da região.

De acordo com Rydell (2017), na Síria, suspeitava-se da possível presença do IRGC, mas confirmou-se em fevereiro de 2013, quando o General iraniano Hassan Shareri foi assassinado em uma estrada entre Damasco e Beirute, depois de ter passado em Aleppo. A presença de um militar iraniano de alto escalão em território sírio - especialmente em uma das cidades mais perigosas do conflito - evidencia o significativo interesse do Irã em fazer valer suas vontades nesse país. A IRGC também ajudou a estruturar as Forças de Defesa Nacional (NDF) em 2012, uma organização paramilitar síria, formada por 100.000 homens de vários grupos étnicos, que apoiavam o regime de Bashar al-Assad.

Com a piora na situação do governo al-Assad, o Irã enviou membros de suas Forças De Reforço Da Lei (LEF) e do IRGC para aconselhar Bashar al-Assad de prosseguir com seu auxílio no treinamento e suporte logístico para os militares sírios. Segundo o U.S. Department of Treasury (USDOT), o Irã teria transportado equipamento militar até a síria, justificando a sanção americana para com três linhas aéreas iranianas. A Iran Air teria transportado armamento bélico como itens de assistência médica, a Mahan Air foi apontada como transportadora da equipe do IRGC do Irã até a Síria e a Yas Air teria transportado armamento do IRGC (USDOT).

O suprimento com material estratégico para o regime de al-Assad também foi enriquecido pelo Hezbollah, principalmente quando o ditador passa a perder o controle das certas partes sírias em 2012. Esse ator não-estatal teria apoiado o regime com forças bem

treinadas, uma vez que seus interesses se alinham quase inteiramente com o iraniano. Além disso, os líderes do Hezbollah estavam ligados ao governo sírio para assegurar a passagem de armamento bélico do Irã para sua organização:

Iran's role in creating, arming, financing, using and fighting alongside LH is well documented, and LH's approach to the Syrian conflict should not be understood as being independent of Iran's. Moreover, Iran's own interests in Syria are in large part defined in terms of preserving supply lines to LH, ensuring its survival. Given this symbiosis, Iranian and LH approaches to Syrian political transition and similar issues are likely to be convergent, yet not with the Assad-regime (RYDELL, 2017, pp. 21).⁴

Como afirma Moa Rydell (2017), o governo iraniano, como um típico apoiador *proxy*, nega qualquer tipo de assistência ao regime de Bashar al-Assad. Além disso, Rydell constata em sua análise que o Irã utiliza a Síria como um ator proxy, apenas para alcançar seus próprios interesses na região.

No que se refere à ingerência da Arábia Saudita na Primavera Árabe na Síria, constata-se que é bastante difícil ter dados sobre a ajuda de Riad na Síria, uma vez que os números divulgados do apoio à Síria foram erroneamente vazados por algum órgão governamental (RYDELL, 2017). O apoio saudita geralmente se dá através da maior vantagem do país, o dinheiro, e geralmente acontece “por trás dos panos”. No entanto, quando a Arábia Saudita apoia algum ator não-estatal, torna-se quase impossível encontrar algum resquício de evidência no tal ato. Em seguida, será evidenciado algumas informações que foram descuidadamente divulgadas pelo governo.

De acordo com Rydell (2017), desde o ano de 2012 a Arábia Saudita demonstrava desgosto com o governo de Bashar al-Assad. O Primeiro-Ministro da época, Príncipe Saud al-Faisal, mostrava-se

⁴ O papel iraniano em criar, armar, financiar, usar e lutar ao lado do Hezbollah Libanês (LH) é bem documentado e a abordagem do LH ao conflito sírio não deveria ser entendido como independente da abordagem iraniana. Além disso, os interesses próprios do Irã são definidos, em grande medida, preservando as linhas de abastecimento do LH, garantindo sua sobrevivência. Dada a simbiose, a abordagem do Irã e do LH à transição política da Síria e problemas similares serão geralmente convergentes, porém, não com o regime de al-Assad (tradução nossa).

descontente com o apoio humanitário que seu país estava provendo a Síria, uma vez que ele identificava como melhor estratégia ceder armas à oposição síria. Os líderes sunitas da época também se pronunciavam publicamente chamando a população para a *jihad* na Síria e demonstravam descontentamento para com aqueles que aguardavam pela intervenção ocidental.

A ingerência saudita se dá através de financiamento dos rebeldes opositores ao governo de Assad, envio de armas pela Turquia e Jordânia, além de sanções econômicas e políticas através da Liga Árabe, organização a qual é praticamente guiada pela Arábia Saudita (RYDELL, 2017). Segundo Franca (2017), a ingerência do Reino saudita se deu pelo fato de que a queda do regime vigente na Síria acarretaria em uma redução da liderança iraniana na região, o que abriria espaço para sua própria consolidação. Além disso, a expectativa era de que o novo governo a se instaurar na Síria tivesse a mesma corrente ideológica ou não tão contra a da Arábia Saudita:

A iniciativa de Riad de passar armas e dinheiro à oposição síria - independente desta ser secular ou fundamentalista islâmica - realiza-se com base na expectativa de que tais recursos sejam usados contra o governo em uma tentativa de derrubar Assad o mais rápido possível. O próprio príncipe Saud al-Faisal, ministro do exterior saudita, disse que apenas ajuda humanitária para a Síria era pouco, e que armar os rebeldes era uma ótima ideia (ROBERTO, 2012, pp. 61)

Nesse período, pode-se também ressaltar a barganha política do Reino saudita para com os seus vizinhos. Com a Jordânia, negociaram o transporte de armas para a Síria em troca de assistência econômica. No Iraque, sua população sunita deseja ver os xiitas fora do país. Por isso, passam a receber apoio da Arábia Saudita para passar armas à oposição de al-Assad, uma vez que seria vantajoso para estes a derrubada do então regime Sírio (ROBERTO, 2012). Em 2011, na tentativa de derrubar o regime de Bashar al-Assad, a Arábia Saudita conseguiu que a Síria recebesse uma suspensão associativa na Liga Árabe e solicitou uma intervenção da Organização das Nações Unidas (ONU), ação que foi vetada pela China e Rússia no Conselho de Segurança desta.

Algumas fontes de noticiários divulgaram a informação de que

a Arábia Saudita teria enviado armamento à oposição em 2012 através de aliados tribais sunitas no Iraque e no Líbano (IBISH, 2016). Além disso, um memorando ultra-secreto enviado pelo Ministro do Interior no ano de 2012 e logo descoberto, revelava que a Arábia Saudita havia enviado presos com pena perpétua para lutar na Síria contra o regime de al-Assad. De acordo com o documento, 1239 prisioneiros teriam embarcado nessa “missão”, com a recompensa de uma anistia posterior, bem como um salário mensal para suas famílias. Um membro do parlamento iraniano confirmou a autenticidade do documento e os prisioneiros do Iraque que participaram dessa missão na Síria voltaram confirmando a proposta do governo, forçando o regime saudita a admitir o feito. Assim, identifica-se também no caso saudita a utilização da oposição síria como atores proxy, cujo objetivo era meramente satisfazer suas próprias necessidades e interesses como Estado.

3 Concepções Nacionais: National Role Conceptions

Os fatores que determinam a maneira com que os Estados desenvolvem suas políticas no Sistema Internacional são nomeados por Holsti (1970) como National Role Conceptions (NRC). O conceito foi desenvolvido por este com base em valores, crenças e ideologias de cada nação para justificar feitos destes. Luiza Cerioli (2018) aponta as concepções nacionais do Irã e da Arábia Saudita para que se compreenda como cada um desses Estados mencionados chegaram a disputa por liderança na região do Golfo Pérsico.

O Irã de hoje, estruturado a partir da Revolução de 1979, tem suas bases no islamismo de vertente xiita, uma vez que a característica principal da nova República Teocrática era a de separação do modelo ocidental. Sua nova direção política teve a reestruturação pautada no seu papel de Líder Regional, objetivando tornar-se um modelo a ser seguido pelos vizinhos do Mundo Árabe. Além disso, o caráter islâmico da revolução foi delimitado pelo seu slogan de agente anti-imperialista, recusando a seguir o modelo de governo do ocidente e dos países cuja forma de dominação fora

imperialista. A lei que rege o Irã é a *Sharia*⁵ e o país é o primeiro de governo Xiita no mundo, por isso a atribuição da característica de Protetor da Fé ao Irã pela autora Cerioli (2016) indica que o país se identifica como o responsável pela disseminação do modo de viver islâmico descrito no alcorão.

A Arábia Saudita tem em comum com o Irã a concepção nacional de líder regional, como se pode observar nas discussões feitas ao longo desta pesquisa. Ambos se posicionam como candidatos à liderança da região, não estando conformes com a emergência similar do outro. Ainda assim, a autopercepção saudita de Garantidora da Estabilidade se dá pelo seu desejo constante de manter a liderança regional, ou seja, não alterar o status quo onde ela se apresenta como a potência média emergente e influente. Esse perfil se mostra na maioria dos governos regionais aliados, principalmente naqueles com os quais possui poder de barganha, que é o caso das monarquias que compõem o Conselho de Cooperação do Golfo e a Jordânia.

Por gozar do alinhamento com grandes potências, tal como os Estados Unidos, a terceira concepção nacional saudita é a de Aliado Confiável. O país é berço do islamismo e é visto pela comunidade internacional como o maior representante dessa religião, o que lhe atribui uma característica de correto e fiel às crenças. O modelo de governo saudita, uma monarquia religiosa, influi diretamente na formulação da sua postura a nível regional e internacional e a presença das sagradas cidades islâmicas de Mecca e Medina tornam o Reino Saudita o trono sagrado da religião. A vertente islâmica da Arábia Saudita é o sunismo, que representa a maior parcela dos muçulmanos. Mais especificamente, a família governante identifica-se com o Wahabbismo, uma ramificação dos sunitas de ideologia extremamente conservadora, o que também influi diretamente na formulação de política interna e exterior.

A apresentação da Arábia Saudita ao Sistema Internacional como uma monarquia conservadora e o grande investimento econômico na expansão do wahabismo aproxima o Reino de Estados

⁵ Sharia é o conjunto das prescrições, regras e mandamentos que se aplicam a todos os aspectos da vida tanto do muçulmano, individualmente, quanto da comunidade dos fiéis.

de similar ideologia ou que possam depender politicamente dele. Como já mencionado, esse é o caso dos outros países membros do CCG, organização liderada pela Arábia Saudita. Outrossim, a maioria desses países é atraído para a zona de influência saudita justamente por esta ser o território que abriga importantes cidades para os muçulmanos.

O Irã, de forma distinta, espalha a imagem de revolucionário, explicitamente o contrário ao da Arábia Saudita. As concepções nacionais advindas da Revolução Islâmica lhe atribuem o caráter de defensor do islamismo, especificamente da vertente xiita e a divulgação da *sharia*. Com isso, seu aliado regional passa a ser o governo de mesma ideologia, que é o caso de Bashar al-Assad na Síria. O ramo alauíta do islã é mais uma subdivisão do xiismo e, somado ao hezbollah, formam o que o governo estadunidense de Bush (2001-2009) chama de “eixo do mal”. Isso, analisado da ótica regional, significou a formação de uma linha territorial aliada.

Considerações Finais

A Primavera Árabe, em geral, rompeu a homogeneidade do Oriente Médio, pois consegue abalar a estrutura de regimes absolutos estáveis. No entanto, não foram todos os países que sofreram com os levantes, mantendo seu autoritarismo intacto.

Face ao exposto nas subseções anteriores, notamos que as relações entre o Irã e a Síria e, da mesma forma, entre a Arábia Saudita e a Síria, moldaram o cenário de atuação na Primavera Árabe do país. Seu histórico de alinhamento, no caso iraniano, e de desconfiança e inimizade, no caso saudita, proporcionaram à Síria o conflito ainda não-findado no país.

A ingerência de ambos países não foi solo, visto que outros atores do Sistema Internacional também tomaram parte, tanto em auxílio financeiro como em ajuda de material militar. Os Estados Unidos, por exemplo, utilizaram-se da Arábia Saudita para conseguir fortalecer sua presença na região. Com isso, fornecem armamento bélico de alta tecnologia, bem como enviam milhões de dólares para financiar os grupos rebeldes que defendem o seu interesse e o de sua aliada na região, a Arábia Saudita: o de depor Bashar al-Assad. Por outro lado, o Irã apresenta-se como um Estado de atuação mais

autônoma. No entanto, recebe apoio diplomático da China e suporte da Rússia, já que esta última tem forte interesse em manter al-Assad no poder.

As concepções nacionais de cada Estado estruturam o modo de atuação de cada país. As características atribuídas por Cerioli ao Irã - de Líder Regional, Protetor da Fé e Agente Anti-imperialista - e à Arábia Saudita - de Líder Regional, Aliado Confiável e Garantidor da Estabilidade - fazem jus ao modo de agir destes países no desencadeamento da Primavera Árabe e a posterior Guerra Civil da Síria.

Referências

AKGUL, N. From stillness to aggression: The policy of Saudi arabia towards Syria after the arab spring. *International Journal of Humanities and Social Science*. Bayburt, vol. 6, n. 9, pp. 39-42, set. 2016.

BLANGA, Y. Saudi Arabian's motives in the Syrian War. *Middle East Policy*, vol. 24, n. 4, pp. 45-62, jan.-maio 2017.

BLOOM, C. The Classification of Hezbollah in Both International and Non-International Armed Conflicts. *Annual Survey of International & Comparative Law*. São Fransisco, Vol. 14. Artigo 5. p. 63-97, 2008.

COSTA, Renatho. Hezbollah: organização terrorista ou anseio de uma nação. *Research Gate*, Porto alegre, p. 1-39, jan. 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/209427377_Hezbollah_Organizacao_Terrorista_ou_Anseio_de_uma_Nacao>.

CUADRO, M. Las relaciones en el Golfo después de la “Primavera Árabe” y su impacto en la región. *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad*. Bogotá, vol 11, 111-135, julho-dezembro, 2016.

FERNANDES, H. As novas guerras: o desafio da Guerra Híbrida. *Revista de Ciências Militares*, novembro de 2016. Volume 4, p. 13-40. Disponível em: <<http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes>>. Acesso em: 2 maio, 2019.

GAUSE III, F. Beyond sectarianism: The new Middle East Cold War. *Brookings Doha Center Analysis Paper*, número 11, Jul./ 2014.

GOODARZI, J. *Syria and Iran: Diplomatic Alliance and Power Politics in the Middle East*. 1 ed. Londres: IB Taurus, 2006.

HOKAYEM, E. *Syria's uprising and the fracturing of the levant*. Routledge,

Londres, vol. 1, n. 1, pp. 28-43, 2013.

IBISH, H. What's at stake for the Gulf Arab States in Syria. The Arab Gulf States Institute in Washington, Washington, vol. 6, pp. 1-23, jun. 2016.

MELOS, A.; ROBERTO, W.; The Situation regarding non-state military actors in the middle east. UFRGS Model United Nations, Porto Alegre, v. 2, 248- 293, 2014.

MIKAELIAN, S; SALLOUKH, F; Fragile Politics: Weak States in the Greater Middle East. Londres: Hurst & Company, fev. 2016.

OLSSON, G; WILDNER, E; Os movimentos terroristas como atores não estatais e o exercício do poder simbólico. Revista da Faculdade de Direito UFMG. Belo Horizonte, n. 72, pp. 293-327, jan/jun. 2018.

PEREIRA, T. Os Guardiões da Pátria: O Exército Árabe da Síria e sua relação com o Povo e o Estado. Revista de Geopolítica, v. 5, nº 1, p. 44 - 58, jan./jun. 2014.

RICCI, C. Primavera Árabe na Síria: A correlação de forças na evolução das revoltas populares à Guerra Civil síria. Revista GAE-OMAM, n. 1, ano 01, jul./dez, 2016.

ROBERTO, W. A política externa do Irã e o impacto do conflito na Síria: Alterações geopolíticas regionais e a estratégia iraniana. 2015. 92 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

_____. O Papel Russo na Crise Síria e sua Decorrência Internacional. Revista perspectiva: reflexões sobre a temática, Porto Alegre, v. 5, n. 9, ago./set. 2012.

RYDELL, M. Syria: Iran's and Saudi Arabia's new playground? Department of political Science, Lund, 2017. Disponível em: <<http://lup.lub.lu.se/student-papers/record/8909212>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

SANT'ANA, P. Consequências da Primavera Árabe na Síria: uma nova diáspora em questão? Revista de Geopolítica, v. 9, n. 1, p. 68-79, jan./jun. 2018.

SEITENFUS, R. Ingerência ou solidariedade? Dilemas da ordem internacional contemporânea. São Paulo em perspectiva, p. 12-26, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v16n2/12107.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2019

SILVA, I. Guerra e construção do Estado na República Democrática do Congo: A definição militar do conflito como pré-requisito para a paz. 2011.

148f. Dissertação de mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SOARES, J. A Guerra civil na Síria: atores, interesses e desdobramento. OCI, Série Conflitos Interacionais, v. 5, n.1, fev. 2018.

UNITED STATES DEPARTMENT OF THE TREASURY (USDOT). Briefing on the Designation of Hezbollah for Supporting the Syrian Regime. Ago. 2012. d) RDisponível em: <<https://20092017.state.gov/r/pa/prs/ps/2012/08/196335.html>>. Acesso em: 8 set. 2019.

VISENTINI, P. O Grande Oriente Médio: da descolonização à Primavera Árabe. Porto Alegre: Editora Campus, 2014.

AS GUERRAS NO IRAQUE E SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONTEMPORANEIDADE

Eduarda Fuck Seidel*
Maria Luiza Kellermann Marcellino**

Introdução

Nesta pesquisa iremos abordar a Guerra do Golfo, com uma perspectiva histórica a fim de evidenciar os possíveis motivos para a ocorrência de dois conflitos envolvendo o Iraque e países ocidentais. Primeiramente iremos apontar o contexto histórico da Primeira Guerra do Golfo, na década de 90. Com essa análise feita, abordaremos o rumo tomado pelo conflito, que posteriormente desencadeou em outra guerra, a Segunda Guerra do Golfo, travado pelos mesmos atores. Para finalizar a pesquisa, iremos averiguar como esse acontecimento reflete-se atualmente.

Sendo assim, a importância acerca do tema é, primeiramente, devido à primeira guerra ter fortalecido a existência de um cenário unipolarizado, onde o sistema internacional estava conturbado com a queda de uma das potências, a União Soviética. Já no século XXI, o

* Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi participante e posteriormente colaboradora na organização do evento de simulações de Organizações Internacionais para o Ensino Médio (SiEM). É pesquisadora de iniciação científica do grupo “O Poder das Ideias e a Formação de Institutos Liberais na América Latina”.

** Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Dentro na Universidade Federal de Santa Catarina atuou na organização do Model United Nations no ano de 2018, em projetos voluntários dentro da organização Rotary International em 2018, na organização da Simulação de Organizações Internacionais para alunos do Ensino Médio (SIEM) no ano de 2018 e 2019 e na organização da Semana Acadêmica do curso de Relações Internacionais em 2019. É pesquisadora voluntária no Grupo de Pesquisa: O Poder das Ideias e a Formação de Institutos Liberais na América Latina.

globo via-se na constante preocupação causada pelo 11 de setembro, numa tutela estadunidense contra o terrorismo e quaisquer assuntos concernentes à segurança global, o que fortalece sua posição hegemônica. Desse modo, os confrontos travados no Oriente Médio se intensificaram ao decorrer dos anos, e podem explicar problemáticas e tensões constantes no atual cenário internacional.

Ademais, os conflitos no Iraque são relevantes por motivos além da destruição material e populacional do país, eles também denotam problemas sócio-culturais, como a xenofobia, intolerância religiosa e políticas públicas excludentes propagadas entre ocidente e oriente. Em vista disso, a questão a ser levantada é: de que modo os conflitos travados no Iraque se refletem na conjuntura da própria nação?

Portanto, com o intuito de explanar os conflitos segundo os acontecimentos ao passar dos anos, o trabalho é dividido em três grandes seções. A primeira seção irá abordar a Primeira Guerra do Golfo, seus antecedentes, o motivo para o conflito, o conflito em si e suas conclusões. A segunda seção irá apontar o cenário que motivou a ocorrência da Segunda Guerra do Golfo e as informações que concernem à ela. Já a terceira e última, tratará do desfecho da Guerra do Iraque e seus reflexos no cenário atual e, assim, espera-se responder a pergunta feita anteriormente.

1 Primeira Guerra do Iraque

1.1 Antecedentes

A primeira Guerra do Iraque está inserida em um cenário mundial peculiar, mesmo na época de término da Guerra Fria, as esferas de influência ainda estavam presentes, bem como o medo da destruição em massa advinda das armas nucleares. Sendo assim, projeções de defesa da paz e da democracia faziam parte da agenda dos países, bem como a contínua atividade bélica.

Nesse mesmo cenário, a política externa do ocidente perante o Iraque era razoável. Especificamente os Estados Unidos, no início era George Bush, chegou a considerá-lo um potencial canalizador para reviver o fraco processo de paz no Oriente Médio; ademais, eram parceiros comerciais principalmente nas áreas agrícola, petrolífera e armamentista-, além de possuírem em comum o inimigo

Aiatolá iraniano Khomeini¹ e o interesse de eliminá-lo - junto com seu ideal fundamentalista de revolução islã. Assim, as administrações estadunidenses ao longo da década de 80, automaticamente durante a guerra Irã-Iraque, mantiveram-se benevolentes com a gestão de Saddam Hussein. O conflito sem real “vencedor”, trouxe a ruína financeira - US\$ 100 bilhões de dívida externa, US\$250 bilhões de danos à infraestrutura - e também o início do fim do regime Saddam (PADOVAN, 2010)

O desencadear da guerra do Golfo fora a inesperada invasão efetuada pelo Iraque no vizinho Kuwait. As principais justificativas encontradas por Hussein são, primeiro, que o detentor do minúsculo litoral almejava as estratégicas Ilha de Bubiyan - território do Kuwait - e que, além disso, havia cobrança kuwaitiana da dívida criada pelos empréstimos na guerra Irã-Iraque e, também, Saddam Hussein queria aumentar o preço do barril do petróleo e, na OPEP, o Kuwait demonstrava forte resistência a isso. Fato que causara imensa ira no ditador. De qualquer modo, um ataque sob tais precedentes não era esperado.

1.2 A guerra

Em julho de 1990, satélites detectaram a presença de milhares de soldados iraquianos na fronteira com o Kuwait. Mesmo assim, chefes de Estado da Jordânia, do Egito e de Israel afirmavam o blefe de Saddam Hussein, justificando que a mobilização não resultaria em ataque (PECEQUILO,2011). Ademais, o ministro de Assuntos Exteriores da União Soviética, Edward Shevarnadze, disse ao Secretário estadunidense, James Baker, para não se preocupar, pois nada iria acontecer. As palavras ecoaram de modo confiável, pois o Iraque fora um bom aliado soviético.

Saddam mostrou-se estratégico. Raramente convidava embaixadores estrangeiros para seu palácio, mas em 1990, com April Glaspie², saiu da normalidade (PECEQUILO, 2011). Seguindo

¹ Ruhollah Musavi Khomeini foi uma autoridade religiosa xiita iraniana, líder espiritual e político da Revolução Iraniana de 1979 e que governou o Irã de 1979 a 1989.

² April Glaspie foi a embaixadora estadunidense no Iraque, a qual se reuniu com Hussein em 25 de Julho de 1990.

ordens prévias de Washington, ela disse que os Estados Unidos não costumavam se posicionar em questões fronteiriças, porém era preocupante a movimentação das tropas rumo ao Kuwait. Saddam foi sucinto, a retirada militar aconteceria após um encontro esperançoso e na troca de interesses com o vizinho.

Cordial à política externa estadunidense, a embaixadora Glaspie acreditava na necessidade iraquiana de manter uma relação amistosa com sua nação para o próprio sucesso. De qualquer maneira, o elo entre os países não era forte, e os Estados Unidos possuíam em sua agenda questões prioritárias: a detenção do comunismo no final da Guerra Fria. Fato que torna sua grande preocupação com o Kuwait questionável, pois próprios agentes do Estado afirmavam a não existência de compromissos e tratados de segurança entre eles:

Os Estados Unidos, de fato, não mantinham com o Kuwait relações particularmente amistosas. Talvez por causa do grande contingente de palestinos em seu território, o Emirado sempre adotara uma posição antiamericana no conflito árabe-israelense, e chegou a negar agrément para o embaixador norte-americano Brandon Grove Jr., que fora cônsul em Jerusalém. Além de manter relações diplomáticas com Moscou, o Kuwait era também importador de armamentos soviéticos (PADOVAN, 2010)

Outro ponto controverso da reação ocidental para com o Iraque fora o ataque imediato apenas quando conveniente, pois eles tinham conhecimento que Saddam utilizava armas químicas contra os curdos e gás mostarda nos iranianos. Todavia, o quanto lucravam com a venda de armamento para Hussein não tornava válidas medidas mais severas contra o modo de atuação iraquiano. De acordo com o New York Times, nos anos anteriores a invasão, os Estados Unidos aprovaram centenas de licenças para exportação de armas estimados em 1,5 bilhões de dólares, tendo o conhecimento que 162 delas poderiam ser de uso nuclear.

Vale ressaltar que, apesar da União Soviética manter com o Iraque um Tratado de Amizade e Cooperação, investir bilhões no país e possuir milhares de assessores militares russos no território, a liderança soviética, não se sentiu obrigada a apoiar o país, por conta de não ter sido informada pelo Iraque de sua intenção em invadir o

Kuwait (PECEQUILO, 2011). Ademais, a URSS estava na eminência de sua dissolução.

No dia 5 de agosto, a declaração do presidente Bush “This will not stand, this aggression against Kuwait.”³ marca os próximos acontecimentos. O Conselho de Segurança das Nações Unidas resolve agir. Por meio da Resolução 678, denominada “Resolução dos Poderes de Guerra”, autorizou os Estados-Membros a cooperarem com o Kuwait e “usar todos os meios necessários” para implementar não só a resolução 660, que exigia a retirada imediata das forças iraquianas do território do Kuwait, mas todas as outras subsequentes.

Afirmando o surgimento de uma crise internacional - com ações incontroversas como ato de agressão, recurso à força contra a integridade territorial, ruptura da paz - os 5 membros permanentes concordaram em enviar tropas ao Golfo Pérsico, com a exigência de retirada integral das forças iraquianas do território.

O envio de soldados estadunidenses ao território sagrado de Meca era um insulto à religiosidade do islã, a resposta de Saddam Hussein fora a anexação do Kuwait, tornando-o uma nova província iraquiana. Esse possível controle da segunda maior reserva de petróleo do mundo - Iraque e Kuwait, juntos, representam 16% da quantidade global - por Saddam simbolizava uma ameaça à liderança estadunidense, nessa idealizada Pax Americana, ou seja, a hegemonia da nação perante o mundo, ideário fortemente alimentado na era pós Segunda Guerra Mundial.

Consoante à Pax, os governantes da nação, cada qual à sua maneira, incluíram em seus anos de mandato a pauta da democracia neoliberal e a necessidade de levá-la ao mundo. O presidente Ronald Reagan, contra o império - soviético - do mal. George Bush, eixo do mal (KIRKPATRICK, 2007). Sendo assim, a tamanha preocupação estadunidense com o Iraque e, conseqüentemente, as futuras políticas adotadas, estão sistematizadas na construção de um mundo democrático e ocidentalizado, onde os países ficam à mercê dos interesses políticos e econômicos, seguindo os parâmetros hegemônicos dos Estados Unidos.

Durante as 6 semanas que se seguiram, comandados pelas

³ Tradução livre: “Isso não vai resistir, essa agressão contra o Kuwait”.

tropas dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, exércitos da França, Arábia Saudita, Síria e Egito fizeram ataques árduos na região do Golfo, com o intuito de retirar as tropas iraquianas do território kuwaitiano. Como afirma o Professor do Instituto de Relações Internacionais da UnB, Virgílio Caixeta Arraes:

O Iraque seria o primeiro país do Terceiro Mundo a experimentar a nova doutrina militar. O objetivo seria duplo: apagar a imagem do malogro no Vietnã e mostrar aos demais países o preço a pagar ao desafiar-se a hegemonia norte-americana, independente de ter sido aliado no passado próximo. (ARRAES, 2004)

De encontro ao ataque armado, ao quarto dia de invasão iraquiana, um embargo econômico foi feito pelas Nações Unidas, à pedido do Secretário de Estado estadunidense James Baker junto do soviético Edward Shevardnadze. Essa união é considerada, para Baker, o final da Guerra Fria (PADOVAN, 2010). Com a queda do socialismo real, há o triunfo da Nova Ordem Mundial e os Estados Unidos saem como a maior nação capitalista da história, sem perspectivas súbitas de novos adversários (ARRAES, 2004)

Por meio de resoluções aprovadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, aplicou-se embargo no comércio exterior geral do Iraque e sanções econômicas, o que fraquejou mais ainda a economia e desestabilizou o armamento das tropas -já que o armamento eficaz dependia das importações (PADOVAN, 2010). Fatos que agravaram as futuras chances de reestruturação do país e fizeram Saddam Hussein ver-se cada vez mais cercado pelas tropas americanas. O fim do conflito estava por vir.

O horror da Guerra do Golfo foi visto de maneira superficial, focado nas transmissões em tempo real dos efetivos ataques e das imagens impactantes dos bombardeios. A população iraquiana ficou em outro plano, o foco dado à análise das diferenças entre os líderes governamentais e as somadas mortes de militares, também ofuscaram as incontáveis baixas civis, juntamente com o trauma causado pelo horror da guerra (ZARPELÃO, 2008). Um fato pouco noticiado é a ocorrência de estupros contra as mulheres iraquianas por parte dos oficiais, com o real conhecimento de seus superiores:

Há dezenas de narrativas, a maioria proveniente das próprias mulheres estupradas, com descrições detalhadas das agressões e precisões dos abusos sexuais, em relatórios de respeitáveis observadores das Nações Unidas e repórteres de ONGs atuando no Iraque (como a Cruz Vermelha e a Human Rights Watch) que estranhamente permanecem ausentes do tão loquaz mediascape (RIAL, 2006).

Em 28 de Fevereiro de 1991, após a morte de mais de 30 mil iraquianos, o Presidente Bush declarou cessar fogo. Os acordos de paz foram estabelecidos. A República do Iraque, além de reconhecer a Soberania do Kuwait e retirar suas tropas do território vizinho, estava proibida de possuir armas de destruição em massa (armas nucleares, biológicas e químicas) e mísseis com um alcance maior do que 150 km em seu território. Entretanto, as sanções econômicas continuaram.

Já os exércitos inimigos - França, Arábia Saudita, Síria e Egito - se retiraram de território Iraquiano, enquanto que aviões caças dos Estados Unidos e Grã-Bretanha continuaram voando pelo céu do Golfo Pérsico por “segurança”, nas zonas de exclusão aérea⁴, e inspetores das Nações Unidas permaneceram no território para garantir que todas as armas ilícitas fossem destruídas, até o ano de 1998. Assim, a Primeira Guerra do Golfo chegava ao fim, carregada de mortes, estupros, destruição e traumas para a história do povo iraquiano.

O término da guerra acabou por não trazer o esperado. Apesar das tropas iraquianas serem retiradas do Kuwait, a ditadura de Hussein perdeu até 2003, contando com um baixo apoio popular e embargo econômico, sua luta pela alta no preço do petróleo não valeu a pena:

Desse modo, seria impossível a recuperação da economia, porque faltariam peças de reposição para a indústria, especialmente a petrolífera, vacinas animais, defensivos agrícolas, produtos químicos para higienização etc. Ao ser questionada em um programa televisivo sobre a mortandade - mais de meio milhão, sendo a maior parte de crianças - que as sanções estariam provocando no Iraque, a Ministra

⁴ conjunto de duas zonas de exclusão aérea distintas proclamadas pelos Estados Unidos, Reino Unido e França.

das Relações Exteriores, Madeleine Albright, responderia que fora uma escolha difícil, mas que seria o preço a pagar. (ARRAES, 2004)

Aos Estados Unidos, sob o pretexto de democracia, consolidou ainda mais sua hegemonia e poder perante o resto do mundo. No Iraque, configurado por invasão (ARRAES, 2004).

2 Segunda Guerra do Iraque

2.1 Anos precedentes

Durante a década seguinte à Primeira Guerra do Golfo, o Iraque de Saddam Hussein convivia com funcionários americanos e britânicos em seu território, junto a tentativas da ONU de inspecionar o armamento iraquiano. Além disso, o país continuou a relação de inimizade com Israel, condenando as incursões feitas contra os palestinos (BBC, 2002).

Após o atentado de 11 de Setembro de 2001, que abalara a população estadunidense e o mundo, membros do Departamento de Defesa Americano, como Paul Wolfowitz, declararam - falsamente - que Saddam Hussein e Bin Laden agiram em conjunto, para atacar os Estados Unidos e, assim, novas hipóteses de um novo conflito contra o Iraque foram levantadas pelo Executivo (PECEQUILO, 2011). Entretanto, a opção de gerar uma nova guerra no Oriente Médio não era apoiada pela comunidade internacional, muito menos pela opinião pública.

Desde a derrota de 1991, o Iraque, com as sanções econômicas e a proibição de produzir armas de destruição em massa (ADMs), não possuía capacidade de agressão e projeção de poder externo global, era apenas mais um Estado periférico (ARRAES, 2004). Assim, o Departamento de Defesa Americano via a invasão no território iraquiano como uma ocupação rápida e fácil, onde as tropas estadunidenses seriam bem recebidas, com uma reconstrução da infraestrutura rápida e barata - assim como a exploração do petróleo.

Tomada a decisão, a nova Doutrina Bush⁵ possuía apenas um

⁵ Série de princípios relacionados com a política externa do ex-presidente dos Estados Unidos George W. Bush, declarados como resultado dos atentados de 11 de setembro de 2001.

obstáculo: convencer os outros países a assinar a Resolução de ataque ao Iraque. Com exceção da Grã-Bretanha - a qual era aliada aos Estados Unidos firmemente desde a Primeira Guerra do Golfo - os outros 3 membros permanentes do Conselho de Segurança possuíam suas dúvidas a respeito da invasão. Entretanto, mesmo sem o apoio da ONU e sem o apoio externo, a “Guerra ao terror” fora comprada internamente. Para convencer os cidadãos americanos, o presidente Bush, além de afirmar sobre o possível envolvimento de Hussein com a Al Qaeda, defendera que o Iraque possuía um grande arsenal de ADMs, justamente por não se submeter às inspeções da ONU:

Ao longo da década de 1990, as inspeções diretas da ONU e da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) constatariam que os programas nucleares e biológicos do Iraque estariam inoperantes. Mesmo assim, os Estados Unidos e Grã-Bretanha não reconheceriam os resultados e manteriam o mesmo tratamento, menosprezando a opinião dos outros membros do Conselho de Segurança (ARRAES, 2004)

Diante da permanência de Hussein no poder, que já durava 24 anos, a intervenção militar externa foi vista como única forma para a mudança do regime, além de servir como um ponto crucial para a hegemonia do poder estadunidense. Com Bush na presidência, a busca de ocidentalizar e democratizar o distante mundo oriental seguiu a tradição liberal do país, mesmo que de uma maneira mais radicalizada (SANTOS; TEIXEIRA, 2013). Essas manifestações pró democracia não eram do agrado de Saddam, provavelmente convenceram-o de que era melhor viver sob as acostumadas sanções em detrimento das inspeções (PADOVAN, 2010).

Pressionados, em novembro de 2002 o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou uma nova resolução, exigindo a extinção de qualquer arma de destruição existente no Iraque (BBC, 2002) - para os Estados Unidos, uma legitimação da guerra preventiva.

2.2 A guerra

O Iraque ficou aberto para inspeções, feitas pelos diplomatas Hans Blix e Mohamed ElBaradei, com a finalidade de apresentá-las ao Conselho de Segurança e evitar a ação militar. Os representantes mostraram-se ambíguos com os resultados, falaram que o país não

havia cooperado suficientemente, porém pediram mais tempo para inspecioná-lo. Grande parte dos países ainda acreditavam nisso: Brasil afirmava que os meios diplomáticos não se esgotaram, por exemplo, e a França, membro do CS, insistia em mais meios para evitar a guerra (PADOVAN, 2011).

Em 16 de Março de 2003, o presidente George Bush pediu aos inspetores que se retirassem do Iraque e, um dia depois, afirmou que o tempo de negociações desarmamentistas estava encerrado, dando um prazo de 48 horas para Saddam Hussein sair do poder - o que não ocorreu. Poucos dias depois, Bagdá foi atacada por 200 mil soldados numa coalizão liderada pelos Estados Unidos (BBC, 2018):

Mesmo a universalização dos direitos humanos, tema tão caro à União Européia, desmorona-se diante da ação unilateral. As denúncias de maus tratos ou de transgressões à legislação internacional decorrem desde o embate com o Afeganistão. O ideal iluminista do cidadão universal não resiste à observação do cotidiano das guerras levadas a cabo pelo Estado promotor das "qualidades" da nova ordem. Desrespeita-se a Terceira Convenção de Genebra, sem possibilidade de aplicação de penalidades, visto que o país não é membro do Tribunal Penal Internacional (TPI), nem tem considerado o posicionamento recente da ONU. Em consequência, insuflar-se-ia a ira de organizações fundamentalistas contra o Ocidente (ARRAES, 2004)

Como esperado, a ação foi rápida e eficiente, sem chance para a -antigamente- temida Guarda Republicana. As tropas americanas tomaram a capital do Iraque e derrubaram a estátua de Saddam Hussein, simbolizando o fim de seu regime. O que era para significar a “libertação do povo iraquiano”, futuros acolhedores dos Estados Unidos, de acordo com o vice-presidente Dick Cheney (BBC, 2018), na realidade manteve o povo civil em estado calamitoso, com militares armados nas ruas e numa nação sem soberania consolidada.

A Autoridade Provisória da Coalizão (CPA), comunicada pelo general da coligação anglo-americana Tommy Franks, oficializou o governo externo para comandar o Iraque. Sob a égide de um país “conquistado”, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, mesmo não aprovados pela ONU ao invadir o Iraque, tiveram suas autoridades reconhecidas pelas leis dos conflitos armados (NASSER; PAOLIELLO, 2015).

Por consequência do ataque armado, a organização Iraq Body Count contabiliza mais de 288 mil baixas entre civis e militares iraquianos e um país mantido sob tutela estadunidense por aproximadamente oito anos (BBC, 2018). Os outros países da coalizão não mantiveram uma representação tão significativa quanto a estadunidense, tanto que, anos depois, realizaram inquéritos a fim de retomar o ocorrido. A Grã-Bretanha a concretizou como um fato certo e que deve servir de ensinamento para não reincidir aos moldes de 2003. Nas palavras de Gordon Brown -o então chanceler britânico- foi uma guerra necessária: "a nova ordem mundial que nós estávamos tentando criar seria posta em risco" (BBC, 2010).

Do meio ao fim da guerra, ficou cada vez mais evidente a vinculação das ações de paz necessariamente contra o terror, favorecendo a permanência de tropas estadunidenses e britânicas regendo o território. Esse fato deixou de lado a instauração da democracia e a elaboração de uma Constituição soberana, os reais motivos pela permanência dos exércitos externos até a transição ser consolidada (NASSER; PAOLIELLO, 2015).

Apenas em setembro de 2004 Estados Unidos, Grã-Bretanha e França retiraram suas tropas e, como esperado, não encontraram armas de destruição em massa. Todavia, integrantes do exército estadunidense - até mesmo configurados por contratos junto à empresas militares privadas - permaneceram em território iraquiano, na finalidade de estabilizar o país e instaurar a democracia (BBC, 2018). E, apenas em 2011, com o governo Obama, houve a retirada das tropas estadunidense do território iraquiano, após oito anos de ocupação.

3 Iraque fragmentado

3.1 Relações pós guerra

Em Janeiro de 2004, o “estopim” que fizera a invasão no Iraque acontecer já não era mais óbvio - a acusação de que o país possuía armas de destruição em massa e que ameaçava a segurança dos Estados Unidos estava se desintegrando. O ex-Chefe da equipe do governo estadunidense para encontrar armamentos proscritos iraquianos (ISG), David Kay, afirmou em seu discurso que assim

como sua equipe, errou. O Iraque não mais possuía armas de destruição em massa (KAY, 2004).

Assim, a invasão do Iraque representou, para o próprio país, o fim de um regime ditatorial. Entretanto, representou também a interrupção do processo de formação de uma Nação onde vinha se formando a partir de um cenário religioso e étnico que serviu como base de sua formação desde a década de 1920:

O que deveria ser o início de um processo de estabilização no Iraque, converteu-se, no primeiro semestre de 2004, num dos períodos mais violentos e sangrentos da ocupação (PECEQUILO, 2011)

Mesmo com o que os estadunidenses chamaram de “Operação de liberdade do Iraque” acontecendo e Bush filho impondo uma democratização no Iraque, o ex-presidente afirmara que sua presença na reconstrução do país seria “limitada” e sem violência - o que não ocorreu. A oposição a presença dos Estados Unidos no território Iraquiano era extremamente alta e, naquele momento, forças xiitas, sunitas e curdas disputavam o território deixado por Saddam Hussein.

Apenas em 2011 o governo estadunidense, no mandato de Barack Obama, retirou as tropas oficiais do território do Iraque. Manteve apenas aquelas à serviço da embaixada, com intuito diplomático. De qualquer maneira, a presença ocidental se manteve, principalmente a das empresas militares privadas (NASSER; PAOLIELLO, 2015).

3.2 A questão xiitas e sunitas, Estado Islâmico e deslocamentos internos

Como visto anteriormente, após a invasão dos Estados Unidos no Iraque, em 2003, e a queda de Saddam Hussein, o território Iraquiano entrou em colapso e se tornou em um Estado sem detenção legítima do monopólio do uso da força. Isso promoveu a ascensão de grupos fundamentalistas e detentos de aversão ao ocidente.

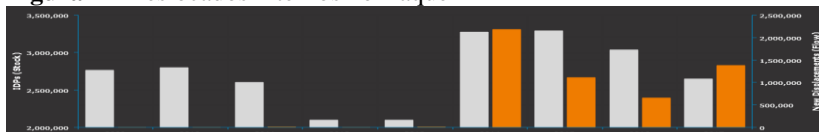
É importante ressaltar que, desde 1968, o Partido Baath estava no poder do Iraque. Muçulmanos sunitas dominaram o poder durante esses 34 anos, e Hussein - sunita - ficou no poder durante 24 anos

pelo Partido Baath. Assim, conflitos religiosos entre xiitas e sunitas sempre foram presentes. Com o fim da Primeira Guerra do Golfo, em 1991, a população Iraquiana xiita, do Sul do território, começou uma revolta. Estavam insatisfeitos com o governo de Hussein, cansados do Partido Baath, e, com a retirada das tropas do Ocidente, clamavam mais ainda por sua participação no poder.

Além da revolta dos xiitas, os curdos - expulsos pelo regime de Saddam Hussein em 1986 - também começaram revoltas, mas desta vez vindas do Norte. Com milhares de conflitos - e mortes - no território iraquiano, em 1997 as revoltas foram apagando, mas os conflitos étnicos e religiosos continuaram. No ano de 2003, após a queda de Saddam Hussein do poder, os curdos começaram a voltar para suas terras - mesmo tentando, até agora, se tornarem independentes do Iraque.

Em junho de 2014, no Iraque, foi proclamado, por fundamentalistas sunitas, o califado Estado Islâmico (EI) - que busca principalmente remodelar a atual configuração política do Oriente Médio, substituindo as antigas oligarquias que controlam o Iraque (NAPOLEONI, 2015). Sendo assim, uma das consequências do surgimento do EI é o aumento dos deslocamentos forçados e, principalmente, internos no Iraque, como observado no gráfico a seguir:

Figura 1 - Deslocados internos no Iraque



Fonte: Internal Displacement Monitoring Centre, IDMC, Iraq (2015)

Como pode ser observado no gráfico, a partir do ano de 2014 - ano de surgimento do EI - o número de pessoas deslocadas internas (IDP) no Iraque aumentou mais de 60% comparado ao ano de 2013.

Entretanto, a criação do Estado Islâmico se deu em 2003, com o nome de Al Qaeda do Iraque. O grupo, formado por fundamentalistas sunitas, se opunha e agia contra as tropas americanas no território iraquiano, com o pretexto de combater os xiitas locais. Porém, em 2006, o grupo foi aniquilado, com a morte

de seu comandante. No mesmo ano, o grupo renasceu das cinzas. Durante os anos seguintes, conflitos xiitas versus sunitas cresceram, junto com o fanatismo religioso. Apenas em 2014, o grupo estabeleceu o nome Estado Islâmico, com o objetivo de estabelecer um Estado Islâmico salafista no Iraque e em outros países do Oriente Médio.

Considerações Finais

Infer-se, portanto, que a questão existencial do Iraque nas últimas décadas é conectada à políticas de países ocidentais. Desde a Primeira Guerra do Golfo, o Iraque está inserido na lógica realista de constante ameaça externa e luta pelo poder, num viés militarizado e pouco diplomático. A atuação do mundo ocidental em questões do Oriente Médio, majoritariamente estadunidense, reflete-se nos fatos recorrentes da contemporaneidade - vide grupos terroristas e crescimento das fobias contra grupos étnicos diferentes.

Apesar de sofrer com o horror de duas guerras, o povo iraquiano aprovou sua constituição e hoje vive em uma república parlamentarista, a qual busca reconstruir a nação fragmentada e abalada economicamente através de anos de embargo econômico. Essa fase repaginada do Iraque é consolidada por reformas econômicas a fim de retomar investidores internacionais. Ademais, garantir a soberania de modo democrático e estável está na pauta iraquiana.

Entretanto, o princípio de não interferência e redução na militarização está fora da pauta dos Estados Unidos, que mantém desenfreado gasto público com suas Forças Armadas. Além disso, o país está sempre atento às mudanças políticas que fogem da ordem preestabelecida, o que deixa uma lacuna no real sentido de soberania no sistema internacional.

Referências

ARRAES, Virgílio Caixeta. Guerra do Golfo: a crise da nova ordem mundial. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100006&lang=pt> Acesso em: 01 out. 2018.

BBC. Os principais momentos históricos do Iraque. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/000000_cronoiraque.shtml>. Acesso em: 03 out. 2018.

BBC. Brown diz que Guerra no Iraque foi decisão 'correta'. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/03/100305_brown_iraque_inquiry_vdm>. Acesso em: 04 out. 2018.

BBC. Guerra do Iraque, 15 anos depois: as frases-chave que justificaram o conflito. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43479249>> Acesso em 03 de outubro de 2018.

BRITANNICA. Persian gulf war. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/Persian-Gulf-War>> Acesso em: 03 out. 2018.

BRITO, Bernardo de Azevedo. Iraque: dos primórdios à procura de um destino. Florianópolis: EDUFSC, 2014.

FARES, Seme Taleb. O pragmatismo do petróleo. Curitiba: Juruá, 2009.

FISK, Robert. The Great War For Civilisation: The Conquest of the Middle East. Fourth Estate, 2005.

FRIEDMAN, George. America's secret war: inside the hidden worldwide struggle between America and its enemies. New York: Doubleday, 2004.

KIRKPATRICK, Jeane J. Making war to keep peace: Trials and errors in american foreign policy from Kuwait to Baghdad. Nova York, Harper Perennial, 2007.

NAPOLEONI, Loretta. A Fênix Islamista: o Estado Islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio, 36. 1a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

NASSER, Reginaldo Mattar; PAOLIELLO, Tomaz Oliveira. Uma nova forma de se fazer a guerra? Atuação das Empresas Militares de Segurança Privada contra o terrorismo no Iraque. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782015000100027&lang=pt> Acesso em: 06 out. 2018.

PADOVAN, Gisela Maria. Diplomacia e uso da Força: os papéis do Iraque. Brasil, Ministério das Relações Internacionais, 2010.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva. 2. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa dos Estados Unidos. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

RIAL, Carmen. Guerra de imagens e imagens da guerra: estupro e sacrifício na Guerra do Iraque. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000100009&lang=pt> Acesso em: 01 out. 2018.

SANTOS, Maria Helena; TEIXEIRA, Ulysses Tavares. The essential role of democracy in the Bush Doctrine: the invasions of Iraq and Afghanistan. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292013000200008&lang=pt> Acesso em: 03 out. 2018.

SPENDER, Claire. Jane Kinninmont & Omar Sirri, Iraq Ten Years On 2. 1a ed., Chatham House, London, 2013.

THE GUARDIAN. The inspector's final report. 2004. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2004/mar/03/usa.iraq>> Acesso em: 04 out. 2018.

THE NEW YORK TIMES. U.S. Secretly Gave Aid to Iraq Early in Its War Against Iran. 1992. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1992/01/26/world/us-secretly-gave-aid-to-iraq-early-in-its-war-against-iran.html>> Acesso em: 20 out. 2019.

A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO EUROPEIA APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Geovana Gabriela Bardesio*

Lucas Bonatto Diaz**

Patricia Fabiana Ramos dos Santos***

Introdução

A primeira metade do século XX foi marcada por acontecimentos que transformaram a ordem mundial em termos nunca antes vistos na história. A Europa foi protagonista desta mudança servindo de cenário para a transformação. Palco da primeira e da segunda guerras mundiais, ocorridas, respectivamente, entre 1914-1918 e 1939-1945. Estes embates bélicos foram marcados pela singularidade de suas dimensões diante de fatos passados, estima-se que sessenta milhões de pessoas perderam a vida como resultado da segunda grande guerra em todo o continente (REGO, 2008).

O final da segunda Guerra Mundial, de acordo com Vizentini (2006, p.206) deixou o continente europeu “materialmente destruído e politicamente convulsionado”. Conforme o autor, o custo social e econômico que envolveu o conflito foi de gigantescas proporções, além do ônus efetivo da guerra e da destruição resultante, as perdas humanas e as consequências traumáticas para os sobreviventes, tais

* Bacharela em Administração (UNIPAMPA), diplomada em Governança da Cooperação Internacional e Transfronteiriça para o Desenvolvimento Local (El Colef e CGCID). Bacharelanda em Relações Internacionais e Pós-graduanda do curso de Especialização em Relações Internacionais Contemporâneas (UNIPAMPA). Membro do Grupo de Estudos Estratégicos Latino-americanos (GEELAm/UNIPAMPA).

** Bacharel em Relações Internacionais (UNIPAMPA). Membro do Grupo de Estudos Estratégicos Latino-americanos (GEELAm/UNIPAMPA).

*** Graduanda no curso de Relações Internacionais (UNIPAMPA). Membro do Grupo de Estudos Estratégicos Latino-americanos (GEELAm/UNIPAMPA).

como pessoas inválidas, desabrigadas, refugiados e um grande número de crianças órfãos representaram despovoamento e colonizações com fins políticos, já que muitas fronteiras foram também redefinidas com o final do conflito.

Para Rego (2008) o ano de 1945 pode ser considerado um marco zero na história europeia, por representar uma ruptura da ordem prevalente até aquele momento, um verdadeiro “virar de página no rumo da história da Europa” (REGO, 2008, p.91). Até então, as potências hegemônicas encontravam-se no continente, com o final da Segunda Guerra e a destruição que assolava o seu território abriu-se espaço para novos atores serem protagonistas no cenário internacional. Emergiram na hegemonia do poder Estados Unidos e URSS, os quais bipolarizaram a ordem mundial e também dividiram ideologicamente o continente europeu. Na parte ocidente prevaleceram as políticas econômicas voltadas ao capitalismo e, enquanto que na região leste, as políticas que foram predominantes, basearam-se na órbita comunista soviética (VIZENTINI, 2006; REGO, 2008; PECEQUILO, 2012).

Externamente, o período que se segue até 1991 foi marcado pela disputa da hegemonia dos regimes capitalista e socialista, chamada Guerra Fria. Na qual, segundo Pecequilo (2012, p.90) “EUA e URSS consolidaram o seu poder econômico, político e estratégico sob suas respectivas zonas de influência”, sendo Europa Ocidental, Europa Oriental e Ásia os principais cenários estratégicos desta contenda. Por sua vez, a aderência a organizações e pactos internacionais, tais como OTAN¹ (1949), Pacto de Varsóvia (1955) e COMECON² (1949) foram alguns dos mecanismos utilizados para a dominação durante este período pautado em esferas de influências (PECEQUILO, 2012).

Já no cenário interno, a Europa voltava-se para a reconstrução da sua economia e remodelamento social e político. A necessidade de paz era um imperativo comum aos líderes políticos daquele momento, e se consolida a ideia de alianças e cooperação entre diversos Estados com o objetivo de criar uma interdependência que propiciasse a pacificação da região (REGO, 2008). Nesse sentido, os

¹ Organização do Tratado do Atlântico Norte.

² Conselho de Assistência Econômica Mútua.

primeiros passos foram em direção a promoção da cooperação econômica, mas logo os planos evoluíram e abarcaram outras áreas, chegando a uma organização política constituída e que trabalha em diversos assuntos de forma comum, tais como política externa, segurança e defesa, desenvolvimento, ajuda humanitária, meio ambiente, saúde, e temas relacionados aos direitos humanos, como justiça e migrações, entre outros, e que mais tarde, na década de 1990 se materializa como União Europeia (COSTA, 2017).

Neste artigo, portanto, parte-se da seguinte problemática: como se deu o processo de integração europeia pós Segunda Guerra Mundial? Desta forma, seremos guiados pelo objetivo de descrever o processo de integração europeia a partir de 1945. Sendo uma pesquisa de caráter histórico, trabalharemos com uma revisão bibliográfica a partir de fontes secundárias, isto é, dialogando com autores que se debruçaram sobre a temática. Utilizando um método de investigação dedutivo, ou seja, partindo de um pressuposto geral, onde, processos históricos que devastaram a Europa no século XX, tiveram como reação dos países envolvidos uma integração tanto econômica, quanto, fundamentalmente, política pós conflito (LAKATOS e MARCONI, 2003). Somente a compreensão de fatores cruciais, anteriores a integração, é que compreenderemos nosso objeto, a União Europeia, não como algo puramente de vontade política. Mas sim, como uma necessidade de manutenção da segurança, da estabilidade política e econômica a partir de um bloco de países sólido, que unifica a Europa na perspectiva de buscar o desenvolvimento regional.

1 A Evolução Histórica do Processo de Construção da Integração Europeia no Pós- Segunda Guerra Mundial

O processo de reconstrução da Europa foi pautado por instâncias de cooperação internacional, pela necessidade de manter a paz e um ambiente favorável a reconstrução de tudo o que foi destruído pelas grandes guerras. Conforme Sousa (2000) foram necessárias duas guerras mundiais e a destruição do seu poder econômico e militar, para que a Europa entendesse que necessitava se unir, ultrapassando velhas rivalidades nacionais, para desempenhar novamente um papel determinante no cenário

internacional. Para Rego (2008, p.91) “o apelo a uma **paz duradoura** assume-se como uma necessidade urgente num continente fragilizado até ao seu âmago” (grifo do autor).

De acordo com Visentini e Pereira (2012) a Guerra Fria foi intensificada em 1949, quando a URSS cria o Conselho de Assistência Mútua Econômica, o qual integrava os planos de desenvolvimento e lançava as bases para um mercado comum socialista. Ainda de acordo a estes autores, esta iniciativa foi considerada uma resposta ao Plano Marshall implantado em 1947 e que representou um aprofundamento da doutrina Truman - concessão de ajuda americana para a reconstrução europeia. Esta se deu através do plano Marshall, o qual consistia na realização de empréstimos estadunidenses a juros baixos para a Europa. O objetivo era fomentar o poder de compra da Europa, cuja produção econômica interna encontrava-se deteriorada, havendo se transformado em um importante mercado importador, cujo principal fornecedor era, justamente, a economia norte-americana (VISENTINI e PEREIRA, 2012).

A iniciativa americana enfrentou resistências, não apenas por parte dos países do leste, inclinados ao socialismo soviético, pois na prática exigiam uma abertura da economia, a qual para algumas interpretações poderia conduzir ao enfraquecimento político europeu. Assim, em paralelo a estes movimentos se fomentava a ideia de que só através da cooperação entre os Estados, a Europa conseguiria enveredar para o caminho da paz (REGO, 2008). Ainda em 1946, o primeiro ministro britânico Winston Churchill pautou na sua fala, durante discurso proferido em Zurique, a necessidade de “unir a família europeia” e chegando a mencionar a necessidade de coesão plasmada na criação de uns “Estados Unidos da Europa”³ (REGO, 2008, p. 92).

Para Rego (2008) neste período, uma das soluções para a paz radicava-se na ideia de uma estrutura com viés federalista, porém, este ideário não se fincou no imediato processo de reconstrução. A principal resistência encontrada foi a da França que se negou abrir mão do status de potência regional. Assim, o processo se centrou no aspecto econômico. O processo político da integração econômica

³ É importante ressaltar que a Grã-Bretanha estaria de fora desta ideia inicial de integração mencionada por Churchill (REGO, 2008).

teve início em 1947 com a criação do Conselho Europeu, organização de caráter intergovernamental que “visava a proteção dos direitos humanos, a que se seguiu a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, assinada em Roma a 4 de Novembro de 1950” (REGO, 2008, p. 93).

No entanto, a França desempenhou um papel fundamental na articulação na criação do processo de integração regional. Segundo Rego (2008) a iniciativa determinante foi dada pelo Ministro dos Negócios Extranjeros da França, Robert Schuman. No ano de 1950, Schuman propôs a criação de um plano de cooperação econômica. Este referia-se a produção e circulação do carvão e do aço, e originou a que foi considerada a primeira iniciativa de cooperação: a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) em 1951. Composta por França, Itália, Alemanha, Holanda, Bélgica e Luxemburgo. Conforme Costa (2017) a CECA representou a tentativa de privar os países membros de iniciarem um conflito através da união dos mercados destas matérias primas. Para Rego (2008) o acordo afastava a possibilidade de um novo conflito por aproximar inimigos históricos como eram França e Alemanha.

Ao longo da década de 1950 novas iniciativas deram aprofundamento ao processo de integração, tal qual foi o Tratado de Roma: Tratado da Comunidade Económica Europeia - CEE (1957) que visava a expansão da economia através das trocas comerciais consolidando a cooperação económica no processo de integração (REGO, 2008). Ainda dentro desta perspectiva integracionista se desenvolveu outra importante iniciativa relacionada a energia. A criação da Comunidade Europeia de Energia Atômica (EUROTOM) determinou a partilha de recursos de geração de energia nuclear, conferindo aos seus Estados-membros a possibilidade de desenvolver uma estratégia comum na geração deste tipo de energia (REGO, 2008).

Tanto a EUROTOM como a CECA, visavam integrar “os recursos necessários para a fabricação de armamentos em uma estrutura que impedisse seu uso para fins militares e promovesse a cooperação entre as elites e a coexistência pacífica das nações europeias” (COSTA, 2017, p. 31). Buscou-se ir além do diálogo e das trocas comerciais, conforme Costa (2017) o objetivo era criar uma solidariedade que fosse tangível, o que foi feito de forma estratégica.

Pecequilo (2012) destaca o caráter autônomo das iniciativas mencionadas. Conforme a autora, esta característica do processo de integração europeu lhe outorgou um importante componente identitário que possibilitou o seu sucesso tornando-o mais tarde referência ao modelo considerado ideal de integração regional. Segundo Costa (2017) o ideário europeu pautou-se na concentração de interesses nacionais num contexto político e econômico que além de buscar a reconciliação dos Estados ao final da guerra, tornou-se um ambicioso processo de unificação. Porém, vale ressaltar que este não foi um processo linear nem tampouco simples. Em meio aos ânimos entusiastas da cooperação houveram empecilhos que comprometeram o avanço político da integração regional. Rego (2008) cita o fracasso da tentativa de implementação de uma estratégia comum de defesa. Conforme o autor, em 1954 houve uma proposta da França para a criação da Comunidade Europeia de Defesa (CED) cuja ratificação não foi efetuada pela própria Assembleia francesa. O ponto questionado referia-se a estrutura federalista prevista para a mesma, da qual era contrária, entretanto, ficou registrada entre os primeiros intentos de união política.

No período que compreendeu os anos 1958 e 1966, o processo integracionista foi marcado, conforme Costa (2017, p.35) por “estreias triunfantes”, pois tratou-se da fase de institucionalização. A Comissão, encarregada de criar normas e implementar políticas constituía-se na principal instituição da CEE. Durante os seus primeiros anos de atuação, o número de iniciativas geradas avançou rapidamente no sentido de implantar um mercado comum na região. A satisfação em relação ao cumprimento de objetivos definidos nos tratados outorgou a Comissão a anuência dos líderes nacionais para continuar e progredir com o trabalho realizado. Assim, em 1962 entrou em vigor a Política Agrícola Comum (PAC) e em 1965 se celebrou um tratado que uniu os executivos das três comunidades criadas até aquele momento. Da unificação da CECA, CEE e EURATOM, resultou a criação de um Conselho e uma Comissão (COSTA, 2017).

Apesar dos avanços institucionais, em 1965 o processo de integração sofreu a que foi considerada a sua primeira crise, novamente causada pela insatisfação francesa com relação ao viés federalista que estava se desenhando. De acordo com Costa (2017)

Charles de Gaulle, presidente da França, decidiu implementar a política de “cadeira vazia”, a qual consistiu no impedimento da participação dos ministros franceses no Conselho Europeu. Tal medida, ocasionou a estagnação do trabalho da instituição por sete meses. E foi contornado através de uma deliberação⁴ plasmada no “Compromisso de Luxemburgo”, que permitiu fosse solicitado o adiamento da votação por maioria qualificada no Conselho, bem como, fossem adiadas as discussões sobre um projeto de decisão da União europeia (COSTA, 2017).

O período seguinte, que compreendeu os anos de 1966 a 1974 foi classificado por Costa (2017) como o período do retorno do intergovernamentalismo, pois a natureza intergovernamental do Conselho foi ressaltada. Neste período, os Estados:

[...] enviavam um número crescente de oficiais e diplomatas para monitorar as atividades do Conselho e dissecar as propostas da Comissão. A Comissão incorporou essa restrição limitando suas iniciativas e propondo textos de rotina e não ambíguos (COSTA, 2017, p.36).

Além disso, o parlamento europeu ficou paralisado no que tange o seu desenvolvimento institucional e, assim, o seu envolvimento nas questões orçamentárias da Comunidade foi comprometido. Segundo Costa (2017) este cenário provocou em muitos o receio pelo processo de integração, que em desânimo chegaram a questionar a sua existência. Mas, em meio a esta fase crítica, o ano de 1968 se destaca por ter sido o ano em que se formou a União Aduaneira, inclusive com antecedência ao seu planejamento. Vale ressaltar que esta instância de integração foi conformada pelos seis Estados membros da CEE (COSTA, 2017).

O primeiro alargamento da Comunidade se deu em 1973 quando aderem a ela Dinamarca, Irlanda e Reino Unido⁵. Para Costa (2017) esta incorporação foi útil para facilitar o ressurgimento do

⁴ Decisão de comum acordo entre os membros - entretanto, sem a formalidade de um acordo firmado.

⁵ De forma curiosa, atualmente o maior impasse que se dá nos tramites do chamado Brexit, como veremos mais a frente, se dá entre a questão desses dois países, Irlanda e Reino Unido.

desejo de integração por criar novas expectativas em relação a um Mercado Comum. Conforme o autor, os ingressantes embora tivessem uma postura contrária a possibilidade de uma integração federalista, tinham em comum o interesse de dar continuidade ao projeto de abertura de mercados nacionais, e assim o adensamento da comunidade ajudou a restabelecer o seu funcionamento.

De acordo com Costa (2017, p.37) o período subsequente, precisamente entre os anos de 1974 e 1986, foi o momento em que a Europa “buscou um novo fôlego”. Fortemente influenciado pela incorporação dos novos membros o trabalho passa por uma fase de intensificação, como consequência os chefes dos Estados-membros decidiram, em 1974, passar a realizar três reuniões ao ano no âmbito do Conselho europeu com o objetivo de “determinar amplas diretrizes da política europeia e para iniciar um processo de cooperação política” (COSTA, 2017, p.37).

Ainda em 1974 foi criado o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional indo além do que representa um mercado comum, esta ação deixou claro que se tratava de uma “área de solidariedade financeira” (COSTA, 2017, p.38). Mais tarde, em 1978 Alemanha Ocidental e França propuseram a volta da cooperação monetária e a criação de um Sistema Monetário Europeu (SME), o qual foi criado em 1979 com o objetivo de garantir estabilidade as moedas europeias e a funcionalidade do mercado único. Para isso, criou-se também uma Unidade Monetária Europeia (ECU) que se transformou na moeda representativa da comunidade (COSTA, 2017). O novo sistema entrou em vigor em 1979, embora com ressalvas, de acordo com Pecequilo (2012, p. 93) “com dificuldades devido ao não cumprimento de suas demandas, visando a futura moeda única”. Notam-se os entraves e dificuldades de avançar quando se trata de aspectos políticos que visam a unificação, apesar de haver consenso em cooperar entre si e resolver problemas de forma comum, os avanços da integração sempre encontraram resistências entre os seus próprios membros.

Outros fatos importantes a destacar deste período são as primeiras eleições por sufrágio universal realizadas no Parlamento europeu em 1979. E, o segundo adensamento dado pela entrada da Grécia na Comunidade em 1981. Em 1985 houve uma reformulação dos objetivos da comunidade buscando adequar-se ao viés neoliberal

que no contexto da época afluía como crença de ser o caminho a seguir. Dessa forma:

[...] a definição dos novos objetivos de integração, incluindo o objetivo de um mercado único, finalmente encontrou uma nova mobilização de agentes econômicos em transição (multinacionais, grupos de bancos, empregadores europeus, etc.) a favor da construção europeia (COSTA, 2017, p. 39).

Ainda em 1986 ocorre o terceiro adensamento da Comunidade com o ingresso de Espanha e Portugal. Como resultado destas adesões à Comunidade, que inicialmente foi fundada com a participação de seis Estados, em 1986 passa a ser composta por doze (REGO, 2008). No mesmo ano, 1986, ocorre a celebração de um novo tratado, denominado Ato Único Europeu (AUE), o qual consistiu numa revisão do tratado de criação da CEE, de acordo com Costa (2017, p.39), o período subsequente:

[...] foi marcado por preparações para a entrada em vigor do mercado interno, que necessitava da adoção de 310 normas europeias para substituição dos padrões nacionais. O Documento Técnico sobre o Mercado Único da Comissão Europeia listava essas normas e estabelecia uma espécie de agenda legislativa para o período de 1987 a 1992.

Na prática, conforme assinala Costa (2017), a adoção dos padrões europeus ao mercado doméstico dos países membros da comunidade, foi uma medida com características bastante restritivas no que tange as necessidades de adaptação de cada mercado interno. Em razão disso, o que ocorreu foi a gradativa substituição desta ideia e, na prática, o fato foi solucionado através de um reconhecimento mútuo de padrões, por meio de um comprometimento dos Estados membros em validar os padrões dos parceiros.

A proximidade aos anos 90 trouxe consigo uma série de mudanças e transformações no sistema internacional e também no processo de integração europeu. De acordo com Pecequillo (2012) o final da Guerra Fria e as transformações decorrentes do final da era bipolar outorgaram-lhe a Europa Ocidental uma agenda abrangente de desafios após 1989. Nesse sentido, Costa (2017) aponta o

adiantamento de algumas medidas no que tange ao concerto europeu provocadas pela aproximação do final da Guerra Fria. Segundo o autor, o Conselho Europeu, em 1989, decide realizar uma conferência intergovernamental para tratar dos estágios finais da união econômica e monetária:

Na ocasião, onze estados membros adotaram o Estatuto da Comunidade sobre os Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores, que foi registrado como o “protocolo de política social” no Tratado de Maastricht. O estatuto foi posteriormente integrado ao Tratado de Nice (2000) (COSTA, 2017, p. 40).

Em 1990, o Conselho Europeu realiza mais duas conferências de caráter intergovernamental, as quais objetivavam elaborar tratados com o intuito de normatizar temas como a união econômica e monetária, e a união política:

O objetivo era “concluir” a integração econômica e acompanhá-la com integração política. Esse objetivo de aprofundamento foi apresentado como um pré-requisito para a ampliação na parte oriental e como forma de prever os efeitos da transição democrática e econômica em países que não mais estavam sujeitos ao domínio soviético. O Acordo de Schengen foi firmado em junho de 1990 e tinha como objetivo abolir os controles fronteiriços entre os estados membros da Comunidade (COSTA, 2017, p. 40).

As normatizações estabelecidas nestes tratados serão as norteadoras do processo de integração que se transforma no pós-Guerra Fria, como veremos na próxima subseção.

2 Avanços e Retrocessos: o Processo de Integração Europeu no Mundo Pós-Guerra Fria

No período pós-Guerra Fria venceram as posições pró continuidade e aprofundamento do processo de integração. Mesmo com uma trajetória marcada no seu lançamento por iniciativas em prol do fortalecimento institucional e integracionista nas suas primeiras décadas, e de um processo de estagnação e entraves durante a década de 1970. Com o fim do período bipolar e com a

reconfiguração do poder mundial, algumas posições entendiam que o ápice da integração na Europa já havia sido alcançado e questionavam a continuidade da institucionalidade europeia. O movimento integracionista conseguiu com o tratado de Maastricht aprofundar o processo de integração e transformar a CEE na União Europeia avançando singularmente no aprofundamento da relação (REGO, 2008; PECEQUILO, 2012; COSTA, 2017).

De acordo com Pecequilo (2012) prevaleceu a visão de uma Europa comum no período imediato ao pós-Guerra Fria, no qual a União Europeia surge como o principal ator institucional. Ainda de acordo com a autora “inspirado no AUE, mas promovendo um significativo salto qualitativo na construção de uma Europa supranacional e com uma identidade própria” (PECEQUILO, 2012, p. 94). Conforme Costa (2017) em dezembro de 1991 são realizadas duas conferencias intergovernamentais, das quais resultou o “Tratado da União Europeia” (TEU), ou Tratado de Maastricht, pelo Conselho Europeu”, o qual foi celebrado no início de 1992. Segundo Rego (2008, p. 94) a CEE passa a ser designada como União Europeia através do Tratado de Maastricht, e nele também é “expresso pela primeira vez o conceito de cidadania europeia”. Para Costa (2017 p.41) o texto do tratado apresenta:

[...] uma arquitetura bem barroca, pois os estados membros não conseguiram chegar a um consenso sobre a introdução de novos objetivos (política externa, defesa, assuntos internos, justiça) na estrutura da CEE. Porém, ao mesmo tempo, desejavam preservar a aparência da unidade geral. Eles também concordaram em “atribuir” novas formas de integração às instituições da Comunidade. A estrutura do tratado possui três “pilares”: a Comunidade Europeia (sem o termo “econômica”), a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a Cooperação em Justiça e Assuntos Internos (JAI).

No tratado também se expressam outras mudanças importantes que são a criação da União Econômica Monetária (UEM), que além da coordenação de políticas macroeconômicas também previa a criação de uma moeda única. E, a ampliação dos poderes do Parlamento Europeu (COSTA, 2017):

Desta forma, é possível observar uma “politização” dupla da integração europeia, de um lado, por meio do exercício de poderes soberanos supranacionais reservados aos estados membros (política externa, defesa, justiça, etc.), de outro, por meio da afirmação da natureza política do funcionamento da União (procedimento de decisão conjunta, cidadania europeia, etc.) (COSTA, 2017, p. 41-42).

De acordo com Pecequilo (2012) entre 1990 e 1999 foi um período de oscilações e recuos no qual se identificam três etapas para a concretização da UEM. O primeiro período, está compreendido entre os anos de 1990 e 1994, e segundo a autora, foi o período que se caracteriza em razão da:

[...] a liberalização das transações de capital (supressão dos controles cambiais), o aumento dos recursos aos fundos setoriais para a adequação das economias e diminuição de assimetrias e a supervisão de políticas dos Estados membros, e a ocorrência de crises especulativas e desrespeito dos mecanismos de conversão que levaram à suspensão e relançamento do mesmo em patamares mais frouxos (PECEQUILO, 2012, p. 95).

De 1994 a 1999 foi iniciado o segundo estágio, no qual se criou “o Instituto Monetário Europeu formado pelos Presidentes dos Bancos Centrais europeus e precursor do Banco Central Europeu, a independência destes Bancos Centrais e a regulamentação das políticas de convergência” (PEQUEQUILO, 2012, p. 95). E o terceiro estágio teve início em 1999 a partir da adoção do Euro pelos Estados-membros que preenchiam os critérios para tal. Pecequilo (2012) aponta que a fase de transição foi culminada em 2002, sendo o Euro adotado como moeda única a partir desse ano.

No que tange a sua extensão territorial, conforme Costa (2017) a União Europeia têm passado por intensas reformas desde meados dos anos noventa, assim como no que diz respeito a extensão das suas competências, ao aumento da efetividade e da legitimidade das suas instituições. Segundo este autor, em 1997 foi adotado o Tratado de Amsterdã que concedeu novos poderes a União Europeia simplificando o processo de tomada de decisões e iniciando o que ele chamou de “comunitarização” da cooperação em matéria de justiça e assuntos internos. Costa (2017) assinala que apesar destes avanços,

o tratado mencionado não abrange um projeto político e tampouco implementou facilidades para a composição da comissão e para a votação por maioria qualificada no Conselho, mantendo nestes aspectos as normativas adotadas anteriormente. Portanto, neste tratado reformas institucionais não foram realizadas.

Em março de 1998 abriram-se negociações para a adesão de países da Europa Central e Oriental, alargando a abrangência do bloco. De acordo com Costa (2017, p.42) “o Tratado de Amsterdã entrou em vigor em maio de 1999. Em dezembro, o Conselho Europeu para o processo de ampliação confirmou as negociações com os PECOs, bem como com Malta e Chipre, e reconheceu a Turquia como um país candidato”.

Pecequilo (2012) assinala que no que se refere a relação com EUA e a OTAN, assim como com a Rússia e os países do Leste europeu, houveram tendências de autonomia e recolhimento ao longo do período. Conforme a autora, houve a intensificação de sentimentos nacionalistas e xenófobos o que permitiu a ascensão paralela de grupos ligados a extrema direita:

A crise social e econômica pós-neoliberalismo fez-se presente. Estes fatores, somados às tendências de aprofundamento, intensificaram sentimentos nacionalistas e xenófobos, permitindo a ascensão de movimentos de extrema direita paralelos à consolidação da identidade europeia. Mesmo assim, a década começou com a criação e aprofundamento da UE, sendo encerrada com um processo significativo de alargamento (PCEQUILO, 2012, p.96).

A década de 2000 inicia com a elaboração do Estatuto de direitos fundamentais da União Europeia, conforme Costa (2017), neste ano realizou-se uma nova conferência intergovernamental para adaptar as instituições a uma importante ampliação.

Covas (2017) identifica três grandes períodos e filosofias de integração no que tange à construção europeia. De acordo com o autor, o primeiro período está compreendido entre 1945-1989 e se caracteriza por uma “filosofia de integração funcionalista, jurídico-econômica e tecnocrática, no quadro mais geral das relações bipolares definidas pelas duas grandes superpotências” (COVAS, 2017, p. 60). Por sua vez, o segundo período abrange a queda do

muro de Berlim (1989) até a ratificação do tratado constitucional em 2005 e foi descrito pelo autor da seguinte maneira:

[...] marcado por uma filosofia de integração mais voluntarista, política e institucionalmente, seja na adoção de uma moeda única, na definição de uma política externa e de segurança comum, na implementação de uma cooperação policial e judicial em matéria penal ou, finalmente, no grande objetivo do alargamento (COVAS, 2017, p. 60).

Já de 2005 em diante, no que seria o terceiro período, o autor assinala que este é marcado pelo regresso do intergovernamentalismo, pela multiplicação de extremismos europeus e “o espetáculo político-mediático dos encontros informais do diretório franco-alemão” (COVAS, 2017, p. 60). Nesse sentido, o ano de 2005, segundo Costa (2017) foi especialmente importante por ter sido rejeitada por referendo a Constituição Europeia (na França, em maio, e na Holanda, em junho). Este fato deu início a um período de incertezas com relação ao futuro da União Europeia. Costa (2017, p.46) assinala que “as principais instituições tomaram medidas para ganharem tempo e compreenderem por que os cidadãos haviam rejeitado a Constituição, bem como para definirem suas expectativas em relação à integração europeia”. Os delineamentos da política europeia são descritos por Covas (2017, p. 60) de maneira categórica, quando afirma que “não são, geralmente, os tratados que determinam a política europeia, são, antes, os acontecimentos que desencadeiam os rearranjos político-institucionais”.

De acordo com Costa (2017) quando os problemas constitucionais e institucionais pareciam ter chegado ao fim, iniciou-se uma nova fase de dificuldades, desta vez, relacionadas a estabilidade da zona do Euro. A crise financeira de 2008 afetou a Europa, pois segundo o autor, os europeus não reagiram de forma organizada para auxiliar os seus bancos e poder enfrentar a crise. Como consequência houve uma deterioração das finanças públicas de muitos países da zona do Euro, o que prejudicou a confiança do mercado quanto a solvência de alguns Estados europeus, como a Irlanda e a Grécia”. No final de 2009, a “crise da dívida” eclodiu em diversos estados, ameaçando a credibilidade e a continuidade da zona

do euro (COSTA, 2017, p.47).

Entretanto, em maio de 2011 novas preocupações relacionadas ao aspecto financeiro vieram à tona, de acordo com Costa (2017) os Estados europeus não conseguiram reagir de maneira apropriada a crise, o autor explica:

Em maio de 2011, preocupações sobre o refinanciamento da dívida da Grécia vieram novamente à tona, mas os estados membros não pareciam capazes de reagir de forma conjunta. Portugal, Itália, Espanha e Chipre também estavam sendo alvos dos mercados financeiros. O Conselho Europeu da zona do euro solicitou a rápida elaboração de um pacote legislativo para fortalecer o Pacto para a Estabilidade e o Crescimento, e para uma nova vigilância macroeconômica (“Governança Econômica”). As reformas sobre governança econômica, parte de um pacote com seis propostas legislativas, entraram em vigor até o fim do ano (COSTA, 2017, p. 48-49).

O autor aponta que em 2012 um novo tratado foi firmado para dar maior centralidade aos orçamentos e penalização para os que quebrassem o acordo orçamentário. Este foi firmado em março de 2012 sob a denominação de “Tratado para Estabilidade, Coordenação e Governança na UEM”, ou “Tratado para Estabilidade Fiscal”, na prática tratou-se de um pacto Fiscal. Neste mesmo ano, as reuniões do Conselho para tratar dos temas fiscais obtiveram um êxito inesperado, como explica Costa (2017, p. 49):

O Conselho Europeu de 29-30 de junho de 2012 acabou sendo um sucesso não esperado: o Conselho Europeu e o Eurogrupo chegaram a um consenso sobre um acordo que permitia aos bancos receberem ajuda diretamente do fundo de resgate permanente, o Mecanismo Europeu de Estabilidade.

O pacto fiscal entrou em vigor em 2013, a partir da ratificação dos Estados-membros que passaram a decretar leis orçamentárias nacionais para regular o equilíbrio fiscal como mecanismo de autocorreção. Conforme (2017, p.49) em maio deste ano, o pacote com reformas legislativas entrou em vigor em todos os países da zona do euro com o objetivo de “fortalecer ainda mais o monitoramento europeu dos ciclos orçamentários e melhorar a

governança econômica”. E, em outubro as regras para criar um mecanismo único de supervisão dos bancos e das instituições de crédito foram adotadas pelas instituições da União Europeia, conforme o autor, este mecanismo foi concluído em 2014 com a adoção do Parlamento Europeu das diretrizes sobre as ações recomendadas para reagir as crises econômicas sem que seja necessário utilizar dinheiro público para salvar as instituições privadas. Já em novembro de 2014, entra em vigor um mecanismo único de supervisão que permite ao BCE supervisionar operações dos bancos da zona do Euro com a finalidade de prevenir brechas que deem lugar a novas crises econômicas como a que ocorreu em 2008 (COSTA, 2017).

Apesar disso, é importante ter presente que a crise de 2008 impactou de sobremaneira a capacidade de a União Europeia participar do cenário internacional. Costa (2017) aponta as mudanças geopolíticas ocorridas no período com uma significativa mudança no que tange a concentração de poder mundial. Para o autor, neste contexto, poderes não ocidentais passaram a ocupar melhores posicionamentos no cenário internacional, fazendo com que a União Europeia redefinisse suas prioridades com relação as ações externas.

Nesse sentido, é importante considerar que apesar do pacto fiscal ter entrado em vigor, os problemas relacionados a situação econômica e política dos Estados afetados ainda estão na ordem do dia. De acordo com Costa (2017, p. 51) “o Pacto Fiscal entrou em vigor, mas os problemas não foram resolvidos. Os estados membros enfrentam uma situação econômica e social difícil, com pouco crescimento, alta taxa de desemprego e níveis elevados de déficit e dívida”. Tal cenário têm provocado uma crescente insatisfação nos cidadãos da União Europeia, pois com os compromissos assumidos nos acordos de integração os governos dos Estados-membros possuem restrições para atuar em algumas contendas, ao mesmo tempo, em que as diretrizes desenhadas pelas instituições da União Europeia são recheadas de medidas impopulares no intuito de reequilibrar a área fiscal e orçamentária.

Costa (2017, p.51) evidencia o fato de que somado a esses fatores de descontentamento, ainda é preciso considerar que “os Estados-membro possuem visões muito diferentes sobre o futuro e as políticas da UE, e estão, cada vez mais, desenvolvendo estratégias

individuais”. Tal contexto, somado as grandes crises econômicas que os grandes centros têm enfrentado desde 2008, demandas ecológicas, além da tragédia humanitária dos refugiados, derivados de conflitos que a OTAN está diretamente envolvida. Tem tido como resposta a estas crises, que se alastram sobre o mundo desenvolvido, soluções imediatas que partidos ultraconservadores, de extrema-direita tem se apropriado, com discursos radicalmente anti-integração, proporcionando a ascensão de líderes políticos extremistas, conceitualizados como eurocéticos⁶:

Eles se beneficiaram do crescente descontentamento da população em relação à austeridade e ao processo de integração, e questões como migração ganharam legitimidade e credibilidade devido à representação de longa data que os eurocéticos possuem no Parlamento Europeu. O sucesso dos eurocéticos ajuda a definir a pauta sobre as questões europeias e influencia indiretamente as atividades de líderes nacionais, em nível doméstico e em nível europeu (COSTA, 2017, p. 52).

Um caso destacado nesse sentido é o Reino Unido, que conforme Wolf e Oliveira (2016), que estudaram a participação britânica na União Europeia, apontam que esta é pautada por ressalvas e desconfianças. Os autores destacam a não aderência integral dos britânicos a Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia em 2007, a qual estabelece um conjunto de direitos econômicos, sociais e políticos aos seus cidadãos e que devem ser assegurados pelos seus Estados-membro. A aceitação parcial deste acordo outorgou ao Reino Unido margem de manobra para driblar o sistema de garantias de direitos estabelecido pelo processo integracionista. Os autores ainda destacam que:

O Reino Unido não apenas possui um sistema de proteção social menos sofisticado do que a maioria dos países europeus, como esse

⁶ Podemos listar aqui: na Itália do Movimento Cinco Estrelas; a Hungria de Viktor Orbán que possui forte apoio popular; na Polônia do PiS (Partido Lei-Justiça) atualmente no poder; na França Marine Le Pen que é atualmente deputada no Parlamento Europeu; mesmo na Alemanha, que foi assombrada pelo nazismo, atualmente o partido de extrema direita Alternativa para a Alemanha (AfD) ficou em terceiro lugar nas eleições parlamentares em 2017, tendo 12,9% dos votos válidos.

sistema tem sofrido ataques permanentes do governo conservador desde a eclosão da crise europeia, sobretudo no que se refere à legislação trabalhista, cuja maior flexibilidade é defendida pelo governo atual como um elemento fundamental para a competitividade de sua economia (WOLF e OLIVEIRA, 2016, p. 112).

Wolf e Oliveira (2016, p.127) assinalam que “o Reino Unido sempre se mostrou desconfortável com o projeto de integração regional europeu”, apesar do evidente desconforto, não era considerada a possibilidade de que os britânicos pudessem retirar-se do bloco. Entretanto, em 2013 o assunto foi colocado em pauta de discussão através do governo conservador de David Cameron, quando este decidiu realizar um referendun para consultar a população sobre tal posicionamento. A consulta popular foi realizada em junho de 2016 e a decisão tomada foi a de não permanecer no bloco (WOLF e OLIVEIRA, 2016; COSTA, 2017):

No início de 2017, o Parlamento do Reino Unido foi convocado para aprovar o Projeto de Lei da UE de 2017 (Notificação de Saída), autorizando o governo a realizar uma notificação formal com base no artigo 50.32. Paralelamente, o primeiro-ministro anuncia o “Great Repeal Bill”, projeto de lei que anulará a Lei das Comunidades Europeias de 1972 e possibilitará que decretos anteriormente em vigor de acordo com a legislação da UE sejam absorvidos à legislação do Reino Unido. Esse projeto de lei deverá ser introduzido em maio de 2017 e decretado antes ou durante as negociações do artigo 50. Ele foi criado para facilitar a transição, garantindo que todas as normas existentes, até aquelas originadas na UE, permaneçam em vigor até que sejam especificamente anuladas (COSTA, 2017, p. 53).

Atualmente, após o referendun de 2016 o Brexit se tornou um grande problema tanto para a União Europeia e, principalmente, ao Reino Unido. Após a saída de Cameron, que colocou em pauta o Brexit, sua sucessora Theresa May não conseguiu efetuar um acordo, após três tentativas consecutivas negadas pelo seu parlamento. Transformando o processo de saída do Reino Unido numa crise política profunda. O próprio partido conservador, retirou o apoio a May durante as negociações, o que levou a sua queda em 2019. A

grande questão do Brexit se dá, centralmente, na região da fronteira da Irlanda do Norte e Irlanda. A primeira pertencendo ao Reino Unido e a segunda, independente, fazendo parte do bloco europeu. Ratificado pelo acordo de Belfast em 1998, desde que pôs fim ao conflito entre nacionalistas e unificionistas, as duas Irlandas possuem uma fronteira aberta, sem controle aduaneiro ou de pessoas. Com o Brexit a questão se impõe ao controle da fronteira, pois Reino Unido e Irlanda não pertenceriam mais ao mesmo bloco, e suas políticas econômicas, aduaneiras e de migração não estariam sob a mesma égide de Bruxelas⁷ (BOFFEY, 2019; BOYLE, 2019).

Para Wolf e Oliveira (2016, p. 127) a saída do Reino Unido da UE é um verdadeiro revés civilizatório”. Para estes autores, trata-se “do mais duro golpe contra a mais ousada tentativa de cooperação entre diferentes países em favor de objetivos comuns da história”. A partir de agora, as preocupações com relação ao projeto de integração europeia se centram, principalmente, em três aspectos. Conforme Costa (2017) são estes aspectos: é constitucional e político, de preocupação com relação a atitude dos líderes da EU e, consequências do Brexit para a UE. Para Wolf e Oliveira (2016) deste processo delicado de redelineamento e readequações aos anseios deve-se tirar lições e transformá-las em ações concretas. Sendo a principal consideração realizada pelos autores o fato de a integração deve servir para unir em momentos de crise e não para atenuar diferenças.

Considerações Finais

Este trabalho se desenvolveu com o objetivo de descrever o processo de integração europeia ocorrido no pós-segunda Guerra Mundial. Partiu-se do contexto imediato do pós-guerra procurando

⁷ De forma a contextualizar, até a conclusão deste artigo, o novo primeiro ministro do Reino Unido, Boris Johnson, um fervoroso eurocético que teve forte influencia na campanha para a saída do Reino Unido da União Europeia, havia anunciado um novo acordo com Bruxelas, em 17 de outubro de 2019. Que será submetido a votação dos 27 países que compõem a União Europeia e, posteriormente, no Westminster. No entanto, o novo acordo teve uma repercussão dúbia entre o parlamento do Reino Unido, tanto dos representantes da Irlanda do Norte quanto a oposição trabalhista que se manifestaram contra o novo acordo.

conhecer as circunstâncias e as motivações para o estabelecimento de um processo de integração no contexto de reconstrução; após, verificaram-se os anseios e as dificuldades para estabelecer e consolidar um projeto de integração num contexto de influências divididas. Em seguida, buscou-se discutir as mudanças ocorridas no período pós-Guerra Fria e compreender os avanços e retrocessos enfrentados no continente com relação ao projeto integracionista.

Foi possível verificar que o processo de integração partiu da necessidade de reconstruir os países afetados pela guerra. As perdas sociais e econômicas provocadas pelo conflito provocaram a necessidade de buscar alternativas e recorrer a auxílio externo e a instâncias de cooperação internacional com o objetivo de minimizar o nefasto contexto que se apresentava. Nesse sentido, a conjuntura da Guerra Fria foi determinante para fomentar o processo de reconstrução na Europa ocidental. A bipolaridade desenvolvida durante este período fez com que a disputa de poder pelas hegemonias se desse, também, através do estabelecimento de influências. Assim, os EUA com o interesse de frear o avanço soviético da Europa oriental para a ocidental, se propôs através da doutrina Truman, desenvolver o Plano Marshall ofertando empréstimos em condições especiais aos países do ocidente europeu. Embora esta também tenha sido uma forma de fomentar o seu próprio mercado exportador, cristalizando-se como um importante movimento político e estratégico dos EUA.

Por sua vez, as circunstâncias geraram nos atores envolvidos o comum sentimento relativo a necessidade de cooperar e a visão de que somente por meio do trabalho conjunto conseguiriam novamente ocupar um lugar de destaque no cenário internacional. Os primeiros movimentos integracionistas vislumbravam uma união política ao longo prazo, mas se desenvolveram a partir de instâncias pontuais, como foi o caso da Comunidade do Carvão e do Aço, criada para minimizar a possibilidade de um novo conflito no território europeu. O destaque subsequente foi a criação da Comunidade Econômica Europeia, que pese as suas dificuldades para conciliar as visões de seus membros em relação ao projeto político, alargou-se ao longo da Guerra Fria apresentando importantes avanços em relação à integração.

Com o final da Guerra Fria vislumbrou-se uma mudança substancial na conjuntura mundial e os desdobramentos na Europa se

deram de modo a alargar a abrangência do bloco integracionista, ao mesmo tempo em que, se buscou aprofundar a contenda por meio, principalmente, do entrelaçamento econômico, a partir da criação da moeda única. A partir da década de 1990 foram muitas as mudanças observadas no que tange ao trabalho político conjunto, ao estabelecimento de direitos sociais e principalmente de marcos regulatórios próprios e comuns a região. Apesar da busca por uma coesão econômica e política, o bloco não ficou imune a crises internacionais e sofreu os seus efeitos de sobremaneira, especialmente os resultados da crise econômica de 2008.

Tais efeitos geraram descontentamentos e colocaram em cheque a ideia de um bloco único com viés supranacional para resolver problemas pontuais em um contexto interno com desigualdades evidentes. Os principais reclamos são em relação as amarras normativas estabelecidas pela União Europeia que restringem a autonomia dos Estados para decidir sobre assuntos de interesse nacional. Isto provocou, ao longo do tempo, não só que alguns Estados-membro participassem do bloco com ressalvas, mas também que aceitassem alguns termos de forma parcial e, mais recentemente, que decidissem por deixar de participar do processo de integração; o exemplo da saída do Reino Unido, decidida através de uma consulta popular, trás à tona uma série de questionamentos e incerteza em relação aos termos da continuidade da União Europeia.

Concluimos este trabalho corroborando as considerações realizadas por Wolf e Oliveira (2016) que evidenciam a saída do Reino Unido da União Europeia, como um contraponto a própria ideia de criação do bloco integracionista. Uma vez que, o processo de integração foi construído em meio a um contexto de dificuldades, e a ideia de cooperação e trabalho conjunto foi apontada como mecanismo escolhido para fazer frente as dificuldades. Ironicamente, um novo contexto de crise, agora, ao invés de provocar um movimento de renascimento do espírito de cooperação, gera individualismos e incertezas para o futuro, representando uma crise no paradigma da integração regional.

Referências

- BOFFEY, Daniel. One last chance': why Irish border question remains sticking point. 2019. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/politics/2019/oct/14/one-last-chance-why-irish-border-question-remains-sticking-point>>. Acesso em: 14 out. 2019.
- BOYLE, Cameron. Irish border contradictions and chaos: how will Brexit affect Northern Ireland? 2019. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/en/can-europe-make-it/irish-border-contradictions-and-chaos-how-will-brexite-affect-northern-ireland/>>. Acesso em: 14 out. 2019.
- COSTA, O. A União Europeia e a sua Política Exterior: história, instituições e o processo de tomada de decisão. Brasília: FUNAG, 2017.
- COVAS, A. União Europeia: uma breve história do futuro para um governo de bens comuns europeu. Análise Europeia - Revista da Associação Portuguesa de Estudos Europeus, p.56-78, 2017.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- PECEQUILO, C.S. Política Internacional. Manual do Candidato. 2ªed. Brasília: FUNAG, 2012.
- REGO, B.P.C. Risco e cosmopolitismo: ambiente, modernidade e Europa no pensamento de Ulrich Beck. Cap. IX. A Europa do pós-guerra. A União Europeia como um projecto para uma existência comum, p. 91-97. Tese de mestrado em Filosofia da Natureza e do Ambiente. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/1730?mode=full> >
- SOUSA, de F. Portugal e a União Europeia. Notas. Agosto, 2000.
- TEAM, Reality Check; NEWS, BBC. Brexit: What is in Boris Johnson's new deal with the EU? 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/uk-50083026>>. Acesso em: 17 out. 2019.
- VISENTINI, P.F; PEREIRA, A.D. História Mundial Contemporânea (1776-1991). Da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética. Manual do Candidato. 3ª ed. Brasília: FUNAG, 2012.
- VIZENTINI, P.F. História Mundial Contemporânea (1776-1991). Manual do Candidato. Brasília: FUNAG, 2006.
- WOLF, P.J.W; OLIVEIRA, G.C. A saída do Reino Unido da União Europeia: um revés civilizatório. Anuario de Integración, 13, 2016.

OS SOMALIS E A GUERRA: DA TRADIÇÃO DE RESISTÊNCIA À OPOSIÇÃO ARMADA

Fernanda da Silva*

Introdução

O povo somali tem sua origem datada do século XIII, mas foi durante o século XVI que sua identidade e nacionalismo se formara. Etnia nômade, eles migraram tanto pelo litoral quanto pelo interior do Chifre da África no decorrer dos séculos, entrando em contato com as comunidades muçulmanas estabelecidas na costa do Chifre da África, as quais a participação foi essencial para a formação identitária e etno nacionalista da etnia. Esta relação contribuiu para a assimilação da religião e cultura muçulmana, assim como a adesão dos Somali à *jihad*¹, fato este que será aqui estudado

* Graduanda em Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Membro do Grupo de Estudos sobre a África (GEÁfrica) e do projeto Conflitos Regionais no Chifre da África.

¹ O termo *Jihad* é, em essência, definido como “esforço”. O uso da palavra *jihad* para se referir apenas à uma “guerra santa” não exprime sua finalidade real. Sendo uma ação defensiva por natureza, a Jihad tem em seu sentido mais amplo do *Quaran* e das práticas muçulmanas apresentado como o auto-esforço ou a luta para seguir o caminho de Deus. Inclui-se aqui tanto o esforço para viver uma vida virtuosa e a missão universal da comunidade muçulmana de expandir o governo e as leis de Deus por meio da educação, oração e, onde for necessário, a luta armada. No entanto, a luta armada não era a via principal da expansão do Islã em seu momento inicial, que era dada pela expansão dos árabes muçulmanos sobre outros povos. Quando se tinha uma conquista, eram oferecidas três opções ao povo dominado: (1) conversão ao Islã, podendo gozar de participação completa na comunidade muçulmana; (2) aceitação dos muçulmanos como povo “protegido” e o pagamento de uma pequena taxa; e (3) o conflito armado caso as duas primeiras vias não tenham sido aceitas (ESPOSITO, 2005). Neste trabalho, o uso do termo de *jihad* como guerra santa exprime uma luta armada defensiva contra a dominação de outro povo sobre os somali, de forma análoga à conceituação de Pequena Jihad de Jorge Rampelbergh e Norma Bruno (2011).

(HABERLAND, 2010; PANKHURST, 2010; TAMRAT, 2010).

A influência muçulmana trouxe consigo a necessidade de lutar contra a opressão estrangeira, uma questão presente na Jihad Menor e que consiste na autorização dada pela religião ao uso da violência e a participação na guerra quando os muçulmanos se encontram em situação de opressão, tendo sua fé ameaçada (RAMPENBERGH; BRUNO, 2004). Assim, a assimilação do Islã pelos somali trouxe consigo a necessidade de se defender de agressões de outros povos, especialmente cristãos. Isso provavelmente influenciou no engajamento da etnia em diversas jihads no Chifre da África, assim como sua participação em movimentos de resistência pacífica e armada durante a trajetória da etnia.

Isso se mostra presente nos dados sobre a atuação dos somali durante o período colonial, tanto via oposição armada como por meio de acordos diplomáticos e formação de partidos políticos em sua luta por independência. Mas, principalmente, para além das jihads, existe uma atuação significativa da etnia em oposições armadas na segunda metade do séc. XX, por meio da atuação de guerrilhas no Ogaden etíope e das ações do Movimento Nacional Somali (SNM).

Destarte, a questão a ser respondida por esse trabalho é: “Existe uma correlação entre a construção da identidade e do nacionalismo somali e a atuação da etnia em movimentos de resistência e oposição armada na Etiópia e na Somália?”. A hipótese levantada é a de que a trajetória da etnia, isto é, o processo de formação e consolidação de identidade e nacionalismo, levou à sua atuação ativa em movimentos de resistência e participação ativa nas guerras civis da Etiópia e da Somália.

O artigo visa construir uma narrativa linear pautada na história da etnia para que se possa justificar o comportamento dos Somali. O mesmo justifica-se na necessidade da literatura de Relações Internacionais de preencher as lacunas criadas pela ausência de dados históricos em suas análises acerca da Etiópia e da Somália, podendo deste modo melhor compreender a complexidade de ambos os países. Além disso, a escassez de literatura acerca da etnia e de ambos os países em língua portuguesa torna imperativa a ampliação de obras sobre o Chifre da África.

1 Os Somali e as jihads

A primeira jihad na qual o povo somali participou foi a de Ahmad Gran, a qual o objetivo era resistir à expansão e dominação do Império Etíope cristão. Nesta guerra, a participação da etnia aliada à influência sempre crescente do Islã – que os distinguiu da maior parte dos povos do Chifre da África – contribuiu para forjar uma consciência nacional bem afirmada entre os somali. O sentimento de superioridade cultural daí derivado reforçou sua capacidade de assimilação com relação a outros grupos parentes que habitavam a região entre o Ogaden e o lago Turkana, culminando no apagamento de quaisquer traços da etnia original de muitos desses grupos quando os mesmos integraram à nação somali (HABERLAND, 2010; PANKHURST, 2010; TAMRAT, 2010).

Essa foi a primeira vez que o povo somali se engajou em uma jihad, mas não foi a única. No fim da década de 1830, eles se envolveram na jihad de Bardera (cidade na atual Somália às margens do rio Juba), na qual um movimento militante de reforma islâmica oriundo da colônia religiosa de Bardera sobre Juba tinha por objetivo impor a versão dos membros do movimento de uma teocracia islâmica na população da Somália Meridional. O movimento foi relativamente bem sucedido até que o sultão dos geledi, Yūsuf Muhammad, após uma reunião com seus aliados entre os dois rios, liderou uma expedição contra os reformistas. A colônia de Bardera foi sitiada e aniquilada, tornando o sultão Yūsuf o dirigente mais poderoso da Somália Meridional (PANKHURST, 2010).

O envolvimento dos somali nesse conflito se deu quando, na segunda metade do século XIX, as ordens islâmicas Qadiriyya, Ahmadiyya e Sālihiyya começaram a penetrar pelo interior da Somália, fixando colônias religiosas por todo o país. Por terem iniciado sua última grande migração no começo do século, os nômades somali das planícies do Ogaden haviam se deslocado até além do Juba e, durante este processo, alguns pastores nômades aderiram a jihad de Bardera e atravessaram o Juba onde colidiram com os oromos. Estes últimos foram finalmente empurrados em direção ao Tana onde os britânicos os encontraram quando eles criaram o protetorado da África Oriental (PANKHURST, 2010).

Nas décadas seguintes, diversos fatores contribuíram para o que

viria a ser a atuação somali no fim do século XX. Primeiro, o aumento do interesse das potências ocidentais no Chifre da África devido à sua posição estratégica levou a França, a Grã-Bretanha e a Itália a criarem colônias na região, as Somalilândias (IBRAHIM, 2010a; PANKHURST, 2010). Inicialmente elas estavam mais restrita ao litoral, mas a disputa entre as potências as levou a avançarem rumo ao interior. Nesse momento, como uma reação defensiva, o Imperador Menelik II, de Shoa, anexou o território somali (FAGE, 2002).

A partir daí, a etnia tinha que lidar com a dominação não de um único agressor estrangeiro, mas de quatro invasores cristãos. Assim, eles sentiram que seus costumes e crenças estavam sendo ameaçados. Embora não houvesse nenhuma organização política que unisse todos seus clãs em um primeiro momento para fazer frente aos estrangeiros, no decorrer da colonização os somali se organizaram. A ameaça das incursões cristãs aos fundamentos sociais e econômicos da sociedade somali, além da busca pela destruição da religião islâmica gerou uma nova jihad no início do século XX. Organizada por Sayyid Muhammad Abdille Hasan, eles lutaram contra a ocupação europeia e etíope (IBRAHIM, 2010a; IBRAHIM, 2010b).

Na Somalilândia Italiana partidos políticos surgem e passam articular a independência do que viria a se tornar a Somália, contando com o apoio dos movimentos somali na Somalilândia Britânica assim como sua metrópole. Contando com o apoio britânico², a Somalilândia Italiana conquistou, em 1949, sua autonomia após uma onda de manifestações populares em

² Os britânicos se encontravam frustrados em sua tentativa em dominar a ex África oriental italiana. Em 1946, eles haviam proposto a unificação de todas as terras somali sob um único governo: a Grande Somália. Essa estratégia tinha por objetivo estabelecer uma tutela britânica que, além da Somalilândia Britânica, dominaria territórios etíopes e a Somalilândia Francesa. A proposta, conhecida como “Plano Bevin” encontrou forte oposição das outras potências (EUA e URSS), sobretudo a francesa, e a da Etiópia. Afinal, os britânicos ocupavam o Ogaden militarmente neste período e a fronteira do protetorado francês. Estima-se, também, que naquele ano a Liga da Juventude Somali (LJS), criada em 1943, já contava com cerca de 25 mil membros, se tornando rapidamente a principal defensora do nacionalismo somali. Logo, enquanto os britânicos planejavam seu domínio sob a região, os somali aproveitaram o apoio e a breve unificação do conjunto territorial habitado por seu povo para enraizar a ideologia nacionalista somali entre os jovens intelectuais (CARDOSO, 2019; HRBEK, 2010).

Mogadíscio marcadas pelo um forte sentimento anti-italiano da Liga da Juventude Somali (LJS), ficando acordado que passaria dez anos sob tutela da Itália³. Nesse período, uma reunião em 1959 uniu delegados de todos os partidos políticos da Somalilândia em Mogadíscio, formando o Movimento Pan-Somali. A partir desse encontro, negociou-se a fusão de ambas as somalilândias e a independência do território, o que se concretizou em Julho de 1960 (HRBEK, 2010).

Enquanto a atividade política em ambas as Somalilândia era intensa, o Ogaden (região somali anexada por Menelik II) havia vivido por muitas décadas em relativa tranquilidade. Episódios de violência ocorriam, mas não tinham grande magnitude devido à falta de interesse e investimento da Etiópia na região. Isso permitia a manutenção da estrutura social, cultural e econômica quase intacta. Isolados do resto do país e mantendo seus costumes seculares, o conhecimento dos somali na Etiópia sobre o que se passava com a etnia para além das fronteiras etíopes era levado até eles pelos grupos nômades provenientes do interior da Somália. A situação passou a escalar quando os britânicos devolveram o controle sobre o Ogaden e o Haud para os etíopes, ao invés de conceder liberdade aos somali ou anexá-los à Somália. Após esse momento, a independência da Somália acirra ainda mais os ânimos (GOZÁLEZ, 2007; TOUVAL, 1963).

A eclosão da violência ocorreu quando, ao descobrirem o potencial hídrico, mineral e a possibilidade de petróleo na região, o regime de Hailé Selassié (1930-1974) decide investir na assimilação dos somali pelos Amhara e na defesa do território⁴. Os custos do

³ Os italianos esperavam conquistar a tutela do território somali renunciado por eles, mas enquanto negociavam esse domínio na ONU, entre 1948 e 1949, uma onda de manifestações populares estourou na capital Mogadíscio em oposição. O sentimento anti-italiano era claro nas manifestações da LJS. Apesar dos protestos da população, as três potências ocidentais eram favoráveis à tutela italiana, resultando na da Assembleia Geral por estabelecer uma tutela italiana de 10 anos no sul da atual Somália sob a supervisão da ONU, postergando a independência que a população desejava (HRBEK, 2010).

⁴ No Ogaden o regime tinha o desafio de lidar com uma zona habitada quase exclusivamente por somalis, com exceção de áreas nas quais a população era mestiça e as divisões étnicas haviam se tornado mais difíceis de detectar. Com um nacionalismo próprio e autonomia preservada, essa zona fez com que Selassié investisse em políticas cada vez mais agressivas para romper com a concentração da

investimento foram altos e o imperador decidiu implantar taxas fixas impostas para cada indivíduo, gerando um exercício poder por parte do governo que afetou o modo de vida da população da região (GOZÁLEZ, 2007; TAREKE, 2009). Além disso, a desconfiança do próprio governo para com os somali gerava atritos constantes.

Assim, em Junho de 1963, estourou a rebelião que, posteriormente, formaria a Frente de Libertação da Somália Ocidental (WSLF, na sigla em inglês). Contando com o apoio da Somália para o financiamento, treinamento e armamento, a guerrilha passou a atuar no Ogaden. Contudo, em 1964 a Somália retirou seu apoio⁵ e anunciou, em 1969, a dissolução oficial da organização. Conforme sua relação com a Etiópia aquece, o governo passa a punir ativamente os somali nômades, tendo por objetivo desconstruir o modo de vida nômade e permitir um maior controle sobre a região (GOZÁLEZ, 2007; TAREKE, 2009). Assim, promoveu-se os ataques dos militares à pecuária, matando e confiscando os animais da região e afetando a fonte de alimentação do povo; mudou-se a política de registro de terras, deixando de

etnia na região e facilitar a assimilação dos somalis pelos Amhara. Parte desse investimento se deu por meio da criação de escolas no Ogaden, de modo que a assimilação do Somali pelos Amhara (etnia dominante que ditava o nacionalismo etíope à época) fosse facilitada. O desafio territorial devido à possibilidade de tomada da região pela Somália também fez com que o regime investisse em bases militares na região (TOUVAL, 1963).

⁵ Entre os fatores que contribuíram para esse recuo da participação da Somália na insurgência está a eleição do Presidente Shemarle e o Primeiro-Ministro Igal, ambos membros de um partido mais moderado. Eles focaram suas políticas e discursos na ênfase ao sentimento pan-africanista, acalmando ou pelo menos suprimindo os ânimos pan-somali. Nesse período, o apoio à insurgência no Ogaden reduziu drasticamente, o que pode ser representado pela dissolução oficial da WSLF pelo Presidente Siyaad Barre em 1969. Entretanto, a decisão de Barre foi guiada pela necessidade de garantir estabilidade à Somália ao se prevenir de um possível ataque estrangeiro, pois seu governo retornaria a ênfase ao movimento pan-somali no decorrer da próxima década. (GOZÁLEZ, 2007). Além disso, a Frente conseguiu ocupar quase 70% do Ogaden; porém, em agosto, os etíopes se reagruparam e direcionaram seus ataques para as fronteiras somali, bombardeando seus alvos no Ogaden e na Somália por oito semanas. Em novembro, com uma última grande ofensiva, a Etiópia assegurou o acordo de cessar-fogo com a Somália na Organização da Unidade Africana (OUA), de Março de 1964. Esse acordo previa uma zona desmilitarizada entre seis e dez milhas território adentro em cada lado da demarcação da fronteira (GOZÁLEZ, 2007; TAREKE, 2009).

reconhecer nômades no Ogaden e incentivando os fazendeiros Amhara a se instalarem nesses locais; instaurou-se medidas contra o contrabando com o intuito de prevenir que os somali utilizassem rotas de comércio antigas que necessariamente cruzavam a fronteira. E por último, houve o envenenamento das fontes de água utilizadas pelos grupos da etnia, enquanto novas eram criadas para receber os Amhara (GOZÁLEZ, 2007).

Assim, quando uma forte seca em 1972 alastrou-se pelo país, os somali nômades se tornaram particularmente vulneráveis. Sem acesso a água ou alimento e sem poder migrar para áreas que pudessem melhorar suas condições de vida, eles definharam. Enquanto o governo de Selassié chegava ao fim com um golpe de Estado promovido pelo Comitê Coordenador das Forças Armadas (DERG) e o regime revolucionário tinha início, os nômades somali eram encaminhados para Comissão de Socorro e Reabilitação (RRC, sigla do inglês “Relief and Rehabilitation Commission”) para aliviar a fome e oferecer tratamento médico para essa população. No entanto, o trabalho da comissão agravou ainda mais o dano na estrutura social nômade, permitindo que o governo expandisse seu controle sobre a região; pois não só restringia severamente o movimento dentro e fora dos abrigos, como também limitava o número de animais domésticos que cada família podia manter (GOZÁLEZ, 2007).

Apesar de instaurar-se um novo governo em 1974, a situação dos nômades somali não parecia melhorar. Pelo contrário: em 1975 havia cerca de 80.000 somali nas RRC quando o regime decidiu recondicioná-los ao converter esses abrigos em assentamentos permanentes controlados pelo governo. A decisão fez com que a parcela da população do Ogaden que havia permanecido longe dos abrigos da RRC acreditasse que o governo estava atacando seu modo de vida, decidindo, então, pegar em armas e combatê-lo. Desse modo, a Frente de Libertação da Somália Ocidental (WSLF), que havia entrado em um período relativamente inativo desde o recuo do apoio da Somália, renovou suas forças e retornou para a oposição armada. Após voltar à ativa, o apoio da Somália retorna em 1975⁶ (GOZÁLEZ, 2007).

⁶ Siad Barre precisou repensar sua postura em relação à insurgência somali na Etiópia, pois o clã Ogaden formava parte do seletor grupo de clãs que o regime

Inicialmente, a WSLF atuava como guerrilha no território da Etiópia, mas no momento em que a Somália percebeu que a alta instabilidade no país poderia lhe dar a possibilidade de anexar o território, a mesma investiu em uma guerra direta⁷. Desse modo, em 1977 a Somália envia tropas para dentro da Etiópia, marcando o início da Guerra do Ogaden (GONZALEZ, 2007; TAREKE, 2009).

Após reativada, a WSLF passou a liderar a rebelião, mas já não era a única a receber apoio da Somália. Seis meses após retomar suas incursões, outro grupo foi fundado: a Frente de Libertação Somali e Abo (SALF). Criada pelo regime da Somália, essa organização era composta por somali e oromo que haviam lutado principalmente em Bale e Sidamo, cada um sendo subdividido em uma zona operacional. A Frente lutou sob a supervisão do comando do sul, apesar dos estranhamentos políticos e territoriais das duas organizações devido à maior autonomia da SALF quando comparada com a WSLF (GOZÁLEZ, 2007; TAREKE, 2009).

Mesmo atuando em uma guerra direta tendo armamento superior e com duas guerrilhas a seu favor, a Somália perdeu a guerra após nove meses de combate. Diversos fatores influenciaram esse acontecimento, como mudança de aliados externos no ambiente de Guerra Fria, problemas táticos, previsibilidade das ações e etc. (GOZÁLEZ, 2007; TAREKE, 2009). Ocorre que o fim da guerra não significou o fim da atuação dos somali em guerrilhas no país. O desejo por independência, seja por meio da formação de um novo Estado Somali ou pela anexação dos territórios somali pela Somália fez com que, aliados à outras etnias, a guerra civil se estendesse na Etiópia até o ano de 1991, quando o governo DERG cai e é substituído pela Frente Revolucionária Democrática do Povo Etíope

necessitava para manter o controle do governo nacional. Assim sendo, para conquistar o suporte doméstico que precisava, Barre prometeu apoio financeiro e militar para auxiliar os insurgentes, construindo bases de treinamento próximo à fronteira etíope por decisão da elite do clã em Mogadíscio; apesar de nenhum acordo ter sido realizado com os Ogaden na Etiópia (GOZÁLEZ, 2007).

⁷ Afinal, com a deposição do Imperador Selassié e a subsequente criação de um Estado socialista sob comando militar, acreditava-se que a força para suprimir as insurgências como havia sido feito na década anterior era incerta (GOZÁLEZ, 2007). Isso se traduziu na ascensão de diversas insurgências e movimentos de libertação em todo o território da Etiópia, levando a Somália a esquematizar uma guerra em dois estágios (TAREKE, 2009).

(EPRDF), uma coalizão multiétnica.

Enquanto a situação parecia se estabilizar na Etiópia e a necessidade de lutar contra a opressão do governo parecia ser aplacada pela perspectiva de um novo futuro, na Somália a situação piorava. Dessa vez, a guerra civil promovida pelos somali não ia contra um agressor estrangeiro (seja este de outro país ou etnia), mas pelo próprio governo central. O ano de 1991 marca o fim do governo de Siad Barre, mas não trouxe consigo uma perspectiva de potencial melhora para o país.

Ocorre que: a Somália na década de 1990 passava por um momento complexo. Enquanto, nas décadas anteriores, o país interferia na vizinha Etiópia sob o discurso de unificação travestido no sonho da Grande Somália, internamente o país rachava. A Somália que desejava anexar o Ogaden era a mesma que gradativamente perdeu o controle do norte de seu país em meio à guerra civil. Os sinais estavam presentes já em 1961 quando os Isaaq tentaram tomar o poder, mas foram silenciados e perseguidos pelas autoridades formais. Apesar do silenciamento da dissidência, as raízes do problema não foram tratadas nas décadas seguintes de forma eficiente. Afinal, o conflito entre os clãs do norte da Somália com o governo central era pautado nas desigualdades geradas pela provisão desigual de bens sociais, econômicos e políticos nas regiões do norte e do sul⁸. Isso porque, por exemplo, em meados da década de 1980, o investimento no norte era inferior à 10% do que aplicava-se no sul. Essa falta de interesse em investimento pelo governo central, assim como a não concessão de autonomia e a falha na provisão de bens políticos para população do norte por Barre gerou um alto descontentamento na população, culminando em sua revolta (BRADBURY, 2008; PEREIRA, 2016).

A derrota na Guerra do Ogaden empreitada por Barre foi outro fato que influenciou nesse conflito devido ao seu forte impacto na contestação das camadas populacionais do regime. A presença dos refugiados provenientes das regiões de Ogaden e Oromo ao noroeste do país intensificaram as tensões presentes, pois a ajuda internacional

⁸ É importante ressaltar que apesar dos Isaaq serem aqueles que mais se destacaram nessa luta, o norte é composto por outros quatro clãs principais na região, são eles: Gadabursi, Lise, Dhulbahante e Warsengeli. Todos eram afetados pelas políticas (ou falta delas) de Barre (BRADBURY, 2008; PEREIRA, 2016).

proporcionava um maior acesso aos serviços básicos para estes do que a própria população da região possuía. Isso se refletiu em um sentimento de abandono institucional no próprio território da Somália, o que por sua vez contribuiu para intensificar as tensões entre os clãs do norte e o governo central. Para resolver esse problema, a autoridade central intensificou as forças militares na região e permitiu o uso da violência indiscriminada contra a população e seus levantes, a fim de dissipar as organizações dos Issaq contra o governo. Severamente reprimidos, uma parcela dessa população deixou o país na condição de refugiado e, no exterior, passou a criar literatura e a articular estratégias para a mudança do regime (BRADBURY, 2008; PEREIRA, 2016).

Foi este cenário que fez com que o Movimento Nacional Somali (SNM) fosse formado e anunciasse guerra ao regime de Barre. A ação refletiu em tumultos na Somália 1982, marcando o início da guerra civil e contribuindo para as insurgências que viriam a ser operadas pelo SNM. Conforme as insurgências da SNM avançavam, o governo de Barre impunha políticas cada vez mais discriminatórias aos Issaq por meio de influências negativas em seus negócios, a introdução de cartões de identidade (que dificultavam a locomoção a nível local e nacional), da dificuldade do acesso a empregos e serviços e promovendo uma política de extrema violência contra a população. Assim, aqueles que já possuíam um acesso restrito aos recursos foram ainda mais oprimidos (BRADBURY, 2008; PEREIRA, 2016).

Foi devido a esse processo que, da marginalização do clã Issaq, nasce a República da Somalilândia⁹, um Estado não reconhecido incrustado no norte da Somália¹⁰ (BRADBURY,

⁹ Com a vitória do SNM contra o Exército Nacional Somali tem-se, em 1991, a declaração da República da Somalilândia, marcando a independência da Somalilândia controlada pelo SNM e pelos líderes clânicos da união dos territórios coloniais Somalilândia italiana e britânica criadas em 1960. Surge, assim, um novo Estado no contexto internacional que levava em si não só o afastamento dos conflitos no sul da Somália, como também o embrião da unidade de gerenciamento estatal híbrido que o país viria a se tornar (BRADBURY, 2008; PEREIRA, 2016).

¹⁰ Sobre o SNM, é importante ressaltar que seu corpo é majoritariamente composto pelos Issaq, os quais possuem predominância política e econômica no território somalilandês. O grupo surgiu inicialmente como um movimento de insurgência para a reforma, buscando a reestruturação do governo, tornando-se uma insurgência

2008; HOEHNE, 2013; PEREIRA, 2016). Após o fim da guerra civil, o Estado da Somalilândia conseguiu se reorganizar e se tornar perfeitamente funcional ao aproveitar estruturas que já existiam no SNM.

A estabilidade, por sua vez, foi possível devido ao empenho do SNM em afastar a Somalilândia da prevalência de Senhores da Guerra, que poderiam desestabilizar o território como ocorreu no sul do país. Nesse sentido, o Movimento diferenciou-se das facções política-militares que surgiram entre 1980 e 1990 na Somália, pois sua visão política no momento pós Siad Barre divergiam, não sendo SNM um movimento radical. Além disso, ele distinguia-se dos demais grupos armados devido ao uso dos sistema clânicos, os quais seriam a origem para a estabilidade política, coesão social e atividade econômica da Somalilândia. Portanto, o posicionamento do SNM frente à população civil e sua posição no pós conflito impactaram na diferenciação entre a Somália e a Somalilândia. Esta última, gozando de autossuficiência, democracia interna, liberdades individuais e resolução de controvérsias por meio do diálogo e compromisso (BRADBURY, 2008; PEREIRA, 2016).

Tal realização se deu calcada na inclusão de instituições tradicionais no governo com uma legislatura bicameral, composta por líderes anciãos clânicos, o Conselho de Anciões (Guurtí). Eles desempenharam um importante papel na política e na estratégia militar do SNM. Isso se deve ao poder que a participação dos líderes anciãos exerciam sobre o controle dos soldados do Movimento; a mobilização dos recursos; e a tendência à atenuar os conflitos entre os Isaaq e os demais clãs. Ademais, o Movimento não se associava a nenhum líder particular, obtendo cinco presidentes eleitos em congressos populares, demonstrando seu caráter democrático e rotativo e negando as lideranças autoritárias dos Senhores da Guerra (BRADBURY, 2008; PEREIRA, 2016).

Apesar da dificuldade inicial, o governo local estabeleceu um exército permanente e equipado, bem como novos e efetivos sistemas

separatista apenas após o ano de 1988. Cabe ressaltar que sua existência e luta contra o governo de Barre foram responsáveis pela restauração da estabilidade do norte da Somália e o surgimento da Somalilândia. Isso porque a criação das instituições da Somalilândia derivam da estrutura de participação democrática na qual o Movimento era composto (BRADBURY, 2008; PEREIRA, 2016).

judiciais e de policiamento com base em sua nova Constituição. Pouco mais de uma década depois a Somalilândia vive em paz, contrastando com suas condições durante a guerra civil. Em Hargeisa, antiga capital da Somalilândia britânica, proclamou-se pelos líderes e pela população uma nova capital de República da Somalilândia independente. Na cidade, assim como nas cidades próximas e área rural, as ruas são vigiadas e sinalizadas, e as escolas, universidades e hospitais públicos marcam a presença de um governo efetivo¹¹. Além disso, a Somalilândia conta com eleições periódicas para a presidência do país e em níveis locais consideradas justas e livres (PEREIRA, 2016; RANDIG, 2008).

Ali, os habitantes de Hargeisa e toda a região em que a cidade se encontra consideram que a Somalilândia definitivamente situa-se para além das fronteiras da Somália (RANDIG, 2008). Assim, entre 1991 e 2008, enquanto intermináveis combates arrasaram Mogadíscio e uma parte expressiva da Somália, a Somalilândia avançava no sentido oposto, funcionando perfeitamente com um Estado no plano doméstico, apesar de não obter sucesso no que diz respeito ao reconhecimento internacional. Ainda assim, com um orçamento aproximado de apenas 50 milhões de dólares, o governo da Somalilândia mantém uma administração civil efetiva sobre a maior parte de seu território, que equivale a um quinto do que é internacionalmente atribuído à Somália. Ano após ano, os indicadores sociais da Somalilândia melhoram (RANDIG, 2008).

No entanto, enquanto no Norte um estado funcional se formava e seu sistema híbrido tomava forma, o vácuo político gerado pela queda de Barre propiciou que o Sul percorresse o caminho contrário. Contudo, mais ao sul da Somália o fim do governo central levou a um estado de anarquia. Dominada por Senhores da Guerra, a região recebeu tentativas de auxílio internacional que tiveram fins

¹¹ No que diz respeito às instituições educacionais, a Somalilândia não as possuía em 1991. Seus sistemas de educação pública foram inseridos por meio do auxílio de comunidades, doadores internacionais e do próprio governo. Seu sistema educacional público existe em paralelo ao sistema tradicional de escolas (Qur'anic) e a um número de instituições privadas, valendo ressaltar o estabelecimento da Universidade de Amoud em Borama, como um exemplo efetivo das iniciativas de institucionalização. Esta universidade recebeu apoio das diásporas fora do país e do financiamento público e privado (HARRIS e FORESTI, 2011; PEREIRA, 2016).

desastrosos, principalmente no caso dos Estados Unidos, gerando o “efeito Somália”. Além do envio de missões da Organização das Nações Unidas, a comunidade internacional tentou instaurar um regime de transição, do mesmo modo que havia feito em 1991 com a Etiópia (RANDIG, 2008).

Sem governo central, testemunhou-se no sul da Somália o completo abandono das estruturas e divisões políticas então existentes. Muitas cidades, incluindo a capital Mogadíscio, entraram em estado de anarquia, tornando-se campos de batalhas disputados por clãs rivais e milícias locais. De modo súbito, a população sentiu a ausência de um governo, assim como das instituições que proviam os serviços públicos, como saúde e educação fizeram-se sentir pela população, além do exército, o sistema oficial de justiça e as forças policiais (RANDIG, 2008).

Ocorre que, com após a queda de Barre, ao contrário com o que ocorreu com o território sob o controle da SNM, “senhores da guerra” passaram a disputar o controle dos portos somali, dos meios de produção e do comércio local (PEREIRA, 2016; RANDIG, 2008). A missão de paz iniciada em 1992 ficou marcada pelas fotos dos corpos de soldados americanos e soldados da OUA, assim como o registro da felicidade dos somali com a derrubada dos Black Hawks. A tentativa de instaurar o Governo Federal de Transição (GFT), produto final das negociações realizadas por anos, também não deu grandes resultados. Apesar do mesmo passar a representar o país em foros multilaterais a partir de 2004, inexistente um controle efetivo sobre qualquer porção do país (RANDIG, 2008).

O povo somali, com sua forte tradição anti-etíope, anti-cristã e aversa aos Ocidentais, principalmente aqueles que a colonizaram, fez com que, mesmo em um estado de anarquia generalizada, as tentativas de instaurar alguma ordem que fossem estrangeiras não vingou. Em meio ao caos, muitos se apegaram ainda mais à religião, criando um terreno fértil para a formação das Cortes Islâmicas e para a atuação de grupos guerrilheiros/terroristas jihadistas (RANDIG, 2008).

Ao contrário do GTF, a União das Cortes Islâmica (ICU) põe fim a anos de combate intenso em Mogadíscio após sua vitória sobre vários senhores da guerra locais. Ela congregava numerosos líderes muçulmanos, entre moderados e radicais, e possui um poderoso braço militar, logrando, assim, “restituir, pela primeira vez desde a

queda de Barre, a paz na capital somaliana. A ordem foi mantida com base no estabelecimento de tribunais locais que aplicavam rigidamente a sharia, a lei islâmica” (RANDIG, 2008, p. 22). A partir daí, deu-se início à reconstrução da infraestrutura da cidade. Logo, a União parecia apta a consolidar seu governo, eclipsando o recém-criado Governo de Transição com seus êxitos.

Ocorreu que, desconfiados de possíveis ligações da Corte com a Al-Qaeda fizeram com que os Estados Unidos incentivassem uma invasão por parte da Etiópia. Esta, após intensas batalhas, conseguiu ter êxito na expulsão das Cortes, permitindo a instalação do GFT na capital. Desde então, os combates voltaram a ocorrer diariamente na cidade, obrigando o GFT a manter seus escritórios fora da área, ainda que a capital seja uma das poucas cidades na qual eles possuem algum controle. Além disso, a violência generalizada obrigou as organizações internacionais a abandonarem o país. Em 2008, Mogadíscio havia voltado a ser considerada um dos lugares mais perigosos do mundo (RANDIG, 2008).

Sobre a atuação de grupos guerrilheiros/terroristas na Somália e a ligação da ICU com a Al-Qaeda, tem-se uma alta complexidade e vínculos entre líderes. Como foi dito anteriormente, o caos no país fez com que o povo somali se apegasse ainda mais à sua religião. Esse fator somou-se à sua cultura aversa aos estrangeiros e seus planos colonizadores ou imperialistas no Chifre da África, sobretudo quando se trata de cristãos. Nesse ambiente, a Guerra ao Terror promovida pelos Estados Unidos encontrava eco nesse povo, o qual acabou por ligar-se em diversos momentos ao Afeganistão ((HANSEN, 2013; SHAY, 2008).

Assim, não é surpresa que a Al-Qaeda tenha conseguido expandir sua atuação para a região. Pelo contrário: o Chifre da África e o Mar Vermelho são tratados pela organização como área de importância estratégica para sua Jihad Global. A região não só ligava o Ocidente e o Oriente pelo Mar Vermelho como também era produtora de petróleo e possui grandes depósitos de minérios. Soma-se a isso o fato de que a doutrina da jihad se encontra presente, principalmente na Somália e na Eritreia. Esta produziu muitos Mujahidin¹² no passado e a Al-Qaeda via a possibilidade de produzir

¹² Mujahidin é a forma plural de Mujahid, que significa guerreiro santo, combatente.

ainda mais. Além disso, na Somália, as condições políticas e militares do país facilitam o movimento, planejamento e organização dos combatentes. Assim como os conflitos contínuos entre os “verdadeiros muçulmanos”¹³ e seus rivais. Ademais, a guerra e os conflitos no país deixam a população vulnerável, o que torna possível a criação de influência nas suas operações ao prover apoio financeiro e bem-estar (SHAY, 2008).

Desse modo, a Somália se tornou o palco ideal para a organização jihadista Al Itihad al Islamiya (AIAI), que passou a atuar junto à Al-Qaeda desde 1993 nos ataques contra os Estados Unidos na Somália¹⁴. A AIAI tinha por objetivo implantar um califado pan-Somali no Chifre da África que uniria os somalis nos territórios da Etiópia, Djibuti e Quênia em à uma Somália expandida. No meio da década de 1990, a AIAI contou com o apoio da Al-Qaeda e do Sudão ao iniciar uma campanha terrorista contra a Etiópia, que revidou ao invadir a Somália e derrotar a Al Itihad no campo de batalha. No entanto, essa ação não desmantelou a AIAI. Pelo contrário: ela se reinventou e, em 1999, indivíduos essenciais da AIAI se fundiram às Cortes Islâmicas (ICU) (SHAY, 2008). Com o Hassan Dahir Aweys, que era ligado à Al-Qaeda, se tornando líder do ICU e a vitória das Cortes na Somália (SHAY, 2008), compreende-se a razão pela qual os Estados Unidos desconfiavam de uma ligação ICU- Al-Qaeda (RANDIG, 2008).

Em 2006, Osama bin Laden repreendeu a decisão de Abdullahi Yusuf, líder do GFT Somali em Baidoa, de buscar auxílio da Etiópia, chamando-o de “an agent of foreign apostates” e “an obedient American agent” (SHAY, 2008, p.31-32, tradução nossa)¹⁵. Outros ataques foram feitos por Bin Laden se referindo à Somália e ação dos líderes somalis no país, o que levou à decisão do líder da Suprema Corte Islâmica da Somália, o Sheik Hassan Aweys, a declarar que os

¹³ O termo utilizado por Shay (2008) é “true Muslim” e se refere aos *Mujahid* e seus apoiadores.

¹⁴ Essa parceria incluiu a participação da Al-Qaeda nos arranjos do incidente “Black Hawk Down”, em 1993, que terminou com a morte de 18 soldados estadunidenses e a decisão do presidente Bill Clinton a recuar as forças americanas na Somália (SHAY, 2008).

¹⁵ No original: “um agente de apóstatas estrangeiros” e “um agente americano obediente”.

desejos dos somalis eram deles e não derivado de vontades externas. O primeiro-ministro do GFT, Ali Muhammad Gedi, também reagiu negativamente à postura de Osama bin Laden na época, declarando que os somali eram adeptos ao Islã antes do nascimento de bin Laden e seus ancestrais, então o mesmo deveria deixar que o mesmo deveria deixar as questões somali para a etnia. Gedi chegou a exigir que os representantes de bin Laden deixassem a Somália, caso contrário os mesmos seriam expulsos do país. Ademais, no mesmo ano, a derrota do ICU pelo GFT e pelos etíopes gerou um importante contratempo nos planos da Al-Qaeda e a Jihad Global (SHAY, 2008).

Derivada de um subgrupo da AIAI, a Harakat al-Shabab al-Mujahideen (Movimento do Jovem Guerreiro, em português) era uma organização grande e heterogênea, nas quais os recrutas são motivados por uma variedade de fatores, como: ganho financeiro, medo (recrutamento forçado), sentimentos anti-etíopes, ressentimentos entre clãs, desejo de justiça via legislação da Sharia, entre outros. As variedades nas motivações de seus membros não impediram que o grupo se mantivesse unido nos seus primeiros cinco anos, apesar de ocasionais tensões nos cargos da Al-Shabaab (HANSEN, 2013).

A mesma era ligada às Cortes em meados de 2006. Enquanto a ICU parecia manter a ordem de Mogadishu sob controle, um subgrupo denominado “Juventude” (ou “Youth”, no termo utilizado pelo autor) e tinha como um de seus líderes um comandante que atendia pelo nome de Gaal dille (Matador de Cristãos, na tradução), já demonstrava sua tendência à violência. Se tratava do Al-Shabaab (HANSEN, 2013).

Para Stig Hansen (2013), a Al-Shabaab já apresentava, à época, uma dualidade que a marcou pelos anos seguintes: de um lado, ela contribuía para a estabilidade por meio da justiça; por outro ela era temida e promovia um senso de guerra cósmica entre o Islã e o Ocidente. Desde então o uso de atentados suicidas, combatentes estrangeiros e as declarações de lealdade à Al-Qaeda atraíram a atenção internacional para a organização. Ao organização se auto proclamava única aliada da Al-Qaeda com controle sobre territórios substanciais (HANSEN, 2013).

Com a diáspora dos somali, a Al-Shabaab também assumiu um caráter global, fato que preocupava ainda mais os países ocidentais,

contribuindo para a inclusão da organização na lista de terroristas em 2008. A organização também possuía campi para treinamento de jovens somali para a Jihad Global, a qual deveriam defender atuando na Somália e estendendo seu campo de ação para outros países. O grupo partiu de ex-alunos de uma rede no Afeganistão, se expandiu com o recrutamento de jovens pobres em Mogadíscio, passando por uma fase de colapso e renascimento. Nesta última fase, se tratava, novamente, de uma pequena organização, apesar de ter conquistando a maior parte do sul da Somália no período que se seguiu até que novamente enfrentasse uma série de derrotas (HANSEN, 2013).

Na Somália, o fortalecimento da religião como discurso político, a Guerra ao Terror e a invasão etíope permitiram que a Al-Shabaab crescesse. O uso de um discurso religioso corroborado por um repertório de símbolos auxilia a formação de um suporte por parte da população desde o colapso do Estado Somali. Assim, em meio ao apego dos somali ao Islã, fortalecido pelo ressurgimento religioso no país, a Al-Shabaab ganhou espaço ao se projetar nos símbolos difundidos. Já a Guerra ao Terror (2001 - presente) e a invasão etíope no país (2006-2009), as quais ecoaram nos sentimentos anti-ocidentais e anti-etíopes dos somalis, contribuíram devido à múltiplos fatores. Entre eles se encontra e se destaca a exportação da ideologia da Al-Qaeda para a Somália em um contexto de insegurança (HANSEN, 2013).

Além disso o uso de senhores da guerra pelos Estados Unidos em sua guerra contra a Al-Qaeda na África Oriental fez com que um grupo de somali mais radicais surgisse, gerando o núcleo da Al-Shabbab (ICG, 2005; HANSEN, 2013). Outro fator que contribuiu foi o retorno dos somali que haviam fugido na diáspora Somali retornaram para lutar junto ao grupo, devido à sensação de humilhação que estes sofriam ao ter de fugir em meio à ocupação de seu território. Apesar desse fluxo, a Al-Shabaab foi a primeira organização somali a utilizar combate não-somali, sendo estes atraídos pela retórica da Jihad Global ou pelo dinheiro (HANSEN, 2013).

No entanto, destaca-se que tanto a Al-Shabbab quanto as Cortes Islâmicas foram beneficiados por uma onda de popularidade que nada tinha a ver com uma ideologia radical. Na realidade, a popularidade provinha da alternativa aos impopulares senhores da guerra que dominavam o país na época; a mobilização realizada para

prevenir a entrada do Governo Federal de Transição, criado no período de 2002 a 2004 no Quênia, em Mogadíscio; e o cansaço da população gerado pela anarquia e prática diária de estupros, assaltos, roubos e assaltos (HANSEN, 2013).

Isso porque, a partir de 1998, houve a fragmentação das facções dos senhores da Guerra e o declínio do suporte dado a eles pelos clãs. Nesse último quesito, a razão foi o fracasso dessas facções em protegerem os clãs dos crimes cometidos e a falta de base para sustentar as atividades comerciais. Cansados da violência diária e em meio à dificuldades comerciais, um novo modelo que impusesse ordem e favorecesse a comunidade empresarial de Mogadíscio era necessário. É nesse ponto que se encaixa o sucesso da ICU, que contou com um amplo apoio dessa comunidade (HANSEN, 2013).

Mas porque não apoiar o Governo Federal de Transição? O plano do GFT aparentemente não previu que a escolha do presidente como um indivíduo pertencente a um clã estrangeiro e aliado da Etiópia surtiria um efeito tão negativo. Essa escolha fez com que os Hawiye, clã que dominava Mogadíscio, e, especialmente, o sub-clã Haber Gedir se sentissem alienados ao processo decisório. A perda da presidência representava perda do poder que eles possuíam sobre o Governo Nacional de Transição, predecessor do Governo Federal de Transição. A situação pareceria contornada ao se escolher um primeiro-ministro Hawiye, porém o mesmo não era um Haber Gedir, o que mantinha o rechaço do clã ao governo. O uso de uma figura proveniente de um clã estrangeiro e aliado aos etíopes fez com que os Hawiye ficassem desconfiados e preferissem apoiar as Cortes, que apoiaram sua causa e traziam a pauta anti-etíope em sua luta.

Portanto, percebe-se que a complexa realidade na qual a etnia está inserida fez com que houvesse a participação da mesma em diversas jihad. No período de 1960-2000, o povo Somali foi particularmente ativo por meio de grupos insurgentes, atuando em guerras civis tanto na Somália quando na Etiópia.

Considerações Finais

Tendo em vista os dados apresentados, a história da trajetória da etnia Somali mostra que o processo de formação da identidade e

nacionalismo nacional a partir da assimilação da cultura árabe, adesão ao Islã e participação na Jihad de Ahmad Gran de fato influenciaram a atuação da etnia nos séculos seguintes. O uso da violência respaldado pela justificativa de que o Somali estava se defendendo das agressões e da opressão de estrangeiros cristão é recorrente não só nas jihad, mas também na participação somali nas guerrilhas da Etiópia e nos movimentos de resistência via diplomacia e articulação política.

É notável que mesmo quando o agressor não é estrangeiro, como no caso da guerra civil na Somália, o uso da retórica da opressão sofrida justifica levantes insurgentes e leva os somalis para a guerra. Ainda assim, o fato de que os Isaaq se incomodaram com a presença dos refugiados traz consigo parte do estranhamento somali com os estrangeiros. Afinal, não é porque se trata de um só povo que não há inimizades entre clãs e a relação dos somali etíopes, com exceção dos nômades, com o nacionalismo e forte fator identitário dos Somali na Somália pode ser um dos fatores que levou ao estranhamento. Apesar, é claro, de o fator mais evidente ser o nível de apoio direcionado pelo governo central e comunidade internacional para esses refugiados.

Apesar deste ser o único grande exemplo de luta entre somali (governo central versus população), o fim do governo Barre trouxe consigo o retorno da aversão generalizada ao “outro” incorporado por atores internacionais que já haviam entrado em conflito anteriormente com a etnia. A absorção do discurso da Al-Qaeda, a produção de Mujahidin para atuarem dentro e fora da Somália, a presença da Al-Itihad Al-Islamiya e da Harakat al-Shabab al-Mujahideen mostram o quando o fator do Islã e da adesão dos somalis à jihad continua forte.

Desse modo, confirma-se que de fato existe uma correlação entre a construção da identidade e do nacionalismo somali e a atuação da etnia em movimentos de resistência e oposição armada na Etiópia e na Somália. As bases da formação do sentimento de nacionalidade e identidade desse povo culminou na organização política dos mesmo e sua ativa atuação como oposição armada em diversos momentos do passado até a atualidade.

Referências

- ABBINK, Jon. Ethnicity and constitutionalism in contemporary Ethiopia. In: *Journal of African Law*, vol. 41, ed. 2, p. 159-174. 1997. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-african-law/article/ethnicity-and-constitutionalism-in-contemporary-ethiopia/2DFF8983F0025E6996563472329D5BAA>>. Acesso em: 16 fev. 2019.
- ESPOSITO, John L. *Islam: the straight path*. 3ªed. rev. atual. New York: Oxford University Press, 2005.
- GONZÁLEZ, Raúl C. Ethiopia (1976–1985). In: DEROUEN, Karl R.; HEO, Uk (editores). *Civil Wars of the World: Major Conflicts since World War II*. Dever; Califórnia; Oxford: ABC-Clio, 2007. Vol. I.
- HABERLAND, E. O Chifre da África. In: OGOT, Bethwell Allan (org). *História geral da África V: África do século XVI ao XVIII*. Brasília: UNESCO Office Brasília, 2010. Ministério da Educação, Universidade Federal de São Carlos (Brasil). 2010. 1208 p. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190253>>. Acesso em: 03 jun. 2019.
- HANSEN, Stig Jarle. *Al-Shabaab in Somalia: the history and ideology of a militant islamist group, 2005-2012*. Nova York: Oxford University Press. 2013.
- HOENE, Makus Virgil. *No Easy Way Out: Traditional Authorities in Somaliland and the Limits of Hybrid Political Orders*. DIIS Working Paper, 2011. Disponível em: <<http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/DIIS%20WP%202011-18.sk%C3%A6rm.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2019.
- HOENE, Markus Virgil. *Limits of hybrid political orders: the case of Somaliland*. *Journal of Eastern African Studies*, v. 7, n. 2, p. 199-217, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/17531055.2013.776279>>. Acesso em: 13 fev. 2019.
- HRBEK, Ivan. A África setentrional e o chifre da África. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Org). *História Geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256por.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2019.
- IBRAHIM, Hassab Ahmed. *Iniciativas e resistência africanas no nordeste da África*. In: BOAHEN, Albert Adu (org). *História Geral da África, VII:*

África sob dominação colonial, 1880-1935. 2ª ed. Brasília: UNESCO, 2010a. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190255>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

IBRAHIM, Hassab Ahmed. Política e nacionalismo no nordeste da África, 1919-1935. In: BOAHEN, Albert Adu (org). História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. 2ª ed. Brasília: UNESCO, 2010b. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190255>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

PANKHURST, Robert K. P. A Etiópia e a Somália. In: História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190254>>. Acesso em: 18 set. 2019.

PEREIRA, Mariana Morena. O Modelo de Estado Africano não Convencional: uma análise crítica nas implicações da definição e designação do Estado Falido aliado aos princípios da construção do Estado nos moldes Ocidentais modernos. Santana do Livramento: Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2016b. Orientação: Nathaly Silva Xavier Schütz.

RAMPELBERG, Jorge; BRUNO, Norma. El Fundamentalismo. Quintas Jornadas de Medio Oriente La Plata, Programa de Médio Oriente, Centro Argentino de Estudios Internacionales. Buenos Aires, 2004.

RANDIG, Rodrigo Wiese. Somália & Somalilândia: uma ilusão coletiva e um fato ignorado. Meridiano v. 47, n. 100, p. 21-28, nov. 2008.

TAMRAT, Tadesse. O Chifre da África: os Salomônidas na Etiópia e os Estados do Chifre da África. In: NIANE, Djibril Tamsir (Org.). História geral da África, IV: África do século XII ao XVI. Brasília: Escritório da UNESCO, Ministério da Educação, Universidade Federal de São Carlos, 2010. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190252>>. Acesso em: 18 set. 2019.

TOUVAL, Saadia. Somali Nationalism: International Politics and the drive for unity in the Horn of Africa. Cambridge: Harvard University Press. 1963.

DETERIORAÇÃO DO REGIME DEMOCRÁTICO NA VENEZUELA: ESTUDO DE CASO DO GOVERNO VENEZUELANO (1960-2012)

Fernanda Lahm Martins*
Thaís de Campos Moreira**

Introdução

Durante o século passado, a Venezuela era reconhecida como um exemplo de regime democrático entre os cientistas latino-americanos. Possuía uma taxa variável de 6 a 10 homicídios por cem mil habitantes (LEON, 2007, p. 1224), um crescimento econômico até então estável, com poderes públicos independentes e estabilidade política. Dispunha de uma das economias com mais sucesso no mundo durante os anos de 1950 a 1960. Apresentava um crescimento econômico de 6% ao ano, com a inflação relativamente baixa e um PIB com crescimento constante entre 1943 e 1977 (GAUNA, 2017, p. 34).

Entretanto, a partir da década de 1970 os problemas começaram a emergir. Em oito anos consecutivos (1978-1985) a renda per capital caiu 15%, a dívida externa pulou de US \$ 2 bilhões em 1973, para mais de US \$ 35 bilhões em 1982. O desemprego aumentou, assim como a parcela de renda dos 40% mais pobres diminuiu; ao mesmo tempo que a parcela de renda dos mais ricos aumentou de maneira significativa (GAUNA, 2017, p. 35).

A estabilidade política até então era garantida pelas rendas petrolíferas que o país possuía, dando suporte a políticas clientelistas e assistencialistas que visavam amenizar conflitos ou questionamentos ao status quo (ADDOR, p. 134, 2012). Através da

* Graduanda do curso de Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

** Graduanda do curso de Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

exploração do petróleo foi possível proporcionar a população um aumento relativo no seu padrão de vida e manutenção de desigualdades pelo Estado. Esse cenário político e social-econômico de estabilidade se alterara com o passar dos anos, assim, o presente trabalho tem o objetivo de entender a trajetória e os fatores condicionantes que levaram a uma possível deterioração do regime democrático venezuelano. Utilizando-se do viés de Charles Tilly, cientista político, pode-se compreender como democracia o resultado das lutas sociais de alcance político. Em sua obra “Democracy” (2007), Tilly concebe sua linha analítica através do contraste entre quatro abordagens: constitucionalistas, substantivistas, procedimentais e orientada por processos. Será utilizado no presente trabalho a abordagem orientada por processos, exemplificada por Robert Dahl (1998), cuja classifica como democráticos os regimes que desenvolvem processos que resultam em condições necessárias para a democracia (LASSANCE, 2007, p. 373), com regras mutáveis. Utilizando-se do método dedutivo, será realizada uma pesquisa de cunho exploratório, através do procedimento bibliográfico e documental. A partir de uma estrutura qualitativa e sob enfoque histórico comparativo, o trabalho está dividido em três seções. A primeira aborda a conceituação da teoria democrática moderna por Robert Dahl, almejando conceber e definir quais são as condições necessárias para que exista um regime democrático e suas premissas essenciais. Após, a segunda seção tem como objetivo de realizar uma breve análise histórica dos governos venezuelanos, de 1960 ao governo de Hugo Chávez (1999-2012), considerando a dinâmica política e socioeconômica do período. Na terceira seção, os critérios para se existir uma democracia são analisados individualmente ao governo de Hugo Chávez, a fim de se concluir se o mesmo cumpriu com as instituições necessárias segundo Dahl.

1 Teoria democrática contemporânea

Diferente do conceito primário de democracia que perdurava tanto na Grécia (século V a.c) como em Roma, onde a cidade-Estado era o lugar das ideias e práticas democráticas e republicanas, utilizaremos de um segundo grande movimento de noções e práticas democráticas. Possui início em XVII, com o surgimento dos Estados

modernos, e se distingue principalmente pela transformação e ampliação do lugar dos pensamentos e práticas democráticas, deixando a cidade-Estado para então dar espaço ao Estado nacional (DAHL, 2012, p. 337).

Segundo Robert Dahl, sem essa mudança histórica de espaço democrático, a democracia não mais perduraria; além de ter resultado em consequências que, unidas, ressaltam ainda mais a distância entre as práticas mais antigas dos governos democráticos republicanos e o Estado democrático moderno. Entre essas consequências do enorme aumento em escala estão a representação, onde deixa-se de existir a assembleia dos cidadãos da antiga democracia e passa a se eleger representantes para os diferentes interesses sociais. Segundo Dahl, a representação pode ser compreendida como um fenômeno histórico e como uma aplicação da lógica da igualdade a um sistema político em grande escala.

Podemos compreender a expansão ilimitada como um segundo fruto da mudança de lugar da democracia. Para Dahl, essa expansão é uma particularidade desse modelo contemporâneo, onde não há um limite máximo teórico. A terceira consequência diz respeito aos limites para a democracia participativa, já que de forma inerente, há menos possibilidades de participação direta dos cidadãos. Como quarta consequência, temos a ampliação da diversidade, essencial nos Estados democráticos modernos.

Em decorrência de tal diversificação ocorrem as polarizações políticas, tornando-se mais comum o conflito. Sendo o conflito a quinta consequência, compreendemos que ele é inevitável, assim como normal no exercício da política (DAHL, 2012, p. 345). Todas essas consequências apresentadas até então contribuíram para desenvolver e progredir um conjunto de instituições, que auxiliaram a distinção da democracia representativa moderna de todos os outros sistemas políticos. Dahl nomeia esse sistema de “poliarquia”.

A poliarquia pode ser compreendida de vários modos: como um resultado histórico dos esforços pela democratização e liberalização das instituições políticas do Estado-nação; como um tipo peculiar de ordem ou regime políticos que, em muitos aspectos importantes, difere não apenas dos sistemas não democráticos de todos os tipos, como também de democracias anteriores, em pequena escala; como

um sistema (à moda de Schumpeter) de controle político no qual os funcionários do mais alto escalão no governo do Estado são induzidos a modificar sua conduta a fim de vencer eleições quando em competição com outros candidatos, partidos e grupos; como um sistema de direitos; ou como um conjunto de instituições necessárias ao processo democrático em grande escala. Embora esses modos de interpretar a poliarquia sejam diferentes em aspectos interessantes e importantes, eles não são incompatíveis. Ao contrário, se complementam. Simplesmente enfatizam diversos aspectos ou consequências das instituições que servem para distinguir as ordens políticas poliárquicas das não poliárquicas. (DAHL, 2012, p. 347).

Proveniente desse sistema está a sexta seqüela, que se relaciona diretamente com a diversidade e o conflito: o pluralismo social e organizacional. Que se entende como a existência nas poliarquias de organismos sociais, relativamente autônomas em relação às outras e ao Estado. A expansão dos direitos individuais, sétima consequência, se mostra como a mais expressiva assimetria entre os sistemas democráticos e republicanos mais primitivos das poliarquias. A oitava e última consequência diz respeito às instituições da poliarquia.

A poliarquia se difere de outras ordens políticas pela presença de sete instituições as quais precisam existir. Entre eles estão os funcionários eleitos, que possuem o controle político das decisões governamentais; a garantia de eleições livres e justas; o sufrágio inclusivo; o direito de concorrer a cargos eletivos; a liberdade de expressão, a informação alternativa (mais de uma fonte) e autonomia associativa. Essas instituições são necessárias às democracias de grande escala do Estado nacional moderno, mas não se pode dizer que são suficientes. (DAHL, 2007, p. 352).

Uma das principais vantagens de utilizar a teoria poliárquica é a utilização da mesma para a investigação das democracias reais. Isso, pois, Robert Dahl distingue democracia ideal de democracia real, sendo a poliarquia a democracia real. Os impasses da realidade política impedem que os verdadeiros objetivos democráticos se realizem, não sendo possível identificarmos uma democracia ideal no sistema internacional segundo Dahl. O ponto central da obra do autor está na tentativa de definição de um processo de democratização sobre a consideração de dois norteadores: a contestação pública e o

direito de participar em eleições e cargos públicos.

Utilizando-se de um método descritivo, o autor avalia as características das democracias existentes, descrevendo e usando-as como condições necessárias para a maximização da democracia. Para ser inteiramente democrático, um sistema precisa cumprir com cinco critérios que descrevem um sistema ideal e servem de modelo para se fazer comparações às instituições existentes e enxergarmos o quão próximo uma democracia real está dos objetivos e dos ideais democráticos.

Os critérios que Dahl estabelece estão conectados de forma direta a premissa de que existe igualdade de condição entre os indivíduos de uma associação, ou seja, acredita que toda pessoa é igualmente capacitada para colaborar na tomada de decisões políticas. O primeiro critério é o de participação efetiva. Esse critério se refere ao direito que todo cidadão deve ter de expor suas opiniões à grande associação, evitando que poucos tenham o comando das ideias. O segundo critério diz respeito a igualdade de voto, em que todos os cidadãos devem ter oportunidades similares de expressar suas escolhas, que terão o mesmo peso independente do indivíduo, nem valor maior nem valor menor, mas equivalente. O entendimento esclarecido, terceiro critério, refere-se a que dentro de certo um período, cada cidadão necessita ter oportunidades iguais e efetivas de conhecer diferentes políticas e seus efeitos. Esse critério se baseia nos dois primeiros, sendo a paridade de condições e de votos condições necessárias para a existência do claro entendimento.

O quarto critério é o controle de agenda ou controle do programa de planejamento. Os membros de uma associação devem gozar do poder de modificar as políticas em questão quando se julgar necessário, assim como de deliberar quais os temas que devem ser alocados no planejamento. O critério do controle final diz respeito às pessoas possuírem a palavra final e serem soberanas em uma democracia (DAHL, 2012, p. 179). O último critério remete a inclusão, que diz respeito aos cidadãos possuírem o direito de participar do processo decisório do estado; em exceção temos as crianças, estrangeiros e adultos incapazes de cuidar de si mesmo.

É consenso que as poliarquias resultam de diferentes trajetórias e evoluções históricas, visto que são decorrentes do processo de democratização, onde há a institucionalização da

contestação pública articulada com o amplo direito de participação. A partir das instituições apontadas aqui como critérios para se existir uma democracia representativa, será realizada uma análise dos governos venezuelanos até o presente momento, ressaltando os aspectos sociopolíticos na Venezuela de modo a refletirmos se a democracia ainda se faz presente; além de uma breve contextualização econômica.

2 Análise histórica e sociopolítica Venezuelana

Que a Venezuela está em crise é consenso aceito no meio doméstico e internacional. Porém, esse caos não se instaurou de forma súbita, existe uma série de agentes fomentadores desse cenário. Há uma longa sucessão de desequilíbrio político, que resultaram na situação atual. Desde o início das eleições no país, em 1958, o COPEI (Comitê de Organização Político-Eleitoral Independente) e AD (Ação Democrática) se revezaram na presidência. Com uma economia rentista - através da renda petroleira, o governo distribuía benefícios para amenizar os conflitos sociais. Nos anos 60, entretanto, ainda houve turbulências provenientes de focos guerrilheiros e levantes militares (BOTELHO, 2008, p. 332).

A imagem de saudosismo na Venezuela é originária da década de 70, quando se fez a nacionalização da indústria petrolífera e a explosão dos preços do produto. O governo que desfrutou com êxito desses resultados foi o de Carlos Andrés Pérez, membro da AD; contudo, sua administração resultou em um grande acúmulo da dívida externa devido ao descontrole financeiro em obras públicas. Os efeitos do endividamento já começaram a ser sentidos no governo consecutivo de Luis Herra Campins, membro do COPEI, que em 1983 precisou desvalorizar sua moeda, episódio conhecido como a Sexta-Feira Negra (BOTELHO, 2008, p. 332).

O líder do partido Ação Democrática, Carlos Andrés Pérez, se reelegeu em 1988, promovendo a falsa esperança de prosperidade petroleira e o crescimento financeiro, vividas na década anterior; além de altos níveis de emprego e melhoria constante no padrão de vida da população. No entanto, ao assumir o governo, Pérez aderiu ao programa de reformas neoliberais do FMI e do Banco Mundial

para a renegociação da dívida externa. A situação das contas públicas era de instabilidade e com um sistema econômico alicerçado ao petróleo a inflação - desvalorização da moeda nacional - alcançava números exorbitantes, havendo acréscimo no valor de itens básicos, aumentos dos combustíveis, desemprego marcando dois dígitos, salário despencando e inúmeros escândalos de corrupção vindos à tona. (BRANDÃO, 2015)

Essa tensão social causada por falsas promessas somada à escassez de produtos provocou a revolta social mais relevante do século, episódio conhecido como Caracaço. Os saques foram violentos tanto na sua forma, como na resposta repressiva por parte dos organismos de segurança e do exército (LÉON, 2007, p. 1227). Só de mortes contabilizadas pelo governo somou-se 534, um número bastante alto se comparado aos 1.500 homicídios que ocorriam todo o país durante um ano completo. Sem embargo, o presidente não deixava de avançar com o processo de privatizações.

Em 1992 procederam-se duas tentativas de golpes ao governo de Pérez pelo MBR (Movimento Bolivariano Revolucionário), liderado por Hugo Chávez, que deixaram claro um espectro de violência política e acabaram por gerar uma crise institucional que se reverberara até os dias de hoje. O impacto dos golpes na violência só cresce desde então, afetando o cotidiano dos cidadãos. Em 1993 a justiça abriu a petição para impeachment de Carlos Andrés Pérez, que acabou deposto do cargo por apropriação indébita. O fim da gestão de Pérez coincide com o encerramento de um sistema populista de reconciliação, baseado na distribuição da renda petroleira por meio do clientelismo (BOTELHO, 2008, p. 333):

As tentativas de golpes de Estado provocaram, por si mesmas, mortes violentas entre os militares que participaram nos enfrentamentos, bem como no seio da população civil, mas os homicídios não terminaram aí, pois a crise de legitimidade que provocaram foi demasiado grande. E ao romper-se o pacto simbólico, os delinquentes ou as pessoas comuns se sentiram mais liberadas para o uso da violência. (LEON, 2007, p. 1228).

Nas eleições presidenciais de 1993 foi registrado um índice de abstenção de quase 40% - resultante da crise política, maior que o

percentual de Rafael Caldera, o vencedor. Além de indultar os agentes que conduziram o golpe, repetiu os passos de seu antecessor, prometendo não recorrer ao FMI e voltando atrás em 1996. Entre os efeitos do avanço na política de abertura petrolífera, estavam:

[...] Parcerias e concessões de exploração a transnacionais; a internacionalização da PDVSA, a estatal do setor, por meio da compra de instalações no exterior; uma maior autonomia da companhia em relação ao Estado, diminuindo seus repasses aos cofres públicos; e o descumprimento pela Venezuela das cotas de produção estabelecidas pela OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). (BOTELHO, 2008, p. 334).

O chavismo iniciou em 1998, quando Chávez se elegeu através de uma coligação de esquerda, o Polo Patriótico. Rompeu com a tradição multiclassista dos partidos tradicionais da Venezuela ao se identificar com os menos favorecidos e prometia uma democracia participativa. Para ele, a democracia representativa era uma forma das elites enganarem o povo, sendo a elite econômica e os dois partidos tradicionais os culpados pelo declínio do país. Assim, afirmava ser necessária a substituição dos grupos corrompidos e das oligarquias para refundar a Venezuela.

Fortemente apegado ao constitucionalismo, característica de uma democracia liberal, Chávez buscava explorar dogmas da esquerda para ganhar reconhecimento destes e do povo, adaptando seu discurso com suas ideologias e propondo um “socialismo do século XXI”. Ainda propiciou a participação dos militares na política, encarando as Forças Armadas como uma instituição de caráter popular, devido as oportunidades de ascensão social.

Abraçando uma bandeira de renovação política, o chavismo ligava a participação política ao incentivo do ativismo na população. Através da Carta Magna, criou diversos meios para essa presença, como a possibilidade de se convocar Assembleias Constituintes e de se candidatar por conta própria. Porém, nem todas essas ações entraram em prática, e Chávez apresentou um alto nível de concentração política em seu governo ao acumular poderes.

As maiores complicações que o chavismo enfrentou vieram da tentativa de se renovar o país, ocasionando em inúmeros conflitos.

Passando pelo Poder Judiciário e pelo Congresso, ocasionando mudanças também ao bloco empresarial e ao sindicalismo, resultando em uma forte polarização política. Contraste esse que teve origem nos anos de crise econômica nas décadas de 80 e 90 e se agravou fortemente governo. A taxa de homicídios aumentou de maneira jamais vista, passando de 19,5 por cem mil habitantes em 1998 para 51 homicídios por cem mil habitantes em 2003, e no ano seguinte, os dados não chegaram nem a ser revelados pelo governo.

Nos primeiros anos de seu mandato, em meados de 2000, ocorreram sucessivas votações no país, majoritariamente vencidas pelo Chavismo. Houve o processo de convocação da Constituinte, com promulgação da constituição; a elaboração da Carta Magna ratificada pelos cidadãos; além de novas eleições em todos os níveis. Entre as transformações estavam o aumento para seis anos do mandato presidencial e a possibilidade de reeleição. O presidente ganhou mais poderes, podendo autorizar legislações por meio de decreto em todas as áreas, sem aprovação pelo Parlamento e escolher quem se promovia militarmente. Essas mudanças resultaram em um acúmulo de medidas e problemas de cunho autoritário.

Entre as principais políticas de Chávez estavam a maximização da arrecadação de tributos do petróleo, a fim de redirecionar esse capital para ações sociais e fomentar o desenvolvimento econômico nacional; uma direta influencia na administração da PDVSA (Petróleo da Venezuela S.A) de modo a defender a soberania nacional e fortalecer a OPEP. Ao delinear seu projeto econômico, a radicalização da oposição chegou ao seu máximo. Começaram então as ações da aliança antichavista, que ganharam apoio de Bush e da mídia nacional.

Os americanos possuíam interesse econômico e estratégico na região: buscavam defender sua diligência no petróleo e a atuação de suas transnacionais, além de enfraquecer a OPEP; no campo do planejamento tático, havia a resistência do presidente à guerra contra o terrorismo. No dia 11 de abril de 2002 foi convocado pela PDSVA, CTV e Fedecámaras, uma expressiva manifestação pela saída de Chávez, que foi deposto por oficiais militares que alegavam que o mesmo não os representava. Dois dias depois houveram duas frentes ao golpe, uma de caráter popular, em que chavistas foram as ruas e exigiram a volta de seu presidente, e outra de militares:

Uma das evidências da, no mínimo, anuência dos Estados Unidos aos planos de golpe contra Chávez veio com o comunicado emitido pela Casa Branca no dia da posse de Carmona. A gestão Bush reconheceu o novo regime, ao defini-lo como “um governo civil de transição”, e não considerou que havia ocorrido uma deposição de presidente. Ao contrário, encampou a versão dos golpistas de que Chávez era o culpado pelas mortes da véspera e que ele havia renunciado. A alegação de que as informações disponíveis naquele momento eram as que constavam da nota não serve de justificativa para o teor dela, já que a do Grupo do Rio, também do dia 12, seguiu linha oposta. Esse documento condenava o ocorrido, definido como “a interrupção da ordem constitucional”, exigia “a normalização da institucionalidade” e pedia que OEA convocasse uma sessão para avaliar a situação. (BOTELHO, 2008, p. 349).

Não foram poucas as evidências de que os Estados Unidos vinham se alinhando aos representantes da oposição chavista. Ao retomar o comando do país, foi convocado um novo referendo a respeito do mandato presidencial com intuito de minimizar a instabilidade que pairava no país. A oposição perde novamente e em 2006 Chávez conquista seu terceiro mandato. Ao começar seu governo, busca a realização de estatizações nas telecomunicações, na área de energia, assim como do petróleo. Além disso, transforma a reeleição de presidentes ilimitadas através de uma reforma constitucional. Mais uma eleição foi disputada e vencida por Hugo Chávez em 2012, a última de sua história, visto que o fim da era Chávez se deu em decorrência de seu falecimento, em março de 2013. Como a posse não foi devidamente tomada, nova escolha para o cargo fora requisitada para o ano seguinte. Nicolás Maduro, afilhado político de Chávez, concorreu à presidência e com leve margem de superioridade derrotou o concorrente Henrique Capriles. Nas eleições legislativas subsequentes, a oposição dessa vez fortalecida garante maioria na mesa nacional. O novo cenário de correlações ampliou a pressão sob o presidente recém-eleito.

3 O Governo de Chávez sob os critérios de Democracia Representativa de Dahl

A partir das sete instituições necessárias a democracia representativa apontadas por Dahl (2007), que são: funcionários eleitos, eleições livres e justas; sufrágio inclusivo; o direito de concorrer a cargos eletivos; a liberdade de expressão, fontes de informação diversificadas e a autonomia associativa, será realizada uma análise do governo de Hugo Chávez (1999-2013), o objetivo é ressaltar os aspectos político-sociais internos e analisar se haviam as condições de uma democracia.

A chegada do Chavismo e a substituição da elite política do país significou para muitos a morte do regime liberal estabelecido em 1958. Segundo Coppedge (2005), o nível de democracia na Venezuela após 1992 entrou em declínio devido a indignação moral dos venezuelanos frente ao colapso econômico e a institucionalidade da impunidade pela corrupção. Para ele, o partidarismo foi fator chave por trás da deterioração democrática.

De acordo com a sua constituição, desde os anos de 1950 a Venezuela realiza eleições periódicas e os três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário possuem certo grau de independência entre si. A Venezuela também realiza concursos públicos para a seleção de uma parcela de seus funcionários, que representam grande parte da mão de obra nacional, uma vez que a população depende diretamente de empregos públicos (BANDEIRA, 2003, p. 7, apud PINTO, 2008, p. 81). Entretanto, é claro o selecionamento de aliados políticos de Chávez nas instâncias públicas, sejam elas federais, estaduais ou municipais. Há uma centralização partidária na escolha de funcionários.

No ano de 2008 fora realizado o último referendo sobre a aprovação de Hugo Chávez na presidência até 2012, que corroborou com diversos funcionários públicos na campanha pela sua aprovação. Dependendo da aprovação política para manter seus empregos e sob pressão governamental, os funcionários não tiveram opção, se não deixarem suas atividades de lado para enfim se dedicarem à campanha. Isso vai diretamente de encontro com a ideia de funcionários eleitos, eleições livres e justas defendida por Dahl.

Em 2009, a Transparency International divulgou o Índice de

Percepção de Corrupção - sendo 0 uma alta percepção de níveis de corrupção e 10 baixos níveis de corrupção, onde apresentava a Venezuela com o índice de 1,9. Ou seja, havia um nível bastante alto no senso de imoralidade governamental no país, tornando mais improvável ainda o critério de funcionários eleitos de forma limpa.

A constituição garante ao indivíduo o poder do sufrágio e, além disso, existe uma pluralidade de partidos, tornando possível em tese o direito do cidadão de concorrer a cargos eletivos. Entretanto, a constituição retrata uma visão de um Estado ideal. Foi aprovado pelo senado venezuelano, em 2009, um projeto de lei que prevê a prisão de indivíduos que cometerem “crimes midiáticos”. Para Dahl as democracias devem prezar pela liberdade de expressão e de acesso a fontes de informação, indo de encontro com as ações chavistas.

A autonomia associativa é o sétimo critério defendido por Dahl. Segundo Pinto (2008, p. 86) “Para esses sindicatos, a política de nacionalização de empresas proposta por Chávez diminui os investimentos externos no país, além de deixá-los mais dependentes do Estado”. Aliás, Chávez era sustentado por sindicatos, precisando ter um rígido controle para não acabar refém de suas políticas. As associações políticas não possuem grande representação, não estando de acordo com o critério de Dahl de autonomia associativa. Após a reflexão de maneira as instituições venezuelanas funcionam sob o governo de Hugo Chávez, podemos chegar à conclusão de que apesar da Constituição (1999) retratar uma visão de Estado ideal, isso não ocorre no plano interno de governo, tendo em vista que os funcionários são eleitos por meio de indicação política. Além disso, as eleições não são livres e justas, em virtude de a oposição não ocupar cargos principais no Estado. Não há liberdade de expressão, uma vez que os meios de informação que venham a se opor ao governo são criminalizados. Os sindicatos são fortemente controlados pelo Estado, e as associações não possuem grande representação (PINTO, 2008, p. 88). Portanto, pode-se depreender que a Venezuela não responde aos moldes de Dahl no entendimento sobre democracia representativa, logo, seus cidadãos não estão inseridos em uma sociedade politicamente igual.

Considerações finais

Este artigo se propôs a primeiramente, entender o desenvolvimento do conceito de democracia por Robert Dahl. O mundo contemporâneo carece de atualização de conceitos, e o regime democrático é um deles, principalmente devido ao aumento de sua escala e escopo. Entre os efeitos da transformação estão a necessidade de uma democracia pela representação, onde há a escolha de líderes para a representação de seus interesses. Outras consequências são a expansão ilimitada, a menor participação direta dos cidadãos, a ampliação da diversidade, o conflito, pluralismo social e organizacional, expansão dos direitos individuais e as instituições da poliarquia.

A poliarquia (democracia real) aponta sete instituições as quais precisam existir. Entre eles estão os funcionários eleitos, que possuem o controle político das decisões governamentais; a garantia de eleições livres e justas; o sufrágio inclusivo; o direito de concorrer a cargos eletivos; a liberdade de expressão, a informação alternativa (mais de uma fonte) e autonomia associativa. Essas instituições são necessárias às democracias de grande escala do Estado nacional moderno, mas não se pode dizer que são suficientes. Apesar de nenhuma condição poder explicar por si só a existência ou não de uma poliarquia, a presença dessas condições garante com muita mais solidez a chance de ser estabelecido um regime poliárquico.

Podemos concluir através da análise histórica e sociopolítica da Venezuela que a crise possui diversas gêneses. Entre elas, o bipartidarismo que tomou o país após 1958 e o presidencialismo econômico estabelecido durante o primeiro mandato de Peréz, em conjunto com a fragmentação das organizações políticas. Embora o bipartidarismo reforçasse uma “estabilidade democrática”, minou a democracia ao fechar os canais de participação dos cidadãos. Além disso, podemos verificar um aumento exponencial da violência no país devido ao caos social e a uma própria fomentação da violência vinda por parte do governo.

Através de uma análise do governo de Hugo Chávez (1999-2013) tendo em vista as sete instituições necessárias para o bom funcionamento de um regime democrático, concluiu-se que os critérios não foram cumpridos. Os funcionários são eleitos por meio

de indicação política, as eleições não são livres e justas, além de não haver plena liberdade de expressão e autonomia associativa; ou seja: os anos marcados pelo chavismo não podem ser considerados uma poliarquia.

Referências

AACH, Meredith. The Decline of Democracy in Venezuela: The Deterioration of Venezuelan Exceptionalism and the Rise of Hugo Chavez. Volume 16, 2008.

ADDOR, Felipe. Teoria Democrática e Poder Popular na América Latina: contribuições a partir das experiências de Cotacachi/Equador e Torres/Venezuela. Rio de Janeiro, 2012.

BOTELHO, João Carlos Amoroso. De onde veio e o que está em torno do fenômeno Chávez. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, v. 1, n. 1, p. 331-357, set. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/issue/view/633>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. Reformas Neoliberais na América Latina. Revista AEDOS, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 31-56, dez. 2017. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/aedos/article/download/76430/47330>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

COPPEDGE, Michael. Soberanía Popular versus Democracia Liberal en Venezuela. En RAMOS, Marisa (ed.). Venezuela: Rupturas y Continuidades del Sistema Político (1999-2001). Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2002.

DAHL, Robert A. On Democracy. New Haven: Yale University Press, 1998.

_____. Um Prefácio à Teoria Democrática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

_____. Poliarquia: Participação e Oposição. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1997.

_____. Sobre Democracia. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

_____. A Democracia e Seus Críticos. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

GAUNA, Anibal F. Revisiting the Issue of Democratic Deterioration in Venezuela, 1974-1998. Journal of Politics in Latin America, v. 9, n. 1, 33-58, 2007.

INTERNATIONAL, Transparency. Annual Report 2009. Disponível em: <https://www.transparency.org/whatwedo/publication/transparency_international_annual_report_2009>. Acesso em: 25 nov. 2018.

LASSANCE, Antonio. (2009). Charles Tilly - Democracy. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

LEÓN, Roberto Briceño. A violência na Venezuela: renda petroleira e crise política. *Ciencia & Saude Coletiva*, Caracas, v. 11, p. 1223-1233, mar. 2006.

PEREIRA, Antonio Kevan Brandão. Teoria democrática contemporânea: o conceito de Poliarquia na obra de Robert Dahl. 38º Encontro Anual da ANPOCS, 2014.

PINTO, Jairo Diniz. A democracia representativa na América Latina contemporânea: uma análise comparativa entre Venezuela e Colômbia. *FRONTEIRA: REVISTA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA*, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 77-89, jul. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronreira/article/view/3878>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

A PAZ É O QUE FAZEMOS DELA: ACORDO DE PAZ COLOMBIANO A PARTIR DAS ABORDAGENS TEÓRICAS DO LIBERALISMO E CONSTRUTIVISMO SOCIAL

Luciano Alexandrino dos Santos Junior*

Introdução

As relações internacionais há muito tempo tiveram como protagonistas os Estados nacionais em uma perspectiva realista, porém, com a emergência de novos temas como problemas ambientais, terrorismo, narcotráfico e migrações, surge novos atores que configuram um diferente cenário no Sistema Internacional em que temas locais podem rapidamente tomar proporções globais (PECEQUILO, 2008). O conflito armado entre o Estado Nacional da Colômbia e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) tornou-se o conflito armado mais sangrento e longo da América Latina e do mundo (BBC, 2016) reverberando para os países vizinhos, interferindo em certa medida nas Relações Internacionais e sofrendo com a ingerência dos interesses de atores externos como os Estados Unidos da América.

Após décadas de negociações e tentativas de um acordo de Paz fracassados o governo nacional finalmente concretizou um acordo final em 2016 liderado pelo então mandatário Juan Manoel Santos (2010-2018). Não obstante, para compreender este complexo conflito e o posterior processo de paz faz-se necessário retomar às suas origens e o contexto nacional e internacional em que ocorreram,

* Graduando de relações internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Integrou a Diretoria de Pesquisa e Extensão da Federação Nacional dos Estudantes de RI do Brasil (FENERI). e atuou como bolsista PQA (Projeto de Qualificação Acadêmica) nas áreas de Paradiplomacia e multiterritorialidade fronteiriça.

estabelecendo ponderações tanto conceituais como epistemológicas das origens do conflito, identificando a importância de cada um dos atores nele presente e examinando as motivações tanto para o conflito como para a paz negociada.

O período que abrangeu e acirrou o conflito colombiano foi a Guerra Fria (1945-1991), marcado por uma disputa ideológica bipolar entre os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que dividiu o mundo em dois grandes blocos ideológicos, o capitalista e o socialista/comunista (KEOHANE; NYE, 2008). Apesar de não ter havido conflito armado direto entre as potências, o reflexo dessa disputa refletiu notadamente nos países em desenvolvimento, em especial na América Latina. Nesse período surgiram também muitos movimentos extremistas revolucionários representados pelas duas ideologias. Nesse sentido, observa-se a forte presença estadunidense continental cada vez mais significativa para consolidar sua ideologia e influência, ora patrocinando as mais perversas ditaduras, ora apoiando financeiramente os regimes e políticos que defendiam seus interesses para “vencer” a ideologia e a influência socialista (BORBA, 2010).

Como agravantes para o surgimento da FARC enquanto movimento revolucionário, no nível internacional destaca-se também a revolução Cubana (1956) que contribuiu para o fortalecimento e aspiração das FARC contra o governo e a subserviência do país à intervenção externa. O fortalecimento das FARC não está somente relacionado com a conjuntura internacional, mas também ao conturbado cenário político interno do país que sempre foi tomado por oligarquias que não cediam nenhum espaço de inclusão a quaisquer outras classes que não fosse as pertencentes ao partido Liberal ou Conservador. Ademais, por ser caracterizada como uma política externa de alinhamento pragmático com os EUA (GUÁQUETA, 2006) a Colômbia foi um dos poucos países em que não houve uma ditadura civil-militar direta, ao contrário do que ocorreu nos demais países da América Latina como o Chile, Uruguai, Paraguai, Argentina e Brasil.

Em muitos países da América Latina a desigualdade social, corrupção e acumulação de riquezas têm origens desde seus processos de independência (GALEANO, 2000). Na Colômbia,

desde 1819, dois grupos dominaram a política nacional, sendo eles os conservadores que se originaram dos grandes proprietários de terra, herdeiros do regime colonial e os liberais, representados pela burguesia (SILVEIRA, 2014). Estes dois grupos se intercalaram no poder político e econômico com alguns momentos de coalizão e outros de conflitos de interesses. Dessa maneira, a origem do grupo guerrilheiro também remonta-se à insatisfação das pessoas e principalmente de camponeses pela tomada de poder dos liberais e conservadores. Um importante fato que antecede sua criação oficial aconteceu em 1928, que ficou denominado como o “massacre dos bananeiros” em que trabalhadores da companhia estadunidense *United Fruit Company*, em Barrancabermeja, estabeleceram uma greve para demandar melhores condições de trabalho (SILVEIRA, 2014).

Diante da ameaça dos Estados Unidos de intervir no país caso o governo colombiano não atuasse em defesa dos interesses da empresa o então presidente conservador Miguel Abadía Méndez (1926-1930) ordenou a repressão militar aos trabalhadores colocando fim na greve e iniciando um massacre contra a classe trabalhadora (LOZANO, 2006; OSPINA, 2010). O dirigente do partido liberal Jorge Eliécer Gaitán se tornou uma figura de grande importância no ano de 1940, sua postura de preocupação sobre as oligarquias afirmando que “o povo não tem dois partidos, mas sim esta dividido em dois” (OSPINA, 2010, p. 61) referindo-se a que ambos partidos, o conservador e o liberal se opõem aos interesses nacionais e da população.

Nesse emblemático contexto, Gaitán, candidato à presidência é assassinado em nove de abril de 1948. A versão oficial do governo e da opinião pública acusa os comunistas e como prova de sua veracidade, rompe relações diplomáticas com a União Soviética (SILVEIRA, 2014). Com a morte do parlamentar, o povo se rebela, ataca símbolos do poder e em todo o país ocorrem revoltas populares. Com o temor de que poderia haver uma grande revolução do povo e da classe trabalhadora, os liberais se unem aos conservadores na figura do presidente, assim como as forças armadas e a igreja católica para solucionarem o caótico cenário de instabilidade do país.

Segundo Silveira (2014) a elite colombiana, ou seja, os

grandes proprietários de terra, empresários e burgueses vinculados aos grupos estratégicos da economia foram percebendo que nenhum dos partidos conseguia acalmar a população e reprimir os movimentos armados e por isso começaram a colocar suas expectativas nas forças armadas. Então, em 1953, o general Gustavo Rojas Pinilla (1953-1957) assumiu o poder por um golpe apoiado pelos grupos da elite colombiana. Contrário ao que se esperava Rojas Pinilla propôs aos grupos armados que estes abandonassem pacificamente as armas, concedendo anistia a todos e a proteção das forças armadas para sua inserção social. Com isso, os interesses da oligarquia não estavam sendo correspondidos e estes trataram de tirar do poder quem eles mesmos haviam colocado. Conservadores e Liberais vinculados à oligarquia, com o apoio da igreja se coligaram ao “Frente Nacional” derrubando Pinilla do poder e formulando um discurso ideal de que estavam fazendo com que a Colômbia “retomasse” ao caminho democrático (SILVEIRA, 2014).

Como estratégia para adentrar no mundo político surgiram movimentos insurgentes como as FARC, o M-19 (Movimento 19 de Abril) e o ELN (Exército de Libertação Nacional) insatisfeitos com o cenário nacional e convictos de que a única maneira de mudar tal conjuntura seria com as armas, ou em outras palavras, a revolução. Assim como expõe Silveira (2014) por outro lado, ao longo das décadas, pela incapacidade do governo de combater as ações criminosas de tais grupos como sequestros e ligação com o narcotráfico surgem também movimentos de extrema direita, os paramilitares, como o Grupo Autodefesas Unidas da Colômbia (UDC), que possuíam conhecimento técnico militar e objetivavam combater as guerrilhas de esquerda fazendo “justiça com as próprias mãos” (SILVEIRA, 2014, p. 29), o que intensificou e dificultou ainda mais o conflito.

Os primeiros indícios de negociação de paz do governo com as forças insurgentes começaram em 1980. Nesta época, um dos acordos seria a formação de um partido político, a União Patriótica (UP) que posteriormente viria a fracassar na tentativa de representá-los oficialmente (SILVEIRA, 2014). O governo justificou o fracasso culpando a guerrilha de usar essa tentativa de firmar a paz para se fortalecer militarmente. Em contrapartida não só o M-19 como as outras guerrilhas acusavam a ineficiência do governo de reintegrar os

ex-guerrilheiros na sociedade e de protegê-los, pois, após a dissolução da guerrilha M-19 os ex-combatentes foram perseguidos e mortos. Este fato marcou uma profunda desconfiança em qualquer outra iniciativa de acordo para a paz.

A segunda tentativa de negociação da paz ocorreu em 1998. O presidente Andrés Pastrana (1998-2002) destinou à guerrilha uma área desmilitarizada ao sul do país para iniciar o fim dos combates armados, mas tal iniciativa não funcionou devido a negativa do governo para a liberação de guerrilheiros das FARC ao narcotráfico e a pressão exterior, principalmente dos Estados Unidos da América (EUA), seus desdobramentos impediram a consecução da paz nacional.

Anos mais tarde, baseado nos insucessos de acordos anteriores e com uma nova postura securitária, o governo de Álvaro Uribe (2002-2010) impôs uma política de forte enfrentamento armado direto, com isso, as forças militares das FARC diminuíram consideravelmente e as ações do governo, mesmo que violentas satisfizeram a vontade popular (SILVEIRA, 2014). Após o 11 de setembro de 2001 surge o conceito de “terrorismo” nas Relações Internacionais, definição esta que se enquadrou aos membros das FARC. Portanto, a partir do entendimento de que as FARC eram um grupo terrorista, nota-se a perda de parte do apoio popular e intelectual. Devido à repercussão dos sequestros e assassinatos noticiados na comunidade internacional, marcada pela campanha antiterrorista mundial liderada pelos EUA.

Diante desse complexo cenário e após a morte de milhares de vítimas, uma cultura de violência alastrou-se pelo país, desacreditando qualquer processo de paz. Contudo, após um longo processo de negociação, disputas, conflitos e cooperação, o país consolidou um acordo efetivo e um definitivo cessar fogo com um amplo apoio da comunidade internacional como a União Europeia (UE), Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização das Nações Unidas (ONU) e dos Estados Unidos da América (EUA), visando um cessar-fogo e uma paz estável (ECHANDÍA, 1999).

Estudos teóricos buscam explicar o acordo de paz colombiano a partir de diferentes conceitos das ciências sociais, considerando diversos elementos como fatores essenciais para compreendê-lo, como por exemplo, o narcotráfico, o marxismo, o debate comunismo

versus capitalismo e a própria característica de instabilidade do monopólio de uso da força do Estado nacional colombiano. Não obstante, o acervo bibliográfico sobre o conflito colombiano se comparados à outros conflitos internos presentes no cenário internacional são escassos. Porém, têm surgido diversos especialistas em América Latina, Ciência Política e Relações Internacionais imbuídos da disposição para estudar o fenômeno como tema a partir da segurança internacional como Pagliari (2006; 2009), Guáqueta (2006), Oliveira (2007), além de estudos voltados para os processos de paz como Antunes (2018), Velásquez (2004), Palacios (2001) entre outros, imprescindíveis para a realização do presente trabalho.

Assim como aponta Antunes (2018), mesmo que o conflito tenha durado mais de cinco décadas e diversas tentativas de paz negociada foram presenciadas, é notável a carência de bibliografias acerca dos processos de paz, que em sua maioria caracteriza-se por trabalhos narrativos, descritivos, normativos e com baixo rigor teórico ou metodológico. Palacios (2001) aponta que todos os processos de paz anteriores ao de 2016 não foram exitosos por desgastes no âmbito presidencial, com trocas de acusações durante as negociações, sendo que o autor expõe ainda três elementos comuns a estes: a resistência popular de reintegrar as guerrilhas à vida democrática por ser um país historicamente desigual e fragmentado; dependência dos processos aos interesses políticos, ou seja, do desejo individual de cada presidente e não um anseio popular para a paz; Por fim, o consecutivo fracasso das negociações que desgastaram a confiabilidade do significado de paz que, com a desinformação, se tornou cada vez mais reconfigurado como uma mera redistribuição de poder.

Para Mingst (2014) uma teoria é o conjunto de preposições, hipóteses e conceitos que buscam explicar os fenômenos ou até prever eventos. Especificamente nas Relações Internacionais as teorias buscam relacionar os acontecimentos históricos do Sistema Internacional, aos Estados, organizações e indivíduos que o compõem. Uma boa teoria deve ser capaz de compreender, analisar e ainda explicar acontecimentos através do espaço (sua aplicabilidade se deve tanto na Colômbia como qualquer outro país) e tempo (sua aplicação é efetiva tanto no presente como no passado) e devem ainda gerar hipóteses que podem ser testadas, debatidas ou refutadas

(MINGST, 2014). Para a autora as teorias de Relações Internacionais assumem uma variedade de formas e para ampliar a efetividade de qualquer análise sobre um determinado evento é fundamental usar a estratégia que divide o objeto em três níveis de análise para ajudar a orientar as explicações dos questionamentos levantados pelo estudo: o indivíduo, o Estado e o Sistema Internacional.

Conforme categorização utilizada pela primeira vez por Waltz (1954) e ampliada por Singer (1961) sobre esses três níveis de análise teórica das Relações Internacionais tem-se que, o nível “indivíduo” consiste no estudo de discurso e comportamento dos tomadores de decisões. No caso do nível do Estado a explicação será motivada por características internas do Estado em questão, como o tipo de governo, sistema econômico, grupos de interesse no país ou interesse nacional. No Sistema Internacional é considerado as características internacionais e regionais do Sistema bem como o período e contexto histórico analisado. O quadro a seguir exemplifica e relaciona os três níveis de análise com o processo de paz, foco deste estudo, posteriormente cada nível de análise será descrito e analisado com base nas teorias do Liberalismo e Construtivismo Social para direcionar uma compreensão de quais dessas explicações melhor explicam ou se são suficientes para o estudo do processo de paz, seus atores, efetividade e repercussão.

Quadro 1- Análise do processo de paz a partir de três níveis de análise

Possíveis explicações para a efetiva celebração do acordo de paz colombiano, por nível de análise.

Nível individual

- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none">1. Juan Manoel Santos, na qualidade de presidente da República foi o principal condutor do processo de paz.2. Álvaro Uribe, foi o principal representante da oposição, do discurso securitário e de invalidação das negociações.3. As vítimas do conflito foram essenciais para a consolidação e continuação das negociações.4. O Plebiscito para aprovação do acordo pela população e a vitória do “não” constitui-se em um impasse jurídico, social e público sobre a legitimidade do acordo final.5. Importância da reinserção social dos ex-combatentes para verificar a efetividade do acordo. |
|---|

Nível do Estado

1. Debilidade da presença Estatal nas áreas rurais das fronteiras nordeste e sul da Colômbia.
2. Poder político tomado pelas oligarquias, caracterizado por ser bipartidário (Conservadores e Liberais).
3. Forças Armadas precárias.
4. Estado caracterizado pela formação de guerrilhas de esquerda e “paramilitares” de extrema direita em constante confronto direto.
5. Estado debilitado pela produção de coca, fortalecimento do narcotráfico e da corrupção.

Nível internacional

1. Guerra-Fria (1947-1989) em que marca a disputa ideológica entre capitalismo e socialismo.
2. Revolução Cubana que inspira o surgimento das guerrilhas.
3. Interesse e influência dos Estados Unidos na América Latina.
4. Plano Colômbia (2002-2010) que implantou um sistema de financiamento por parte dos EUA, OEA e UE com medidas para conter o narcotráfico, mas efetivamente combateu as guerrilhas.
5. Atuação da missão de paz da ONU aprovada pela Assembleia Geral para auxiliar e acompanhar as negociações de paz e entrega de armas.
6. Mediação internacional através da Noruega como propulsora e apoiadora das primeiras negociações e Cuba como receptora das negociações.
7. Grupos de países observadores das negociações.
8. Atuação de empresas privadas estadunidenses durante o plano Colômbia e ampliação de políticas securitárias que refletiam os interesses norte-americanos na postergação do conflito.

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados compilados de Santos (2011), Silveira (2014) e Arthortúa (2016).

1 O processo de paz sob a ótica do liberalismo

O liberalismo é uma teoria clássica nas relações internacionais e serviu como base para o desenvolvimento de diversas outras correntes teóricas que buscam explicar os fenômenos no sistema internacional considerando a cooperação como essência nas relações da ciência política internacional, surgiu após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e foi amplamente questionada com a eclosão da Segunda Grande Guerra (1939-1945), dando espaço para o realismo que elucida a relação de poder entre os Estados. Contudo, com o fim da Guerra-Fria (1991) e a abordagem de novos temas nas

relações internacionais o liberalismo ressurgiu e vêm ganhando conotação ao passo da evidente importância da cooperação na relação entre indivíduo, Estado, sociedade e instituições (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Assim como afirma Jackson e Sorensen (2013) para os liberais o Estado de conflito potencial de guerra e violência que caracteriza o sistema internacional é uma ameaça permanente à Liberdade dos indivíduos que são refletidos no interior dos próprios Estados. Com isso, se deve a importância e a necessidade de promover a paz mundial como tarefa primordial da política externa de países comprometidos com a segurança e bem-estar de seus indivíduos bem como a importância das organizações internacionais neste sentido. Ainda segundo a tradição liberal a ideia de que nada é imutável permeia os ideais de possibilidade de constante transformação das relações sociais em todos os níveis de análise, em que se pode transformar a relação de poder e conflito em interesses, cooperação e relação harmoniosa. Contudo, assim como aponta Nogueira e Messari (2005, p.35) “essa perspectiva mais otimista acerca das possibilidades de mudança da política mundial foi rotulada por seus críticos realistas como utópica ou idealista”.

Pode-se afirmar que há um questionamento que permeia a teoria liberal desde suas origens até as modificações que passou ao longo das décadas: de que maneira o sistema internacional pode ser transformado para uma relação menos conflituosa e mais cooperativa? Desta indagação decorrem três principais ramos do liberalismo que visam alcançar a paz mundial nas relações internacionais, sendo eles o livre-comércio, a democracia e as instituições internacionais (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

De acordo com autores liberais como Montesquieu (1689-1755) e pensadores ingleses como Jeremy Bentham (1748-1832), John Stuart Mill (1805-1873) as vantagens econômicas e políticas do comércio internacional, sua expansão e consolidação representa o principal padrão de relacionamento entre os Estados, substituindo progressivamente a guerra, tal como afirma Montesquieu que “a paz é o efeito natural do comércio” (MONTESQUIEU, 1979, p. 70), ou seja, gera uma relação de mútua dependência e interesse entre as nações. Para os autores dessa linha teórica existe uma profunda incompatibilidade entre o comércio e a guerra, pois os conflitos

armados prejudicam muito a atividade econômica interna dos países, fazendo com que o comércio internacional, a exportação e importação de bens, serviços e capitais cessassem quase completamente. Nesse sentido:

O comércio é necessário e vantajoso para o bem-estar das nações, uma vez que explora a complementariedade de economias mais bem-dotadas de recursos naturais e mão-de-obra em setores diferentes. O comércio internacional é indispensável para um desenvolvimento econômico contínuo e, portanto, para o aumento progressivo da propriedade das sociedades modernas. Existe, assim, um interesse material concreto que explica a preferência de indivíduos e grupos sociais pela paz. A guerra seria favorecida por aquelas pessoas ou grupos que, contrariando os interesses gerais da sociedade, usam o Estado para aumentar seu poder econômico. (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 63).

Para Kant (1995) o intercâmbio comercial entre as nações no sistema internacional estimularia o contato e a tolerância entre culturas diferentes, estabelecendo canais de comunicação e aprofundaria a interdependência econômica entre as nações, a reciprocidade seria mais notável e essencial para a tomada de decisões e política externa dos Estados, o que resultaria também na pressão da opinião pública na formulação de posições e ações mais pacíficas por parte do Estado, desenvolvendo um sentimento moral de valores e interesses comuns da humanidade. Ressalta-se que o liberalismo não nega o egoísmo e a busca por benefícios de cada indivíduo ou Estado, porém é justamente por tais interesses que busca-se manter a paz e cooperação, pois sem esses não há forma de alcança-los. (JACKSON; SORENSEN, 2013).

A segunda grande linha de ideia do liberalismo faz uma relação entre a paz e a democracia, em que os Estados democráticos tendem a manter relações pacíficas entre si e à medida que o número de países governados de forma democrática crescesse, se formaria uma espécie de zona estável de paz. As origens dessa ideia remetem-se à obra de Kant “A Paz Perpétua” em que o autor apresenta o conceito de federação pacífica, referindo-se a um conjunto de Estados comprometidos com a proteção dos direitos individuais, a legitimidade do governo com base na representação e consenso, além

da transparência e publicidade das decisões estatais, ou seja, o estado de direito. Para Kant (1995) as eclosões de guerras internacionais estavam atreladas majoritariamente nas formas de governo imperfeitas, em Estados dinásticos absolutistas, em que o monarca não devia qualquer satisfação a seus súditos com relação à tomada de decisões no âmbito da política externa, muitas vezes priorizando suas ambições territoriais e pessoais deixando o “bem comum” em segundo plano.

Segundo essa teoria apresentada por Kant (1995), nas repúblicas em que o poder estiver baseado na representação de interesses coletivos, qualquer decisão de declarar guerra seria muito mais difícil, pois uma iniciativa que colocasse em risco a vida e o patrimônio dos cidadãos deveria ser objeto de ampla discussão, debate e ainda possuir justificativa moral, racional e legítima. Dessa forma, a política externa de regimes republicanos tenderia a ser muito mais prudente, comprometida com os interesses da sociedade em geral, forçando as instituições e os *policy makers*¹ a observarem o Estado de Direito. Nesse embasamento os liberais elucidam ainda a relevância da opinião pública como fator determinante na condução de uma política externa racional, moderada e transparente:

Para os liberais, a manifestação da opinião pública é um elemento crucial para tornar a política externa de um Estado mais pacífica. A base desse argumento está na crença dos pensadores dessa tradição na razão, ou seja, na capacidade de os seres humanos decidirem racionalmente sobre o que é melhor para a sociedade em seu conjunto, a partir dessa crença, torna-se lógico supor que indivíduos agirão motivados pelo auto-interesse, buscando proteger sua vida, liberdade e bem-estar material, (...), portanto, central para a defesa da ideia de que existe uma relação entre democracia e paz. (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 66).

¹ O termo *Policy Makers*, em português, formadores de políticas, é usualmente utilizado na ciência política para descrever os tomadores de decisões, os políticos ou representantes do povo que formulam as políticas públicas. Assim como afirma Agum; Riscado e Menezes (2015, p. 14) o conceito é “entendido como uma definição para os tomadores de decisão, que adequam seus comportamentos seguindo recomendações de setores de pressão.”

A terceira abordagem do liberalismo segundo Nogueira e Messari (2005) e também reafirmada por Jackson e Sorensen (2013) consiste no fortalecimento das instituições internacionais na manutenção da paz mundial. Tal linha teórica defende a necessidade de organizações internacionais ou ainda instâncias supranacionais para estabelecer normativas visando o bem comum avançando em paralelo com o Direito Internacional. Novamente, a visão kantiana se faz presente e extremamente pertinente ao argumentar a criação de uma paz nas relações internacionais através de uma estrutura supranacional (a federação) que possa fortalecer e aplicar o Direito Internacional como mecanismo de solução pacífica de controvérsias. Observa-se tais conceitos contidos na criação da Liga da Nações (1920) e sua sucessora a Organização das Nações Unidas- ONU (1945). Além disso, as iniciativas multilaterais se mostraram tão benéficas que ultrapassaram as fronteiras estatais e diplomáticas para fóruns técnicos como comunicação e saúde como, por exemplo, a União Postal Internacional, a Organização Mundial da Saúde e diversas outras organizações internacionais imbuídas de promover a cooperação técnica-científica para o desenvolvimento e do bem-comum.

Baseado nas abordagens e conceitos da teoria liberalista das relações internacionais pode-se analisar o processo de paz colombiano, escopo deste estudo, sob uma ótica otimista, racional e lógica abrangendo os três níveis de análise (indivíduo, Estado e internacional) além de incluir e considerar a importância de cada um dos atores tanto do conflito como das negociações de paz. Para a sociedade colombiana, que sofreu mais de cinco décadas com o conflito entre as FARC e o governo, com milhões de vítimas a visão liberalista se faz extremamente conveniente, ao passo que, mesmo em meio à tanto enfrentamento nenhum dos lados alcançou resultados relevantes por meio da força ou *Hard Power*². Por um

² *Soft Power e Hard Power* são conceitos das teorias de Relações Internacionais. De acordo com Nye (2012) o *Soft Power*, traduzido para o português equivaleria à poder brando ou poder suave, consiste na habilidade de um Estado ou grupo político de influenciar indiretamente o comportamento de outros Estados ou sociedades por meios culturais ou ideológicos, ou seja, um poder de convencimento através de valores abstratos que induzem e submetem os outros aos seus interesses, de forma não coercitiva, mas influenciável. Em contrapartida, o *Hard Power*, em português poder duro, refere-se à capacidade de um Estado de influenciar o comportamento do outro através do emprego de recursos militares e econômicos, coagindo e induzindo

lado, a guerrilha foi se afastando aos seus ideais originários de revolução ao relacionar-se com o narcotráfico, sequestros e demais atividades criminosas e, por outro, o governo que incapaz de controlar as forças insurgentes, ainda que, com fortes políticas securitárias e apoio estadunidense, não foi capaz de desmobilizar o grupo, aprofundando ainda mais o sofrimento e efeitos para a sociedade civil. Nesse sentido, o acordo de paz é a própria incorporação do liberalismo, pois constitui-se no meio mais efetivo de conquistar os interesses tanto do governo como das FARC.

Com relação ao nível individual o liberalismo se manifesta através do desejo individual de cada agente em buscar seus interesses por meio da cooperação, ou seja, a paz. O interesse das vítimas em buscar a verdade e exigir a justiça, dos camponeses de demandar maior atenção estatal, dos ex-combatentes de buscarem a anistia e reinserção social, dos negociadores de cumprirem com suas funções delegadas, do presidente Santos de apresentar à comunidade internacional o grande feito de estabelecer a tão sonhada paz, dos líderes das FARC de adquirir o espaço político e até mesmo da oposição de alcançar seu espaço e consideração na opinião pública. Portanto, esse conjunto de interesses individuais foram melhor atendidos com a cooperação (acordo de paz) do que com a guerra (enfrentamento armado).

No nível do Estado observa-se que o acordo de paz, baseado nos princípios liberais de negociação serviram para aumentar a presença estatal nas políticas públicas das zonas mais afastadas, no meio jurídico, econômico e social ao oferecer julgamentos, anistia e reparação às vítimas, além de voltar a exercer o uso legítimo do monopólio da força nos territórios antes ocupados pelas FARC, além de beneficiar o fortalecimento do sistema político nacional ao incorporar a antiga guerrilha em um novo partido político. Por fim, no cenário internacional através da perspectiva liberalista pode-se constatar os benefícios da cooperação e negociação ao reestabelecer em grande medida o controle do combate estatal ao narcotráfico que se estendia à comunidade internacional e nas relações da Colômbia com o resto do mundo.

Por fim, verifica-se que as demais abordagens do liberalismo,

outras sociedades a adotar determinada postura que corresponda aos seus interesses.

expressas anteriormente (livre comércio, democracia e instituições) foram basilares na condução das negociações de paz. Tal afirmação pode ser comprovada pela importância de terminar com o conflito FARC x Governo para a economia nacional, a produção, exportação e importação de produtos ao resto do mundo. A importância da legitimidade democrática remete-se à transparência do processo desde seu anúncio, da participação popular (através da inclusão das vítimas nas negociações e do plebiscito/referendo) e o papel das instituições como a ONU, OEA, UE e ONG's que contribuíram para a efetivação do acordo final, bem como expresso pela atuação de todas instituições republicanas (executivo, legislativo e judiciário).

2 O processo de paz sob perspectivas do construtivismo social

A teoria do construtivismo social forneceu uma nova configuração às ideias dos autores pós-positivistas que partem da premissa de que os indivíduos são os principais protagonistas na construção do mundo e de todas as políticas e sistemas que o abarcam. O mundo se encontra em constante transformação e é construído por “agentes”. No construtivismo o cenário global previamente estabelecido, predeterminado ou imposto que nada podemos fazer para alterá-lo, apenas nos submeter ao que já fora estabelecido dá lugar a uma possibilidade de inserção da sociedade civil na construção da ordem mundial, modificando-a e agregando-a, ainda que limitadamente.

Assim como aponta Jackson e Sorensen (2013), o construtivismo social possui o objetivo de analisar e debater os agentes e a estrutura, enfatizando que esta não se restringe apenas nas relações internacionais mais também está presente em outras ciências sociais como a sociologia e ciência política; tomando como base os questionamentos sobre a ordem de surgimento dos agentes ou da estrutura, quem influencia ou é influenciado e quais deles determinam ou limitam as ações e evoluções do outro. Os realistas clássicos e os idealistas defendem que são os agentes que surgem primeiro, enquanto os realistas estruturais e os marxistas outorgam que é a estrutura que os antecede. Em contrapartida, os construtivistas negam a antecedência ontológica tanto aos agentes quanto a estrutura e afirmam que ambos são correlacionados e

construídos simultaneamente complementando-se e contribuindo entre si.

Os principais autores desta abordagem teórica são Alexander Wendt com a obra “Anarchy is what states make of it” (1992) e Nicholas Onuf com “World of our making” (1989). Estes negam a anarquia como uma estrutura que define a área de relações internacionais. Para esses autores existe um conjunto de normas e regras que organizam e norteiam tal área tornando-as objeto de uma disciplina específica. Ou seja, a anarquia internacional é socialmente construída por seus agentes. Wendt (1992) classifica sua teoria como um tipo de “idealismo estrutural” por se encontrar no *middle way* da abordagem idealista que exprime o compartilhamento de ideias e a estruturalista que considera a importância das estruturas sociais em contrapartida da visão individualista que reduz as estruturas aos indivíduos.

Os discursos são formados por regras e normas, nesse sentido os construtivistas consideram que a realidade é socialmente construída. Kratochwil (1989) utiliza o argumento de que, ao entendermos as regras que regem o discurso, podemos entender as regras que regem a própria realidade. As normas são fundamentais nos processos de tomada de decisão na medida em que existem premissas comuns aos agentes tomadores de decisão que reduzem a complexidade dos contextos dentro dos quais eles fazem suas escolhas, por esse motivo os atores tendem sempre a recorrer as normas. Estas, por sua vez, representam a principal influência nas ações humanas mesmo que de forma indeterminada: quando se trata de atos sociais não se pode esperar regularidades e repetições, nem que da mesma norma resulte sempre o mesmo ato.

Onuf (1989) considera que tudo está em permanente evolução e que a mudança é permanentemente possível, a anarquia não passa de uma construção social, fruto de regras e que pode ser mudada e transformada em processos de interação entre agentes e estrutura. Segundo o autor as regras podem ser distribuídas em três tipos: as de instrução, de direção e de compromisso. Já Wendt (1992) reconhece o papel preponderante dos Estados, uma vez que, a anarquia/estrutura, é o que os Estados, isto é, os agentes fazem dela. Desse modo, a teoria construtivista nos ajuda a compreender as mudanças nas estruturas e nos comportamentos dos Estados tomando sempre como base a construção social e a contribuição dos agentes.

Segundo essa abordagem teórica, a configuração do sistema internacional e a relação entre os Estados ao longo da história da humanidade se materializa em um confronto entre as mentes e as tomadas de ações de todas as partes envolvidas demonstradas através de desacordos, disputas, equívocos, falta de comunicação além da influência de crenças e ideias. Para a abordagem construtivista o conceito de paz não significa apenas a ausência da guerra, mas envolve um conceito de paz positiva. Mais do que o simples respeito pelas regras, que poderia ser analisado em termos de um comportamento instrumental de rivalidade, os estados compartilham valores e querem respeitar a regra da não violência.

A paz sustenta-se numa identidade coletiva que a almeja, de forma que os eventuais conflitos entre Estados são sempre resolvidos por meios outros que não os violentos. Os conceitos de paz são construções teóricas que refletem as possibilidades de paz internacional consoante aos processos e dinâmicas de interação em anarquias definidas em termos hobbesianos (de insegurança constante), lockeanos (de exclusão) ou kantianos (de cooperação). Contudo, não são as únicas construções possíveis e nem se concretizam inteira e uniformemente no sistema internacional. A possibilidade de mudança desses conceitos teóricos está estreitamente associada ao grau de aceitação interna das ideias que orientam a interação entre os Estados (ADLER, 1999).

Não obstante, a concepção de guerra segundo o construtivismo não é fundamentada apenas na ideia de guerra bélica, às vezes esta pode manifestar-se também por meio de instituições compostas por regras e normas. Pode-se tomar como exemplo a convenção de Genebra (1949) que estipulava práticas e protocolos que orientam como a guerra deve ser conduzida. As normas transmitem as expectativas do que fazer nos períodos de guerras e pode-se dizer que tais normas se encontram atualmente fundamentadas nos Direitos Humanos que defendem os direitos de prisioneiros e repudia atos de tortura e violação da dignidade humana (REZEK, 1996).

A premissa básica do construtivismo é a de construção social, pois para essa teoria o mundo é construído pelos agentes, pelas escolhas desses, e não sendo imposto ou predeterminado, destaca-se ainda que é possível modificar esse mundo e transformá-lo por completo. Ou seja, o mundo é uma construção social. Diferentemente

de outras teorias, a realidade não é dada ou imutável, como se sempre tivesse sido assim, nem é impossível de modificá-la, na verdade a realidade é construída. Sendo assim, as relações internacionais e o sistema internacional são uma construção social, formada por consciência intersubjetiva entre as pessoas, constituído por um conjunto de ideias, pensamentos e normas, organizado por determinadas pessoas em um contexto particular (WENDT, 1992).

Portanto, é possível observar, segundo a teoria do construtivismo social, que a “estrutura” representada através de uma cultura da violência, que legitima ou torna natural políticas securitárias acima de políticas públicas sociais, foi socialmente construída pelos conflitos armados e pela violenta história política colombiana marcada por golpes, corrupção e uma política externa alinhada com os Estados Unidos. Além disso a vitória do “não” no plebiscito sobre o acordo de paz elucida a dificuldade de reconstruir os conceitos de paz e segurança em uma sociedade marcada pelos efeitos do narcotráfico e sobre a constante manipulação dos agentes políticos na opinião pública, através do uso de discurso securitário e ainda com os resquícios dos fracassados acordos de paz anteriores, promovem na população um sentimento de incerteza e insegurança sobre a efetividade do acordo de paz de 2016.

A teoria construtivista aplicada no acordo de paz se dá na relação entre o Estado e as FARC ao longo da história e seus efeitos se materializam em um confronto entre as mentes e as tomadas de ações de todos os atores envolvidos, demonstrados através de desacordos entre as iniciativas de paz dos governos anteriores, disputas entre os partidos e figuras representativas políticas, equívocos na própria equipe de negociação ou condução desta, na falta de comunicação além da influência de crenças e ideias conservadoras referentes a reinserção social e punição dos ex-combatentes. Contudo, é possível modificar esse cenário de naturalização da violência e transformá-lo em uma cultura de paz, em que os colombianos confiem, acompanhem e cobrem a implementação do acordo. Pode-se visualizar no quadro 2, de forma objetivo, a partir do uso da metodologia comparativa, como as teorias do liberalismo e do construtivismo enxergam diferentes objetos de análise inseridos no mesmo contexto do processo de paz, considerando seus principais agentes:

Quadro 2 - Acordo de paz a partir do liberalismo e construtivismo comparados

Objeto de Análise	Liberalismo	Construtivismo
Atores	Estado, FARC, Vítimas	Opinião pública, sociedade civil
Objetivos	Sobrevivência, interesses individuais que se beneficiam da cooperação (paz)	Sobrevivência, insegurança, medo, política securitária, militarização.
Comportamento do Estado	Conciliação e negociação através das instituições e determinadas ideias	Imprevisível antes da interação social.
O que caracteriza o comportamento do Estado	Sociedade internacional	Identidades e interesses constituídos intersubjetivamente
Acordo de Paz	Cooperação	Depende do ponto de vista (Otimista, pessimista, realista, etc)

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados compilados de: Antunes (2018); Jackson e Sorensen (2013).

Conforme apresentado no quadro, de acordo com a teoria liberalista os atores seriam os agentes diretamente relacionados com as negociações, o Estado, FARC e vítimas, os objetivos do acordo seriam benefícios mútuos mais significativo que poderiam alcançar com a cooperação ao invés do enfrentamento armado. O comportamento do Estado é caracterizado por ser conciliatório, mediador e incisivo, em que é consumido pela influência e pressão da comunidade internacional para terminar com o conflito e observar a proteção dos Direitos Humanos.

Por sua vez, os mesmos objetos de estudo, analisados pelo construtivismo fornece uma percepção mais subjetiva em que os atores do acordo seriam toda a sociedade colombiana e internacional, não se restringindo apenas aos envolvidos nos encontros em Havana. Os objetivos estariam relacionados com a realidade socialmente construída na Colômbia, ou seja, a insegurança, política securitária e medo ao invés da cooperação. O comportamento do Estado se

modificaria ao longo do processo e no pós-conflito, se tornando suscetível ao contexto e acontecimentos. Por fim, a visão geral do acordo de paz dependeria do ponto de vista do observador, podendo ser este otimista, pessimista, idealista ou realista.

Considerações Finais

Conforme apresentado, buscou-se analisar o processo de paz colombiano a partir de perspectivas teóricas das relações internacionais do liberalismo e do construtivismo social. Para auxiliar na aplicabilidade das teorias mencionadas adotou-se a divisão em três níveis de análise: indivíduo, Estado e internacional. O nível individual consiste em relacionar a importância de indivíduos com todos os fatores do tema estudado, no estudo de discurso e comportamento dos tomadores de decisões. No nível de Estado a explicação é motivada por fatores estatais como tipo de governo, grupos de interesse no país ou atores nacionais. Por fim, o nível internacional considera atores externos, do sistema internacional, que possam influenciar no tema, como organizações internacionais, outros Estados e o contexto internacional regional que está inserido no escopo da pesquisa.

Para o liberalismo, teoria clássica das relações internacionais, a cooperação para atingir benefícios mútuos é a essência das relações no sistema internacional, em que cada Estado pode alcançar mais benefícios por meio da paz do que com a guerra. Os liberais apresentam o livre-comércio, a democracia e as instituições internacionais como importantes fatores que podem consolidar e promover a paz mundial. Por meio do livre-comércio entre as nações nota-se uma gradativa substituição da guerra pelo comércio, pois os conflitos armados prejudicam a atividade econômica tanto interna como externa, ou seja, a importação e exportação internacional de bens e serviços, indispensáveis para o desenvolvimento de qualquer país. O intercâmbio comercial estimularia o contato com a tolerância entre culturas diferentes através da expansão da comunicação e transparência, a reciprocidade seria mais notável e estabeleceria maior pressão na atuação pacífica estatal.

A democracia, seria um fator essencial para atingir a cooperação e a paz, pois parte-se do pressuposto que, diferente de

um regime autoritário um Estado democrático de direito respeitaria e protegeria os direitos fundamentais e individuais, além da transparência e publicidade das decisões estatais, dificultando ações unilaterais de declaração de guerras ou violação dos direitos humanos. Dessa forma, as políticas externas dos países tenderiam à ser mais prudentes, comprometidas com os interesses da sociedade em geral, forçando-os à observar o direito internacional e a opinião pública, seria também um fator determinante na condução de políticas racionais e transparentes.

O fortalecimento das instituições internacionais também é destacada como fator importante da manutenção da cooperação global, ao passo que estimula uma estrutura ou órgão internacional que possa observar a atuação dos Estados e seu comprometimento com o direito internacional e os Direitos Humanos. Além disso, as organizações podem auxiliar no desenvolvimento de soluções pacíficas de controvérsias e solucionar problemas globais como aquecimento global, terrorismo, narcotráfico, entre outros.

A teoria do construtivismo social expõe que tudo pode ser socialmente transformado e que as estruturas e o agentes se relacionam de forma que se transformam e se implementam continuamente. Da mesma forma que os discursos, políticas externas e políticas públicas são construídas por agentes, a própria realidade é socialmente construída. A teoria construtivista ajuda a compreender as mudanças nas estruturas e no comportamento dos agentes (Estados e sociedade civil). Portanto, diferentemente de outras teorias, nesta perspectiva a realidade não é imutável, como se sempre tivesse sido desta forma, nem é impossível de modifica-la, ou seja, para essa teoria tanto a guerra como a paz pode ser socialmente construída e transformada através da relação entre agentes e estruturas.

Portanto, por meio de diferentes autores, ideias e percepções foi possível analisar o processo de paz na Colômbia, seus fatores e atores, através do embasamento teórico das relações internacionais para o estudo específico do caso colombiano, sua aplicabilidade e desdobramentos no aspecto social e político.

Referências

ADLER, E. O construtivismo no estudo das relações internacionais. In: Lua Nova, São Paulo, n. 47, 1999, p. 201-246. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01026445199900200011&lng=&nrm=iso>. Acesso em: 10 jul. 2019.

AGUIAR, R. Los Protagonistas del Proceso de Paz en Colombia. CNN ESPAÑOL, 2016. Disponível em: <<https://cnnespanol.cnn.com/2016/04/23/los-protagonistas-del-proceso-de-paz-en-colombia/>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

AGUM, R.; RISCADO, P; MENEZES, M. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. In: Revista Agenda Política, vol. 3, nº 2, dezembro de 2015. Disponível em: <www.agendapolitica.ufscar.br/agendapolitica/article/download>. Acesso em: 20 set. 2019.

ALTO COMISIONADO PARA LA PAZ. Publicaciones Todo sobre el Acuerdo. 2017. Disponível em: <<http://www.altocomisionadopalapaz.gov.co/herramientas/Paginas/Todo-lo-que-necesita-saber-sobre-el-proceso-de-paz.aspx>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

_____. Documentário “Rostros de paz”, 2017. Disponível em: <<http://www.altocomisionadopalapaz.gov.co>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

ANTUNES, D. F. B. Capacidades para a Paz: Estudo Comparativo dos processos de paz entre o governo colombiano e as FARC nas gestões Andrés Pastrana (1998-2002) e Juan Manuel Santos (2010-2016). Dissertação de Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

ARTEHORTÚA, J. M. C. “¿Ésta es la paz de Santos?”: el partido Centro Democrático y su construcción de significados alrededor de las negociaciones de paz. Revista Ciencias Sociales, no. 19. Cali: Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad- Icesi, p. 15-37, 2016.

BBC. Cronologia del Proceso de Paz. BBC World Service, Londres, fev. 2002. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

BBC BRASIL. Como a guerra entre o governo da Colômbia e as Farc começou e por que ela durou mais de 50 anos. Bogotá, agosto de 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37181620>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

BORBA, P.S. Drogas ilegais, Crime organizado e insegurança no México:

Uma reflexão crítica a partir da experiência colombiana. Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

CENTRO DE NOTICIAS ONU. Colombia: Consejo de Seguridad de la ONU reitera su apoyo al proceso de paz. Centro de Notícias ONU, s. l., 26 ago. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/b08aQm>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

COLÔMBIA. Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de Una Paz Estable y Duradera. Bogotá, 24 nov. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/YbUAIk>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

CONVENÇÃO DE GENEBRA. Convenções de Genebra Relativas ao tratamento dos prisioneiros de guerra, feridos e situações de conflito, 1949. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito>>. Acesso em: 15 set. 2019.

COX, Robert. Social Forces, States and World Orders. Millennium, 1981.

ECHANDÍA, C. El conflicto armado y las manifestaciones de violencia en las regiones de Colombia. Bogotá: Presidencia de la República, Observatorio de Violencia de la Oficina del Alto Comisionado para la Paz, 1999.

EL ESPECTADOR. “Grave no es que se reúnan ‘Timochenko’ y ‘Gavino’ en Cuba, grave es lo que hacen en Colombia: Uribe”, El Espectador, Bogotá D.C., 12 de maio de 2015. Disponível em: <<http://www.elespectador.com/noticias/politica/grave-no-se-reunan-timochenko-y-gabino-cuba-grave-hacen-articulo-560077>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

_____. Entrevista com Juan Manuel Santos sobre seu novo livro La Batalla por la Paz. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/11/internacional/1531279032_580973.htm>. Acesso em: 20 jul. 2019.

GALEANO, E. As veias abertas da América Latina. Tradução de Galeno de Freitas. 39ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GUÁQUETA, A. Transformación y efectos de la cooperación antidrogas entre Colombia y Estados Unidos (1970-2000). In: CAMACHO GUIZADO, Álvaro (org.) Narcotráfico: Europa, EEUU, América Latina. Observatorio Relaciones UE-América Latina (OBREAL). Barcelona: Publicacions i edicions de la Universitat de Barcelona, 2006.

HERBOLZHEIMER, K. Innovations in the Colombian peace process. Norwegian Peacebuilding Resource Centre, 2016. Disponível em: <

https://www.c-r.org/downloads/NOREF_CR_Report_Colombia%20Innovations_final.pdf
. Acesso em: 25 jul. 2019.

JACKSON, R. H; SORENSEN, G. Introdução às Relações Internacionais: teorias e abordagens. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

KANT, I. A Paz Perpétua e outros opúsculos. Lisboa: Edições 70, 1995.

KEOHANE, R. NYE, J. Power and Interdependence. In: BETTS, Richard. Conflict After the Cold War. Nova York: Pearson, 2008.

KRATOCHWIL, F. Rules, Norms and Decisions. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

LOAIZA, A G. L. Negociaciones de paz em Colombia, 1982-2009. Un estado del arte. Medellin: Universidad de Antioquia, 2012.

LOZANO, C. G. Guerra o paz en Colombia? Cincuenta años de un conflicto sin solución. Bogotá: Izquierda Viva, 2006.

MINGST, K. A. Princípios de Relações Internacionais. 6ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

MONTEAVARO, M. A. S. The Colombian peace process. In: Spanish Institute of Strategic Studies. Geopolitical overview of conflicts 2013, 2013. p. 319 - 417.

MONTESQUIEU. O Espírito das Leis. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

NOGUEIRA, J.; MESSARI, N. Teoria das relações internacionais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NYE, J. S. Soft Power: the means to success in world politics. Nova Iorque: Public Affairs, 2004.

OLIVEIRA, F. M. Redes narcotraficantes e integração paralela na região amazônica. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Brasília: IRI/UnB, 2007.

ONUF, N. World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.

OSPINA, H. C. O terrorismo de Estado na Colômbia. Florianópolis: INSULAR, 2010.

PAGLIARI, G. C. Segurança hemisférica: uma discussão sobre a validade e atualidade de seus mecanismos institucionais. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 49, nº 1, p. 26-42, 2006.

_____. Segurança Regional e Política Externa Brasileira: as relações entre

Brasil e América do Sul (1990-2006). Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília. (UnB). Brasília: IPRI, 2009.

PALACIOS, M. Seminario haciendo la paz: reflexiones y perspectivas del proceso de paz en Colombia. Semana.com. 2001. Disponível em: <<http://www.semana.com/nacion/articulo/marcos-palacios-seminario-haciendo-paz-reflexiones-perspectivas-del-proceso-paz-colombia-ponencia/45663-3>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

PECEQUILO, C. S. Introdução às Relações Internacionais. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. Política Externa dos Estados Unidos da América. Petrópolis: Vozes, 2012.

REZEK, J. F. Direito Internacional Público. 6ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1996.

RIBAS, A. C.; CARVALHO, A. P. L.; RAMINA, L. Processo de paz na Colômbia: uma análise à luz do Direito Internacional Humanitário. Revista da Faculdade de Direito UFPR, Curitiba, PR, Brasil, v. 62, n. 1, p. 273-298, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/direito/article/view/50863>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

RICHMOND, O. P. Peace in International Relations. Abingdon: Routledge, 2008.

SANTOS, J. M. La batalla por la paz. Bogotá: Ediciones Peninsula, 2019.

SANTOS, M. Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana. In: Revista Brasileira Política Internacional, 53, 1, p. 67-88, 2010.

SILVEIRA, W. A. As FARC- EP, o Plano Colômbia e seus desdobramentos nas Relações Internacionais. Trabalho de conclusão do curso de Graduação de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRG. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

TICKNER, A. B. Intervención por Invitación: Claves de la política exterior colombiana y de sus debilidades principales. Colombia Internacional, n. 65, p. 90-111, 2007.

_____. La securitización de la crisis colombiana: bases conceptuales y tendencias generales. In: Colombia Internacional, n. 60, p. 12-35, 2004.

TOKATLIAN, J. G. Colombia en guerra: las diplomacias por la paz. In:

Desarrollo Económico, v. 39, n. 155, p. 339-360, 1999.

VELÁSQUEZ, C. A. The government and the ELN: two discourses that do not meet. In: GARCÍA-DURÁN, M. Accord: Alternatives to war - Colombia's peace processes. Londres: Conciliation Resources, 2004.

WALTZ, K. N. Man the state and war. Nova Iorque: Columbia University Press, 1954.

WENDT, A. Anarchy is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics. *International Organization*, n. 46, p. 391-425, 1992.

RESUMOS EXPANDIDOS

PLEBISCITO DA CATALUNHA: UM VOTO PELA INDEPENDÊNCIA *

Thais Rohde dos Santos

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a divergência política em quesito de poder e legitimidade, tomando por objeto a situação ocorrida na Catalunha, que em outubro de 2017 realizou um plebiscito para consultar a população sobre a vontade do território se tornar independente da Espanha. Durante a consulta, o governo espanhol enviou tropas militares para barrar a manifestação com a justificativa de o acontecimento ser um desacato à soberania nacional. O Parlamento catalão, ignorando a Constituição que diz que a Espanha é indivisível, aprovou o referendo em uma lei de 6 de setembro.

Como fundamento teórico, Emmanuel J. Sieyès, político e escritor francês, em sua obra “O que é o Terceiro Estado?” (SIEYÈS, 2001, p. 14) defende que, apesar de os indivíduos com legitimidade terem, em determinado momento, aprovado a Constituição, tal ato não constitui a vontade do povo na íntegra se não atender a todos com igualdade. Dessa maneira, acaba por representar somente uma parte do todo (a maioria), não sendo totalmente representativa. A nação deteria, em todos os momentos, o direito de refazer seus documentos políticos.

Em outra linha de pensamento, Hans Kelsen, jurista e filósofo austríaco, em “A Teoria Pura do Direito” (KELSEN, 1998, p. 239) defende o poder da Constituição ao alegar ser ela o topo da jurisdição - o que garante a organização estatal e os direitos individuais. Sem ela viveríamos como que em situação de guerra, perdidos no caos. Kelsen e Sieyès, são os autores que fundamentam a discussão sobre o evento político quanto ao plebiscito da Catalunha.

* Trabalho realizado sob orientação do docente Wagner Silveira Feloniuk.

1 Plebiscito de 2017

Um Estado é uma unidade política que opera a partir de uma estrutura com território, povo e governo dotado de soberania, organizados em um conjunto de leis e instituições. No território do Estado espanhol existem as chamadas “comunidades autônomas”, determinadas da seguinte maneira na Constitución española:

[...] las provincias limítrofes con características históricas, culturales y económicas comunes, los territorios insulares y las provincias con entidad regional histórica podrán acceder a su autogobierno y constituirse em Comunidades Autónomas (MADRID, 1978, p. 41).

Assim, sendo a Catalunha uma região com características históricas e culturais específicas, constitui-se em uma comunidade autônoma. Entretanto, por motivos de insatisfação econômica e de representatividade democrática, parte da população catalã se mostrou favorável a uma separação política do território da Espanha: 90% dos votantes apoiaram a independência (EXAME, 2017, p. 1). O parlamento catalão, tendo sua autonomia política presente, organizou um plebiscito para o dia 01 de outubro de 2017 quanto à independência. Cidadãos foram às urnas indicar seus votos e, neste cenário, a Espanha enviou tropas militares para intervir. A situação foi marcada por grande repressão armada e confusão. Ao fim, o governo estatal invalidou os votos que até então tinham sido contabilizados, declarando o plebiscito ilegal. Em vista do ocorrido, uma grande parcela dos cidadãos se sentiu oprimida e desrespeitada. O governo espanhol defendeu a intervenção militar, de acordo com o ordenamento constitucional que segue, declarando ser o plebiscito uma afronta à soberania da Espanha:

Las Fuerzas Armadas, constituidas por el Ejército de Tierra, la Armada y el Ejército del Aire, tienen como misión garantizar la soberanía [...] de España, defender su integridad territorial y el ordenamiento constitucional (MADRID, 1978, p. 10).

Em contrapartida, representantes catalães não aceitaram a decisão espanhola, explicando que, apesar das garantias contidas na constituição, ela de nada valor se não representada a vontade dos

indivíduos. Em outras palavras, a Constituição deve nada mais do que servir de garantidor das necessidades democráticas. Caso contrário, sua existência é ineficaz para parte da população.

2 A partir de Sieyès e Kelsen

Em sua situação parecida ocorrida na França, Emmanuel J. Sieyès, em 1788, já argumentava sobre a obrigação da legislatura em representar a vontade de seus associados - o povo - de maneira igualitária e geral (SIEYÈS, 2001, p. 13). Perante a insatisfação dos sujeitos quanto à condição política que vivenciaram na Espanha, percebe-se que as necessidades do “todo” não estão sendo espelhadas. Dessa maneira, a Constituição se mostra como ilegítima. Sob cenário semelhante, Sieyès fala sobre a fragilidade na qual o povo se encontrava, não encontrando forças para contrariar a classe privilegiada, acabando por, lamentavelmente, suportar o desprezo, a injúria e as vergonhas ocorridas. Sobre aqueles cujo as vontades não têm sido representadas, escreveu o autor:

Que o povo quer ser alguma coisa e, na verdade, muito pouco. Quer ter verdadeiros representantes nos Estados Gerais, ou seja, deputados oriundos de sua ordem, hábeis em interpretar sua vontade e defender seus interesses. Mas de que serviria participar dos Estados Gerais se ali predomina interesse contrário ao seu. Só iria consagrar, com sua presença, a opressão se que seria a eterna vítima (SIEYÈS, 2001, p. 13).

De outra maneira, Hans Kelsen, jurista e filósofo austríaco, foi um grande defensor do poder da Constituição, chamando-a de “norma fundamental”. Em outras palavras, seria ela a lei primária originária, da qual se deriva todas as outras normas, nada a ela sendo superior. Se em algum momento o ordenamento constitucional não fosse válido, então que direito poderia ser reconhecido a alguém? Não haveria garantias a nada e a ninguém, pois a Constituição não teria aplicabilidade e, assim, acabaria por ser sem valor. Sob esse cenário a situação seria de completo caos, uma anarquia sem quaisquer direitos. Segundo este autor:

A ordem jurídica estadual [...] é constituída pelas normas da Constituição do Estado e as normas postas de acordo com esta Constituição (KELSEN, 1998, p. 239).

Como visto, Kelsen considera a validade da Constituição acima de qualquer insatisfação que possa haver entre uns ou outros pois, somente assim, é garantida a estabilidade jurídica nacional. Kelsen preveria que a Constituição pode ser mudada democraticamente e pelas vias que ela mesma estabelecer, mas desrespeitar parte dela por não aceitar seu conteúdo não seria uma saída. Assim, a decisão da Espanha em não considerar o plebiscito lícito representa o cumprimento da lei constitucional.

Considerações Finais

Certamente nos deparamos com uma divergência no Direito que nos leva ao questionamento de quem é o verdadeiro detentor do poder: deve prevalecer o poder constitucional ou então a voz de alguns? Sob a situação verídica ocorrida, sobressaiu-se a Constituição, ou seja, Catalunha não se tornou uma nação independente. Para fins de rompimento do ordenamento jurídico atual, o país precisará enfrentar uma revolução com constantes manifestações. Catalunha ainda trilha sua trajetória rumo a independência.

Referências

SIEYÈS, Emmanuel Joseph. O que é o Terceiro Estado? 6ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

KELSEN, Hans. A Teoria Pura do Direito. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MADRID, España. Constitución Española. Madrid, 9, Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado, dez. 1978. Disponível em: <<https://www.boe.es/legislacion/documentos/ConstitucionCASTELLANO.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2019.

EXAME. Separatistas conseguem maiorias nas eleições da Catalunha, São Paulo, 11, Onde investir 2018, dez. 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/separatistas-conseguem-maioria-nas-eleicoes-da-catalunha/>>. Acesso em: 27 jul. 2019.

FUTBOL CLUB BARCELONA E A INTERNACIONALIZAÇÃO DO DISCURSO PRÓ- INDEPENDÊNCIA DA CATALUNHA

**Rodrigo Rosales Tapia
Brenda Mena Barreto Leal**

Introdução

A questão da Catalunha¹ e sua defesa de maior autonomia perante o Estado espanhol permitem a entrada de outros atores com determinado poder de influência. O ator que será abordado se trata do Futbol Club Barcelona, o maior clube de futebol da Catalunha e um clube de magnitude global, com visibilidade e poder de projetar a imagem que a Catalunha necessita para internacionalizar suas reivindicações. Além de salientar a magnitude do clube, será examinado o início da história do clube, com a finalidade de compreender como se deu o processo de identidade do clube com os catalães e de que maneira o Barcelona passou pelo Franquismo², mesmo sendo indicado como o símbolo de uma região que foi oprimida pelo regime. Em um segundo momento, o objeto de análise será o fortalecimento da identidade catalã do Barcelona no Século XXI, sua influência nos discursos e, conseqüentemente, os movimentos independentistas.

¹ A Catalunha busca sua independência desde a imposição de leis e marco jurídico castelhanos por parte do rei Felipe V da Espanha, em 1714. A busca pela independência da Catalunha teve seu ápice após a queda do regime de Miguel Primo de Rivera y Orbaneja, com um referendo indicando a independência e a conseqüente intervenção da real coroa espanhola na região contra a independência.

² “Franquismo” é o termo que remete ao período de caráter ditatorial do General Francisco Franco, que vigorou entre os anos de 1939 e 1975.

1 Catalunha, as primeiras décadas do F.C. Barcelona e a vida do clube durante o franquismo (1939-1975)

Não é dos tempos atuais o descontentamento dos catalães em relação à autonomia de sua região, pois desde meados do Século XX que a Catalunha demanda para o governo central espanhol cada vez mais autonomia e o alinhamento do FC Barcelona com as reivindicações da Catalunha se tornam cada vez mais incisivo, apesar do clube ter sido fundado em 1899. Além disso, pode-se dizer que a Catalunha não se trata apenas de um estado dentro do território espanhol, mas mais do que isso, refere-se a uma comunidade autônoma³, com sua própria cultura e língua oficial: o catalão. Exposta a significativa diferença de interesses da Catalunha e do Estado espanhol, se torna plausível compreender que a relação entre o governo da Espanha e a Catalunha é desestabilizada por diversas vezes no decorrer da história.

Apesar de o clube estar envolvido nos interesses da Catalunha há alguns anos, como o da criação de um Estatuto de Autonomia, foi durante a Segunda República Espanhola, na década de 1930, que as reivindicações dos catalães tiveram resultado⁴. Tal Estatuto não ficou tanto tempo em vigor, pois logo em seguida aconteceu a Guerra Civil, os Republicanos saíram derrotados e o Estado espanhol passou a ser comandado pelo General Francisco Franco. Durante a fase do Franquismo (1939 - 1975), o exacerbado sentimento de identidade espanhol e repressão as singularidades de determinadas regiões se tornou a marca do regime. E foi nesse cenário que o Barcelona acaba por emergir e demonstrou-se cada vez mais ao lado dos interesses da Catalunha. Parte disso acontece em ações como a do presidente e

³ Uma comunidade autônoma, na Espanha, tem autonomia legislativa e competências jurídicas próprias, além de ter a oportunidade de eleger os seus representantes do Executivo e do Legislativo. Além disso, tem a oportunidade, desde que votadas no legislativo da comunidade e também no legislativo nacional, de elaborar leis que preservam os traços culturais e históricos que as constituem, denominando a esse conjunto de *nacionalidade*.

⁴ Foi durante a chamada “Segunda República Espanhola” que os catalães conseguiram criar o Estatuto de Autonomia e adquiriram o direito de, por exemplo, voltar a falar o catalão em território determinado como espanhol.

fundador do F.C. Barcelona, Hans-Max Gamper Haessig⁵, ao apoiar a criação do Comitê Olímpico Catalão e a anuência do clube à campanha de reivindicar um Estatuto de Autonomia perante o governo da Espanha, já em 1918. Nos anos seguintes, o regime de Franco utilizou de todas as ferramentas possíveis para atacar a instituição que representava os catalães: o Barcelona. O ditador consegue deixar sua intenção bem clara, ao mudar o nome do clube, o deixando com uma nomenclatura “castelhana”, além de mudar seu escudo, em 1941. Luiz Carlos Rigo e Conrad Villanou Torrano apontam que:

Essa identificação entre Barça⁶ e Catalunha que iniciou nas primeiras décadas de existência do clube, foi obstruída pelo governo de Franco e retomada após a década de 1960, produziu uma singular tradição que fez desaparecer do estádio do FC Barcelona "las banderas españolas" (RIGO & TORRANO, 2013, p. 8)

Vale ressaltar que, como foi dito anteriormente, o governo de Franco ficou conhecido pela imposição da identidade espanhola a todas as regiões que não se sentiam pertencentes à Espanha, ou seja, o Franquismo proibiu que outras línguas, como a catalã e a basca⁷ - também chamada de Euskara -, fossem utilizadas em território espanhol.

Com o passar dos anos, durante o regime de Franco, o estádio de futebol foi um dos poucos - se não o único - local onde o povo catalão não foi impedido de expressar sua cultura. Mas, diferente do que a ditadura de Franco imaginou, as ações de violência e opressão cultural por parte do regime fortaleceu sua identidade e, por diversas vezes, a forma que o cidadão da Catalunha encontrou para expressar aversão ao regime ditatorial foi através dos Barcelona. Dessa forma, é possível afirmar que a indignação com o regime é um dos indicadores pelo qual o clube tem forjado sua identidade tão interligada ao povo catalão e ao pertencimento regional.

⁵ Hans-Max Gamper Haessig se trata do fundador do Football Club Barcelona, diversas vezes presidente do clube ao longo da história e é mais conhecido mundialmente pelo nome que é chamado na Catalunha: Joan Gamper.

⁶ Como é conhecido o F.C. Barcelona.

⁷ Língua Basca ou “euskara” é como ficou conhecido o idioma do povo que habita historicamente no País Basco, região situada no norte da Espanha.

2 F.C. Barcelona: o fortalecimento das raízes de sua identidade catalã a partir do século XXI e sua influência no discurso pró-independência

Faz-se importante apontar que o sentimento de nacionalismo catalão, antes e depois do regime de Franco, não se dá apenas pela nacionalidade de quem defende a independência, tendo em vista que o clube foi fundado como uma opção dos estrangeiros se associarem a um clube (RIGO & TORRANO, 2013). Ou seja, não se faz necessário ter nascido na Catalunha para ser considerado um catalão e ser pró-independência da região.

Ademais, nos Jogos Olímpicos de Verão de 1992, em Barcelona, aconteceu um fato curioso. Fato este foi que a Olimpíada de Barcelona obteve quatro idiomas oficiais, e não três, como mandava a tradição dos jogos. Mas por quê? Bem, a explicação se dá na medida em que os idiomas das Olimpíadas de 1992 foram o francês, o inglês, o espanhol e o catalão, compreendendo a complexidade e a autonomia da região, que foi reconquistada após a queda do regime Franquista.

Como foi possível observar, o processo de identidade do clube com a região e o independentismo se deu desde as primeiras décadas de fundação do Barcelona. Essa identidade independentista pode ser vista em todas as partidas do Barcelona, onde no minuto 17'14' a torcida do Barcelona canta “In-Inde-Independência!”, em alusão ao ano de 1714, ano em que Barcelona foi tomada pelo rei Felipe V e a Catalunha perdeu sua autonomia, com o final da Guerra de Sucessão⁸. Ultimamente, com a conjuntura política da última década e com políticos pró-independência da Catalunha presos ou exilados, com mandado de prisão, os cânticos de “liberdade aos presos políticos” também têm se projetado nas partidas realizadas no estádio

⁸ **Guerra de Sucessão Espanhola** (1702 - 1714) ocorreu quando Carlos II da Espanha, então rei e monarca da Casa de Habsburgo, que era casado com a princesa de origem francesa Maria Luísa, morreu sem deixar nenhum herdeiro para sucedê-lo no governo da Espanha. Com a morte do Príncipe das Astúrias, José Fernando da Baviera, Filipe V de Espanha, neto de Luís XIV de França, foi levado ao trono através do testamento de Carlos II, começando a dinastia da família Bourbon em território espanhol. A Catalunha, exemplo de diversas regiões que passaram a pertencer à Espanha, teve sua cultura e língua oprimida desde o fim da Guerra de Sucessão.

do Barcelona, além das tradicionais vaias ao hino da Espanha.

Os movimentos independentistas voltaram a ganhar força na última década por conta do Estatuto da Autonomia de 2006 que, em 2010, foi questionado pelo Tribunal Constitucional da Espanha e rejeitou parte do Estatuto de 2006. Isso acarretou numa maior desavença entre a Catalunha e o governo Espanhol, que culminou no plebiscito de 2014 e no referendo de 2017. No que diz respeito às posições oficiais do clube em relação ao referendo de 2017, as manifestações e ao movimento independentista no geral, o clube defendeu o direito do voto e não defendeu que a prisão dos políticos organizadores do referendo tenha sido a melhor escolha para uma possível resolução dos problemas na região. Inclusive, no decorrer de sua história, o Barcelona normalmente colocou-se numa posição de defesa da democracia e de que os catalães necessitam ser ouvidos, além de utilizar o catalanismo de maneira muito veemente. Ou seja, o catalanismo e a manutenção de sua defesa se tornaram um aspecto que jamais deixa de estar presente na agenda do Barcelona enquanto instituição que simboliza a identidade e os interesses de uma região.

Considerações finais

Ao decorrer da presente pesquisa, compreendeu-se que as aproximações entre o Futbol Club Barcelona e as reivindicações do movimento independentista na Catalunha, serviram como ferramenta para internacionalizar as políticas do independentismo da região e essa se projetar no Sistema Internacional. Tal utilização se dá na medida em que o “catalanismo futebolístico” ultrapassa as barreiras do futebol e torna-se político, é incentivado manifestações nas ações do clube e seus feitos acabam por legitimar grupos como o movimento independentista, afinal, o F.C. Barcelona mostrou-se um clube político desde as primeiras décadas de sua fundação e sempre legitimou as lutas da Catalunha. Um exemplo dessa atuação política do clube se dá a partir do momento em que o F.C. Barcelona manifestou-se, enquanto instituição, de maneira contrária ao Supremo Tribunal Federal que condenou os líderes independentistas que organizaram um referendo em 2017, colocando-se favor da democracia e do diálogo, reforçando que a prisão não seria a solução. Dessa forma, entende-se por meio desta pesquisa que esse tipo de

atuação do clube apenas reitera o catalanismo preponderante na região contra Madrid.

Referências

RIGO, Luiz; TORRANO, Conrad. Identidades dos clubes de futebol: singularidades do FC Barcelona. Movimento, v. 19, n. 3, p. 191-210, 2013.

RÚSSIA X OCIDENTE: DESAFIOS DA CIBERSEGURANÇA PARA OS INTERESSES ESTRATÉGICOS RUSSOS

**Gabriel Henrique Domiciano
Thiago Kazuhira Hayasaka Ramos
Vitória Ribeiro Borgekt**

1 Introdução

O tema do trabalho está inserido nas atividades desenvolvidas no Grupo de Pesquisa Geopolítica e Mercosul (GeoMercosul) e no Laboratório de Geopolítica, Relações Internacionais e Movimentos Antissistêmicos (LabGRIMA), que desenvolvem o Projeto de Pesquisa **Dinâmicas Antissistêmicas no Atual Sistema-Mundo**.

O surgimento do ciberespaço modificou de grande maneira a forma como os Estados nacionais se relacionam entre si, e também com os diversos atores internacionais. Recentemente, uma série de acontecimentos relacionados a cibersegurança reverberaram por todo o globo. As trajetórias de Edward Snowden, de Julian Assange e da alegada intervenção russa na eleição presidencial dos Estados Unidos de 2016 nos mostram como a influência e o poder que os atos cibernéticos exercem sobre os Estados nacionais.

Esses três eventos, somados de toda sua repercussão mundial, mostram como o campo da cibersegurança é capaz de afetar o cenário internacional. Diante deste quadro, o presidente russo Vladimir Putin assinou uma lei autorizando a criação da chamada RuNet no dia 1º de maio de 2019, uma rede fechada para o território russo desconectada da rede mundial.

A decisão do governo russo de isolar sua rede de computadores vai ao encontro da tendência de interconexão mundial. Entretanto, isso garante ao Estado maior poder de controle sobre a

informação compartilhada pela e para a população russa.

Nesta pesquisa buscaremos responder à seguinte pergunta: a atuação russa frente à disputa com o Ocidente no campo geopolítico e estratégico, é um fator fundamental para a dinamização de sua cibersegurança?

Para fazer a análise do tema será utilizada a perspectiva teórica antissistêmica a partir da constatação do declínio da hegemonia estadunidense no âmbito da geopolítica, economia e cultura (WALLERSTEIN, 2004; ARRIGHI, 1996). A dimensão antissistêmica ocorre pelas tentativas russas de criar maior autonomia frente aos dilemas impostos pelos Estados Unidos para a consolidação de um mundo multipolar nos âmbitos geopolíticos, financeiro e cultural

2 Metodologia

Nossa pesquisa tem caráter investigativo qualitativo, a partir de levantamentos bibliográficos fidedignos, como artigos científicos, teses, livros e periódicos que permitirão uma argumentação da proposta e contribuirão para a construção da problemática do atual trabalho, por meio de uma análise da conjuntura russa.

3 Resultados e Discussão

Este trabalho está em sua fase inicial de desenvolvimento com a coleta de dados, reuniões e elaboração de relatórios quinzenais com debate crítico analítico sobre o que foi prospectado.

O surgimento do ciberespaço como um plano de atuação governamental especialmente no âmbito da Segurança, alterou o modo como os atores enxergavam a geoestratégia. Desse modo, os Estados nacionais necessitaram definir diretrizes e estratégias para conduzir sua cibersegurança em suas relações com a Sociedade Internacional.

O ciberespaço e as tecnologias cibernéticas, têm assumido, gradativamente, caráter indispensável para a segurança internacional e, por derivação, para a segurança dos próprios Estados. Dessa forma, tendo em vista a atuação Russa perante as disputas traçadas no cenário internacional, principalmente no que tange às relações

com o Ocidente - haja vista o exemplo da adoção de uma internet própria em contraponto à utilização homogênea da rede a nível global - é uma forma de controle estratégico e, principalmente, forma de segurança Estatal que Vladimir Putin aderiu, em maio de 2019.

4 Conclusões

Acreditamos que este trabalho servirá como instrumento de novas percepções críticas sobre a análise da transformação das formas de conflito e o entendimento do ciberespaço como um plano de atuação governamental.

Dada a importância do assunto, torna-se necessário ressignificar a cibersegurança não apenas como um agente; mas sim, como um ator no sistema internacional.

Referências

- ARRIGHI, G. O Longo Século XX. Rio de Janeiro: Editora UNESP, 1996.
- CONNEL, M; VOGLER, S. Russia's Approach to Cyber Warfare. Center for Naval Analyses, Alexandria, Estados Unidos, 2016. Disponível em: <<https://apps.dtic.mil/docs/citations/AD1019062>>. Acesso em: 13 set. 2019.
- GILES, K. The Next Phase of Russian Information Warfare. NATO Strategic Communications Centre of Excellence. Disponível em: <<https://www.stratcomcoe.org/next-phase-russian-information-warfare-keir-giles>>. Acesso em: 13 set. 2019.
- HODGE, N; ILYUSHINA, M. Putin signs law to create an independent Russian internet. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2019/05/01/europe/vladimir-putin-russian-independent-internet-intl/index.html>>. Acesso em: 11 set. 2019. Online.
- MARÉCHAL, N. Networked Authoritarianism and the Geopolitics of Information: Understanding Russian Internet Policy. Media and Communication Open Access Journal, v.5 , i. 1, 2017.
- PIATTOEVA, N. The imperative to protect data and the rise of surveillance cameras in administering national testing in Russia. European Educational Research Journal, Finland, v. 15, n. 1, p. 82-98, 2016.
- ROJAS, C.A.A. O que são os movimentos antissistêmicos? Revista Eletrônica História em Reflexão, UFGD-Dourados, v.7, n.13, jan/jun 2013.
- WALLERSTEIN, I. O declínio do poder Americano. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

A CHINA E A NOVA ROTA DA SEDA: UMA ABORDAGEM GEOPOLÍTICA *

**Kássia Paola Schierholt
Ester Gruppelli Kurz
Twaier Guimarães de Souza**

1 Introdução

O tema do trabalho está inserido nas atividades desenvolvidas no Grupo de Pesquisa Geopolítica e Mercosul (GeoMercosul) e no Laboratório de Geopolítica, Relações Internacionais e Movimentos Antissistêmicos (LabGRIMA), que desenvolvem o Projeto de Pesquisa **Dinâmicas Antissistêmicas no Atual Sistema-Mundo**.

Atualmente na ordem global há uma nova distribuição de poder econômico e a ascensão da China pode ser apontada como o elemento-chave da possível nova ordem global. Todavia, diferentemente dos Estados Unidos, a China não demonstra interesse em propagar uma moralidade e também não acredita em uma narrativa universalista (STUENKEL, 2018, p. 73,90). Fato que já era apontado por KISSINGER (2011, p.34), a China nunca manteve contato por muito tempo com outras nações, o país se via desempenhando um papel especial, mas sem nunca ter abraçado o ideal americano do universalismo.

O nosso trabalho tem como objetivo geral pontuar processos históricos que resultam na ascensão chinesa e seu mais novo projeto de formulação da chamada “Nova Rota da Seda” (NRS), avaliar de maneira simplificada impactos de curto a longo prazo da (re)criação desta rota e por fim investigar as possíveis estratégias geopolíticas que estão sendo utilizadas por intermédio da nova diplomacia chinesa que, a partir de 1978, com a reforma econômica implantada

* Trabalho realizado sob orientação do docente Charles Pereira Pennaforte.

por Deng Xiaoping, denominada de “as quatro modernizações” que desfez os sistemas de comunas e promoveu a abertura econômica para a economia de mercado por meio das zonas especiais (PINHEIRO-MACHADO, 2013), busca cada vez mais expandir sua influência através da participação em fóruns e organismos bilaterais e multilaterais (CINTRA; PINTO, 2017, p. 386).

Dessa forma, esta pesquisa, que ainda se encontra em processo de desenvolvimento, pretende responder a seguinte questão: Quais os objetivos geopolíticos chineses para a colocação em prática da Nova Rota da Seda?

Para fazer a análise do tema será utilizada a perspectiva teórica antissistêmica a partir da constatação do declínio da hegemonia estadunidense no âmbito da geopolítica, economia e cultura (WALLERSTEIN, 2004; ARRIGHI, 1996). A dimensão antissistêmica ocorre pelas tentativas chinesas de criar maior autonomia frente aos dilemas impostos pelos Estados Unidos para a consolidação de um mundo multipolar nos âmbitos geopolíticos, financeiro e cultural.

2 Metodologia

Posto que o objetivo geral centra-se em esclarecer de forma intuitiva as principais intenções dos chineses com a colocação em prática da NRS, conduzindo por meio de apontamentos a respeito das iniciativas e movimentações ao longo dos últimos anos, caracterizamos nossa pesquisa, de caráter investigativo qualitativo, a partir de levantamentos bibliográficos fidedignos, como artigos científicos, teses, livros e periódicos que permitirão uma argumentação da proposta e contribuirão para a construção da problemática do atual trabalho, através de uma análise da conjuntura chinesa.

3 Resultados e discussões

Este trabalho está em sua fase inicial de desenvolvimento com a coleta de dados, reuniões e elaboração de relatórios quinzenais com debate crítico analítico sobre o que foi prospectado.

As rotas que conectaram, durante mais de dez séculos de

funcionamento, a China, a Índia e o mundo mediterrâneo por meio da Ásia Central, foram chamadas de “rotas da seda”, termo cunhado pelo geógrafo e explorador alemão Ferdinand Von Richthofen. Além da seda eram comercializados metais preciosos, cerâmicas, ferro e rebanhos, levando múltiplos vocabulários, escritas e religiões para diferentes lugares, conectando culturas e nações (MARSHALL, 2013).

Nos últimos trinta anos, a China tem demonstrado, no ambiente doméstico, grande capacidade de se reinventar, buscando um novo regime de crescimento sustentável, bem como o desenvolvimento de uma urbanização e de uma industrialização. Já no plano internacional “a China expande sua capacidade de projetar poder econômico financeiro, político, diplomático, militar e, assim, ocupa posições cada vez mais relevantes no tabuleiro geoeconômico e geopolítico asiático e global” (CINTRA; PINTO, 2017).

É nessa linha de pensamento que podemos observar que o presidente Xi Jinping, desde que assumiu o governo em 2013, tem primado, na sua política externa, por “ressuscitar os vínculos da China com o continente eurasiático” através da iniciativa Um Cinturão, Uma Rota. A Nova Rota da Seda teria dois objetivos, um interno que seria viabilizar o crescimento de regiões subdesenvolvidas através de uma melhoria em ligações de transporte, aumentando o PIB e diminuindo a desigualdade. O segundo objetivo, que se dá na política externa, é de impulsionar a influência da China na Ásia Central e dessa forma, com o aumento dos vínculos econômicos entre os países a oposição de governos centro-asiáticos à China seria dificultada. (STUENKEL, 2018).

O discurso comumente defendido, e como proferido por Xi Jinping na Cúpula de Xangai, no ano de 2014, é o de que “Unidos e harmonizados, os países da Ásia se movem juntos para o futuro” ou ainda outra colocação do líder chinês de que “não importa o quanto a China se fortaleça, ela nunca será uma potência hegemônica” (STUENKEL, 2018). Contudo, os objetivos da China por uma perspectiva mais técnica são estratégias geopolíticas pelo domínio de poder, garantindo ou estabelecendo sua hegemonia. Outro ponto a ser ressaltado nesse sentido foi a realização do “Fórum para a Cooperação Internacional Cinturão e Rota” realizado em maio de 2017 em Pequim e que reuniu 28 Chefes de Estados, de várias partes

do globo, o Secretário Geral da ONU e dirigentes do Banco Mundial e do FMI com o intuito de discutir as potencialidades de cooperação na Nova Rota da Seda. O encontro possibilitou a realização de uma análise sobre os reais propósitos chineses quanto a Iniciativa e também sobre a busca de seus objetivos de alcançar um desenvolvimento pacífico, refutar o hegemonismo e de reafirmar os “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica” - diretriz formulada nos anos 1950 (PIRES; PAULINO 2017).

O certo é que Nova Rota da Seda já cobre uma área que abrange 70% da população mundial, produzindo aproximadamente 55% do PIB global e tem 75% das reservas conhecidas de energia (STUENKEL, 2018).

4 Conclusões

Acreditamos que este trabalho servirá como instrumento de novas percepções críticas sobre a atuação chinesa no cenário internacional e sua ascensão como potência econômica bem como as estratégias geopolíticas utilizadas pelo gigante asiático ao propor e colocar em prática a *Belt and Road Initiative*.

Enquanto o discurso chinês possui enfoque no desenvolvimento através da cooperação multilateral e no pacifismo, os resultados futuros de suas ações poderão colocar a China em uma posição de grande poder econômico no cenário mundial assim como influencia também no Ocidente e posições militarmente estratégicas ao redor do mundo.

Referências

- ARRIGHI, G. O Longo Século XX. Rio de Janeiro, Editora UNESP, 1996.
- CINTRA, M. A. M.; PINTO, E. C. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 381-400, 2017.
- KISSINGER, H. Sobre a China. 5a ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- MARSHALL, F. As rotas da seda, caminhos entre a China e o ocidente. In: PINHEIRO-MACHADO, R. China, passado e presente: um guia para compreender a sociedade chinesa. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2013.

PINHEIRO-MACHADO, R. China, passado e presente: um guia para compreender a sociedade chinesa. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2013.

PIRES, M. C.; PAULINO, L. A. Reflexões sobre hegemonia e a política internacional da China: a iniciativa “cinturão e rota” como uma estratégia de desenvolvimento pacífico. Relaciones Internacionales, Buenos Aires, v. 53, p. 207-228, 2017.

STUENKEL, O. O mundo pós-ocidental: potências emergentes e a nova ordem global. Rio de Janeiro: Zahar, 2018

WALLERSTEIN, I. O declínio do poder Americano. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA NIPO-BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO AMAZÔNICA*

Ingrid Brandão Maquiné

Introdução

A cooperação bilateral entre o Brasil e o Japão possui mais de 120 anos de relações diplomáticas desde o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação celebrado em 1895, dando início a troca de experiências culturais e a projeção de parceria estratégica e econômica entre os países. A formação histórica e cultural japonesa tem muito a agregar na construção da identidade do Brasil. É uma cultura milenar com grande disciplina enraizada no seu povo, com grande desenvolvimento tecnológico que é resultado de políticas de investimentos na capacitação intelectual, no pós-Segunda Guerra Mundial (1945-1973), adquirindo a partir disso, capacidade para superar rapidamente dificuldades econômicas, conflitos internacionais e, principalmente, desastres naturais. Sendo então positivas as influências diretas e indiretas do período de migração japonesa.

Para a ciência das Relações Internacionais o material pode fomentar a cooperação entre países, tendo em vista que Brasil e Japão são signatários de diversos acordos e tratados internacionais para a promoção do desenvolvimento, empenhados em implementar soluções para grandes problemas mundiais e também direciona os olhares para a região Amazônica que ainda está muito atrasada em relação ao desenvolvimento, tecnologia e infraestrutura comparada a outros estados brasileiros, sendo que a Amazônia possui muitas riquezas, um grande potencial econômico e ambiental.

* Trabalho realizado sob orientação do docente Breno Rodrigo de Messias Leite.

A Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) é responsável por cooperação técnica, empréstimo ODA e cooperação financeira não reembolsável. Abrangendo sua assistência para países em desenvolvimento, como o Brasil, visando a diminuição da desigualdade para um futuro melhor juntamente com seus parceiros.

Nesse seguimento, determinou-se o problema de pesquisa assim como o objetivo geral analisar a execução dos projetos de cooperação técnico-científica nipo-brasileira e seus resultados para o desenvolvimento da região Amazônica. Dado que são utilizadas ferramentas de cooperação como maquinarias e conhecimentos técnicos para alcançar seus objetivos, tais como a promoção pesquisas científicas como foco principal áreas como meio ambiente e biodiversidade, desta forma, a abordagem teórica funcionalista foi utilizada para a compreensão nos moldes das Relações Internacionais.

Para tal finalidade, foi definido como objetivos analisar historicamente a evolução da cooperação bilateral Brasil-Japão, investigar os interesses por parte dos Estados nessa cooperação, por fim, identificar quais são os projetos criados para o desenvolvimento da região Amazônica.

Ademais, a abordagem da pesquisa é qualitativa, pois preocupa-se em analisar os dados obtidos entre a cooperação nipo-brasileira adquiridas em referências bibliográficas e documental, resultando em um diálogo científico. Empregou-se o método dedutivo para investigar as informações gerais como a cooperação internacional e a relação histórica Brasil-Japão até o particular, situado na região Amazônica, e suas relações. Portanto, buscou-se expor e analisar o conteúdo com o intuito de fomentar conhecimento e mais pesquisas relacionadas a este tema, que se caracteriza de suma importância no sistema internacional e na agenda global.

1 Cooperação internacional Brasil-Japão

Em 22 de setembro de 1970 foi assinado o Acordo Básico de Cooperação Técnica, definido no art. III o comprometimento do governo japonês em fornecer bolsas de estudos para a brasileiros desenvolverem treinamento técnico no Japão, de enviar peritos japoneses ao Brasil, prover maquinarias e equipamentos em geral,

arremeter ao Brasil missões encarregadas de analisar projetos de desenvolvimento econômico e social, por fim, prestar qualquer tipo de cooperação técnica acordada entre os dois Governos (BRASIL, 1971), dando continuidade na cooperação estratégica que o governo brasileiro utilizou para impulsionar a industrialização e fomentar o desenvolvimento interno, por outro lado, o Japão via como uma boa oportunidade de estreitar laços comerciais, principalmente, no âmbito de matérias-primas e se projetar no âmbito internacional, neste quesito, Cervo e Bueno (2010, p.413) afirmam: “as metas brasileiras eram a capacitação de recursos, equipamentos e tecnologias para acelerar o desenvolvimento, como também aumentar o volume de vendas ao Japão, cujo comércio com o Brasil era altamente superavitário” proporcionando benefício mútuo de interesse dos países.

No Brasil o período mais abundante em cooperação técnica foi entre os anos de 1960 e 1980 promovido pelos projetos do PNUD com cooperação bilateral entre os países da Alemanha, França, Japão, Canadá, Itália e Grã-Bretanha (CERVO, 2008, p. 188) e até hoje possui uma estreita parceria entre esses países no âmbito de ciência, tecnologia e inovação. Para Amado Luiz Cervo a singela diferença entre a cooperação técnica, científica e tecnológica consiste em “quando aplicado, o conhecimento científico torna-se inovação tecnológica e, nessa condição, propriedade de empresas que se espalham pelo mundo, disposta a protegê-la e explorá-la, perseguindo interesses econômicos” (CERVO, 2008, p. 189). É de fato uma linha tênue entre os conceitos, podendo ver a diferença em seus resultados, embora o interesse entre os países para realizar cooperação seja a mesma, o objetivo poderá se alternar em desenvolvimento, crescimento financeiro e recebimento mútuo de conhecimento e inovação.

A Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) é um órgão do governo japonês, estabelecida em agosto de 1974, que teve como início a implementação da Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ODA), responsável também pela Cooperação Técnica e pela Cooperação Financeira Não Reembolsável e tem como objetivo colaborar com o desenvolvimento dos países parceiros, com o crescimento econômico, resolução dos desafios globais e a paz mundial. A cooperação técnica Brasil-Japão, de

acordo com a JICA, subdivide-se em projetos de cooperação técnica propriamente dita, projetos de cooperação técnico-científica, treinamento no Japão e programas de *follow-up* (JICA, 2019).

Os projetos de cooperação técnica em andamento de acordo com a JICA destacam-se: a) Estudo para o desenvolvimento de uma Solução Integrada relativa à Gestão de Resíduos Industriais no Polo Industrial de Manaus; b) Fortalecimento do Sistema de Vigilância em Saúde do Metilmercúrio na Bacia do Rio Tapajós. Quanto aos projetos de cooperação técnico-científica, apenas um está em execução chamado *Biodiversity conservation in Amazon based on a new concept of "Field Museum"* (INPA) e na categoria de projetos finalizados possui a Dinâmica de Carbono da Floresta da Amazônica.

Acerca da cooperação, David Mitrany (1943, p. 55) afirma: *"co-operation for the common good is the task, both for the sake of peace and of a better life, and for that it is essential that certain interests and activities should be taken out of the mood of competition and worked together"*⁹, referindo-se aos benefícios da cooperação com intuito técnico funcional para áreas em que os Estados possuem dificuldades de desenvolver sozinhos, possibilitando que cada vez mais o mundo alcance a paz e garanta o bem estar social.

Considerações finais

As relações diplomáticas entre Brasil e Japão se mostraram ao decorrer do tempo benéficas e estrategicamente moldadas por ambos os Estados, como é defendida também pela teoria funcionalista das relações internacionais, podendo ser vista como uma decisão racional dos atores para resultados *win-win*. De tal forma que a cooperação nipo-brasileira se estendeu para âmbito da região Amazônica, que é um território de suma importância global, que enfrenta diversos desafios em relação ao desenvolvimento, desde o meio ambiente ao tecnológico.

O Japão possui um avanço na área da ciência e tecnologia com alto grau de qualificação que permitiu resultados positivos nos

⁹ Tradução livre: "A cooperação para o bem comum é a tarefa, tanto em prol da paz quanto de uma vida melhor, e para isso é essencial que certos interesses e atividades sejam retirados do clima de competição e trabalhem juntos".

projetos realizados pela JICA no parâmetro da cooperação técnico-científica, sendo eles projetos inovadores que necessitam de peritos e maquinarias que não são produzidas no Brasil. Portanto, nota-se o desempenho do Japão em se tornar influente em um determinado território com elevado poder estratégico e o Brasil recebendo tecnologia, aprimorando-se e inovando-se gradativamente para alcançar, também, a concretização de suas pautas na agenda global internacional exigidas no sistema internacional.

Referências

BRASIL. Decreto n. 69.008, de 4 de agosto de 1971. Promulga o Acordo Básico de Cooperação Técnica concluído entre a República Federativa do Brasil e o Japão, e assinado em Brasília a 22 de setembro de 1970. Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para assuntos Jurídicos. Brasília, 15 jul. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D69008.htm>. Acesso em: 20 out. 2019.

CERVO, Amado Luiz. Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. 3. ed. 2ª reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

JICA. Japan International Cooperation Agency. Cooperação com o Brasil. Disponível em: <<https://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/activities/brazil02.html>>. Acesso em: 15 out. 2019.

MITRANY, David. A Working Peace System: an argument for the functional development of international organization. London: The Royal Institute of International Affairs, 1943.

OS SOMALI NAS RELAÇÕES ETIÓPIA-SOMÁLIA

Fernanda da Silva

A Etiópia e a Somália são dois países africanos que compartilham entre si a etnia somali. Se trata de um grupo com costumes migratórios e majoritariamente pastoril que se expandiu pelo Chifre da África¹⁰ e que, por volta das décadas de 1950 e 1960, se engajou de forma expressiva na luta pela formação da Grande Somália. Atualmente, eles representam 85% da população da Somália, influenciando no próprio nome do país¹¹, e formam a terceira maior etnia na Etiópia, com 6,2% da população, sendo responsável pelo segundo maior estado administrativo do país (CIA, 2018a; CIA, 2018b).

Por questões políticas e históricas, a dispersão da etnia pelo Chifre da África gerou a ideia de que todos os territórios por ela dominados formasse um único Estado, a Grande Somália. É a partir desse desejo, colocado em pauta em âmbito internacional pelos britânicos, que a Liga da Juventude Somali (LJS) exigisse a criação desse novo Estado, unindo os protetorados britânico, francês e italiano (chamados cada um de Somalilândia) ao Ogaden etíope (CHENNTOUF, 2010; HRBEK, 2010; PEREIRA, 2016). Posteriormente, a Grã-Bretanha retira seu apoio e o projeto fracassa, mas o mesmo é retomado pelo presidente Siad Barre (1969-1991), que adequa esse objetivo à Política Externa da Somália (PEREIRA, 2016).

Com base nisso, o tema deste trabalho é a Formação dos Estados Africanos e traz como problema de pesquisa: “Qual o papel

¹⁰ A identidade somali espalhou-se por vários países por meio da migração, além da Somália e da Etiópia, eles migraram e se estabeleceram no Djibuti e no Quênia (PEREIRA, 2016).

¹¹ O termo “somali” é uma derivação de “*Samaal*” e diz respeito aos nômades pastorais e seguidores do Islã que habitavam o Chifre da África (WILSON, 2007).

desempenhado pela etnia somali nas relações entre a Etiópia e a Somália no século XX?”. A pesquisa deriva da hipótese de que a atuação política da etnia dentro dos atuais territórios de ambos os países influenciou as relações interestatais dos mesmos, alimentando conflitos e hostilidades entre vizinhos. Para isso, propôs-se uma pesquisa qualitativa com documentação indireta, seguindo o método histórico com uma abordagem hipotético-dedutiva. O objetivo do trabalho era analisar como se deu a conexão entre os somalis e as relações Etiópia-Somália, justificando-se na escassez de literatura, principalmente em língua portuguesa, sobre o assunto. Além de ser uma contribuição para o Grupo de Estudos sobre África (GEÁfrica) e parte do projeto Chifre da África, pertencente a este grupo.

1 Atuação política dos somalis

A partir da independência da Somalilândia Italiana, tornando-se a República da Somália, a minoria étnica somali que vivia em território etíope e que já possuía certo histórico hostil para com o governo, tornou-se ainda mais instável. Ocorreu que, devido à anexação da Somalilândia Britânica pela recém formada Somália e a pauta de unificação de todos os territórios de maioria somali no Chifre da África¹², os ânimos secessionistas na Etiópia de Selassié (1930-1974) foram impulsionados, gerando desdobramentos políticos e sociais no revolucionário governo do Comitê Coordenador das Forças Armadas (DERG na sigla em amárico) (1974-1978) e no governo de Haile Mariam Mengistu (1978-1991).

Isso se deve ao próprio processo de formação da etnia em questão. Segundo E. Haberland (2010), o sentimento de identidade somali surge com maior nitidez e delimitação em meados do século XVI. em meio ao aprofundamento da assimilação do Islã e a participação de algumas tribos somali na *jihad* Ahmad Gran. Seu sentimento etno nacionalista desenvolveu-se a partir desse momento, tornando-se ainda mais latente durante o período de colonização da costa somali pelas potências ocidentais no decorrer do século XIX, assim como a anexação do Ogaden pelo Imperador Menelik II, da Etiópia.

¹² O território o qual se propunha a criação da Grande Somália compreende o atual Djibuti, o território do Ogaden etíope (atual estado administrativo Somali), a Somália e o nordeste do Quênia.

Os protetorados ocidentais formam as somalilândias no curso da expansão e consolidação da colonização. É por volta de 1950 que esse período de dominação no Chifre da África mostra os sinais de seu fim. À época, as movimentações de partidos e movimentos políticos tanto na Somalilândia Britânica quanto na Somalilândia Italiana e graças ao apoio britânico, os somalis conquistaram a independência de uma fatia de seu território, a Somalilândia Italiana, que passaria dez anos sob tutela italiana antes de ter sua independência concedida. A articulação continuou e após intensas negociações e contando com o reconhecimento internacional da causa, houve a anexação da Somalilândia Britânica em 1960, dando fôlego aos somalis em outras áreas (GOZÁLEZ, 2007; IBRAHIM, 2010; TAREKE, 2009).

Esse período fez com que insurgências ocorressem na Somalilândia Francesa, atual Djibuti, porém o mesmo teve sua atuação política sufocada. Na Etiópia, a região do Ogaden e o Haud também foram palco de tensionamentos entre os somalis e o governo, que os reprimiu. A Somália, por sua vez, engajou-se ativamente no apoio aos sentimentos secessionistas nesses dois países, em especial a Etiópia, sendo, por consequência, hostilizada por seus vizinhos. É desse modo que ela passa a alimentar as atuações insurgentes na Etiópia e encontra pretexto para a eclosão da Guerra do Ogaden, em 1977 (GOZÁLEZ, 2007; HRBEK, 2010; TAREKE, 2009).

A disputa pelo Ogaden foi calcada no desejo somali de unificação territorial e política da etnia. Iniciada com o processo de independência da Somália, o desafio territorial, derivado do temor em perder um território que a Etiópia recém passava a ver como promissor, assim como o desafio político que os somali representavam para a estabilidade de um país multiétnico¹³, são questões que assombraram os regimes etíopes na segunda metade do século XXI (TOUVAL, 1963; GONZÁLEZ, 2007; TAREKE, 2009).

Ainda que, durante o regime de Hailé Selassié, os somalis não possuísem partidos políticos, dificultando a medição do nível de consciência política da etnia, eles se mantinham informados sobre as

¹³ A população etíope é um conglomerado de grupos étnicos e tribos diferentes e são divididos por linguagem, cultura e religião. Porém, a zona em questão era habitada quase exclusivamente por somalis, com exceção de áreas nas quais a população era mestiça e as divisões étnicas haviam se tornado mais difíceis de detectar (TOUVAL, 1963).

questões políticas que os envolviam¹⁴; principalmente por meio das migrações sazonais através das fronteiras (TOUVAL, 1963). Esse processo alimentou o nacionalismo somali e favoreceu suas lutas secessionistas na região no decorrer das décadas seguintes por meio da atuação de guerrilhas e contando com o apoio da Somália, que participou de forma ativa durante a Guerra do Ogaden (1977-78) e financiou a oposição armada durante o período da Etiópia revolucionária (1974-1991) (GONZÁLEZ, 2007).

Dessa forma, a movimentação política da etnia somali, seja pela atuação de partidos políticos na Somália, seja pela formação de grupos insurgentes secessionistas, influenciou a dinâmica das relações entre a Etiópia e a Somália. As causas envolvem fatores domésticos complexos derivados do próprio processo histórico de formação e consolidação estatal de ambos os países, como pelo próprio processo de formação da identidade da etnia e a formulação do sonho nacionalista da Grande Somália.

Considerações Finais

Após a devida análise, confirmou-se a hipótese do presente trabalho, atingindo seu objetivo. Afinal, conclui-se que a atuação política e o próprio engajamento da etnia não só reconfigurou o mapa regional do Chifre da África, mas foi essencial para que tensões e conflitos domésticos surgissem em território etíope derivados de questões políticas dos somalis no Estado vizinho. Ademais, esse comportamento foi utilizado como base do discurso político da Somália para invadir a Etiópia, culminando na Guerra do Ogaden em 1977, e alimentando grupos insurgentes no território. Ademais, foi verificado que o próprio processo de formação da identidade e sentimento etnonacionalista somali desempenhou um grande papel em sua atuação política no Chifre da África e motivou tensões dentro e entre os Estados analisados.

Referências

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). Ethiopia. In: The World Factbook. 2018a. Disponível em:

¹⁴ É o caso, por exemplo, o progresso do nacionalismo somali com a unificação da Somália, sob tutela italiana, com a Somalilândia Britânica (TOUVAL, 1963).

<<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/et.html>>. Acesso em: 13 set. 2018.

_____. Somalia. In: The World Factbook. 2018b. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/so.html>>. Acesso em: 13 set. 2018.

CHENNTOUF, Tayeb. O chifre da África e a África setentrional. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Org). História Geral da África, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010. p. 1-30. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256por.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

ELAIGWU, Isawa J.. Construção da nação e evolução das estruturas políticas. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Org). História Geral da África, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010. p. 1-30. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190256>>. Acesso em: 03 fev. 2019.

GONZÁLEZ, Raúl C. Ethiopia (1976-1985). In: Civil Wars of the World: Major Conflicts since World War II; DEROUEN, Karl R.; HEO, Uk. (Editores), vol. I, 2007, p. 351-365.

HABERLAND, E.. O Chifre da África. In: OGOT, Bethwell Allan (org). História geral da África V: África do século XVI ao XVIII. Brasília: UNESCO Office Brasília, Brasil. Ministério da Educação, Universidade Federal de São Carlos (Brasil). 2010. 1208 p. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190253>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

HRBEK, Ivan. A África setentrional e o chifre da África. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Org). História Geral da África, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010. p. 1- 30. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256por.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2019.

PEREIRA, Mariana Morena. O Modelo de Estado Africano não Convencional: uma análise crítica nas implicações da definição e designação do Estado Falido aliado aos princípios da construção do Estado nos moldes Ocidentais modernos. Santana do Livramento: Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2016b. "Orientação: Nathaly Silva Xavier Schütz".

TOUVAL, Saadia. Somali Nationalism: International Politics and the drive for unity in the Horn of Africa. Cambridge: Harvard University Press. 1963.

A GUERRA CIVIL NA REPÚBLICA CENTRO AFRICANA: UMA VISÃO SOBRE A ATUAÇÃO DA MINUSCA E O PROCESSO DDR

**Davi Antunes da Luz
João Paulo Cavazzani Bosso**

Introdução

A República Centro-Africana, antigamente conhecida como Ubangui-Chari, durante o século XIX e início do XX, foi um dos territórios africanos subjulgados pela França no continente africano. Essa posição de dominação acabou por o tornar a região em uma das nações mais precarizadas do mundo. Atualmente, a região passa por uma Guerra Civil latente no contexto africano, haja vista que perdura por quase uma década, no qual se observa um cenário marcado pela violência entre grupos paramilitares, violação de Direitos Humanos e a interferência das Nações Unidas - sendo este último fator um dos mais questionados devido ao caráter de suas ações feitas através da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA). A entrada do conflito numa nova fase, que consiste no Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) demanda uma análise mais profunda sobre o tema e que considere o histórico do país em questão e sua dominação secular. Portanto, especificamente, o presente trabalho busca, através de uma breve análise histórica sobre o país, analisar a interferência internacional de Estados e das Nações Unidas no contexto da República Centro Africana especificamente durante a Guerra Civil iniciada em 2014 e durante o processo de DDR feito pela ONU.

1 A Formação Histórica, Os Grupo Paramilitares e a Guerra Civil.

Após sua independência na década de 60 e o início do governo de David Dacko, as elites da RCA mantiveram uma postura que reforça - contra a população local - o controle por parte dos estratos superiores da sociedade. Assim, tal processo resultou na formação de um Estado Nacional sem representação identitária do seu próprio povo, já que os processos anteriores e posteriores à independência impediram o desenvolvimento e a compreensão da ideia de unidade e nação. Com um governo instável e facilmente influenciável, a prevalência de regimes autoritários e golpes de Estado enfraqueceram ainda mais a política e sua capacidade de atuação internacional de maneira soberana. Situação na qual resulta na interferência externa constante no país. Entre 1960, ano da independência do Estado e a posse do primeiro presidente, Dacko, e o ano de 2003, observa-se uma alteração de poder entre apenas quatro presidentes, sendo que, a maioria dos chefes de Estado alcançaram devida posição mediante a grande interferência externa e sucessivos golpes militares. A primeira eleição democrática do país, em 1993, foi responsável por eleger Patassé, que representou uma breve experiência democrática para o país, haja vista que o golpe de Estado realizado em 2003, coloca no poder Bozizé, dando início a um aprofundamento na violência e na tirania do país.

Com um governo violento e com pouca representação popular, o cenário montado na RCA torna-se propício a formação de grupos paramilitares, como é o caso da milícia armada Seleka, criada em 2007 e caracterizada como um movimento muçulmano e que buscava depor Bozizé do poder. Utilizando-se do terror, os Seleka foram responsáveis por aumentar a onda de violência e repressão no país através do uso da força armada. Ganhando visibilidade o grupo adquiriu força entre a população insatisfeita com Bozizé, chegando até a ser reconhecida como um partido político. A postura violenta dos Seleka, no entrando, não foi bem aceita, criando um cenário propício para o surgimento dos Anti-Balaka, milícia armada de cunho cristão e que busca conter a violência do grupo Seleka. Entre o início de um conflito entre os grupos, em 2013, os Seleka conseguem depor Bozizé do poder, entretanto, diante da inabilidade política de

seu líder, Michel Djotodia, abdicam do cargo de presidente, aprofundando a crise institucional no país.

Enfraquecido diplomaticamente e com sua soberania comprometida, em 2014, após a renúncia de Djotodia, inicia-se por decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a MINUSCA, no intuito de realizar a proteção civil e apoiar o processo de transição política do país. Entretanto, a violência entre os grupos Seleka e Anti-Balaka continua forte durante o período, sendo possível notar a violação de diversos artigos dos direitos humanos que continuam a enfraquecer o país. Nesse sentido, após de mais de 5 anos de missão com a participação de diversas nações pelo mundo, as Nações Unidas já observam um avanço razoável na contenção do conflito e passa a focar seus esforços no processo DDR, assim, criando um cenário propício para a reinserção política dos combatentes e o reajustamento da máquina estatal da RCA aos moldes democráticos.

Considerações Finais

A Guerra Civil em curso na República Centro Africana trata-se ainda de um conflito extremamente invisibilizado e que ainda sofre a violência dos embates entre os grupos paramilitares embora os avanços no processo DDR. Ao interpretar a atual conjuntura que envolve a RCA, portanto, deve-se analisar que seus principais problemas internos e que permitem análises que coloquem o país como um Estado Fracassado, são derivados de séculos de exploração territorial e de uma colonialidade que se perpetua através de formação de zonas de influência sobre o país. Atualmente, no entanto, é válido destacar que embora o cenário conflitivo e de violação dos direitos humanos que construíram o país seja derivado desse processo de colonização, a intervenção multilateral das Nações Unidas na criação da MINUSCA e na implementação recente do processo DDR, tem sido fundamental para recuperação sócio-política da RCA. Assim, observa-se uma alteração no caráter do padrão da interferência externa que atua no país durante sua história.

Referências

CAMPOS, L. et al. O Conflito na República Centro Africana. Observatório de Conflitos Internacionais, São Paulo, v. 3, n. 1, jan. 2012.

GIROUX, Jennifer; LANZ, David; SGUAITAMATTI, Damiano. The Tormented Triangle: The Regionalization of Conflict in Sudan, Chad and the Central African Republic. Crisis States Research Centre, Londres, n. 47, p. 1-24, abr. 2009.

TITLEY, Brian. Dark age: the political odyssey of emperor bokassa. 1997. 272 p.

SPITTAELS, Steven; HILGERT, Filip. Mapping Conflict Motives: Central African Republic. Antwerp: Ipis, 2009. p.46 Disponível em: <http://www.ipisresearch.be/maps/CAR/20090217_Mapping_CAR.pdf>. Acesso em: 25 out. 2019.

THE Tormented Triangle: the Regionalisation of Conflict in Sudan, Chad and the Central African Republic. 2. ed. Zurique: Crisis States Research Centre, 2009. p.26 Disponível em: <<http://eprints.lse.ac.uk/28497/1/WP47.2.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2019.

A CONTRIBUIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A ESTABILIZAÇÃO SOCIAL PÓS-CONFLITO: UM ESTUDO DE CASO DA ATUAÇÃO DO ROTARY INTERNACIONAL

**Genaro da Silva Ribeiro
Sabrina Moura de Oliveira**

Introdução

Os estudos de Relações Internacionais estiveram, por muito tempo, sob a égide das teorias realistas e neorrealistas do campo. Nesse período, os atores Não-Estatais, tais como as organizações da sociedade civil, tiveram seu papel reduzido nas pesquisas sobre os conflitos e a construção da paz no cenário internacional. É notório que a atuação de organizações não governamentais (ONGs) na promoção da paz e resolução de conflitos não é um fenômeno restrito apenas à atualidade, mas vem crescendo exponencialmente com o passar dos anos (SIMÕES, 2005).

O Rotary Internacional (RI) merece destaque enquanto a mais antiga associação de serviço do mundo (BAZIRAKE; BAKULUKI, 2013). Fundado em 1905 por Paul Percy Harris, o primeiro Rotary Club tinha o intuito de reunir profissionais de diferentes ramos a fim de criar vínculos de amizade e ajudar comunidades (ROTARY INTERNATIONAL, 2019a). Com o passar dos anos e a expansão da rede de contatos da instituição, sua internacionalização e a mudança da conjuntura mundial, o Rotary passou a ter mais um objetivo, a promoção da paz mundial, tomando parte no conjunto de objetivos adotados em 1910¹⁵. Além disso, o tema da promoção da paz está

¹⁵ O Objetivo do Rotary é estimular o ideal de servir como base de todo empreendimento digno, promovendo e apoiando: primeiro, o desenvolvimento do companheirismo como elemento capaz de proporcionar oportunidades de servir;

presente na missão da instituição: “Servir ao próximo, difundir a integridade e promover a boa vontade, a paz e a compreensão mundial por meio da consolidação de boas relações entre líderes profissionais, empresariais e comunitários” (ROTARY INTERNATIONAL, 2019c).

Apesar do trabalho e importância do RI, poucos estudos foram feitos acerca da sua ação na área de paz e resolução de conflitos. Dado isso, este trabalho visa apresentar os resultados preliminares de um estudo exploratório realizado sobre a atuação desta instituição na estabilização social e construção da paz em períodos pós-conflito.

1 Sociedade civil, construção da paz e estabilização social

Em termos de construção da paz, que é o objetivo da estabilização pós conflito, existem duas categorias de recursos a serem despendidos: recursos econômicos e socioculturais. Nesse contexto, existe a necessidade do estabelecimento de um senso de responsabilidade - inclusive econômica - compartilhada entre as potências (LEDERACH, 1997), bem como a sociedade civil aparece como um ator extremamente relevante no fornecimento de recursos socioculturais.

Acerca dos atores envolvidos na construção da paz sustentável, ressalta-se três: os atores de base - população -, os atores de médio alcance - sociedade civil -, e os líderes (LEDERACH, 1997). Nesse sentido, entende-se como chave para a construção de uma paz sustentável os atores de médio alcance que colocam o indivíduo como centro da questão e fazem o intermédio entre os atores de base e os que controlam os processos decisórios, porque os atores de médio alcance possuem a confiança de ambos, têm flexibilidade para entender o pensamento dos líderes e são menos vulneráveis que os atores de base (LEDERACH, 1997). Além disso, contribuem para a fundação de instituições e reativação vontade política para confrontar o histórico de violações de direitos,

segundo, o reconhecimento do mérito de toda ocupação útil e a difusão das normas de ética profissional; terceiro, a melhoria da comunidade pela conduta exemplar de cada um em sua vida pública e privada; quarto, a aproximação dos profissionais de todo o mundo, visando à consolidação das boas relações, da cooperação e da paz entre as nações. (ROTARY INTERNATIONAL, 2019b)

conseguindo que políticas se traduzam em ações (VAN ZYL, 2009).

O que chamamos de estabilização social, nesse artigo, é o ato de contribuir para a reconstrução das sociedades afetada pelo conflito, após seu término. Para isso, Hamber e Merwe (1998 apud FERREIRA, 2005) identificam cinco abordagens possíveis: dissolução de identidades que se tinham tornado incompatíveis; entendimento inter-comunitário - estabelecimento de pontes entre comunidades com diferentes culturas, ideologias e histórias; ideologia religiosa - ênfase na confissão, honestidade e perdão entre inimigos; direitos humanos - Estado de direito e a prevenção de certas violações de direitos; reconciliação como forma de reconstrução da comunidade. Ademais, os autores reconhecem que os conflitos rompem uma série de relações de interdependência e que a reconstrução dessas nações pós-conflito deve considerar a “reconstrução de laços interpessoais e intergrupais” e que esse ato contribui para a restauração da ordem social (FERREIRA, 2005).

2 O Rotary Internacional como agente reconciliador

Ao longo dos seus mais de 100 anos de atividade, o RI já implementou quatro das cinco abordagens apresentadas por Hamber e Merwe em diferentes contextos e diferentes combinações. A seguir, separados por abordagem, abordar-se-á os casos mais emblemáticos de atuação da instituição.

No que tange a primeira abordagem, ou seja, a dissolução de identidades que se tinham tornado incompatíveis, é possível expor o caso da Guerra das Malvinas (1982). Neste ano, durante a guerra, rotarianos britânicos e argentinos reuniram-se na convenção internacional do Rotary para discutir como construir a paz. Segundo o relato *Water Wars* escrito por Smith [2003], os rotarianos envolvidos na reunião conseguiram chegar a um acordo e decidiram retornar para seus países com demandas de paz. O autor relata, ainda, que o conflito findou pouco tempo depois. Ainda nesta abordagem, é possível elencar a atuação do RI no programa de intercâmbio de jovens que surgiu no período entre-guerras nos países europeus, mas foi também utilizada ao final da Guerra das Malvinas entre estudantes britânicos e argentinos a fim de promover a paz e a compreensão. Nada obstante, outro acontecimento encontrado nesta

pesquisa foi a existência de um Rotary Club em Tel Aviv, Israel, que congrega palestinos e israelenses.

Quanto à segunda abordagem, o maior exemplo de atuação do Rotary Internacional é a sua participação na fundação de organizações mundiais de grande envergadura como a Organização das Nações Unidas. Segundo Zober e Farber (2003) quase 50 rotarianos participaram de delegações e auxiliaram na redação da Carta das Nações Unidas na Conferência de São Francisco (1954).

A quarta abordagem foi utilizada pelo RI na ocasião da convenção de 1940 realizada em Havana, Cuba, na qual os rotarianos firmaram a resolução pelo respeito aos direitos humanos. Posteriormente, esta resolução serviu de base para a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (BAZIRAKE; BAKULUKI, 2013).

Por fim, a quinta abordagem fica evidente nos esforços do Rotary Internacional na reconstrução do norte Uganda pós-conflito. Segundo Bazirake e Bakuluki (2013), os projetos desenvolvidos pela instituição neste local foram sempre realizados no nível do indivíduo, mas de maneira que promovesse uma melhora das relações sociais e da reconstrução da comunidade através de objetivos conjuntos.

Considerações Finais

Nota-se, a partir deste estudo exploratório, que o Rotary Internacional participou e continua participando dos principais acontecimentos mundiais, media conflitos e busca a reconstrução de sociedades após o cessar-fogo, tendo este artigo apresentado apenas exemplos. Todavia, muito ainda é desconhecido sobre o modo como se dá a atuação do Rotary nestes contextos e poucos são os estudos que o levam em consideração. Nesse sentido, conclui-se que há muito o que pesquisar sobre a atuação desta instituição.

Referências

FERREIRA, Patrícia Magalhães. Justiça e Reconciliação Pós-Conflito em África. Cadernos de Estudos Africanos, [s.l.], n. 7/8, p. 9-29, 1 jun. 2005. OpenEdition.

INTERNATIONAL, Rotary. Nossos Princípios. 20. Disponível em:

<<https://my.rotary.org/pt/guiding-principles>>. Acesso em: 20 out. 2019.

INTERNATIONAL, Rotary. Promoção da Paz. 20. Disponível em: <<https://www.rotary.org/pt/our-causes/promoting-peace>>. Acesso em: 20 out. 2019.

INTERNATIONAL, Rotary. Quem somos. 20. Disponível em: <https://www.rotary.org/pt/about-rotary>>. Acesso em: 20 out. 2019.

LEDERACH, John. Building Peace: Sustainable Reconciliation in Divided Societies. United States: Institute of Peace, 1997.

SIMÕES, Mónica Rafael. A actuação de actores não governamentais na construção da paz. Centre for Social Studies, University of Coimbra. Disponível em: <<https://www.ces.uc.pt/nucleos/nep/media/documentos/ArtigoJanusMonica.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2019.

VAN ZYL, Paul. Promovend a justiça transicional em sociedades pós conflito. Anistia: política e justiça de transição, Brasília, p. 32-53, jun. 2009.

ZOBER M., & FARBER, Sow the Seeds of Love, Unite in Service- work for peace. A presentation on the Jerusalem Rotary Club: Unity in diversity, 2003.

BAZIRAKE, Joseph Besigye; BUKULUKI, Paul. The role of rotary clubs in post-conflict peace building: a case of northern Uganda (2006-2010). International Letters Of Social And Humanistic Sciences, Kampala, p. 54-72, out. 2013.

O NOVO FOCO GEOPOLÍTICO FINANCEIRO: O NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO (NBD) DO BRICS COMO ALTERNATIVA À INFLUÊNCIA OCIDENTAL * **

**Lorenzo Oliveira
Homero Camargo
Nairana Karkow Bones**

1 Introdução

O tema do trabalho está inserido nas atividades desenvolvidas no Grupo de Pesquisa Geopolítica e Mercosul (GeoMercosul) e no Laboratório de Geopolítica, Relações Internacionais e Movimentos Antissistêmicos (LabGRIMA), que desenvolvem o Projeto de Pesquisa Dinâmicas Antissistêmicas no Atual Sistema-Mundo.

A pesquisa “O Novo Foco Geopolítico Financeiro: o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD¹⁶) do BRICS como Alternativa à Influência Ocidental” faz parte dos campos de estudos das Relações Internacionais e da Geopolítica e corresponde a uma importante alteração da atual dinâmica da economia mundial, ainda influenciada pelos arranjos de Bretton Woods no pós-Segunda Guerra Mundial.

Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) formam juntos um grupo multilateral de grande importância e que procura influenciar a atual ordem mundial. Juntos, os países membros, representam cerca de 42% da população, 23% do PIB, 30% do território e 18% do comércio mundial (BRASIL, 2019). O BRICS

* Trabalho realizado sob orientação do docente Charles Pereira Pennaforte.

** Pesquisa desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa CNPq Geopolítica e Mercosul e no Laboratório de Geopolítica, Relações Internacionais e Movimentos Antissistêmicos (LabGRIMA).

¹⁶ Ou NDB, sigla inglês de New Development Bank.

também se caracteriza por um grupo de países emergentes e de alto crescimento econômico, e que tem como objetivo principal influenciar no Sistema Internacional, especialmente na geopolítica e nos mercados globais (LOBATO, 2018).

Em 2014, durante a 6ª Cúpula do BRICS, realizada no Brasil, o BRICS ganhava uma maior dimensão institucional devido a criação do NBD e que pode ser considerada uma etapa inicial para uma cooperação financeira (STUENKEL, 2017). Sendo assim, o NBD poderia ser um contraponto importante à influência econômica do Ocidente, em especial ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial, por exemplo.

Para fazer a análise do tema será utilizada a perspectiva teórica antissistêmica a partir da constatação do declínio da hegemonia estadunidense no âmbito da geopolítica, economia e cultura (WALLERSTEIN, 2004; ARRIGHI, 1996). A dimensão antissistêmica ocorre pelas tentativas de se criar vias de desenvolvimento que diminuam a dependência dos centros tradicionais de poder, principalmente, do financeiro.

Em virtude do exposto a pesquisa pretende responder a seguinte pergunta: O NBD poderia ser uma alternativa factível às tradicionais instituições financeiras do ocidente para o fomento econômico sem a hegemonia ocidental?

Este trabalho tem como objetivo geral analisar o BRICS e, especificamente, o NBD no cenário internacional, desde a sua criação em 2014 no campo das Relações Internacionais e sua dimensão geopolítica.

2 Metodologia

A abordagem metodológica utilizada nessa pesquisa é análise de dados de caráter qualitativo e dedutivo. Ademais, a pesquisa será desenvolvida por meio de análise documental e de revisão bibliográfica, utilizando tanto fontes de caráter primário, como dados oficiais do NBD, quanto secundário em livros, teses, dissertações, artigos científicos e imprensa em geral.

3 Resultados e Discussão

Este trabalho está em sua fase inicial de desenvolvimento com a coleta de dados, reuniões e elaboração de relatórios quinzenais com debate crítico analítico sobre o que foi prospectado. Ademais, foi analisado notícias do andamento e da atuação do NBD no atual Sistema Internacional. O NBD enfrentaria o modelo que perpetua no contexto internacional o domínio do dólar como moeda de troca nas transações internacionais, e teria como objetivo diminuir a dependência dos países do grupo da moeda estadunidense.

A título de ilustração, segundo pesquisas e dados, o NBD aprovou, entre 2016 e 2018, 30 projetos num total de US\$ 8,1 bilhões, em que o Brasil receberá US\$ 621 milhões (AGÊNCIA BRASIL, 2019), como também, tendo sido aprovado em setembro de 2018, três empréstimos na soma de US\$ 825 milhões para projetos na Índia e Rússia (RUSSIA BEYOND, 2019) que segundo a instituição, os produtos financeiros estão sendo emitidos, cada vez mais frequentemente, nas moedas locais de seus países-membros, excluindo assim, o vínculo com o Dólar norte-americano. Projetos alocados em setores como os de transporte, energia limpa, proteção ambiental, água e saneamento, entre outros (NDB, 2019).

Na reportagem da revista “Euromoney” em maio de 2019, feita por Chris Wright fica evidente que as intenções do BRICS nunca foram inteiramente claras além da agregação de economias emergentes, foi e ainda é muito diversificado em perspectivas da geografia, cultura, sistemas políticos e economia. Nesta reportagem, Leslie Maasdorp, diretor financeiro do BRICS, explica que a razão pelo grupo precisar de um banco seria para se ter uma forma de expressão da intenção dos mercados emergentes de tomar seu papel que têm direito na governança global.

Fatos estes que demonstram a extrema importância do NBD neste sistema, bem como justificam a intensificação e a permanência do grupo, com uma contínua cooperação entre esses países principalmente em desenvolvimento.

4 Conclusões

Com o presente trabalho, pretendemos concluir se o NBD poderá ser visto como um modelo financeiro mundial comparável ou

que substitua o atual modelo (FMI/Banco Mundial), sob hegemonia ocidental.

Referências

ARRIGHI, G. O Longo Século XX. Rio de Janeiro: Editora UNESP, 1996.

AGÊNCIA BRASIL. Banco do Brics investirá US\$ 621 milhões em projetos no Brasil. 2019. Disponível em:

<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-04/banco-do-brics-investira-us-621-milhoes-em-projetos-no-brasil>>. Acesso em: set. 2019.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. BRICS. 2019. Disponível: <<http://brics2019.itamaraty.gov.br/>>. Acesso: agosto/2019

_____. IX Cúpula do BRICS - Declaração de Xiamen - Xiamen, China, 4 de setembro de 2017 Disponível: <www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17384-nona-cupula-do-brics-declaracao-de-xiamen-xiamen-china-4-de-setembro-de-2017>. Acesso em: set. 2019.

EUROMONEY. NDB: THE Brics bank takes shape. 2019. Disponível: <<https://www.euromoney.com/article/b1f9vf7w1cf3d8/ndb-the-brics-bank-takes-shape>>. Acesso em: set. 2019.

JORNAL ESTADO DE MINAS. EM. NBD, banco dos BRICS, busca realizar empréstimos em moedas de países membros. 2017. Disponível: <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/08/31/internas_economia,896629/nbd-banco-dos-brics-busca-realizar-emprestimos-em-moedas-de-paises-m.shtml>. Acesso em: set. 2019.

LOBATO, L. de V. C. A questão social no projeto do BRICS. 2018. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232018000702133&script=sci_arttext>. Acesso em: ago. 2019.

NEW DEVELOPMENT BANK. NDB. List of All Projects. Disponível: <<https://www.ndb.int/projects/list-of-all-projects/>>. Acesso em: set. 2019.

RUSSIA BEYOND. Banco do Brics aprova investimento de US\$ 825 milhões na Rússia e na Índia. 2019. Disponível: <<https://br.rbth.com/economia/81260-banco-do-brics-investe-russia-india>>. Acesso em: set. 2019.

STUENKEL, O. BRICS e o futuro da ordem global. 1ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

WALLERSTEIN, I. O declínio do poder Americano. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

A RELAÇÃO ENTRE O GEF E A OTCA: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA INTERDEPENDÊNCIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS*

**Adriel Carril dos Santos
Breno Rodrigo Messias Leite**

Introdução

Criada no intuito de dar efetividade ao disposto no Tratado de Cooperação Amazônica, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) passou a desenvolver inúmeros projetos nos mais variados segmentos relativos à Amazônia Internacional, seja buscando minimizar ou coibir os efeitos do desmatamento na Amazônia ou proteger as comunidades tradicionais, além da busca por mecanismos de cooperação econômica e de infraestrutura. Tais projetos somente têm ganhado relevância graças ao financiamento obtido internacionalmente, entre eles o Fundo Global para o Meio Ambiente, *Global Environment Fund* (GEF), agente criado no âmbito da Sociedade Internacional que conta com a participação de inúmeros Estados e inclusive a sociedade civil.

Ainda que em matéria ambiental, ou sob a perspectiva da proteção ecológica, a contemporaneidade das relações internacionais é pautada por um complexo sistema de interações entre diferentes agentes e setores, o que torna imprescindível investigar o objeto da pesquisa enquanto estudo de caso sob a ótica da interdependência nas relações internacionais.

Nesse sentido estipulou-se como problema e objetivo geral analisar o papel do GEF perante a OTCA e como tal fenômeno pode ser compreendido sob a perspectiva da interdependência nas relações

* Trabalho realizado sob orientação da docente Ana Núbia dos Santos Oliveira.

internacionais. Para tanto buscou-se como objetivos a compreensão dos fenômenos de interação entre organizações internacionais e outros atores da sociedade internacional, as motivações que levam atores externos a cooperar financeiramente com a OTCA e, portanto, identificar os projetos desenvolvidos em conjunto das organizações em questão.

Quanto à sua natureza, foi seguido caráter qualitativo, uma vez que estuda a relação presente entre a OTCA e um de seus financiadores, o GEF, e uma explanação sob a perspectiva da interdependência enquanto fenômeno das relações internacionais. Adotando o método dedutivo, onde será feita a particularização, em que há uma análise que segue uma relação lógica entre as premissas gerais e as particulares, a partir do fenômeno da interdependência nas relações internacionais. Desta forma, fora desenvolvida uma pesquisa descritiva - estudo de caso - utilizando fontes através de pesquisa bibliográfica e documental, com o objetivo de descrever e evidenciar características do objeto de estudo. Buscando registrar, analisar e correlacionar os fatos ou fenômenos sem manipulá-los.

1 Cooperação na Amazônia

O programa GEF Amazonas ou, conforme o portal do GEF, *Integrated and Sustainable Management of Transboundary Water Resources in the Amazon River Basin Considering Climate Variability and Climate Change* (Gestão Integrada e Sustentável dos Recursos Hídricos Transfronteiriços da Bacia do Rio Amazonas Considerando a Variabilidade e as Mudanças Climáticas), existente pela parceria OTCA/PNUMA/GEF, é uma iniciativa regional que envolveu os oito Países Membros da OTCA¹⁷. Sendo implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e teve como agências executoras *Secretaría de Recursos Naturales y Ambiente* (SERNA), *Miskito Indigenous Organization* (MASTA), Governos Municipais, *International Coach Federation* (ICF) e *Secretaría de Agricultura y Ganadería* (DIGEPESCA). Recebido pelo GEF em

¹⁷ Disponível em <<https://www.thegef.org/project/integrated-and-sustainable-management-transboundary-water-resources-amazon-river-basin>> Acesso em 5 de setembro de 2019.

2007, aprovado em 2008 e implementado em 2009, fora finalizado no ano de 2014, após o investimento do GEF de 52,540,090.00 USD¹⁸. Apresentando como objetivo o fortalecimento do marco institucional para o planejamento e execução consensuais de atividades estratégicas, de proteção e gestão sustentável dos recursos hídricos da bacia Amazônica frente às mudanças climáticas da região.

É de amplo conhecimento que muitas questões ambientais têm uma natureza transfronteiriça e várias são de âmbito mundial, pelo que apenas podem ser resolvidas com eficácia através da cooperação internacional. Sendo a parceria em questão uma comprovação desse entendimento quanto às preocupações e formas de lidar presentes na atual agenda global.

Para Le Preste (2000, p. 284) “o caráter transnacional” de muitas das questões ambientais, faz com que os Estados se vejam obrigados a manterem acordos com outros. Isto se dá pela dependência que existe em relação aos seus objetivos almejados e estaria relacionado à questão da cooperação em virtude da inexistência de uma “autoridade suprema que possa impor uma noção única de bem comum ou fazer respeitar os acordos”.

A partir desta linha de pensamento, Matias (2005, p. 205) afirma que “o Estado soberano sempre se relacionou em maior ou menor medida com os outros Estados, porém, com a intensificação das relações internacionais, verificou-se uma tendência de que essas relações fossem institucionalizadas”. Portanto, as Organizações Internacionais são importantes no estabelecimento de princípios e valores para que seja estabelecida uma conduta entre os Estados e, neste aspecto, a cooperação desempenha papel fundamental.

Porém, observa-se, de acordo com os acontecimentos e ações internacionais, que a disposição para cooperar em questões de relevância ambiental, em sua maioria, visam apenas à obtenção de vantagens (RIBEIRO, 2001, p. 35). Baseado na interdependência, que aborda a cooperação recíproca, ou seja, dependência mútua e contempla a interferência de forças externas que influenciam atores em diversos países. Esta afirma que o sistema internacional não seja um ambiente de cooperação apenas, mas que para obter os resultados propostos é necessário manipular os fatores de interdependência.

¹⁸ Idem.

A esse respeito, afirma Keohane (1992) que a interdependência é, às vezes, descrita como se fosse uma espécie de fenômeno natural, tudo varrendo em seu caminho e sem fazer distinções entre países, todos ocupando o mesmo barco “salva-vidas” no mar planetário. Sendo esta facilmente enxergada quanto a questões ambientais. Visto que estas não se restringem às divisões territoriais.

Já no âmbito da proteção internacional do meio ambiente, “[...] a interdependência está presente, pois existe uma unicidade dos fenômenos físicos existentes no mundo que não pode ser quebrada por fronteiras políticas” (SANT’ANNA, 2009, p. 37). Deve-se ter em vista que existe um alto grau de interdependência entre os atores do Sistema Internacional ocasionado pelas novas demandas surgidas com a globalização somada ao agravamento da problemática e, conseqüentemente, a preocupação internacional quanto à questões ecológicas (SILVA, 2013, p. 32). Assim, tal preocupação é resultado da complexa interdependência internacional no contexto contemporâneo, sendo ela econômica e ecológica.

Considerações Finais

Fica claro que as questões ambientais são atualmente uma das grandes preocupações globais, principalmente quando se trata da Pan-amazônia. Aqui encontra-se um estudo preliminar sobre a relação entre uma organização internacional que abarca os interesses amazônicos, mas que ao longo das décadas têm apresentado pouca expressão e eficácia global e regional; e um fundo global para o meio ambiente que é formado por contribuições financeiras provenientes majoritariamente de países desenvolvidos e membros da União Europeia. Dessa forma, tem-se identificado uma clara interação norte-sul, que é composta de uma relação de interdependência ambiental, interesses estratégicos das grandes potências e esforços de internacionalização da Amazônia. Portanto o estudo do assunto é de grande importância para a aquisição e elaboração de conhecimentos de interesse acadêmico e social, uma vez que a região sempre foi cenário de relações internacionais com as mais diversas motivações e as discussões perante sua internacionalização estão cada vez mais presentes na agenda global.

Referências

KEOHANE, Robert O. Soberania estatal e instituições multilaterais: respostas à interdependência assimétrica: In: MOISÉS, José Álvaro. O futuro do Brasil: a América Latina e o fim da Guerra Fria. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LE PRESTE, Philippe. Ecopolítica Internacional. São Paulo: Senac, 2000.

MATIAS, E. F. P. A humanidade e suas fronteiras: do Estado soberano à sociedade global. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

RIBEIRO, Wagner C. A ordem ambiental internacional. São Paulo: Contexto, 2001.

SANT'ANNA. F. M. Cooperação internacional e gestão transfronteiriça da água na Amazônia. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

SILVA, Rodolfo Ilário da. A Cooperação Multilateral dos países amazônicos: a atuação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NA ARGENTINA

**Fernanda Bueno de Sousa
Vinicios Novelli Schulz**

Introdução

A Justiça de Transição é um ramo de investigação focado em como as sociedades lidam com o legado de graves violações de Direitos Humanos no passado, atrocidades em massa e outras formas de trauma social (SHELTON, 2004). Nos últimos anos, tem sido comumente associado aos processos de transição de regimes democráticos ocorridos na América Latina e no Leste Europeu (SANTOS, 2010), apesar das iniciativas não se esgotarem nestas regiões. Políticas de Justiça de Transição implicam a reconstrução da memória, promoção da reparação, processamento dos violadores e reformas das instituições (ZYL, 2010). Não existe um modelo único, cada país desenvolve a sua experiência própria.

1 Ditadura Militar argentina e Justiça de Transição

A ditadura civil militar na Argentina foi instaurada com as mesmas características dos demais países da América Latina. Após a crise de mísseis de Cuba, durante a Guerra Fria, os Estados Unidos colocaram em prática a Doutrina de Segurança no continente sul americano. Esta doutrina possuía como objetivo treinar as forças armadas para que pudessem assumir o poder quando necessário (FERREIRA, 2012). Para os Estados Unidos, um regime autoritário era o melhor caminho para se prevenir a ameaça comunista. Gerald

Ford¹⁹, ofereceu seu suporte silencioso, porém consistente para as ações que culminariam no golpe de Estado de 1976, parte deste suporte se dava por entender que a economia argentina não poderia ser deixada na mão de um governo civil. Em 24 de Março de 1976 as forças armadas tomaram o poder na Argentina, iniciando assim um estado de Ditadura que se estenderia até o ano de 1983 (BOHOLAVSKY, 2016).

Ao fim da ditadura na Argentina, seguiram-se políticas de Justiça de Transição, que incluíram a recuperação da memória e a realização de julgamentos contra gerais e demais atores estatais do regime. Observa-se, contudo, que os agentes do setor privado, apesar de terem colaborado intensamente, saíram do regime impunes e fortalecidos (BOHOLAVSKY, 2016). Adicionar as empresas ao processo de Justiça de Transição, é reconhecer que a violência aplicada pelo Estado durante a ditadura, não teria sido possível sem suporte econômico. Além do suporte econômico, também é visível na Argentina também o papel da mídia como construtora do inimigo, fazendo a diferenciação dos “nós e eles”, sendo possível no país identificar através das matérias como a mídia foi importante para justificar a luta contra a subversão. (BOHOLAVSKY, 2016, pg. 295)

Um caso emblemático foi o da *Ford* na Argentina. A empresa foi acusada por denunciar funcionários ao alto comando militar, que não estavam satisfeitos com a situação de trabalho nas fábricas. Os militares então, adentravam a fábrica e levavam os acusados para prisões irregulares (BOHOLAVSKY, 2016). Outro caso envolveu a empresa *Ledesma*, que propositalmente realizou um corte de energia elétrica na região de *Libertador General San Martín*, para auxiliar a realização de crimes contra vida direcionados a opositores do regime durante a noite, esta que ficou conhecida como “a noite do terror”.

2 Meio liberal e empresas

O objetivo aqui, é de demonstrar como as empresas podem colaborar na perpetuação de um regime autoritário, como, foi a

¹⁹ Gerald Rudolph Ford, Jr, 40º presidente dos Estados Unidos da América, assumindo logo após a resignação do presidente Richard Nixon. (AUGUSTYN, Adam. et al, 2019).

ditadura argentina, e de que a Justiça de Transição pode colaborar na investigação e processamento destes agentes privados, além de auxiliar na transição democrática do país. Os avanços na Justiça de Transição argentina ajudaram a fortalecer o processo de reconstrução de memória e reconciliação com o passado. A investigação e o julgamento das empresas que colaboraram com a ditadura são necessários para a promoção desta política de transição democrática. Compreendendo o papel do liberalismo econômico, e a necessidade das empresas de obter lucros como um dos fatores principais da manutenção das ditaduras na América Latina, e especialmente no caso argentino.

O meio liberal na Argentina possui peculiaridades, pois os liberais estavam ao lado da ditadura de 76, do princípio até o fim da mesma. Uma das peculiaridades do liberalismo da Argentina é a sua coexistência mesmo com o conservadorismo. Os atores do meio liberal argentino foram os principais responsáveis por radicalizar a política que levou ao golpe de Estado no ano de 1976. Os intelectuais liberais foram levados a falar sobre as atitudes que o então governo estava tomando, e deram a sua interpretação a partir do seu ponto de vista. Nos diagnósticos proferidos por estes intelectuais, só havia uma forma de resolver os problemas na economia, cortar os gastos do governo com o bem-estar social, e instaurar um governo que pudesse ter força para executar tal ação. Em estados críticos que levam a ditadura, ou a mudanças de regime, intelectuais, podem não somente instigar, mas também contribuir para a alteração necessária aos interesses da elite (BOHOLAVSKY, 2016).

Podemos identificar quatro tipos de cumplicidades de violação de Direitos Humanos por empresas durante o regime autoritário: cumplicidade direta em crimes violentos, violações de leis do trabalho, financiamento da repressão e negócios ilegais. As empresas possuem o dever de evitar certas condutas para não serem cúmplices de crimes contra os Direitos Humanos, afastando do aparelho estatal responsável por tal prática (BOHOLAVSKY, 2016). Apesar dos avanços na Justiça de Transição na Argentina, os tribunais ainda possuem uma grande dificuldade de julgar empresas, especialmente as de grande porte e multinacionais. Isto ocorre por que muitas destas estruturas econômicas ainda mantêm grande influência nos governos democráticos, mesmo em governos progressistas como o governo Kirchner.

Kirchner procurou diferenciar suas políticas de ações neoliberais, buscando praticar políticas sociais. Abarcando diversos nuances das mudanças de políticas na América Latina, o período kirchnerista pode ser compreendido como uma ruptura das políticas de ajuste e reestruturação econômica propostas pelo Consenso de Washington e implementadas por Carlos Menem²⁰. A Argentina no período kirchnerista experimentou avanços sociais e uma reestabilização da economia, demonstrando extrema habilidade política na condução das suas relações com o congresso. Porém, Cristina Kirchner²¹ atuou de forma a confrontar a ordem econômica, logo, indo contra os interesses da elite argentina, além de sustentar confrontos contra os meios de comunicação. Suas políticas salariais também afetavam o domínio dos grandes capitais e acabavam por gerar distorções na economia, pois o principal objetivo das empresas é o lucro. Logo, com os salários em alta, os produtos sofriam alterações de valor, diminuindo efetivamente o poder de compra dos cidadãos argentinos. Fazendo que desde o ano de 2009 o país apresentasse déficit negativo nas finanças do governo (WALKER, A; PALUMBO, D, 2018).

Com a crise nas esquerdas na América Latina iniciada em 2015 com a queda do governo Dilma Rousseff no Brasil, e a ascensão dos governos de Direita com viés mais liberal, a Argentina embarca nesta nova “onda liberal” com o presidente Mauricio Macri, eleito em 2015 com políticas voltadas para o mercado. Suas políticas neoliberais, porém, estão sendo danosas para a população e empresas locais, priorizando o mercado externo a fim de atrair investimentos, como exemplo podemos adicionar a taxa de juros extremamente elevada a níveis de 65,44%²². O governo Macri em sua tentativa de neoliberalização e flutuação de preços da Argentina repete as políticas praticadas por Cristina Kirchner, porém sem priorizar a população.

Podemos então, ao analisar o contexto das ditaduras na

²⁰ Carlos Saúl Menem era advogado e político e presidente da Argentina de 1989 a 1999. Foi o primeiro peronista a ser eleito desde Juan Perón em 1973. (AUGUSTYN, Adam. et al, 2019)

²¹ Cristina Fernández de Kirchner, advogada e em 2007 tornou-se a primeira mulher presidenta da Argentina. Ficou no cargo até 2019. (AUGUSTYN, Adam. et al, 2019)

²² Dados de Abril de 2019 do Banco Central de La República Argentina.

américa latina, a neoliberalização das economias durante o período das décadas de 60 e 70 verificar que as políticas praticadas tiveram sempre como objetivo principal a priorização do capital. Sendo as empresas importantes aliados na manutenção de todo o regime militar. E mesmo após o fim deste, as grandes corporações ainda permanecem ativas no país, tal como a FORD e a Mercedes como exemplo. Além destas fábricas, ainda existe toda a pressão dos grupos de investidores na argentina que cobram políticas agressivas, para manutenção do capital e de seus lucros. O auge da nova crise financeira argentina gerada por políticas neoliberais e que penalizam a população é o novo empréstimo adquirido pelo governo Macri com o FMI.

Considerações Finais

Pode se argumentar que todo o processo de justiça de transição argentina trouxe sim um sentimento de reconhecimento dos perpetuadores das políticas que penalizaram a economia, e a sociedade argentina, principalmente a classe trabalhadora. O que se vê atualmente não é uma sociedade democrática social, onde as massas possuem voz e tem seus interesses assegurados perante o governo, mas sim uma democracia de corporações. Que visa assegurar o seu lucro e manutenção do status quo a custo de políticas negativas para a Argentina.

Referências

AUGUSTYN, Adam. et al. Carlos Menem. Encyclopædia Britannica, inc. 30 maio 2019. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Carlos-Menem>> Acesso em: 19 jun. 2019

AUGUSTYN, Adam. et al. Cristina Fernández de Kirchner. Encyclopædia Britannica, inc. 15 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Cristina-Fernandez-de-Kirchner>> Acesso em: 20 jun. 2019

AUGUSTYN, Adam. et al. Gerald Ford. Encyclopædia Britannica, inc. 7 março 2019. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Gerald-Ford>> Acesso em: 19 jun.

2019

BOHOLAVSKY, J. Pablo. VERBITSKY, Horácio. *The Economic Accomplices to the Argentine Dictatorship: Outstanding Debts*. Nova York: Cambridge University Press, 2016.

FERREIRA, Luciano Vaz. *A Influência da Doutrina da Segurança Nacional na Ordem Jurídica Brasileira*. In: FAYET, Paulo; JOBIM, Marco Félix; JOBIM, Geraldo. (Org.). *Controvérsias Constitucionais Atuais nº 2*. 1ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

PALACIOS, Ariel. *Porque Macri repete a frustrante história econômica da Argentina*. Epoca, São Paulo, 22 abril 2019. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/por-que-macri-repete-frustrante-historia-economica-da-argentina-23614156>> Acesso em: 19 jun. 2019

SANTOS, Cecília MacDowell, *Memória na Justiça: A mobilização dos direitos humanos e a construção da memória da ditadura no Brasil*, Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 88, março de 2010. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/1719>> . Acesso em: out. 2017.

SHELTON, Dinah. *The Encyclopedia of Genocide of Crimes Against Humanity*. Nova Iorque: Macmillian, 2004.

WALKER, Andrew; PALUMBO, Daniele. *A crise econômica da Argentina em 6 gráficos*. BBC News, São Paulo, 11 set. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45470709>> Acesso em: 20 jun. 2019

ZYL, Paul Van. *Promovendo a Justiça de Transição em Sociedades Pós-Conflito*. Revista Anistia Política e Justiça de Transição, Brasília, v. 1, p. 32-55, jan./jul. 2009.

REGIMES INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE DISPUTA ENTRE VENEZUELA E ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NO ÓRGÃO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS DA OMC*

**Cristian Silva da Rosa
Leticia Paraboia Caldeirão**

Introdução

O resumo expandido tem por objetivo analisar em que medida a Organização Mundial do Comércio (OMC), através do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC), atuou afirmativamente, de acordo com as suas competências, no processo de solução de controvérsias iniciado pela Venezuela contra os Estados Unidos da América em 2018, e em que medida a legitimidade do governo de Nicolás Maduro (PSUV) é um bloqueio ao processo de tomada de decisão.

1 Contexto Político

Em meio à crise política e econômica enfrentada pelo governo de Nicolás Maduro (PSUV) devido a abstenção de 56%²³ da população nas eleições de 2018, e agravada pelo então alto-comissário de direitos humanos das Nações Unidas, Zeid Ra'ad Al Hussein (2018) que declarou a erosão das instituições democráticas no país, a Venezuela ainda sofria sanções comerciais norte-americanas desde o governo de Barack Obama (Partido Democrata) em 2015.

* Trabalho realizado sob orientação da docente Silvana Schimanski.

²³ Dados fornecidos pelo Conselho Eleitoral Nacional da Venezuela. Disponível em: <<http://www.cne.gob.ve/ResultadosElecciones2018/>>. Acesso em: 07 de out. 2019

Entretanto, as sanções impostas pelos Estados Unidos da América (EUA), são de caráter unilateral e consideradas, pelo Direito Internacional, medidas injustas e indesejáveis, já que normalmente são apenas as potências que dispõem de meios para impô-las (BAUMBACH, 2014).

A Venezuela solicitou, em 28 de dezembro de 2018, consultas aos EUA²⁴ em relação às sanções impostas. Segundo o país, as medidas são incompatíveis com o que dispõe os artigos do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês) e o Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS, na sigla em inglês). Em 15 de março de 2019, o queixoso solicitou a criação do painel, demonstrando que as consultas não esclareceram as questões levantadas, impedindo a resolução do problema de forma bilateral, entre as partes.

2 Análise do Regime da OMC e OSC

Os princípios defendidos pela organização foram estabelecidos no Acordo do GATT de 1994 e são: o princípio da não discriminação, liberdade, previsibilidade, competitividade e o princípio da nação menos favorecida²⁵.

De acordo com as regras do OSC, se um caso percorre o seu percurso completo até a primeira ordem, não deve normalmente demorar mais do que um ano - 15 meses se o caso for recorrido. As consultas têm duração de 60 dias, e caso seja necessário, os relatórios do painel são emitidos às partes em seis meses, entretanto, os limites temporais acordados são flexíveis.

A função das consultas é garantir, de forma amistosa, a solução com base no diálogo diplomático entre as partes, entretanto em certas circunstâncias, como nesta, não há consenso, resultando em alguns casos a formação de painel. A função do painel é garantir o cumprimento dos acordos e entendimentos firmados entre os membros. Entretanto, passado o prazo de formação do painel pelas

²⁴ Resumo do processo de disputa. Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds574_e.htm>. Acesso em: 15 de out. 2019.

²⁵ Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/1886-omc-principios>>.

partes, não houve indicação da formação deste pelo Diretor-Geral, nem mesmo avanço nas negociações. Para Krasner (2012) mudanças no processo de tomada de decisão, ou até mesmo nas regras, não implicam na mudança de regime, mas significam uma mudança interna. Todavia, durante a primeira década de existência do OSC, a fase de consultas perdurou em média sete meses (MAVROIDS & HORN, 2008), e não resultou na mudança das regras. De fato, o processo aqui analisado não sugere prazos inéditos dentro deste regime, embora a legitimidade do membro queixoso possa configurar um grande obstáculo para a organização.

A não legitimidade do atual Governo da Venezuela como um bloqueio do processo de tomada de decisão pode ser explicado pelas forças do auto interesse dos EUA. Estas forças dos atores convergem com o Sistema Internacional anárquico, tornando-se a base dos regimes internacionais, já que algumas vezes é mais vantajoso, e menos custoso, para o ator agir de forma coordenada com os outros membros do regime em resposta as aversões comuns (STEIN, 1982)

Considerações Finais

A estratégia estritamente dominante dos EUA, ao sancionar a Venezuela unilateralmente sem o respaldo institucional de um regime internacional, mesmo correndo o risco de sofrer retaliações na etapa de implementação decisões, reflete sua ciência sobre o bloqueio do processo de tomada de decisão do OSC. A maximização dos ganhos e o uso do poder a serviço próprio só foram viáveis, pois, à luz da teoria dos jogos, os EUA conheciam o adversário e seu enfraquecimento no sistema internacional (FIANI, 2006), bem como a possibilidade de uma ação coordenada em aversão ao regime imposto por Maduro à Venezuela.

Entretanto, a ação unilateral dos EUA, mesmo sob expectativa da maximização dos ganhos, ou seja, o enfraquecimento do governo venezuelano, diverge completamente dos princípios e normas da OMC e desestabilizam seriamente o comércio internacional da Venezuela. Para Bachelet (2019), as sanções, além de amplas, não possuem medidas capazes de amenizar os impactos sobre os setores mais vulneráveis da população, afetando diretamente os Direitos Humanos no país.

Portanto, neste caso a OMC, por meio do OSC, se demonstrou incapaz de solucionar a controvérsia entre seus dois membros, mesmo com a urgência do país queixoso, dentro do prazo estipulado em suas regras. O resultado desta imobilidade é a maximização dos interesses do membro respondente, que no Sistema Internacional prossegue agindo de forma coordenada com outros atores para a obtenção do seu auto interesse. É possível afirmar ainda que, à luz do conceito de regimes internacionais (KRASNER, 2012), o atual paradigma da legitimidade do processo de disputa da Venezuela contra os EUA pode guiar o órgão do regime a mudanças, ou até mesmo, enfraquecimento.

Referências

BRASIL. MRE. Ministério das Relações Exteriores. Diplomacia Econômica, Comercial e Financeira. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/132-organizacao-mundial-do-comercio-omc>>. Acesso em: 18 out. 2019.

BRASIL. MDIC. Princípios da OMC. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/1886-omc-principios>>. Acesso em: 18 out. 2019.

BAUMBACH, Marcelo. Sanções do Conselho de Segurança: direito internacional e prática brasileira. Brasília: FUNAG, 2014.

FIANI, R. Teoria dos jogos. 2a. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

KRASNER, Stephen D. Causas estruturais e consequências dos Regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes. Ver. Sociol. Polit., Curitiba, v. 20, n. 42, p. 93-110, jun. 2012.

MAVROIDIS, P.; HORN. H. (2008) The WTO Dispute Settlement System 1995-2006. Some descriptive statistics (World Bank 2008). http://siteresources.worldbank.org/INTRES/Resources/4692321107449512766/DescriptiveStatistics_031408.pdf. Acesso em: 07 de out. 2019.

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER. VENEZUELA: Continued impunity amid dismal human rights situation - UN report. 2018. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=23242&LangID=E>>. Acesso em:

07 out. 2019

STEIN, A. A. Coordination and Collaboration: Regimes in An Anarchic World. International Organization, Cambridge (MA), v. 36, n. 2, p. 299-324, spr. 1982.

TRUMP, Donald J. Statement from President Donald J. Trump Recognizing Venezuelan National Assembly President Juan Guaido as the Interim President of Venezuela. 2019. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/statement-president-donald-j-trump-recognizing-venezuelan-national-assembly-president-juan-guaido-interim-president-venezuela/>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

UNITED Nations. UN Human Rights report on Venezuela urges immediate measures to halt and remedy grave rights violations. 2019. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=24788&LangID=E>>. Acesso em: 07 out. 2019.

VENEZUELA. Consejo Nacional Electoral. Dirección General de Automatización.

Divulgación de resultados elecciones 2018. Disponível em: <<http://www.cne.gob.ve/ResultadosElecciones2018/>>. Acesso em: 07 de out. 2019.

World Trade Organization. General Agreement on Trade in Services. 1995. Disponível em: <https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/26-gats_01_e.htm#art2_1>. Acesso em: 07 out. 2019.

World Trade Organization. Understanding on rules and procedures governing the settlement of disputes. 1994. Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/dsu_e.htm>. Acesso em: 07 out. 2019.

WORLD Trade Organization. Understanding the WTO: basis: A unique contribution. Disponível em: <https://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/disp1_e.htm>. Acesso em: 18 out. 2019.

WORLD Trade Organization. Understanding the WTO: basis: Principles of the trade system. Disponível em: <https://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/fact2_e.htm>. Acesso em: 18 out. 2019.

A ATUALIZAÇÃO DO MODELO CUBANO: MANUTENÇÃO DO PROJETO SOCIALISTA

**Rogério Pacheco Bras
Isadora Clavel Cavalheiro
Rafael Balardim**

Introdução

A partir de 2011, Cuba inicia de forma institucional o processo de atualização de seu modelo econômico-social. Uma série de medidas apontadas no VI Congresso do Partido Comunista Cubano (*Lineamientos de la política económica y social del partido y la Revolución*) visam a manutenção dos direitos sociais conquistados pela revolução. Tais medidas dizem respeito a aspectos econômicos (comércio, indústria, turismo), mas buscam resultados nos âmbitos social e político.

A renovação da liderança política do país, em 2018, com Diaz-Canel, veio junto com a reforma constitucional em 2019, que trouxe amparo legal para a atualização. As medidas internas visam fortalecer o modelo socialista de Cuba, para que sua atuação no Sistema Internacional siga pautada por multilateralidade tradicional, frente aos desafios do século XXI. Por meio da pesquisa em documentos oficiais do governo cubano, bem como com o suporte da bibliografia especializada, o objetivo é analisar as transformações estruturais (econômicas, políticas e sociais) cubanas.

Visa-se também, verificar os impactos da atualização do modelo de desenvolvimento cubano; avaliar as alterações político-institucionais da nova Constituição cubana; investigar as mudanças socioeconômicas da realidade nacional de Cuba e; identificar os avanços da política externa cubana no Sistema Internacional. Dessa forma, para compreender a realidade latino-americana, é necessário analisar as mudanças em curso em Cuba, que ainda se apresenta como uma alternativa antissistêmica.

1 Atualização do Modelo (2011-2019)

Um país de reduzidas dimensões geográficas e econômicas, tenta manter as conquistas sociais enfrentando contradições e dilemas internos, ao mesmo tempo em que luta contra o bloqueio econômico norte-americano. Em meio a globalização acelerada (comunicações e internacionalização da produção), o governo cubano tenta manter o crescimento sustentável e a equidade distributiva social, fazendo mudanças em suas estruturas e não deixando de lado a solidariedade internacional, que sempre caracterizou sua ação externa. É nesse sentido que os *Lineamientos* lançados no o VI Congresso do Partido Comunista Cubano, em abril de 2011, representam a iniciativa revolucionária de atualização do modelo econômico e social, passando também pela estrutura política. Ainda que a temática central do documento fosse a esfera econômica, os resultados alcançados e esperados atingem os âmbitos político e social.

O esforço governamental de manter o equilíbrio macroeconômico, garantindo a estabilidade dos preços e do câmbio, estão juntos com uma política fiscal que busca reduzir gastos e aumentar o controle sobre recursos. Como parte desses esforços, uma nova Lei Tributária foi promulgada em 2011 e, ao mesmo tempo, o governo concedeu maior autonomia para algumas empresas estatais (PÉREZ; TORRES, 2013). Novas formas de propriedade e produção (além da estatal) começam a se definir em Cuba: privada, cooperativa e mista. O setor por conta própria (*cuentalpropistas*), que alavanca o campo das micro e pequenas empresas (com mais de 500 mil trabalhadores), precisa de um regime tributário que o estimule, mas ao mesmo tempo, que mantenha essa realidade condizente com o modelo socialista (MOLINA, 2016).

O processo de atualização do modelo econômico e social possui a dimensão social como foco central. Os avanços produtivos e comerciais podem trazer impactos negativos na sociedade, como a dificuldade de manter a equidade social. Dessa forma, é necessário uma grande articulação das transformações econômicas com o desenvolvimento social, o que necessariamente depende da estrutura política, onde o Estado é o protagonista. Organismos, entidades e a própria estrutura estatal, passam por remodelagens que buscam o

melhor desempenho da atuação social do Estado. É necessário evitar a contradição de que: o desenvolvimento econômico - que tem por objetivo a manutenção e ampliação do bem-estar e da justiça social - acabe por trazer diferenciação social, aos moldes capitalistas. Isso para além da contradição estrutural, de ter a estrutura (estatal) econômica centralizada e planejada, que passa a conviver com formas descentralizadas de organização econômica (privada).

Na esfera política-institucional, a atualização do modelo cubano passou pela Reforma Constitucional. Desde sua fase inicial - de consulta popular do Anteprojeto - contou com ampla participação popular, com mais de 2 mil emendas aceitas, alterando mais da metade dos 224 artigos. O referendo popular realizado em fevereiro de 2019, contou com o comparecimento de 84% dos eleitores, dos quais, 87% foram favoráveis²⁶ a Nova Constituição cubana. O resultado demonstra que as o processo de atualização conta com a participação e o apoio da população, institucionalizando desde a base da sociedade a necessária atualização do modelo cubano.

No âmbito econômico, em julho de 2019, o Conselho de Ministros aprovou uma série de medidas econômicas de caráter estratégico, que visam o crescimento econômico e a melhoria de condições sociais. As medidas vão desde o estímulo à poupança interna até diversificação e aumento das exportações, fortalecendo a empresa estatal. A preocupação é garantir a soberania alimentar, aumentar a produção nacional (com substituição de importações), promoção agrícola e do comércio varejista. Junto com tais medidas, foi promovido o aumento do salário mínimo para CUP 400,00 (pesos cubanos²⁷), levando o salário médio mensal por trabalhador aumentar para CUP 1.067,00. Esse aumento atinge aproximadamente 1,5 milhão de pessoas e permite que as medidas econômicas sejam efetivadas²⁸ (GUANCHE, 2016).

A política externa cubana segue com os princípios e objetivos

²⁶ GRAMNA, 2019.

²⁷ CUP 24,00 = CUC 1,00 (Peso Conversível Cubano) = US\$ 1,00, aproximadamente.

²⁸ Na previdência social, em novembro de 2018 as aposentadorias receberam aumento ficando a aposentadoria mínima CUP 242,00. No setor empresarial, o salário médio aumentou de CUP 600,00 para CUP 871,00 no final de 2018. (ONEI, 2018).

tradicionais de solidariedade internacional e busca por parceiros para seu desenvolvimento e cooperação científico tecnológica. É importante ressaltar, que nos 60 anos de revolução, Cuba nunca esteve isolada no Sistema Internacional, apesar das adversidades criadas pelo bloqueio norte-americano. Sempre manteve relações diversas e multilaterais, com as mais distintas regiões do planeta. Nessa lógica, o presidente Diaz-Canel nos seus 18 meses de governo atuou na manutenção de uma política externa diversificada e irrestrita, mantendo parceiros históricos e estratégicos, assim como buscou aproximações, dirimindo receios e ampliando a confiança da rentabilidade dos investimentos na ilha.

Com os países europeus (destaque para Espanha, França e Reino Unido), mantêm-se as possibilidades de ampliação de parcerias comerciais, principalmente no setor de turismo. Com os países asiáticos, além das calorosas declarações para reafirmar os laços de amizade, houve a renovação dos compromissos de cooperação estratégica em áreas de ciência e tecnologia. No continente americano, as relações com os EUA são marcadas pelo retrocesso da administração Trump (em comparação com avanços do governo Obama), que recrudescer medidas do bloqueio econômico. Ainda assim, no Caribe a presença cubana é caracterizada pelos programas solidariedade nas áreas de saúde e educação, assim como no continente africano.

Recentemente, no início do mês de outubro, Cuba recebeu a visita oficial de Dimitri Medvedev, atual Primeiro Ministro da Rússia, acompanhado de uma delegação empresarial. Um total de 11 acordos foram assinados, nas áreas de indústria, biotecnologia, agricultura, energia, tecnologia digital, transporte (automotivo e ferroviário) e infraestrutura. Junto com China, Venezuela, Espanha e Canadá, a Rússia é dos principais parceiros de Cuba, não só na esfera econômica, como também contra o bloqueio norte-americano, como bem comprovam as votações na ONU.

Considerações Finais

Com o final da Guerra Fria muitos pesquisadores anunciaram o fim da Revolução Cubana. A desintegração da URSS - principal parceira de Cuba - trouxe de fato dificuldades para o regime, mas

essas foram e estão sendo vencidas. Dos 60 anos de revolução, Cuba viveu metade desse tempo com auxílio econômico e militar soviético e outra metade por conta própria e ainda sob bloqueio norte-americano. A superação dos desafios e a atualização do modelo cubano devem ser acompanhadas e analisadas, como forma de compreender as possibilidades de alternativas frente a um Sistema Internacional unimultipolar. A discussão teórica da “Revolução Mundial e Permanente X Revolução em um só país” é presente na realidade cubana, que é literalmente uma ilha socialista, num oceano capitalista. Desta forma, a presente pesquisa busca contribuir para o debate teórico a respeito do Socialismo no século XXI, em especial na América Latina, bem como estimular a pesquisa na área.

A pesquisa sobre a atualização cubana permite compreender a estratégia de desenvolvimento socioeconômico alternativo ao sistema capitalista. As mudanças políticas (participação, legislação, governantes, etc.), por serem um fenômeno histórico de curta duração, poderão ser entendidas como uma via para mudanças econômicas e sociais - essas fenômeno de média duração. Contudo, é interessante observar, que as mudanças se iniciam pela estrutura econômica e não política, mais aos moldes chineses do que ao modelo soviético (Perestroika e Glasnost).

A mentalidade da população cubana (fenômeno histórico de longa duração) foi construída com sistema educacional reconhecido internacionalmente, o que permite que as atualizações sejam feitas com participação e apoio dos cidadãos cubanos. Espera-se dessa forma, portanto, que a análise da realidade cubana possa contribuir para a compreensão do papel de Cuba no Sistema Internacional, bem como em seu entorno geográfico-estratégico (América Latina e Caribe). Também se almeja como resultado, a constituição do pensamento crítico quanto às formas de desenvolvimento econômico e social latino-americano, bem como quanto às iniciativas de integração regional, para além das trocas econômicas e comerciais.

Referências

GRAMNA. 26 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<http://pt.granma.cu/cuba/2019-02-26/cuba-disse-sim-a-nova-constituicao>>. Acesso em: 30 fev. 2019.

GUANCHE, Julio César. La verdad no se ensaya. La Habana: Editorial Caminos, 2016.

ONEI. Disponível em: <<http://www.one.cu/>>.

MOLINA, Ernesto. M. DEVENIR del modelo económico socialista. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2016.

PÉREZ, Omar E; PONS, Saira. Política tributária y cuentapropismo. In: PÉREZ, Omar E.;

TORRES, Ricardo (Comp.). Cuba: la ruta necesaria del cambio económico. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2013. p. 101-121.

EDITORA E GRÁFICA DA FURG
CAMPUS CARREIROS
CEP 96203 900
editora@furg.br



ISBN 978-65-5754-060-2



9 786557 540602